

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL
TESE DE DOUTORADO

**A Formação da Teoria do Subdesenvolvimento
de Celso Furtado**

Bruno Borja

Orientadora:

Profa. Dra. Maria Mello de Malta

Rio de Janeiro
Setembro de 2013

BRUNO NOGUEIRA FERREIRA BORJA

**A FORMAÇÃO DA TEORIA DO SUBDESENVOLVIMENTO
DE CELSO FURTADO**

Tese apresentada ao Corpo Docente do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de DOUTOR em Economia Política Internacional.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Mello de Malta (orientadora)

Prof. Dr. Carlos Aguiar de Medeiros

Prof. Dr. Ricardo Bielschowsky

Prof. Dr. Plinio Soares de Arruda Sampaio Junior

Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca

Rio de Janeiro
Instituto de Economia – UFRJ
Setembro de 2013

RESUMO

Este trabalho busca surpreender a teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado em seu processo histórico de formação, isto é, explicitando suas fontes, principais inflexões e sínteses originais. Para tanto, adota-se o materialismo histórico como método de análise, contextualizando historicamente as formulações do pensamento e situando-as em controvérsias teórico-políticas, onde participam autores com visões de mundo e referenciais analíticos distintos. Após mapear as controvérsias mais importantes da obra de Furtado, no que se refere a sua teoria do subdesenvolvimento, apresenta-se duas delas, desenroladas nos anos 1950, quando o autor alcança suas primeiras sínteses originais. Uma envolve autores considerados interpretes do Brasil e precursores da história econômica do país, Roberto Simonsen e Caio Prado Jr., e deu origem ao livro *Formação Econômica do Brasil* (1959); outra teve grande destaque no debate internacional após a segunda guerra mundial, entre autores da economia do desenvolvimento e a Cepal, com as proposições de Raúl Prebisch sobre o sistema centro-periferia e a teoria do subdesenvolvimento de Furtado, consolidada no livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961).

ABSTRACT

This work seeks to surprise the theory of underdevelopment of Celso Furtado in its historical process of formation, that is, explaining their sources, main inflections and original synthesis. Therefore, we adopt historical materialism as a method of analysis, to historically contextualize the formulations of thought and place them in theoretical-political controversies, where participate authors with different worldviews and analytical frameworks. After mapping the most important controversies of Furtado's work, regarding his theory of underdevelopment, presents two of them, unrolled in the 1950s, when the author reaches his first original syntheses. One involves authors considered interpreters of Brazil and precursors of the country's economic history, Roberto Simonsen and Caio Prado Jr., and gave rise to the book *Formação Econômica do Brasil* (1959); the other one had great prominence in the international debate after the second world war, between authors of development economics and ECLAC, with the propositions of Raul Prebisch on the center-periphery system and the theory of underdevelopment of Furtado, consolidated in the book *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961).

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aos companheiros do Laboratório de Estudos Marxistas (Lema – IE/UFRJ) por todo apoio e suporte ao longo do curso de doutorado, o que me permitiu dar prosseguimento à pesquisa consolidada neste trabalho.

Meu agradecimento a Carla Curty, Pablo Bielschowsky, Marco Antonio Rocha, Marina Machado, Juliana Nascimento, Larissa Mazolli, Allan Mesentier, Laura Amaral, Luciano Coutinho e aos demais membros do coletivo.

Pelo intenso debate, troca de ideias e leitura crítica de parte deste trabalho, mas antes de tudo pela amizade, meu agradecimento a Rodrigo Castelo e Fernando Prado.

A Maria Malta – coordenadora do Lema, minha orientadora e parceira de infinitos trabalhos – deixo minha gratidão e amizade.

Em memória dos professores José Ricardo Tauile, Fabio Erber e Aloisio Teixeira, pelo que contribuíram em minha formação no tempo em que nos foi dada a convivência.

Aos familiares e amigos que me deram suporte emocional, sentimental, afetivo e, também, material para a realização deste trabalho.

A Tainá Nogueira por todo amor-humor, presente e incondicional.

Aos poetas – mestres do passado.

Aos poetas – amigos contemporâneos.

Aos poetas – futuro do porvir.

Aos poetas.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
CAP. 1 - AS PRINCIPAIS CONTROVÉRSIAS DA OBRA DE CELSO FURTADO	17
1.1 – Questão de Método	18
1.2 – O Estudo da História do Pensamento Econômico Brasileiro	27
1.3 – Celso Furtado: a obra e suas controvérsias	34
CAP. 2 – FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL	46
2.1 – Roberto Simonsen: a história econômica dos ciclos	48
2.1.1 – História Econômica do Brasil (1500-1820)	50
2.1.2 – Aspectos da História Econômica do Café	59
2.1.3 – Evolução Industrial do Brasil	62
2.2 – Caio Prado Jr: uma interpretação marxista do Brasil	66
2.2.1 – Evolução Política do Brasil	68
2.2.2 – Formação do Brasil Contemporâneo - colônia	71
2.2.3 – História Econômica do Brasil	76
2.3 – Celso Furtado: a formação de Formação Econômica do Brasil	83
2.3.1 – Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII	85
2.3.2 – Características Gerais da Economia Brasileira	91
2.3.3 – A Economia Brasileira	93
2.3.4 – Formação Econômica do Brasil	98
2.4 – Síntese da Controvérsia	108
CAP. 3 – DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO	114
3.1 – A Economia do Desenvolvimento e a Perspectiva do Atraso	117
3.1.1 – Paul Rosenstein-Rodan e o Big Push	121
3.1.2 – Ragnar Nurkse e o Crescimento Equilibrado	123
3.1.3 – Arthur Lewis e a Oferta Ilimitada de Mão-de-obra	127
3.1.4 – Walt W. Rostow e as Etapas do Crescimento	131
3.2 – Raúl Prebisch e o Sistema Centro-Periferia	134
3.2.1 – O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Principais Problemas	137
3.2.2 – Crescimento, Desequilíbrio e Disparidades: interpretação do processo de desenvolvimento econômico	141
3.2.3 – Problemas Teóricos e Práticos do Crescimento Econômico	145

3.3 – Celso Furtado entre Desenvolvimento e Subdesenvolvimento _____	149
3.3.1 – Desenvolvimento: teoria e processo histórico _____	153
3.3.2 – Elementos de uma Teoria do Subdesenvolvimento _____	163
3.3.3 – Análise do Desenvolvimento Recente do Brasil _____	172
3.4 – Síntese da Controvérsia _____	176
CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	182
BIBLIOGRAFIA _____	190

Em um país como o nosso, em que os que detêm o poder parecem obsessos pela mais estreita lógica economicista ditada pelos interesses de grupos privilegiados e empresas transnacionais, falar de desenvolvimento como reencontro com o gênio criativo de nossa cultura e como realização das potencialidades humanas pode parecer simples fuga na utopia. Mas que é a utopia senão o fruto da percepção de dimensões secretas da realidade, um afloramento de energias contidas que antecipa a ampliação do horizonte de possibilidades aberto ao homem?

Celso Furtado,

Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise

APRESENTAÇÃO

A brusca descoberta de que o conhecimento do mundo havia sido no passado incomensuravelmente maior e o desejo sem medida de abarcar esse conhecimento.

Celso Furtado, *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial*

A contribuição milionária de todos os erros.

Oswald de Andrade, *Manifesto da Poesia Pau-Brasil*

Com a contribuição milionária de todos os erros, Oswald de Andrade pretendeu fundar uma nova poética brasileira, liberta dos cânones portugueses e de seu lirismo derramado. Em 1924, o *Manifesto da Poesia Pau-Brasil* reivindicava as origens culturais brasileiras em sua ampla dimensão, ressaltando os elementos indígenas e africanos, para superar o traço europeizante dos bons costumes nacionais. A aceitação das características originais da formação brasileira para se libertar dos recalques históricos, sociais, étnicos, os "erros" que se traduziam no sentimento de inferioridade frente ao branco puro sangue europeu e sua civilização. A poesia pau-brasil era a tentativa de afirmação da nacionalidade no mundo, a primeira poesia brasileira de exportação. Oswald arremataria triunfante: pau-brasil, bárbaro e nosso.

Dando sequência ao desenrolar de sua nova poética, lançaria, em 1928, o *Manifesto Antropófago*, onde propõe o resgate metafórico das práticas antropofágicas dos povos originários para devorar a cultura européia. Isso significou de fato a deglutição das vanguardas artísticas européias do início do século, num pleno sincretismo com a cultura mais profunda do Brasil. Uma dialética entre o cosmopolitismo da civilização industrial e o localismo da cultura popular, do folclore e

das tradições indígenas e africanas. Em mais um brado de libertação, Oswald sentenciaria: tupi, or not tupi that is the question. Muito influenciado por Freud, buscava a redenção brasileira frente ao mundo pela transfiguração do tabu em totem. A exaltação dos recalques nacionais. A contribuição milionária de todos os erros.

Substituindo as formas e os padrões estéticos importados do estrangeiro, o modernismo expressava culturalmente a mudança das forças produtivas com o início da industrialização por substituição de importações. São Paulo e a indústria, o despontar da paulicéia desvairada, para lembrar Mário de Andrade. O novo ritmo da vida urbana com seus bondes, postes, cinema, eletricidade, jornais, máquinas. Tudo isso também foi captado pelo novo pensamento social dos anos 1930, com a renovação dos estudos sobre a formação brasileira, que, tal qual os poetas, deglutiram as influências estrangeiras, assimilando de forma não esquemática as principais correntes de pensamento européias e estadunidenses para desvendar as particularidades do Brasil. A renovação cultural do modernismo e a industrialização por substituição de importações constituem partes da transição da sociedade agro-exportadora para a sociedade urbano-industrial. Ou, mais explicitamente, da consolidação do poder da burguesia industrial no processo da revolução burguesa no Brasil. Passado quase um século desta transição é preciso reconhecer sua grandeza – para assim poder captar seus limites.

Refletindo sobre a revolução burguesa na Europa, Celso Furtado fez a seguinte observação sobre a revolução cultural representada pelo renascimento italiano no século 15: a brusca descoberta de que o conhecimento do mundo havia sido no passado incomensuravelmente maior e o desejo sem medida de abarcar esse conhecimento. Furtado se refere à cultura grega clássica assimilada nas cidades-estado italianas e difundida pelas novíssimas prensas, no momento em que principiava a grande expansão comercial marítima europeia. Atualmente, em época de virtualidades extremas, acostumados a ver no futuro a fronteira do pensamento, quanto estranhamento não causa pensar que no passado esta fronteira foi bem mais ampla... Entre a brusca descoberta de Furtado e a contribuição de todos os erros de Oswald situa-se a história do pensamento.

Colocando a necessidade da história do pensamento, Ricardo Tolipan (1982) lembra a vocação de verdade contida no discurso científico, cuja consequência é a tendência para se apresentar como um resultado e não como um processo. Ao olhar seu passado, a ciência presente alterna entre a execração de seus erros e a exaltação dos

gênios que conseguiram revelar a verdade, mas perde, em geral, sua processualidade e sua historicidade. Exime-se o caráter social e coletivo da construção do pensamento, assim como o condicionamento histórico que lhe dá cores próprias. Eis um desafio à história do pensamento: abarcar o conhecimento incomensuravelmente maior do passado e a contribuição de seus erros para a formação do novo pensamento. Isto é, a potencialidade e o limite do passado, abrindo caminho à superação pelo novo.

Bem se sabe que o novo surge de dentro do velho. E aqui outro ponto da necessidade da história do pensamento: ela atua como metalinguagem. Pesquisar as condições em que se desenvolveu o pensamento passado é também esclarecer o processo de formação do pensamento presente. As fontes teóricas, a inserção social, a visão de mundo, tudo que elucidava os condicionamentos do pensamento passado serve também à reflexão sobre o novo. Daí a desconfiança de parte do mundo acadêmico frente à história do pensamento, pois ela revela muito mais sobre o presente do que a princípio pode parecer. Uma abordagem crítica do processo de formação do pensamento implica a consideração das controvérsias teóricas e políticas de seu tempo, com as diferentes visões de mundo e projetos políticos colocados em pauta. Compreender as controvérsias passadas, e sua resolução, é ao mesmo tempo desmistificar o presente, para ver com maior clareza o ressurgimento de questões perenes da sociedade, que são frequentemente recolocadas.

Por outro lado, a história não morreu. Ao contrário: está viva e em disputa. Não se pode tomar a história como algo dado e acabado, é necessário retornar a interpretar o passado à luz do presente, para confrontar as diferentes interpretações estabelecidas. Mudanças no tempo presente implicam novas considerações sobre o passado, ressignificam o passado e exigem outra interpretação. Isto se aplica também à história do pensamento: após duas décadas de incontestada hegemonia neoliberal, de domínio do pensamento único, a recente crise da economia mundial abre novo período de disputa ideológica – entre correntes ainda não plenamente matizadas, mas que passam por variações de neoliberalismo, social-liberalismo, novo-desenvolvimentismo e socialismo.

No caso do pensamento econômico brasileiro, cabe registrar que as interpretações consolidadas de sua história foram produzidas na década de 1980, momento de transição entre o ocaso do desenvolvimentismo e a afirmação do neoliberalismo. Agora, com o descenso da ideologia neoliberal, impõe-se uma volta à história para captar as origens das novas correntes de pensamento. Particularmente,

interessa observar como surgiram, se processaram e foram encaminhadas as controvérsias teórico-políticas do passado, para entender as variações e os limites do desenvolvimentismo em seu tempo histórico. Neste sentido, é inegável a relevância e a influência de Celso Furtado para a construção do nacional-desenvolvimentismo, tanto por seu trabalho intelectual quanto por sua prática política. No que concerne à obra do autor, esta se estrutura tendo como eixo central a teoria do subdesenvolvimento – guia de ação para a intervenção sobre a realidade.

Evidentemente, a teoria do subdesenvolvimento de Furtado já foi, e continua sendo, tema de inúmeras pesquisas de história do pensamento. No entanto, em geral, tais estudos se restringem a uma abordagem que tenta rotular e dar um tratamento de "obra fechada" ao autor, sem respeito à historicidade e à processualidade do pensamento em formação. Isto é, não há um pensamento único de cada autor, invariável no tempo e no espaço, mas há sim unidade de pensamento e um sentido de formação, que se apresenta em distintas formas em cada momento histórico e diante de cada controvérsia suscitada pela conjuntura presente.

Por outro lado, ao buscar a historicidade e a processualidade do pensamento, rejeita-se tanto as análises que entendem Furtado como um simples "repetidor" de teorias antes formuladas, quanto as que afirmam: tudo começou em Furtado. Trata-se, antes, de surpreender o pensamento em formação, para fazer a devida mediação entre as fontes do autor e sua superação através de uma nova síntese teórica – a relação do novo com o velho: a fronteira do pensamento informada pelo pensamento consolidado e conectada aos conflitos da conjuntura política.

Nos últimos anos, pesquisadores do Laboratório de Estudos Marxistas (Lema), do Instituto de Economia da UFRJ, tem se empenhado em resgatar o método de Marx para a análise da história do pensamento. Situando os autores e suas formulações em controvérsias teórico-políticas, onde se confrontam visões de mundo distintas, pretende-se, justamente, ressaltar o vínculo entre história, inserção social e pensamento. O presente trabalho faz parte deste esforço coletivo, com a particularidade de aplicar o método à análise de um autor determinado. Devolvendo ao pensamento seu caráter histórico e processual, procura-se, então, apresentar a formação da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado.

Com este intuito, constrói-se aqui uma tese em três capítulos. O capítulo 1, *as principais controvérsias da obra de Celso Furtado*, marca as bases metodológicas e

repassa alguns dos principais estudos de história do pensamento econômico brasileiro, com objetivo de situar a obra de Furtado na história e identificar suas principais controvérsias. A partir de uma visão de conjunto do desenvolvimento da obra, propõe-se uma distinção de seus diferentes momentos, sejam eles: formação da teoria do subdesenvolvimento (1945-1961); difusão e crítica da teoria do subdesenvolvimento (1962-1974); reformulação da teoria do subdesenvolvimento (1975-1989).

Tais momentos, por sua vez, comportam algumas controvérsias majoritárias no sentido de formação de sua teoria, sendo aqui analisadas as duas principais controvérsias do primeiro momento: formação econômica do Brasil, e desenvolvimento e subdesenvolvimento. O capítulo 2 trata da controvérsia histórica que daria origem ao livro *Formação Econômica do Brasil*, quando Furtado dialoga criticamente com os trabalhos de Roberto Simonsen e Caio Prado Júnior, tomando estes autores como fontes de seu pensamento. Uma controvérsia entre três intérpretes do Brasil, demiurgos da sociedade urbano-industrial brasileira, com visões de mundo e métodos de análise distintos. Furtado, a princípio bem colado às formulações de Simonsen e Caio Prado, progressivamente se distancia deles, ganhando autonomia teórica, baseada na introdução de conceitos da economia do desenvolvimento, da economia política cepalina e, por fim, de sua própria teoria do subdesenvolvimento.

O que remete ao capítulo 3, onde se busca analisar a controvérsia internacional sobre o desenvolvimento econômico dos países atrasados, periféricos ou subdesenvolvidos, conforme cada uma das abordagens – que deu origem ao livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Tratados enquanto países atrasados pela economia do desenvolvimento mais ortodoxa, orientada pela ideologia do progresso, os países latino-americanos serão analisados por Raúl Prebisch, na Cepal, à luz do sistema centro-periferia, abrindo uma primeira rachadura na visão unilinear da história. Prebisch fará a crítica ao falso sentido de universalidade da teoria econômica vigente, definindo a periferia a partir de sua inserção na divisão internacional do trabalho como exportadores de matérias primas e alimentos. Furtado aprofundará esta crítica, para definir trajetórias históricas distintas de desenvolvimento. Com base em seus estudos históricos e recorrendo a elementos de análise dos intérpretes do Brasil, se distanciará da economia do desenvolvimento e do próprio Prebisch para formular sua teoria do subdesenvolvimento, analisando a formação histórica das estruturas subdesenvolvidas.

Assim, o autor consolida sua teoria do subdesenvolvimento a partir da inserção nestas duas controvérsias: uma sobre história econômica entre os intérpretes do Brasil e outra sobre desenvolvimento econômico no debate internacional. Sua nova síntese teórica, de superação das posições anteriores em ambas as controvérsias, seria alcançada no final dos anos 1950, sendo publicadas, respectivamente, em *Formação Econômica do Brasil* (1959) e *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961). Neste período histórico de ascensão da burguesia industrial em alguns países da América Latina, Furtado fundamentou a ideologia nacional-desenvolvimentista, elemento de contestação à plena intervenção dos EUA nestes países, levando ao limite a visão de mundo burguesa na periferia do sistema capitalista mundial.

CAPÍTULO 1

AS PRINCIPAIS CONTROVÉRSIAS DA OBRA DE CELSO FURTADO

O objetivo central deste trabalho é apresentar a teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado em sua formação, ou seja, como ela foi construída dentro de um contexto histórico específico, destacando suas influências teóricas, as controvérsias enfrentadas e geradas a partir de sua intervenção, e as inflexões observadas em seu pensamento. Para tanto, faz-se necessário introduzir um referencial metodológico, tema da seção *questão de método*. Numa aproximação ao núcleo central da tese, serão revistas as pesquisas mais difundidas sobre a história do pensamento econômico brasileiro (HPEB). Assim será possível mapear algumas das principais controvérsias da obra de Furtado, controvérsias de destaque na HPEB, com grande impacto sobre a sociedade brasileira e latino-americana, e ainda hoje utilizadas como referencial teórico.

1.1 – QUESTÃO DE MÉTODO

O presente trabalho tem no materialismo histórico, tal como elaborado por Karl Marx e posteriormente desenvolvido por autores filiados à tradição marxista, seu método fundamental de análise. No longo processo de consolidação deste método, Marx encara diversas controvérsias que estabelece ao longo de sua vasta obra, tratando de executar uma superação dialética das principais correntes do pensamento ocidental. Segundo Lênin ([1913] 2006): a filosofia clássica alemã, o socialismo utópico francês e a economia política clássica inglesa.

O primeiro destes desafios é travado com o idealismo de Friedrich Hegel, e com o materialismo contemplativo de Ludwig Feuerbach. Deste embate extrai o núcleo de seu método de pesquisa, para apresentar uma filosofia que busca na base material o fundamento da superestrutura ideológica formada na sociedade. Tratando a produção do conhecimento como uma das partes do todo social, uma das partes da produção em geral, busca, então, estabelecer as conexões necessárias entre a realidade concreta e suas representações no plano das idéias.¹ No fundo, como produto desta controvérsia, Marx trata de unificar em seu método o pressuposto materialista de Feuerbach e a lógica

¹ Esta controvérsia metodológica enfrentada por Marx está presente nos trabalhos: *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (1843); *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (1844); *Teses sobre Feuerbach* (1845); *A Ideologia Alemã* (1846), escrito com Engels; e *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859).

dialética de Hegel (*cf.* Sampaio & Frederico, [2006] 2009)². Ou, melhor dizendo, trata de executar uma superação dialética em relação à filosofia clássica alemã, alcançando uma síntese que ao mesmo tempo conserva, nega e eleva a outro patamar qualitativo seus elementos constitutivos. Procedimento que ele adotaria em relação às outras duas fontes de seu pensamento: o socialismo francês e a economia política inglesa.

O materialismo histórico, partindo da realidade concreta buscaria transformar esta mesma realidade. Assim, o primeiro passo consistiria em compreender o real aparente por meio de sucessivas abstrações em busca de sua essência última. Seguindo seu pressuposto materialista, isto só poderia ser feito tomando por base o modo como os seres humanos produzem e reproduzem suas condições materiais de existência. O que o levou a concluir que “a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na economia política” (MARX, [1859] 1977, p.24). Desta forma, busca nos estudos da economia política clássica inglesa as determinações mais relevantes até então elaboradas, principalmente na proposição de que se estabelece, dentre a população de um Estado nacional, uma divisão social do trabalho, da qual derivam, por sua participação no processo produtivo global, certas classes sociais, cujos interesses na apropriação do excedente econômico seriam antagônicos. Proposição originalmente lançada por Adam Smith ([1776] 1988) e, posteriormente, desenvolvida por David Ricardo ([1817] 1988)³.

Da base econômica – com seu modo específico de produção, sua divisão social do trabalho e suas classes sociais correspondentes – seria erguida a superestrutura em suas “formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas” (MARX, [1859] 1977, p.25). Partindo do desenvolvimento das forças produtivas materiais e das relações sociais de produção aí contraídas seria possível analisar com maior rigor analítico a forma constituída da superestrutura. E, claro, dialeticamente esta superestrutura não seria um mero resultado da base material, mas sim daria ela própria os contornos definitivos a esta base, influenciando reciprocamente uma sobre a outra, onde o desenvolvimento histórico se apresentaria num processo contínuo de transformação.

Essa concepção da história assenta, portanto, no desenvolvimento do processo real da produção, partindo logo da produção material da vida

² Sampaio & Frederico ([2006] 2009), *Dialética e Materialismo. Marx entre Hegel e Feuerbach*.

³ Smith ([1776] 1988), *Investigação Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*. Ricardo ([1817] 1988), *Princípios de Economia Política e Tributação*.

imediate, e na concepção da forma de intercâmbio intimamente ligada a esse modo de produção e por ele produzida, ou seja, a sociedade civil nos seus diversos estágios, como base de toda a história, e bem assim na representação da sua ação como Estado, explicando a partir dela todos os diferentes produtos teóricos e formas de consciência – a religião, a filosofia, a moral, etc. etc. – e estudando a partir destas o seu nascimento; desse modo, naturalmente, a coisa pode também ser apresentada na sua totalidade (e por isso também a ação recíproca dessas diferentes facetas umas sobre as outras). (MARX & ENGELS [1846] 2009, p.57-58)

Como destaca Lukács, o mais importante do método desenvolvido por Marx não é puramente a predominância do elemento econômico em sua análise, mas sim a busca da totalidade do processo de desenvolvimento histórico em suas múltiplas características.⁴ Seguindo o método, as diferentes partes da realidade social deveriam ser reconstituídas em suas relações, formando uma totalidade orgânica. Isto quer dizer que nenhuma das partes poderia ser compreendida por si só, mas somente se alcançaria uma compreensão mais acurada de determinada parte ao reintegrá-la ao todo, havendo uma prioridade lógica deste sobre a dinâmica interna de cada parte considerada isoladamente. No caso específico da produção do conhecimento, esta deveria ser tomada como mais uma das partes da produção, seguindo as leis gerais que regem toda produção dentro da sociedade burguesa.⁵ Sendo produzida por seres humanos vivendo em coletividade, seres humanos reais, participantes das relações sociais de seu tempo histórico, a ciência traria em seu interior a expressão destas relações. Isto significa que toda produção científica é histórica e socialmente condicionada, pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas alcançado pela sociedade.

Chamando atenção para as bases materiais da superestrutura, Marx (e também Engels) não pretendia com isso estabelecer uma relação de causa e efeito. O que estava em jogo era a historicidade da produção em geral, e, em particular, da produção científica: o fato de que toda construção teórica tem como ponto de partida de sua análise a realidade, e, além disso, somente se desenvolve dentro das possibilidades dadas por esta realidade objetiva.

Marx e Engels jamais negaram a relativa autonomia do desenvolvimento dos campos particulares da atividade humana (direito, ciência, arte etc.); jamais ignoraram, por exemplo, o fato de que um pensamento filosófico,

⁴ “Não é a predominância dos motivos econômicos na explicação da história que distingue de modo terminante o marxismo da ciência burguesa; é o ponto de vista da totalidade. A categoria da totalidade, a predominância universal e determinante do todo sobre as partes constitui a própria essência do método que Marx emprestou de Hegel e transformou de maneira a fazê-lo a fundamentação original de uma ciência inteiramente nova...” (LUKÁCS Apud GOLDMANN, 1979, p.49)

⁵ “Religião, família, Estado, direito, moral, ciência, arte etc., são apenas formas particulares da produção e caem sob a sua lei geral.” (MARX, [1844] 2004, p.106)

singularmente considerado, liga-se a outro pensamento filosófico que o precedeu e do qual ele é um desenvolvimento, uma correção, uma refutação etc. Marx e Engels negam apenas que seja possível compreender o desenvolvimento da ciência ou da arte com base exclusivamente, ou mesmo principalmente, em suas conexões imanentes. Tais conexões imanentes existem, sem dúvida, na realidade objetiva, mas só como momentos do tecido histórico, como momentos do conjunto do desenvolvimento histórico, no interior do qual, por meio do intrincado complexo de interações, o fato econômico (ou seja, o desenvolvimento das forças sociais produtivas) assume o papel principal. (LUKÁCS, 2009, p.88-89)⁶

Sendo apenas um aspecto parcial da realidade social, a ciência não poderia ser isolada do todo. Deveria ser apreendida dentro do movimento geral da sociedade em seu desenvolvimento histórico, para se obter uma melhor compreensão de seu próprio movimento particular. Assim sendo, não se nega que a ciência – e também as demais modalidades de conhecimento, tal como a arte ou a religião – tenha sua lógica interna, mas simplesmente que esta não é de forma nenhuma independente das bases materiais. Observa-se aqui que há, de fato, uma autonomia relativa pertinente à especificidade da produção do conhecimento. Esta teria suas características próprias, não sendo diretamente derivada da produção em geral. Aliás, o próprio Marx nos alerta que a produção *em geral* é um momento de abstração⁷, que precisa de categorias de mediação ao ser confrontado com a realidade concreta. Fica, então, uma margem para as determinações particulares a cada ramo específico de produção, preservando sua relativa autonomia.

Esta autonomia, no entanto, nunca poderia ser absoluta – ou, no dizer positivista, não há a possibilidade de se alcançar a “neutralidade” da ciência, muitas vezes confundida com “objetividade”. O momento subjetivo é ineliminável da produção científica, em especial quando se trata de uma ciência humana ou social. Ao se deparar com a sociedade como objeto de estudo, o pesquisador simplesmente não pode se excluir para observá-la de fora. Ou seja, estará sempre, e impreterivelmente, imerso na realidade social que estuda. Defende-se, portanto, que há uma identidade parcial entre sujeito e objeto no estudo das ciências humanas (*cf.* Goldmann, 1979; Löwy, 2009)⁸. É esta identidade parcial que explica o papel desempenhado pelas classes sociais, com

⁶ Lukács (2009), *Arte e Sociedade – escritos estéticos 1932-1967*. Em especial, a seção *Introdução aos escritos estéticos de Marx e Engels*.

⁷ “A *produção em geral* é uma abstração, mas uma abstração racional, na medida em que, sublinhando e precisando os traços comuns, nos evita a repetição. No entanto, este caráter *geral* ou estes traços comuns, que a comparação permite estabelecer, formam por seu lado um conjunto muito complexo cujos elementos divergem para revestir diferentes determinações.” (MARX, [1957] 1977, p.203)

⁸ Goldmann (1979), *Dialética e Cultura*. Michael Löwy (2009), *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*.

seus interesses econômicos e valores culturais, com sua ideologia e com sua visão de mundo, na produção científica. Cabe ao historiador do pensamento ponderar estes elementos subjetivos em sua análise.

Contudo, segundo Goldmann (1979), esse não deve ser o ponto de partida, mas sim o momento de síntese na compreensão de uma obra científica. Pois ao ter um conjunto de textos, uma obra literária, como objeto imediato, empírico, de estudo, o historiador do pensamento deve primeiramente captar sua lógica interna, sua coerência própria, para somente depois então reintegrar seu conteúdo ao processo histórico globalmente considerado.

A dependência dos grandes sistemas filosóficos e das grandes obras de arte à base econômica é, sem dúvida, uma realidade, mas, de um lado, ela nada tem de unilateral (Marx e Engels ressaltaram frequentemente também a influência inversa dos fatores ideológicos e espirituais sobre a economia) e, de outro, ela é extremamente complexa, indireta e encoberta e sobretudo nada tira da realidade própria da obra filosófica ou artística estudada. Além disso, longe de constituir o trabalho essencial do historiador marxista, o patenteamento dessa dependência é, ao contrário, o coroamento de seu esforço, coroamento que lhe permite reintegrar a história do pensamento – provisoriamente abstraída da vida social – na realidade concreta de uma sociedade e de uma época. (GOLDMANN, 1979, p.48)

Com os pés fincados na base material, a ciência – tanto quanto a arte, dentre as diversas formas de tomada de consciência do mundo exterior – se apresentaria como uma representação da realidade, uma busca em representá-la no plano ideal, isto é, no plano das idéias. De acordo com Lukács (2009), esta seria uma das teses mais importantes do materialismo histórico, indicando a tentativa humana em apreender o real efetivo que existe independentemente de sua vontade, suas idéias, suas sensações, ou mesmo do conhecimento que os seres humanos venham a ter do mundo natural e social. Como apontado anteriormente, pode-se compreender o trabalho científico como uma totalidade parcial, dotada de autonomia relativa, com sua própria lógica interna, para num segundo momento reintegrá-la ao processo de desenvolvimento histórico globalmente considerado. Cabe agora, portanto, destacar os elementos que constituem essa lógica interna, para depois apresentar as formas de reconstituição histórica.

Neste terreno, foi Lucien Goldmann (1979)⁹ quem bem sistematizou o processo de compreensão dos textos literários, tomados como objeto imediato de pesquisa. O autor afirma que, a partir do todo da obra, deve-se proceder a uma separação do que se

⁹ Nesta coletânea, destaca-se três ensaios sobre o tema: *O Todo e as Partes*; *Materialismo Dialético e História da Filosofia*; e *Materialismo Dialético e História da Literatura*.

considera essencial e acidental, para então captar a significação dos diferentes momentos dentro da totalidade da obra. É, mais uma vez, a tentativa de abstração proposta por Marx para a análise da realidade concreta. Isto é, diante do todo caótico em que se apresenta a realidade aos olhos imediatos do cientista social, cabe a este realizar processos de abstração rumo às categorias mais simples que poderão estruturar seu caráter geral, e daí, então, permitirá reconstituir-se o todo, não mais como forma caótica, mas como totalidade orgânica. O mesmo aplica-se ao estudo das obras literárias e filosóficas. Tomando o conjunto de textos como um todo aparentemente caótico, cabe ao pesquisador identificar por meio de abstrações o que há de essencial ou de acidental no processo de desenvolvimento do pensamento. Identificando o que se considera essencial, poderá assim precisar a significação destes elementos parciais dentro do conjunto da obra, apontando os momentos mais significativos em termos de originalidade do autor e de sua influência sobre o pensamento filosófico posterior.

Nos termos aqui propostos, originalidade e influência são considerados enquanto fenômenos sociais, ou seja, não são atribuídos à genialidade de determinado autor, mas expressam sua capacidade de sintetizar e apresentar de forma orgânica e coerente uma formulação teórica que se desenvolveu a partir de uma corrente social, a partir de uma conjuntura histórica específica e através de controvérsias estabelecidas entre autores que se apresentam sob a visão de mundo de diferentes classes sociais. Assim, GOLDMANN (1979, p.62) sintetiza os elementos a serem ponderados em qualquer estudo crítico de história do pensamento:

[...] os quatro pontos essenciais (há vários outros) a considerar para qualquer estudo histórico:

- 1) restabelecimento da totalidade coerente do pensamento estudado;
- 2) análise das inseqüências individuais do pensador devidas à sobrevivência das antigas formas de pensamento a respeito de certos pontos subordinados ou a concessões diante dos poderes estabelecidos (Igreja, Estado);
- 3) análise das inseqüências individuais do pensador devidas ao desejo de eliminar os paradoxos e os conflitos muito flagrantes com a realidade;
- 4) análise dos limites imanentes da visão do mundo representada pelo pensador estudado.

Observados estes elementos, deve-se executar a reintegração do pensamento à história, de forma a captar, principalmente, o grau de desenvolvimento das forças produtivas e a formação das distintas classes sociais que lhe correspondem, assim como a conjuntura política em meio a qual se efetuou a referida formulação teórica. Tal como

apresentado por Marx, trata-se de analisar a “anatomia da sociedade civil” através da economia política, integrando a conjuntura política que delimita as disputas latentes entre as classes sociais.

Destaca-se aqui a importância da caracterização da visão de mundo de determinada classe social como um momento de mediação entre a singularidade do indivíduo que produz e sua tentativa de alcançar a universalidade por meio das abstrações teóricas. Tal como apresentado por Lukács (2009): a particularidade das visões de mundo como categoria de mediação entre a singularidade do indivíduo e a universalidade teórica pretendida.

Também se destaca a centralidade dos estudos de conjuntura para captar a significação dos textos parciais, inseridos num contexto histórico colorido pela luta política imediata e pelas controvérsias teóricas suscitadas. Neste quesito, recorre-se aqui à metodologia proposta por Fiori ([1984] 2003)¹⁰ para as análises conjunturais do período abordado, onde se apresenta a conjuntura política como um momento de síntese dos diferentes tempos históricos. FIORI ([1984] 2003, p.26) repõe e reconstrói o “velho problema teórico-metodológico das relações entre o movimento de longa duração das estruturas econômicas e sociais e o tempo conjuntural da luta política”, aplicado à análise da formação do Estado desenvolvimentista no Brasil do século 20. O autor parte das concepções de Marx e de Fernand Braudel acerca da história para tentar articular o “tempo longo” das estruturas com o “tempo curto” das conjunturas, ambos entrecortados pelo movimento cíclico da acumulação de capital.

Desta forma, a conjuntura política não seria um momento qualquer da história esmiuçado em seus mínimos detalhes; seria, ao contrário, um breve instante dentro da trajetória de longa duração das estruturas e dos períodos de ascensão ou descenso dos ciclos econômicos. Abandona-se a noção de história factual, baseada no casuísmo e no efêmero, para tentar compreender as disputas políticas mais imediatas à luz das grandes tendências delineadas pelas estruturas, que seriam ora corroboradas, ora contra-arrestadas pelas oscilações cíclicas.

Tal perspectiva acompanha, em linhas gerais, tanto o marxismo quanto o estruturalismo latino-americano, ou seja, tanto o materialismo histórico quanto o método histórico-estrutural. O “tempo longo” do modo de produção e suas transições,

¹⁰ Fiori ([1984] 2003), *O Vôo da Coruja – para reler o desenvolvimentismo brasileiro*. Apresentado como tese de doutoramento em Ciência Política na Universidade de São Paulo.

da formação econômico-social dos distintos países, das grandes transformações estruturais ocorridas no sistema capitalista mundial; este tempo apresenta-se entrecortado pelos ciclos de acumulação, pontuados por suas crises periódicas; e estes dois momentos temporais se conjugam na análise conjuntural, possibilitando uma melhor compreensão das lutas políticas.

Sabidamente, foi a partir da Ideologia Alemã e da Miséria da Filosofia, que Marx e Engels formularam, no Manifesto de 1848, o esquema de interpretação da história moderna, cuja ossatura ficou exposta, de maneira por demais sucinta, no esfingético Prefácio de 1858. O ‘tempo longo’ de Braudel aparece ali como a ‘base real’, cuja anatomia nos conduz às relações de produção, à base material econômica da sociedade. O ‘tempo curto’, por sua vez, é aquele em que as trepidações superestruturais, jurídicas e políticas aparecem comandadas por uma consciência social parcialmente falseada. Estes tempos se entrelaçam mediados por lutas políticas, cuja dinâmica se explica predominantemente pela situação de classe. (FIORI, [1984] 2003, p.60-61)

Tanto para a história de uma forma geral, quanto para a história do pensamento em particular, faz-se fundamental compreender a conjuntura, quando são efetivamente tomadas as decisões, travados os embates políticos e resolvidas, momentaneamente, as controvérsias mais latentes, por meio da obtenção do consenso ou por meio do uso da força coercitiva.¹¹ Assim podem ser captados os elementos fundamentais que influíram na práxis política e na produção teórica, e conduziram as ações no sentido de continuidade ou ruptura com o que se apresentava, isto é, uma “reelaboração da problemática da continuidade-descontinuidade-ruptura na história das sociedades.” (FIORI, [1984] 2003, p.95)

A dependência, em última instância, do pensamento à base material fica explícita nesta elaboração, pois, tal como a história, o pensamento nunca caminha em linha reta, de forma cumulativa. Ambos apresentam momentos fundamentais de continuidade e ruptura, onde se percebe a conexão íntima entre as grandes rupturas históricas e suas representações no plano das idéias. A importância dos estudos históricos consiste no fato de que as antigas disputas políticas e teóricas são constantemente repostas ao longo do tempo – embora, evidentemente, de formas diferentes.

Busca-se aqui ressaltar a ligação fundamental entre este processo de “continuidade-descontinuidade-ruptura na história das sociedades” com o processo

¹¹ Em geral, por uma combinação de consenso e coerção, ou hegemonia e dominação – o que Antonio Gramsci (2002) chamou de *supremacia*.

análogo de superação dialética das formas de pensamento. Como e em que grau o pensamento presente conjuga elementos de conservação de um pensamento pretérito, conjuntamente com elementos de negação, na tentativa de alcançar uma nova síntese teórica, elevando suas formulações a outro patamar qualitativo.

Pretende-se que, desta forma, ficará mais evidente a relação entre as obras fundamentais do pensamento econômico e as transformações sociais observadas na história. Somente a partir de uma perspectiva materialista e dialética compreende-se porque Adam Smith publicou *A Riqueza das Nações* em 1776, em plena revolução industrial inglesa; ou porque Marx alcança sua síntese teórica com o *Manifesto Comunista de 1848*, em meio à grande luta de classes na Europa; ou porque John Maynard Keynes desenvolve sua *Teoria Geral* em 1936, no bojo da grande depressão iniciada em 1929; assim como Celso Furtado amadurece seu pensamento no Brasil da década de 1950 e publica *Formação Econômica do Brasil* em 1959 e *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* em 1961, diante da consolidação da industrialização e da ascensão da burguesia industrial ao comando do Estado nacional brasileiro. Os grandes expoentes do pensamento realizam suas obras nos momentos de ruptura histórica das sociedades e tentam dar novo sentido de universalidade a sua produção teórica, reconstituindo, através de um processo de conservação-negação-superação, a universalidade perdida pelo pensamento hegemônico no período anterior.

Suas obras refletem a passagem de uma época para outra, um mundo no qual a universalidade dos antigos valores desapareceu e onde outros valores, novos, estão em curso de nascimento. E, se buscarmos a significação dessas obras, veremos que buscam reencontrar, aceitando e assimilando os novos valores, a universalidade perdida com a ruína no mundo antigo. (GOLDMANN, 1979, p.86)

Em síntese, cabe concluir que o estudo da história do pensamento através do materialismo histórico implica a percepção das disputas políticas e das diferentes visões de mundo por trás das posturas teóricas que se contrapõem em cada controvérsia específica. Suscitadas a partir de uma problemática concreta em seu contexto histórico particular, as controvérsias, no seu desenvolvimento, permitem captar a historicidade e a processualidade de determinado pensamento. Isto é, o processo histórico de formação do pensamento, expresso na obra do autor, com suas fontes, suas inflexões e suas sínteses próprias ao longo do tempo – sem tomá-lo como algo fechado e acabado, impassível de mudança.

1.2 – O ESTUDO DA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

Já se vão quase três décadas desde que foram realizados os principais trabalhos acadêmicos sobre a História do Pensamento Econômico Brasileiro (HPEB), sejam eles *A Economia Política Brasileira*, de Guido Mantega, e *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo 1930-1964*, de Ricardo Bielschowsky. Ambos são teses de doutorado. A primeira defendida na Universidade de São Paulo no início dos anos 1980 e publicada em 1984. A segunda defendida na Universidade de Leicester (Inglaterra) em meados desta década e publicada em 1988. Tais teses são as primeiras na produção acadêmica brasileira que abordam de forma sistemática a HPEB¹². Partindo de métodos distintos, estes autores traçam um mapa do debate intelectual travado, de uma forma geral, pelos cientistas sociais preocupados com o tema de desenvolvimento econômico. Escritas durante a década de 1980, em meio a qual o pensamento sobre desenvolvimento sofria sua decadência, juntamente com a derrocada do Estado “desenvolvimentista”, tomam como objeto de análise específico a HPEB, sem focar na evolução do pensamento de algum autor determinado.

Adotando estas obras como fontes para mapear as principais controvérsias do período, pretende-se aqui situar a obra de Celso Furtado neste panorama geral para compreender melhor sua inserção, contribuição original e influência na evolução do pensamento econômico brasileiro. Cabe, então, fazer uma breve exposição do método de análise, da periodização e das principais correntes de pensamento identificadas por estes trabalhos de referência.

Em *A Economia Política Brasileira*, Mantega tenta mapear as formulações teóricas das décadas de 1950 e 1960, dividindo-as em diferentes “modelos” analíticos, ou teórico-políticos. Estes modelos teriam sido gerados a partir do debate sobre desenvolvimento econômico consolidado na década de 1950 e polarizado em torno das posições do liberalismo econômico, defensor da “vocação agrária” do Brasil, e do desenvolvimentismo, defensor da intervenção estatal em prol da industrialização. Da corrente desenvolvimentista teriam derivado os principais modelos interpretativos do pensamento econômico brasileiro, marcando o momento de “nascimento” da economia

¹² Recentemente, o Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA/UFRJ) publicou em livro a pesquisa *Ecos do Desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*, que, partindo de outro referencial metodológico, avança sobre o trabalho de sistematização e análise da HPEB. cf. Malta (2011)

política brasileira, pois que guardavam grande originalidade em relação às teorias existentes. Tais modelos seriam: Modelo de Substituição de Importações; Modelo Democrático-Burguês; Modelo de Subdesenvolvimento Capitalista; Modelo Brasileiro de Desenvolvimento; além da “teoria da dependência”.

Herdeiros diretos da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) e dos “desenvolvimentistas históricos”, como Raúl Prebisch e Ragnar Nurkse, impulsionados pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) na conformação do “nacional-desenvolvimentismo”, os teóricos do Modelo de Substituição de Importações seriam a primeira corrente a se constituir, representado nas figuras de Celso Furtado, Ignácio Rangel e Maria da Conceição Tavares. Mantega avalia, inclusive, que o trabalho de Furtado pode ser considerado um marco no pensamento brasileiro, e abre seu livro com a seguinte afirmação:

A publicação, em 1959, de Formação Econômica do Brasil, de Celso Furtado, constituiu um marco para o pensamento econômico brasileiro. Após muitos anos de análises parciais e fragmentadas sobre este ou aquele aspecto da economia brasileira, vinha a público um trabalho de fôlego que, respaldado num sólido arcabouço teórico, procurava concatenar os vários aspectos da dinâmica de nosso sistema econômico. Estava dado o primeiro passo em direção a uma produção teórica de envergadura, que se intensificaria nas décadas sucessivas pelas penas de Caio Prado Jr., Ignácio Rangel, Nelson Werneck Sodré, Maria da Conceição Tavares, Francisco de Oliveira, Paul Singer, Fernando Henrique Cardoso, Roberto Campos, Mário Henrique Simonsen e muitos outros pensadores responsáveis pela fundação da Economia Política Brasileira. (MANTEGA, [1984] 1987, p.11)

Também na década de 1950, teria se constituído o segundo modelo interpretativo do pensamento econômico brasileiro, o Modelo Democrático-Burguês. Elaborado pelos teóricos do Partido Comunista Brasileiro (PCB), com forte influência dos trabalhos de Lênin e das teses da III Internacional, este modelo teria seus principais representantes em Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães. Em meados da década de 1960, estes dois primeiros modelos se veriam confrontados, segundo MANTEGA ([1984] 1987, p.14), em virtude da “falta de resultados sociais da política econômica desenvolvimentista, após quase uma década de aplicação”. Deste refluxo do pensamento desenvolvimentista, origina-se outra corrente teórica crítica. O Modelo de Subdesenvolvimento Capitalista – influenciado por Trotsky, pelas teses da IV Internacional e pelos marxistas norte-americanos Paul Baran e Paul Sweezy – seria desenvolvido principalmente por André Gunder Frank, Caio Prado Jr. e Ruy Mauro Marini.

Estas seriam, na visão de Mantega, as principais correntes teóricas dos anos 1950 e 1960. Sem precisar uma periodização para seu estudo, o autor limita-se a mapear e analisar estes três modelos, afirmando serem consolidadas somente após o “milagre” econômico brasileiro, iniciado em 1968, as outras duas vertentes mencionadas. A “teoria da dependência”, segundo o autor, lançada pelo trabalho de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, e consolidada na década de 1970 por Francisco de Oliveira, Paul Singer e Maria da Conceição Tavares, partindo de uma análise que privilegiava os condicionantes internos da dinâmica de acumulação de capital e das disputas entre as classes sociais. E o Modelo Brasileiro de Desenvolvimento, expressão do pensamento conservador que subsidiava as políticas econômicas postas em prática depois do golpe de 1964 e se baseava nos princípios da teoria neoclássica liberal, tendo seus principais representantes em Roberto Campos e Mário Henrique Simonsen.

Embora se reconheça aqui a importância desta primeira tentativa de sistematização, salta aos olhos a ausência de qualquer referencial metodológico para o mapeamento da HPEB e seus supostos modelos. Também é de estranhar, tratando-se de um trabalho histórico, a negligência com a periodização, sem que haja qualquer balizamento do período estudado. Ressalta-se, portanto, o caráter arbitrário deste trabalho pioneiro, como bem salienta o próprio autor:

Antes de começar a análise, convém chamar a atenção do leitor para o caráter arbitrário envolvido na escolha dos autores e na ordenação de suas teses em modelos de interpretação. O fato é que não existe, até o momento, uma sistematização dessas obras ou um balanço de seu alcance que possa servir de referencial, porque o pensamento econômico brasileiro ocupou-se do sistema econômico mas esqueceu-se, ou talvez não tivesse tempo, de analisar a si mesmo e de escrever a sua história. (MANTEGA, [1984] 1987, p.21)

Em *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo 1930-1964*, Bielschowsky encara de forma consistente este esforço de sistematização. Apresenta na abertura de seu trabalho uma proposta metodológica e uma periodização coerente para a ordenação das correntes de pensamento, assim como do movimento das idéias econômicas ao longo do período abordado. O autor parte da distinção proposta por Joseph Schumpeter em sua *História da Análise Econômica*, onde propõe que as pesquisas sobre o pensamento econômico sejam segmentadas de acordo com os seguintes objetos de estudo: a) história da análise econômica; b) história dos sistemas de economia política; c) história do pensamento econômico.

Schumpeter propõe, desta forma, uma cisão de caráter positivista entre a história da análise econômica, entendida como a evolução do instrumental analítico utilizado na ciência econômica; a história dos sistemas de economia política, entendida como um “amplo conjunto de políticas econômicas que os autores sustentam tendo por fundamento determinados princípios unificadores (normativos), como os princípios do liberalismo econômico, do socialismo etc” (SCHUMPETER *apud* BIELSCHOWSKY, [1988] 2000, p.6), isto é, a dimensão ideológica do pensamento econômico; e a história do pensamento econômico propriamente dita que se resumiria à “soma total das opiniões e desejos referentes a assuntos econômicos especialmente relativos à política governamental que, em determinado tempo e lugar, pertencem ao espírito público” (SCHUMPETER *apud* BIELSCHOWSKY, [1988] 2000, p.6), ou seja, a conjuntura histórica em que se desenvolve o pensamento.

Apesar da referência a Schumpeter, Bielschowsky não adota plenamente esta divisão positivista entre ciência, ideologia e história na formulação de seu método de pesquisa. Ao contrário, o autor subverte a divisão proposta, pois mesmo negando a existência de uma história da análise econômica no Brasil – em sua avaliação a contribuição do pensamento brasileiro à análise econômica foi escassa no período, sendo mero prolongamento da CEPAL¹³ – concentra-se em fazer uma conjugação da “história dos sistemas de economia política” com a “história do pensamento econômico”. Ao conjugar as duas instâncias analíticas, acaba por abandonar os critérios schumpeterianos, afirmando ser impossível pensar a história do pensamento econômico ou dos sistemas de economia política sem os sistemas analíticos de referência. Isto fica explícito quando Bielschowsky assume o “desenvolvimentismo” como o sistema de economia política hegemônico, definidor de uma ideologia desenvolvimentista, baseada no quadro analítico cepalino, e norteador das políticas econômicas elaboradas e debatidas de forma geral em cada conjuntura histórica específica. Executa, portanto, a síntese das três dimensões propostas por Schumpeter, superando-o na constituição de um método de análise para o pensamento econômico brasileiro.

¹³ “Não há, no caso do período abordado, muito sentido em se fazer uma história da produção analítica brasileira no campo da ciência econômica. Essa produção, além de escassa, foi, no essencial, um simples desdobramento da única produção analítica latino-americana de monta do período, ou seja, a obra da Cepal, já amplamente avaliada. [...] Por isso, a dimensão histórica do pensamento econômico, e não seu conteúdo analítico, transforma-se, necessariamente, na linha-mestra de nosso estudo.” (BIELSCHOWSKY, [1988] 2000, p.6)

Tendo por base o período de implantação do sistema industrial brasileiro, o autor apresenta da seguinte forma o corte conceitual adotado para mapear a HPEB:

O pensamento econômico que relatamos estava politicamente engajado na discussão do processo de industrialização brasileira. O conceito-chave que organiza o relato e que lhe concede unidade é o de ‘desenvolvimentismo’. Entendemos por desenvolvimentismo, neste trabalho, a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais:

- a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro;
- b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas do mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje;
- c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e
- d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente. (BIELSCHOWSKY, [1988] 2000, p.7)

A partir deste marco conceitual, procede a uma apresentação do que considera as cinco principais correntes de pensamento do período e seus principais representantes: o neoliberalismo, de Eugênio Gudín; o desenvolvimentismo do setor privado, de Roberto Simonsen; o desenvolvimentismo do setor público “não nacionalista”, de Roberto Campos; o desenvolvimentismo do setor público “nacionalista”, de Celso Furtado; e a corrente socialista, representada pelo PCB, em especial por Caio Prado Jr.

Feita esta primeira parte de exposição geral do pensamento de cada corrente, dedica-se, na segunda parte do trabalho, a determinar o processo evolutivo dos debates econômicos no tempo, identificando a influência da conjuntura histórica sobre as formulações teóricas. Para tanto, adota o conceito de “ciclo ideológico do desenvolvimentismo” e propõe a seguinte periodização, balizada pela história real: as origens do desenvolvimentismo, de 1930 a 1945; o amadurecimento do desenvolvimentismo, de 1945 a 1955 (subdividido em três períodos 1945-1947, 1948-1952 e 1953-1955); auge e crise do desenvolvimentismo, de 1956 a 1964 (respectivamente, 1956-1960 e 1961-1964).

Num balanço final de sua proposta metodológica e dos resultados por ela obtidos, o autor concluiria da seguinte forma sua pesquisa:

A orientação adotada partiu então da compreensão de que, no Brasil da era desenvolvimentista, as idéias econômicas eram expostas e discutidas em

estreita associação com o projeto econômico que cada autor tinha para o país, quase sempre com uma remota ligação com a teoria econômica. A chave da sistematização da literatura econômica brasileira teria então de ser encontrada num procedimento de associação sistemática entre a produção intelectual e o processo real, devendo-se descer, se possível, ao nível da relação entre as idéias e a conjuntura econômica e política. (BIELSCHOWSKY, [1988] 2000, p.431)

Posteriormente, em trabalho escrito juntamente com Carlos Mussi e publicado em 2005, Bielschowsky reafirmaria seu método de análise, prolongando o período de estudo até o momento da publicação¹⁴. Ali identifica três grandes fases do pensamento econômico brasileiro, diretamente influenciadas pela história concreta. Nesta nova periodização caracteriza o ciclo ideológico do desenvolvimentismo, de 1930 a 1964, como o “ciclo original”; após o golpe de 1964 teria sido iniciado um segundo ciclo desenvolvimentista, isto é, o “ciclo desenvolvimentista no regime autoritário”, que se estenderia até 1980¹⁵; daí em diante, em virtude da crescente instabilidade internacional e das enormes restrições externas enfrentadas pela economia brasileira, teríamos entrado na “era da instabilidade macroeconômica inibidora”, quando o debate sobre desenvolvimento perderia de vez a hegemonia, tornando-se subsidiário da busca da estabilidade macroeconômica.

As duas primeiras fases, por sua vez, apresentariam subperíodos. Para o “ciclo original”, o autor mantém a subdivisão anteriormente apresentada, dando, contudo, maior ênfase na distinção dos momentos de auge (1956-1960) e crise (1961-1964).¹⁶ Já para a fase do “ciclo desenvolvimentista no regime autoritário”, ou “segundo ciclo ideológico do desenvolvimentismo”, descreve um novo movimento cíclico: o amadurecimento do desenvolvimentismo do regime autoritário e da perspectiva desenvolvimentista crítica, de 1964-1968; a maturidade de 1968 a 1974, isto é, um momento de auge das correntes governista e crítica, que coincide com o chamado “milagre brasileiro”; e depois um período, de 1974 a 1980, no qual este pensamento e estas políticas sofreram uma fragilização em virtude das conseqüências do primeiro

¹⁴ Bielschowsky & Mussi (2005), *O Pensamento Desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005*.

¹⁵ “[...] reconhecimento de que os governos do regime iniciado em 1964 praticaram uma política econômica radicalmente desenvolvimentista até 1980, buscando a continuidade da formação de uma ampla e integrada economia industrial por meio de planejamento e forte intervenção estatal.” (BIELSCHOWSKY e MUSSI, 2005, p.20)

¹⁶ “O processo de elaboração do projeto desenvolvimentista passou, no período, por quatro subperíodos, que descrevem um ciclo ideológico: nascimento (1930-1945), amadurecimento (1945-1955), auge (1956-1960) e crise (1961-1964).” (BIELSCHOWSKY e MUSSI, 2005, p.3)

choque do petróleo e do colapso do sistema monetário internacional, tal como montado pelos acordos de Bretton Woods.

Bielschowsky afirma que, durante este segundo ciclo, o desenvolvimentismo, entendido como sistema de economia política, foi a ideologia hegemônica. Porém, distingue diferentes correntes de pensamento que travaram intenso debate em torno da questão do desenvolvimento. A principal diferença deste segundo ciclo em relação ao primeiro, no que diz respeito às correntes de pensamento, se coloca frente à polarização política que representou o golpe de 1964. O núcleo desenvolvimentista – que, antes de 1964, era segmentado em setor privado, setor público não nacionalista e setor público nacionalista – passa então a diferenciar-se de acordo com o apoio ou a oposição à ditadura civil-militar. Ou seja, o autor identifica duas correntes desenvolvimentistas, uma “governista” e outra “crítica”.

Os desenvolvimentistas governistas ocuparam os mais importantes cargos civis da ditadura, em especial da área econômica, e seriam principalmente representados por Octávio Gouveia de Bulhões, Roberto Campos, Delfim Netto, Mário Henrique Simonsen, João Paulo dos Reis Velloso e Carlos Langoni. Já os desenvolvimentistas críticos – quando não tiveram seus direitos políticos simplesmente cassados e foram exilados do país – eram, em geral, professores e pesquisadores dos recém-criados centros de pós-graduação ou de instituições de pesquisa como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e se personificaram principalmente nas figuras de Celso Furtado, Ignácio Rangel, Maria da Conceição Tavares, José Serra, Antonio Barros de Castro, Carlos Lessa, Bresser Pereira, Luiz Gonzaga Belluzzo, João Manuel Cardoso de Mello, Edmar Bacha, Albert Fishlow, Pedro Malan e Paul Singer. De forma periférica ao debate desenvolvimentista, o autor identifica outras duas correntes, já presentes no período pré-1964. São elas: a socialista, de Caio Prado Jr., Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Francisco de Oliveira, cuja influência maior teria ocorrido na segunda metade dos anos 1960; e a neoliberal, de Eugênio Gudin, cuja influência começaria a se recuperar somente a partir do final dos anos 1970.

Nestes dois trabalhos, Bielschowsky logra apresentar um mapeamento consistente das grandes controvérsias travadas na HPEB para o período 1930-1980. Cabe ponderar que, apesar de se referir à metodologia de Schumpeter, acaba por realizar uma análise materialista do pensamento econômico brasileiro, conectando as questões

teóricas com a conjuntura histórica e as disputas políticas em meio as quais se desenvolveram. Entre a pesquisa dos anos 1980 e o ensaio dos anos 2000, observa-se também uma inflexão na avaliação do autor a respeito da contribuição brasileira ao instrumental analítico da ciência econômica. Se, no livro de 1988, qualifica esta produção como escassa e um mero desdobramento da CEPAL; em 2005, aponta algumas contribuições originais do pensamento brasileiro, em especial pela obra de Furtado.

Celso Furtado tornou-se o líder da corrente desenvolvimentista nacionalista a partir de meados da década dos 1950. Foi o principal difusor no Brasil da teoria estruturalista do subdesenvolvimento periférico, elaborada na CEPAL por Prebisch, e a ela acrescentaria uma série de contribuições analíticas que marcaram profundamente o pensamento desenvolvimentista brasileiro. (BIELSCHOWSKY e MUSSI, 2005, p.16)

1.3 – CELSO FURTADO: A OBRA E SUAS CONTROVÉRSIAS

O subdesenvolvimento foi objeto de estudo de toda vida de Celso Furtado, durante mais de 50 anos dedicou-se à análise das raízes e da dinâmica deste processo específico de desenvolvimento que caracterizou diversos países no mundo, particularmente os países latino-americanos. Neste longo tempo de estudo pôde abrir e ampliar o conceito de desenvolvimento, tratando de suas várias faces – desde o estricto desenvolvimento das forças produtivas, passando pela estrutura de poder e chegando à dimensão cultural – onde talvez a melhor definição seja a do desenvolvimento econômico enquanto parte do processo de mudança cultural.

No período posterior à segunda guerra mundial, quando o debate era polarizado entre neoclássicos, keynesianos e marxistas, Furtado evita rótulos ou filiações, exercendo a crítica permanente a estas correntes. Rechaça tanto o caráter a-histórico e generalizante de neoclássicos e keynesianos, quanto o mecanicismo e o determinismo do marxismo de orientação estalinista então em voga. O que não impede, porém, que tenha sido influenciado por todos, apesar de tão opostos entre si.

Se pretendêssemos sintetizar a contribuição das três correntes de pensamento referidas para o advento de um começo de pensamento econômico autônomo e criador, no mundo subdesenvolvido, diríamos que o marxismo fomentou a atitude crítica e inconformista, a Economia clássica serviu para impor a disciplina metodológica, sem a qual logo se descamba para o dogmatismo, e a eclosão keynesiana favoreceu melhor compreensão do papel do Estado no

plano econômico, abrindo novas perspectivas ao processo de reforma social.
(Furtado, 1961, p.13)¹⁷

Furtado tenta buscar em fontes tão ecléticas e díspares os recursos à construção de uma teoria inovadora, onde todos os conceitos devem ser redefinidos para que sejam apreendidos em um novo contexto teórico. Talvez esteja na sua concepção da função social dos intelectuais o motivo deste ecletismo: via o intelectual como alguém que deveria zelar pelas bases teóricas que subsidiassem as ações práticas.¹⁸ Esta obrigação de formular guias que norteassem as intervenções do ser humano sobre a realidade pesou muito na teoria de Furtado, e foi essa força motora que elevou suas propostas à condição de uma das principais bases teóricas da ideologia nacional-desenvolvimentista, orientadora das políticas de diversos Estados latino-americanos durante largo período.

Este ímpeto para colocar suas ideias em prática, fez a construção teórica de Furtado ser socialmente condicionada, isto é, aplica-se a um período histórico específico e a um objeto de estudo muito claro. O próprio método de trabalho utilizado impede maiores generalizações, pois ressalta as especificidades de cada época e de cada lugar. Assim, tem-se uma teoria que não se pretende geral, ou mesmo generalizante, mas que tem antes a intenção de generalizar o método, dado que somente ele poderia ser aplicado a distintas realidades e situações concretas, enquanto a teoria deveria ser reformulada constantemente, em um processo contínuo sem a possibilidade de equilíbrio, tal como o desenvolvimento dos países e suas trajetórias históricas.

No processo de formação de sua teoria do subdesenvolvimento, Furtado busca refutar o pretense grau de universalidade contido nas análises do desenvolvimento econômico. Elabora, então, o método histórico-estrutural, para captar a partir da dimensão histórica a constituição das estruturas internas e externas que balizavam o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Talvez esta tenha sido sua maior contribuição ao que ficou conhecido posteriormente como *Estruturalismo Latino-Americano*.

Com o objetivo de determinar os momentos essenciais na formação da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado, propõe-se o mapeamento das controvérsias em função da história. Neste quesito, as referências são, os já citados, Fiori ([1984] 2003) e

¹⁷ Vale notar que a ideia de economia clássica parece seguir a proposição de Keynes, na qual se inclui a economia política clássica e a economia neoclássica.

¹⁸ “*A outra influência, não citada, é de Karl Mannheim, do ponto de vista de uma ação racional voltada para fins objetivos; longe da indeterminação, do acaso, os sujeitos da cena política, econômica e social agem conforme um plano racional, voltado a preservar seus interesses.*” (OLIVEIRA, [1997] 2003, p.78)

Bielschowsky ([1988] 2000), complementados posteriormente por Fiori (2004)¹⁹ e Bielschowsky e Mussi (2005). Os trabalhos de Fiori sobre as grandes transformações no sistema capitalista mundial – com seus momentos de crise, transição e retomada das sucessivas hegemonias estabelecidas – dão o marco histórico para o movimento de longa duração das estruturas. Já os trabalhos de Bielschowsky apresentam uma periodização para o estudo do pensamento econômico brasileiro pautada principalmente pelas oscilações do ciclo econômico. A conjunção destas duas referências permite uma percepção mais clara dos períodos históricos que nortearam a produção teórica.

Na tese de 1984 e nos trabalhos subseqüentes, Fiori argumenta que há um longo processo de construção do Estado desenvolvimentista no Brasil, iniciado em 1914 – com a primeira guerra mundial marcando a deflagração da luta sucessória pela hegemonia mundial –, e que se estende até o final dos anos 1980, com o fim da guerra fria e o estabelecimento do consenso de Washington, rumando para uma nova ordem mundial unipolar pautada pelo neoliberalismo. Este longo ciclo teria dois momentos de inflexão: o primeiro ao final da segunda guerra mundial, no ano de 1945, quando é delineada a estrutura da hegemonia dos EUA no mundo capitalista e tem início a guerra fria, num contexto de bipolarização com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS); o outro ponto de inflexão seria em meados da década de 1970, especialmente o ano de 1974, após o rompimento unilateral dos acordos de Bretton Woods por parte dos EUA, o primeiro choque do petróleo e o fracasso militar estadunidense na guerra do Vietnã.

Busca-se conjugar esta visão histórica de longo prazo com a dinâmica do ciclo econômico, tal como apresentada por Bielschowsky. Assim, definem-se três períodos básicos de estudo para a obra de Furtado: *formação da teoria do subdesenvolvimento*: 1945-1961; *crítica da teoria do subdesenvolvimento*: 1962-1974; *reformulação da teoria do subdesenvolvimento*: 1975-1989. Como afirmado anteriormente, dentro do escopo do trabalho, limita-se aqui a analisar o primeiro dos períodos. Busca-se, então, estruturar as controvérsias de forma a captar sua influência sobre a formulação teórica de Furtado, agrupando-as de acordo com os livros mais relevantes do autor sobre os pontos em debate. Deste modo, têm-se as seguintes controvérsias: no período 1945-1961, *formação econômica do Brasil*, e *desenvolvimento e subdesenvolvimento*; no

¹⁹ *O Poder Global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites*; em FIORI (org.), *O Poder Americano*.

período 1962-1974, *análise do "modelo" brasileiro, e o mito do desenvolvimento: subdesenvolvimento e dependência*; entre 1975 e 1989, *a nova dependência; e cultura e desenvolvimento*.

Após a segunda guerra mundial, em especial durante os anos 1950, estabelece-se um grande debate em torno das teorias do desenvolvimento. Neste momento, Furtado trabalhou na Cepal de 1949 a 1957, e ocupou diversos cargos políticos no Brasil: algumas passagens pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), onde presidiu o Grupo Misto Cepal-BNDE entre 1953 e 1955; e a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em 1959. A partir desta inserção social, o autor colige os elementos para a *formação da teoria do subdesenvolvimento*, isto é, se insere criticamente em algumas das principais controvérsias suscitadas à época, tomando alguns autores como fonte para sua consolidação teórica posterior. Após ensaios e tentativas parciais ao longo desta década, alcança uma nova síntese em dois de seus livros mais importantes, suas pedras de alicerce: *Formação Econômica do Brasil* (1959) e *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961).

Sob o título *Formação Econômica do Brasil* procura-se enquadrar o debate sobre a formação histórica das estruturas subdesenvolvidas, evidentemente focado no caso brasileiro. Alguns pontos de destaque são: as características da economia colonial; os ciclos de produção na economia colonial e dependente; o fim da escravidão e a transição ao trabalho assalariado como condição necessária para formação do mercado interno; a formação da economia de subsistência e o dualismo estrutural; a política de defesa do café e suas consequências para a economia brasileira; e a ascensão da burguesia industrial e a industrialização.

Esta controvérsia, fundadora da historiografia econômica brasileira, se inicia, de fato, ainda antes da segunda guerra mundial, com os trabalhos de Roberto Simonsen: *História Econômica do Brasil* (1937), *Aspectos da História Econômica do Café* (1938) e *Evolução Industrial do Brasil* (1939); e segue seu curso na interpretação original de Caio Prado Jr., em *Evolução Política do Brasil* (1933); *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) e *História Econômica do Brasil* (1945). Estes autores elaboram as interpretações mais influentes do período, representando visões de mundo opostas. Simonsen plenamente vinculado à burguesia industrial, inclusive presidindo a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp); e Caio Prado adotando o

ponto de vista da classe trabalhadora, atuando junto ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Furtado seria fortemente influenciado por ambos, numa série de trabalhos sobre o tema, começando por sua tese de doutorado defendida na Universidade de Paris em 1948, sob o título *A Economia Colonial Brasileira nos séculos XVI e XVII*. Seguida dos estudos realizados na Comissão Econômica para América Latina (Cepal), publicando o artigo *Características Gerais da Economia Brasileira* (1950) e o livro *A Economia Brasileira* (1954). Estes estudos alcançariam a forma definitiva somente no ano de 1959, quando – após deixar a Cepal em 1957 – Furtado vai para a Universidade de Cambridge como pesquisador visitante e conclui um de seus livros clássicos: *Formação Econômica do Brasil* (1959).

Ao longo dos anos 1950, o tema do desenvolvimento econômico ganhou muita força, sendo debatido de forma intensa. Em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, busca-se apresentar esta controvérsia internacional em seus pontos mais relevantes, quais sejam: os limites do comércio exterior e da especialização produtiva na divisão internacional do trabalho como via de desenvolvimento; o desequilíbrio do balanço de pagamentos e sua relação com a deterioração dos termos de troca; a polarização crescente da economia mundial entre centro-periferia ou desenvolvimento-subdesenvolvimento; a dependência tecnológica e a baixa absorção de trabalhadores pelos processos produtivos adotados, gerando a persistência de um excedente de mão-de-obra; e a necessidade da industrialização periférica e de seu planejamento pelo Estado.

Alguns autores são representativos desta grande teorização sobre a economia do desenvolvimento, em geral professores e pesquisadores de universidades estadunidenses e inglesas, com passagens pelo governo dos EUA e pela ONU. Dentre eles: Paul Rosenstein-Rodan, com os textos *Problemas de Industrialização da Europa Oriental e Sul-oriental* (1943) e *Notas sobre a Teoria do Grande Impulso* (1957); Ragnar Nurkse, com *Alguns Aspectos Internacionais do Desenvolvimento Econômico* (1953) e *A Teoria do Comércio Internacional e a Política de Desenvolvimento* (1957); Arthur Lewis, com *O Desenvolvimento Econômico com Oferta Ilimitada de Mão-de-obra* (1954); e Walt Whitman Rostow: *A Decolagem para o Desenvolvimento Auto-sustentado* (1956) e *Etapas do Desenvolvimento Econômico (um manifesto não-comunista)* (1960).

Nesta arena de debates internacional, os primeiros membros da Cepal tiveram uma importância decisiva na defesa dos interesses da industrialização latino-americana. Começando, claro, por Raúl Prebisch e seus trabalhos clássicos: *O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Principais Problemas* (1949); *Crescimento, Equilíbrio e Disparidades: interpretação do processo de desenvolvimento econômico* (1950) – parte introdutória ao famoso *Estudo Econômico da América Latina, 1949*; e *Problemas Teóricos e Práticos do Crescimento Econômico* (1951).

Furtado daria, não só sequência, mas também destacadas contribuições aos primeiros passos do estruturalismo latino-americano em várias publicações do período. Especialmente em *Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico* (1952); *A Economia Brasileira* (1954); *O Desenvolvimento Econômico – ensaio de interpretação histórico-analítica* (1955); *Industrialização e Inflação – análise do desenvolvimento recente do Brasil* (1960). Estes artigos e o livro de 1954 seriam retrabalhados e compilados no livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961), quando o autor expõe pela primeira vez de forma sistemática sua teoria do subdesenvolvimento. Com isso, procede a uma superação das interpretações e teorias então vigentes, conquistando o consenso em torno de sua nova proposta. O que o levou ao comando da SUDENE e à inauguração do Ministério do Planejamento em 1962.

Apesar de não serem analisados nesta tese, cabe fazer um mapa dos outros períodos da obra de Furtado, com intuito de apreendê-la em perspectiva de totalidade. Neste período de crise política no Brasil no início dos anos 1960, Furtado proporia as reformas de base para alterar o modelo de desenvolvimento brasileiro. Após ser exilado pelo golpe civil-militar de 1964, assumiu, em 1965, a cátedra de Desenvolvimento Econômico da Universidade de Paris, permanecendo lá durante os vinte anos de ditadura e atuando como professor visitante de outras universidades estrangeiras. Com o exílio, o autor torna-se extremamente céptico e argumenta pela tendência à estagnação da economia brasileira, uma vez que não foram feitas as reformas. Ao mesmo tempo, desenrola-se um debate em torno das características que assume a dependência na América Latina, explorando os vínculos entre a burguesia nacional e o capital estrangeiro, com o avanço da internacionalização do capital.

Furtado seria tomado como ponto de referência nestes debates e passaria a ser criticado por diferentes autores, inscritos em diferentes correntes de pensamento. A *crítica da teoria do subdesenvolvimento* trataria de realizar com Furtado o que ele

outrora havia feito, dialogando criticamente na tentativa de proceder a uma superação. Deste movimento de contestação à teoria do subdesenvolvimento florescem algumas das mais importantes controvérsias da história do pensamento econômico brasileiro e latino-americano. Estas estão na origem de livros estruturantes da obra de Furtado – marcando também um momento de inflexão em seu pensamento – por exemplo, *Análise do "Modelo" Brasileiro* (1972) e *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974). Assim como a reavaliação crítica, no início dos anos 1970, de sua tese original, lançada em *Formação Econômica do Brasil* e posteriormente reafirmada em *Formação Econômica da América Latina* (1969), sobre a transição para o sistema industrial da economia brasileira e latino-americana.

Defende-se aqui que os autores envolvidos nestas controvérsias tomam a obra de Furtado como fonte, realizando em relação a ela uma nova superação dialética, que envolve conservação de certos elementos, negação de outros e busca de uma nova síntese. Destas novas sínteses formaram-se as principais correntes teóricas do período, correntes que viriam subsidiar a fundação de importantes centros de pós-graduação no Brasil no campo das ciências sociais. Apresenta-se, assim, a centralidade de Furtado na evolução do pensamento social brasileiro.

Com a indicação *Análise do "Modelo" Brasileiro*, procura-se englobar um longo debate que se segue à proposição inicial de Furtado de que sem a realização das reformas de base haveria uma tendência à estagnação no Brasil, se desdobrando num debate acerca das características do modelo de desenvolvimento brasileiro. Os pontos mais controversos seriam: as fontes de impulso dinâmico do crescimento econômico; a concentração de renda como limitadora do crescimento das economias subdesenvolvidas; a tecnologia de produção adotada e a evolução da relação capital-produto; os limites dinâmicos da industrialização por substituição de importações; as mudanças no modelo de desenvolvimento brasileiro, com a formação do “tripé”: Estado, capital estrangeiro e capital nacional; além da característica cíclica da acumulação de capital.

As publicações essenciais de Furtado sobre o tema são *A Pré-Revolução Brasileira* (1962); *Dialética do Desenvolvimento* (1964); *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* (1966), *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (1967) e *Análise do “Modelo” Brasileiro* (1972). O debate crítico se dá, fundamentalmente, por parte de autores tributários da Cepal, situados no escritório da

instituição no Rio de Janeiro, ministrando cursos de especialização no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e lecionando na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A principal e mais persistente crítica provém de Maria da Conceição Tavares, com *Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil* (1963); *Além da Estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente no Brasil* (1970) – escrito com José Serra – e *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil* (1974)²⁰. Também contribuíram de forma decisiva Carlos Lessa, em *Quinze Anos de Política Econômica* (1965); Antonio Barros de Castro, em *O Modelo Histórico Latino-Americano: uma tentativa de sistematização de sua estruturação e dinâmica internas* (1966); e Aníbal Pinto, em *Natureza e Implicações da "Heterogeneidade Estrutural" da América Latina* (1970) e *Notas sobre os Estilos de Desenvolvimento na América Latina* (1976).

Ao final dos anos 1960, se estabelece uma nova controvérsia sintetizada em *O Mito do Desenvolvimento: subdesenvolvimento e dependência*. Dando sequência à crítica da demasiada força explicativa que adquirem os fatores externos na teorização de Furtado, apresenta-se a dependência por uma perspectiva, maiormente, sociológica, debatendo os seguintes pontos: uma revisão da formação histórica dos países latino-americanos, com a consolidação das relações: centro-periferia, desenvolvimento-subdesenvolvimento, dominação-dependência; a formação das classes sociais e da estrutura de poder interna aos países; o dualismo estrutural e as formações pré-capitalistas; a relação entre burguesia nacional e capital estrangeiro; o movimento de internacionalização do capital através das transnacionais e sua influência sobre a autonomia dos Estados nacionais dependentes; os limites do desenvolvimento capitalista nestes países.

As contribuições mais pertinentes de Furtado ao tema são: *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (1967), *Formação Econômica da América Latina* (1969), *A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina* (1973), *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974). Já a crítica mais veemente e diretamente relacionada à teoria do subdesenvolvimento viria por parte de autores que, de alguma forma, passaram pela Cepal no Chile. Primeiro, por pessoas ligadas ao Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social (Ilpes, órgão da Cepal) e ao Centro de Estudios Socio-Económicos da Universidade do Chile (Ceso), alguns deles

²⁰ Tese de livre-docência apresentada à Faculdade de Economia e Administração da UFRJ.

dissidentes do PCB. Os mais representativos talvez sejam: André Gunder Frank, com os textos *O Desenvolvimento do Subdesenvolvimento* (1966) e *Capitalismo e Subdesenvolvimento na América Latina: estudos históricos do Chile e Brasil* (1967); Theotônio dos Santos, com *O Novo Caráter da Dependência* (1967) e *Dependência e Mudança Social* (1972); e Ruy Mauro Marini, com *Subdesenvolvimento e Revolução* (1969) e *Dialética da Dependência* (1973).

A outra corrente da dependência, originária da Escola de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), cujos autores mais divulgados também tiveram passagens pela Cepal, no Ipes, e depois fundariam o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), ganhou bastante destaque no pensamento social brasileiro e latino-americano. Esta corrente tem suas origens nos trabalhos de Florestan Fernandes, posteriormente sistematizados em *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (1968) e *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (1972). Mas toma forma distinta e ganha notoriedade de fato com Fernando Henrique Cardoso, em *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil* (1964), *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica* (1967) – escrito com Enzo Faletto –, *Mudanças Sociais na América Latina* (1969) e “*Teoria da Dependência*” ou *Análises Concretas de Situações de Dependência?* (1970). Outra contribuição de grande repercussão foi dada por Francisco de Oliveira, em *A Economia Brasileira: crítica à razão dualista* (1972).

No início da década de 1970, uma nova controvérsia aflora em torno da obra de Furtado, tomando-a enquanto fonte. Embora não participe ativamente desta controvérsia, e, portanto, ela não tenha impacto sobre a formação de sua teoria do subdesenvolvimento, vale à pena identificar a controvérsia, em seus pontos de debate e autores participantes, pois teve grande importância na historiografia econômica brasileira. Trata-se de uma revisão crítica da interpretação clássica de Furtado sobre a transição para um sistema industrial no Brasil, isto é, a origem da industrialização brasileira. Os pontos de destaque no debate giram ao redor: da transição ao trabalho assalariado e da formação do mercado interno; da relação entre burguesia mercantil e burguesia industrial; das origens e características da industrialização pré-1914; dos choques externos e do processo de industrialização por substituição de importações; da intencionalidade da política econômica para incentivar a indústria; ou seja, da efetiva

transição ao sistema industrial observada na economia brasileira durante a primeira metade do século 20.

São questionadas as teses de Furtado lançadas originalmente em *Formação Econômica do Brasil* (1959), mas resgatadas pelo autor em *Formação Econômica da América Latina* (1969). As críticas partem de uma profusão de trabalhos, dentre eles: Boris Fausto, *A Revolução de 1930* (1970); Warren Dean, *A Industrialização de São Paulo* (1971); Manuel Peláez, *História da Industrialização Brasileira* (1972); Albert Fishlow, *Origens e Conseqüências da Substituição de Importações no Brasil* (1972); e Aníbal Villela e Wilson Suzigan, *Política de Governo e Crescimento da economia Brasileira: 1889-1945* (1973). Outra corrente foi fortemente influenciada pela obra de Furtado e pelas críticas de Maria da Conceição Tavares e Fernando Henrique Cardoso, formando a base da interpretação histórica que daria origem à Escola de Campinas, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Dentre os trabalhos mais importantes estão: João Manuel Cardoso de Mello, *O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira* (1975); Wilson Cano, *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo* (1975); e Sergio Silva, *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil* (1976).²¹

Embora também não seja analisada neste trabalho, para a terceira fase da obra, após 1974, quando ocorre uma *reformulação da teoria do subdesenvolvimento* por parte de Furtado, cabe indicar as principais controvérsias enfrentadas pelo autor. Frente à crise de hegemonia dos EUA e da reconfiguração do sistema mundial surge uma controvérsia de âmbito internacional sobre as novas características do sistema e o papel que nele desempenham os Estados nacionais. O que pode ser sintetizado sob o título de *a nova dependência*. Os livros de Furtado sobre o tema são: *Prefácio à Nova Economia Política* (1976) e *A Nova Dependência (dívida externa e monetarismo)* (1982).

Os pontos de destaque giram em torno da perda de autonomia e de capacidade de transformação social dos Estados nacionais frente à internacionalização do capital e da constituição de um sistema financeiro internacional, o que Furtado chamou de o capitalismo pós-nacional; o papel desempenhado pela moeda e pelo dólar, em especial, neste contexto de internacionalização, tirando capacidade de intervenção da política monetária nacional; assim como a mudança do padrão monetário internacional e suas

²¹ Teses de doutorado e pesquisas pioneiras da pós-graduação da Unicamp.

conseqüências em termos de instabilidade das moedas nacionais latino-americanas, sujeitas à persistente desvalorização e inflação crônica; enfim, a dependência financeira.

Uma controvérsia que abrange autores de distintas nacionalidades e daria origem ao campo da economia política internacional, como: Fernand Braudel, Charles Kindleberger, Robert Gilpin, Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi, Susan Strange e Michael Moffit. E que tem no debate brasileiro e latino-americano novas intervenções de Raúl Prebisch, publicando a partir de 1976 na *Revista de la Cepal* artigos que seriam compilados no livro *Capitalismo Periférico – crisis y transformación* (1981); alguns artigos de Maria da Conceição Tavares, dentre eles, *Notas sobre o Processo de Industrialização Recente no Brasil* (1978) – escrito com Luiz Gonzaga Belluzzo, e *A Retomada da Hegemonia Norte-Americana* (1985); o artigo de Carlos Lessa e Sulamis Dain, *Capitalismo Associado: algumas referências para o tema Estado e desenvolvimento* (1982); e a tese de Fiori, *O Vôo da Coruja: para reler o desenvolvimentismo brasileiro* (1984).

O processo de globalização, longe de espelhar a criação de uma cultura universal, significava a imposição da cultura estadunidense no sistema mundial, especialmente pela internacionalização de sua indústria cultural. Na controvérsia sobre *cultura e desenvolvimento*, Furtado foca sua análise na questão primordial das relações entre cultura, desenvolvimento e dependência, o que chamou de dependência cultural ou dominação cultural. Tema presente em toda sua obra, a começar pela tese de 1948, e que teria alguns elementos já elaborados em outros trabalhos como *Dialética do Desenvolvimento* (1964) e *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974). Mas que ganharia contornos mais definidos nos livros *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial* (1978) e *Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise* (1984)²². Após a abertura política, Furtado retornaria ao Brasil para assumir, em 1986, o recém inaugurado Ministério da Cultura.

Como principais pontos do debate, pode-se destacar: o caráter revolucionário dos valores da revolução burguesa na Europa e seu caráter conservador na América Latina, reforçando os laços de dependência herdados do período colonial; modernização e dependência cultural, com a assimilação da tecnologia estrangeira implicando assimilar também valores e formas de vida alheios, isto é, a relação entre mudanças na cultura material e na cultura não-material; a globalização da cultura dos países

²² Sobre o tema, ver Borja (2013), *Notas sobre a Dimensão Cultural na Obra de Celso Furtado*.

dominantes inviabilizando o florescimento das culturas locais e seu potencial criativo; a subordinação das potencialidades humanas ao processo de acumulação de capital, tido como um fim em si mesmo e não como um meio para realizar tais potencialidades, e o destino dado à utilização do excedente.

Furtado parece dialogar principalmente com os trabalhos de Darcy Ribeiro, produzidos anteriormente, como *O Processo Civilizatório – etapas da evolução sócio-cultural* (1968), *Teoria do Brasil* (1969); *As Américas e a Civilização – processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos* (1970), e *O Dilema da América Latina – estruturas de poder e forças insurgentes* (1971); além da grande obra de Florestan Fernandes, *A Revolução Burguesa no Brasil* (1975); e, possivelmente, o artigo de Roberto Schwarz, *As Ideias Fora do Lugar* (1973). Também cabe uma menção aos estudos de antropologia da cultura nos EUA e as pesquisas sobre história da cultura na escola dos *Annales* francesa.

Pode-se dizer que essas são as três grandes fases da obra de Celso Furtado. A virada da década de 1980 para 1990 traria consigo o fim de um período histórico marcado pela guerra fria no plano internacional, juntamente com um dos últimos suspiros desenvolvimentistas no plano nacional, expresso na Constituição de 1988. Interessante notar que, neste momento exato, Furtado se dedica à elaboração de seus registros autobiográficos. A trilogia *A Fantasia Organizada* (1985), *A Fantasia Desfeita* (1987) e *Os Ares do Mundo* (1991), determina, portanto, o fechamento de um longo período de intensa produção. Posteriormente o autor se dedicaria a trabalhos de divulgação, mas sem realizar novas formulações de peso sobre a teoria do subdesenvolvimento.

CAPÍTULO 2

FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

O pensamento brasileiro tem um marco fundamental na transição histórica do Brasil, de país agrário-exportador para urbano-industrial ao longo da primeira metade do século 20, tendo como ponto de referência a década de 1930. Não que aí se apresente o primeiro pensamento propriamente brasileiro, de forma autônoma em relação às teorias dos principais centros mundiais. Os estudos sociais de 1930, muitas vezes apresentados como demiurgos do Brasil, expressam, na verdade, esta transição histórica da sociedade brasileira, e, portanto, são demiurgos do Brasil urbano-industrial, portadores desta particularidade e influenciados pelas teorias difundidas à época no mundo. Os autores destes estudos também podem ser entendidos como intérpretes do Brasil, colocando a formação da nação em perspectiva histórica. Ao captar o sentido de formação do passado, analisar a conjuntura presente e apresentar um programa político para o futuro, estes autores constroem uma interpretação do Brasil.

Dentre estes estudos, cabe destacar, no campo econômico, as pesquisas sobre a história econômica do Brasil, ou sua formação econômica. São trabalhos que, enquanto intérpretes do Brasil, constituem as bases da historiografia econômica brasileira, ditando o rumo das pesquisas na área. Entre 1930 e o fim dos anos 1950, se forma este pensamento econômico, com destaque para três expoentes principais: Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior e Celso Furtado. Apresentar este debate pioneiro em termos de controvérsia da formação econômica significa ressaltar que cada um dos autores tem sua própria perspectiva teórica, com visões de mundo distintas.

Simonsen adota uma interpretação fundada na análise dos ciclos de produção da colônia e do país independente, subsidiada pela visão de mundo da burguesia industrial em ascensão. Caio Prado introduz no Brasil o materialismo histórico, para fazer uma interpretação marxista da história brasileira, a partir de uma visão de mundo atenta às questões da classe trabalhadora. Já Celso Furtado inaugura no país o estruturalismo latino-americano, construindo uma interpretação do Brasil baseada no método histórico-estrutural, com visão de mundo pequeno-burguesa e inserção social na burocracia estatal e em instituições internacionais.

Tais autores vão apresentar respostas diferentes para perguntas comuns da época, dentre as quais talvez a principal seja: por que tomaram rumos tão distintos

Brasil e Estados Unidos? Se ambos tiveram uma origem histórica comum na colonização americana pelos europeus, qual seria a razão dos EUA se firmarem como a principal nação industrial do século 20, enquanto o Brasil era uma das maiores áreas atrasadas, subdesenvolvidas ou dependentes do mundo? A fim de compreender esta questão, dentre outras, se produzem algumas das grandes interpretações do Brasil dos anos 1930, 1940 e 1950, consolidando a historiografia econômica brasileira.

Simonsen, Caio Prado e Furtado, apesar de tão diferentes entre si, guardam alguns traços em comum, que os distinguem da historiografia até então produzida. A principal distinção talvez seja a caracterização da economia colonial brasileira como capitalista, se opondo às teses feudais prevaletentes. Escapando à forma jurídica da propriedade da terra, vão buscar na estrutura produtiva, nas relações comerciais e nas relações sociais de produção elementos que definam a economia colonial. Neste sentido, fazem história econômica no intuito de captar a formação da economia brasileira.

Na sequência serão apresentados os principais trabalhos dos autores neste campo, de acordo com a historicidade e a processualidade de seu pensamento, precedidos sempre de uma contextualização histórica para captar a inserção social e a visão de mundo de cada um. No caso de Simonsen serão abordados: *História Econômica do Brasil (1500/1820)*, de 1937; *Aspectos da História Econômica do Café*, de 1938; e *Evolução Industrial do Brasil*, de 1939. Para Caio Prado: *Evolução Política do Brasil*, de 1933; *Formação do Brasil Contemporâneo – colônia*, de 1942; e *História Econômica do Brasil*, de 1945. E de Celso Furtado: *Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII*, de 1948; *Características Gerais da Economia Brasileira*, de 1950; *A Economia Brasileira*, de 1954; e *Formação Econômica do Brasil*, de 1959.

2.1 – ROBERTO SIMONSEN: A HISTÓRIA ECONÔMICA DOS CICLOS

Roberto Cochrane Simonsen (1889-1948) é unanimemente reconhecido como um dos maiores industriais brasileiros. Em geral, credenciado de “industrial nacionalista e progressista” e “grande ideólogo do desenvolvimentismo” (cf. Bielschowsky, [1988] 2000). Porém, não é com a indústria propriamente dita que começa sua trajetória profissional e política. Nascido numa influente família de origem inglesa, com

participação ativa nos negócios e na política do Império e da República Velha, Simonsen iniciou sua atuação empresarial junto à produção cafeeira para exportação.

Após cursar o ensino secundário no Colégio Anglo Brasileiro e se formar engenheiro na Escola Politécnica de São Paulo, trabalha na Southern Brazil Railway e, em 1911, ocupa a diretoria geral de obras da Prefeitura de Santos, cidade onde foi criado. Deixando a prefeitura no ano seguinte, fundou a Companhia Construtora de Santos e a Companhia Santista de Habitações Econômicas, empresas destinadas a realizar a urbanização da então maior zona portuária brasileira, ponto de saída de mais da metade do café exportado pelo país.

A década de 1920 marcaria o início de suas atividades propriamente industriais, fundando diversas companhias²³. Porém sem perder suas ligações com o negócio exportador, se associando a Casa Comissária Murray Simonsen Co. e ao banco inglês Lazard Brothes, financiadores do Instituto do Café (*cf.* Carone, 1973). Em 1928, já reconhecido como uma liderança industrial, participa da cisão da Associação Comercial de São Paulo que deu origem ao Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), sendo seu vice-presidente. Isso não o impede de tentar conciliar interesses industriais e agro-exportadores, intenção patente no discurso que proferiu na inauguração do centro. Buscava o apoio dos empresários exportadores, com os quais sempre esteve ligado, e que dominavam o cenário político da República Velha, fazendo inclusive uma defesa da política brasileira de valorização do café, em texto escrito em Londres em abril de 1929.

A quebra da bolsa de Nova York em outubro 1929 e a Revolução de 1930 representariam uma inflexão na história brasileira, e Simonsen não ficou indiferente a isto. A princípio fez coro com as classes dominantes paulistas contra o movimento liderado por Getúlio Vargas, sendo inclusive preso após a queda de Washington Luís. Perseguido pelo governo provisório, foi parte ativa da mobilização industrial na chamada Revolução Constitucionalista de 1932. Eleito deputado pelo Partido Constitucionalista de São Paulo para a Assembléia Nacional Constituinte em 1933, não saiu mais da vida política nacional.

Também em 1933 participa da fundação da Escola Livre de Sociologia e Política, projeto de classe para a formação das novas elites dirigentes de São Paulo. Em 1935 assume a presidência da Confederação Industrial do Brasil (futura Confederação

²³ Companhia Nacional da Borracha, Companhia Nacional de Artefatos de Cobre, Companhia Cerâmica São Caetano e Fábrica de Tecidos Santa Helena (*cf.* Maringoni, 2010).

Nacional da Indústria – CNI). E, definida a postura industrialista de Vargas, se aproxima do governo, apoiando o golpe que instituiria a ditadura em 1937. Toma parte em vários órgãos de centralização da política nacional criados pelo Estado Novo, como o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, ligado ao Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio. Neste âmbito trava com Eugênio Gudim o debate precursor do planejamento econômico no Brasil, nos anos de 1944 e 1945.

Foi presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) durante todo o Estado Novo, criando o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Serviço Social da Indústria (SESI). Em 1945, eleito deputado e, em 1946, senador pelo Partido Social Democrático, apóia em 1947 a cassação do Partido Comunista Brasileiro. Também neste ano faz uma crítica veemente ao Plano Marshall como representante brasileiro no Conselho Interamericano de Comércio e Produção, argumentando pela necessidade de um plano similar de auxílio dos Estados Unidos para a América Latina. Morreu em 1948, discursando na Academia Brasileira de Letras.²⁴

Bielschowsky ([1988] 2000) considera que Roberto Simonsen foi um “desenvolvimentista do setor privado”, que defendia a industrialização integral planejada pelo Estado, porém conjugada à manutenção do lucro privado. Elenca entre suas convicções teórico-políticas a necessidade do protecionismo, da intervenção estatal e do apoio do capital estrangeiro para a formação da indústria nacional, sempre que possível priorizando a atuação do capital privado local. Como legítimo intelectual orgânico da burguesia, também criticava qualquer tipo de tributação sobre a produção ou de elevação permanente dos salários e encargos trabalhistas. Entre suas maiores influências teóricas destaca-se o alemão Friedrich List e o romeno Mihail Manoilescu.

2.1.1 – História Econômica do Brasil (1500/1820)

Foi na Escola de Sociologia e Política de São Paulo que Simonsen elaborou seu trabalho intelectual de maior envergadura: a primeira *História Econômica do Brasil* que se tem notícia, publicada em 1937 (cf. Szmrecsányi, 2004). A Escola foi pioneira no Brasil ao incluir esta cadeira em sua grade curricular e Simonsen era o professor titular.

²⁴ Da qual foi membro, assim como da Academia Paulista de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; além da National Geographic Society dos Estados Unidos, da Royal Geographic Society inglesa e da Academia Portuguesa de História. (cf. Teixeira e Gentil, 2010).

Não se trata de uma obra fundamentada metodologicamente, mas antes de tudo uma tentativa de sistematização e compilação de dados e fatos históricos. No entanto, a primeira tentativa no Brasil de compreender a economia colonial, abordada pela ótica dos ciclos de produção, contextualizando os diferentes momentos internacionais e comparando a trajetória brasileira com as demais colônias da América, procurando o fundamento econômico dos acontecimentos históricos.

Simonsen compartilhava dos anseios e aspirações políticas da nascente burguesia industrial paulista, e sua atuação na Escola buscava criar e legitimar esta ideologia. Intenção explicitada pelo autor já no primeiro parágrafo da introdução:

Em princípios de 1933, numa atribulada fase da vida paulista, considerável plêiade de intelectuais lançava, nesta cidade, um manifesto, que se há de tornar memorável com o correr dos tempos. Nesse documento, demonstravam que não tendo podido ver triunfante pela força das armas o seu ponto de vista, compreendiam, mais do que nunca, a profunda desarmonia existente entre as nossas aspirações e a realidade político-econômico-social do país. Pregavam a urgente necessidade de se criarem escolas de formação de “elites”, em que se divulgassem as noções de política, sociologia e economia, despertando e criando uma consciência nacional, capaz de orientar a administração pública, de acordo com a realidade do nosso meio, concorrendo, assim, para fazer cessar, dentro do Brasil, a incompreensão reinante de que São Paulo era, e é, a vítima principal. (SIMONSEN, [1937] 1978, p.19)

Nitidamente um trabalho de legitimação da burguesia industrial paulista na “consciência nacional”, formando sua elite dirigente para comandar os rumos do país. Esta ambição norteia a pesquisa em torno da formação do Brasil, para compreensão do significado histórico das transformações observadas nos anos 1930. O que leva o autor a fazer, em alguns momentos, história comparada, ressaltando a condição de “atraso” em que se encontrava a economia brasileira frente aos demais países capitalistas, inclusive os EUA. Daí a importância fundamental de descobrir a origem comum da colonização americana e as diferentes trajetórias que tomaram suas colônias.

Simonsen atribui à colonização americana o caráter de empreendimento capitalista com a preocupação mercantil do lucro. Argumenta que o feudalismo era um regime político que gerava um entrave à expansão econômica, e encontrava-se já desestruturado pelo grande comércio europeu realizado no mediterrâneo. A expansão marítima seria um fator de consolidação dos Estados nacionais nascentes e de suas economias nacionais, coincidindo a descoberta do Brasil com a Revolução Comercial.

A concorrência entre os Estados capitalistas teria originado a descoberta acidental da América, na tentativa de alcançar a Ásia por uma rota alternativa. Nessa empreitada Portugal havia garantido seu pioneirismo costeando e contornando o continente africano, rompendo, com isso, o monopólio comercial exercido por Veneza até então. No encalço dos portugueses, os espanhóis tomaram sentido oposto na esperança de contornar o globo terrestre e chegar à Ásia, deparando-se com a América. Foram depois seguidos neste trajeto por portugueses, ingleses, franceses e holandeses, que se espalharam em diferentes pontos do novo continente.

Assim, a motivação dominante na exploração da América teria sido, segundo o autor, de ordem econômica, visando ao lucro comercial. Entretanto, mesmo partindo de um objetivo comum, os países europeus instituiriam suas colônias na América em condições e com resultados bem distintos. Os domínios espanhóis tiveram sua colonização assentada na exploração dos metais preciosos e na utilização do trabalho servil das populações autóctones. Nos Estados Unidos a colonização só teria início no século 17, quando as disputas religiosas na Europa motivaram um grande fluxo migratório para o norte do continente americano, em condições de clima, produção e riquezas naturais semelhantes às da Europa. Já no Brasil as características iniciais da colonização foram bem diferentes:

No Brasil, sem encontrar, a princípio, os metais preciosos, compelidos, por circunstâncias que teremos a oportunidade de analisar, a ocupar efetivamente a terra, foram os portugueses forçados a recorrer à agricultura, a fim de assegurar a base e o rendimento da nova colônia. Deparando um meio pouco atraente ao elemento europeu, e adstrito a produções tropicais, para aqui trouxeram uma grande massa de população africana, que se reuniu à população autóctone, povo primitivo, ainda na idade da pedra polida. Com tais elementos, o diminuto contingente de brancos formou uma civilização inteiramente nova, em ambiente reconhecidamente difícil.

Mera colônia de exploração, a princípio, colônia mista de povoamento e de exploração mais tarde [...]. (SIMONSEN, [1937] 1978, p.33)²⁵

Não encontrando no Brasil qualquer tipo de comércio organizado pelos povos nativos, Portugal estabeleceu algumas poucas feitorias a fim de possibilitar um fluxo rentável de mercadorias para o reino. Embora sem o mesmo volume de comércio, as feitorias seguiam os moldes adotados anteriormente na costa africana e na Ásia. Simonsen dá pouquíssima atenção à extração do pau-brasil, considerado um ciclo pouco relevante na vida econômica da colônia, que teria dado, inclusive, prejuízo a Portugal.

²⁵ Embora se refira aqui à distinção entre colônias de povoamento e de exploração, esta distinção não estrutura sua interpretação, e nem mesmo tem relevância significativa em sua análise.

Os motivos que levaram Portugal a ocupar efetivamente o território brasileiro foram a ameaça das demais nações européias sobre a posse das terras americanas e a perspectiva de encontrar metais preciosos. A ocupação seria feita no modelo já empreendido pelos portugueses nas ilhas atlânticas: concessão de capitânicas para produção em larga escala de produtos tropicais, especialmente o açúcar. O autor se mostra convicto quanto ao caráter capitalista das capitânicas hereditárias, negando qualquer tipo de traço feudal na iniciativa da coroa portuguesa. Ou seja, tratava-se de adotar “processos caracteristicamente capitalistas” para a ocupação efetiva do Brasil, uma vez que as concessões de terras e de direitos políticos especiais aos donatários teriam servido como um incentivo ao investimento nesta empresa de alto risco e lucro incerto. Seguiu, de resto, a orientação geral que, desde 1500, D. Manuel – “um autêntico capitalista” – aplicava em sua política de navegação e no regime de monopólios.

A produção de açúcar em larga escala no Brasil seria a partir de meados do século 16 o grande negócio do império português, servindo de fundamento econômico para a ocupação do território e sendo o primeiro grande ciclo da economia brasileira. Sobre a concepção dos ciclos de produção adotada, Simonsen não desenvolve nenhuma formulação própria, nem mesmo definidora do que seja um ciclo. Segue a perspectiva de João Lúcio de Azevedo, em *Épocas de Portugal Econômico* (1929), ao descrever os ciclos econômicos de Portugal, estendendo-a para analisar alguns outros ciclos particulares da economia brasileira.

Aponta, por exemplo, a partir do historiador português os primeiros ciclos comerciais do império ultramarino de Portugal: um do ouro da costa africana entre o final do século 15 e meados do século 16; e outro das especiarias da Ásia ao longo de todo século 16. Daí, portanto, a reduzida importância do pau-brasil no contexto do comércio colonial português, ocorrido junto a estes ciclos de maior relevo, em particular o da Ásia. No entanto, Simonsen não restringe sua análise aos ciclos econômicos do império português, incluindo também os que são importantes para a formação do Brasil. Ciclos que serviram de base econômica para a ocupação do interior: o ciclo do gado, o ciclo da caça ao índio, o ciclo do ouro, e um ciclo das especiarias da floresta amazônica.

Após romper com o monopólio veneziano no comércio do açúcar com a Ásia, Portugal instituiu sua própria produção nas ilhas atlânticas, desbancando também a produção concorrente de outras partes do mediterrâneo europeu. Assim, já dominava o mercado de açúcar quando se propôs a colonizar suas novas terras americanas – havia

mesmo uma superprodução de açúcar, regulada pela coroa portuguesa para que não provocasse queda do preço. De acordo com o autor, o que possibilitou a expansão em larga escala do açúcar no Brasil foi a alta geral dos preços e o aumento progressivo do consumo observados ao longo do século 16, como parte da revolução comercial e, em especial, da entrada em massa no mercado europeu da prata proveniente das colônias espanholas na América. O governo português pode, então, fomentar o desenvolvimento da produção brasileira, que a partir de 1560 teria superado a das ilhas atlânticas.

O sistema das donatarias, a experiência da produção nas ilhas atlânticas e a conquista do mercado europeu teriam garantido o sucesso de empresa portuguesa. Restava, contudo, resolver a questão da mão-de-obra. Demandando grande quantidade de trabalhadores, mas sem contar com um contingente populacional de relevo em Portugal, absorvido pela expansão comercial; nem dotados de uma forte corrente migratória da Europa em geral, avessa às áreas de clima tropical na América, restou aos donatários o recurso à escravidão. Essa é a posição de Simonsen frente à questão do trabalho escravo no Brasil: um imperativo econômico.

De saída com recurso à escravidão indígena, logo em seguida recorrendo ao tráfico de escravos das colônias portuguesas na África. O autor atribui ao atraso cultural do indígena brasileiro o seu fracasso como mão-de-obra para a agricultura sedentária, sendo de muito maior produtividade o escravo africano²⁶. Este, no entanto, só foi introduzido nas capitanias mais ricas, Bahia e Pernambuco, enquanto no sul predominava a escravidão indígena, fundamento das bandeiras paulistas pelo interior.

O ciclo do açúcar teria entrado em crise antes pela conjuntura internacional de meados do século 17 do que pelo início da mineração no Brasil. Argumenta que a política colonial das grandes nações européias desorganizou o mercado de açúcar e desbancou a produção brasileira, proibindo a entrada do açúcar brasileiro em seus mercados e dando exclusividade à produção de suas próprias colônias. Isto coincidiu com a grande baixa dos preços dos principais artigos do comércio internacional e com a descoberta de ouro em Minas Gerais nos últimos anos do século 17.

Foi atrelado à produção de açúcar que teve início o primeiro dos ciclos econômicos fundamentais para a ocupação do interior brasileiro: o ciclo do gado. Primeiramente compartilhando do mesmo espaço que as plantações de cana e os

²⁶ Simonsen segue a interpretação de Gilberto Freyre sobre a condição de atraso cultural do indígena.

engenhos, a criação de gado foi progressivamente tomando o rumo dos sertões nordestinos, se separando do açúcar, como uma atividade econômica própria, porém auxiliar aos engenhos, que demandavam animais de tração, transporte e alimentação.

Funcionando como uma “retaguarda econômica dos engenhos”, a pecuária teve outro grande momento de expansão quando se verificou o surto minerador da região central do Brasil. A concentração da população numa zona pouco fértil e com crescente demanda por alimentos e animais de transporte provocou um aumento crescente nos preços do gado, incentivando a produção do sertão e do vale do São Francisco. Esta demanda, não sendo plenamente atendida pela produção nordestina, possibilitou também o início da pecuária em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, além de integrar as colônias do extremo sul ao mercado minerador.

Foi, portanto, no entender do autor, a pecuária a grande responsável pela ocupação e integração econômica do território brasileiro. Através do comércio de gado pelos caminhos do sertão e tendo o centro minerador como mercado principal, houve a unificação entre o norte, o centro e o sul da colônia. Representando um momento de transição na hegemonia econômica do país, perdendo força o açúcar e a pecuária do nordeste, em favor da mineração do centro e da pecuária do sul, grande fornecedora de carne de charque e das mulas para o transporte do ouro.

Características próprias da criação de gado permitiram sua disseminação pelo interior. Simonsen destaca a organização social da produção, feita com capitais próprios da colônia, incorporando trabalhadores livres e com baixa densidade demográfica, o que sustentou uma grande expansão territorial da pecuária, uma indústria tipicamente extensiva. Também no fim da era colonial, com o declínio da mineração, teve a pecuária papel importante ao permitir a acumulação de capitais, trabalhadores e gado junto às futuras zonas produtoras de café.

Outro ciclo cujo autor dá grande atenção é o da “caça ao gentio para servir”, em sua expressão. São as famosas entradas e bandeiras paulistas, exaltadas como um dos feitos mais impressionantes da colonização brasileira.²⁷ Motivados primeiramente pelo aprisionamento do indígena e sua venda junto aos engenhos menos rentáveis do sul, os bandeirantes foram responsáveis pelo desbravamento de vastas regiões do interior da

²⁷ Faz-se necessário ressaltar a motivação original desta *História Econômica do Brasil*, escrita para um curso da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, nos anos seguintes à revolução constitucionalista de 1932. Assim, nota-se ao longo do trabalho a tentativa de realçar a importância permanente das iniciativas paulistas para a consolidação da nação.

colônia, para além do Tratado de Tordesilhas, especialmente as regiões do centro e extremo sul. No enalço dos caminhos das tribos, os paulistas realizaram o que o autor chama de um “ciclo despovoador”, em guerras constantes contra os índios e os jesuítas castelhanos. Posteriormente, com suas descobertas de ouro e diamantes na região central, procederam então a um “ciclo repovoador”, quando emigraram em massa para as regiões mineiras, junto com portugueses e escravos.

O ciclo do ouro data das primeiras descobertas paulistas de relevo nos últimos anos do século 17. Como dito, foi em torno à mineração que se desenvolveu a integração econômica das diferentes regiões da colônia, intermediada pela pecuária e pelas bandeiras paulistas. Daí a importância deste ciclo na manutenção da unidade territorial e política do Brasil, formando as primeiras cidades e estradas do interior, e mantendo aí uma corrente comercial. Também fundamentou o primeiro grande fluxo migratório espontâneo de Portugal, atraindo aventureiros em busca de fazer fortuna com o ouro, multiplicando em poucos anos a população colonial. Para Simonsen, ao contrário dos engenhos de açúcar, a mineração possuía uma organização social mais propícia ao empreendimento com baixo capital inicial, não exigindo grandes propriedades de terra ou maiores quantidades de escravos.

O autor destaca ainda o papel do ouro brasileiro como elemento dinamizador do comércio mundial e sua ativa participação na recuperação econômica de Portugal e na consolidação do poderio econômico inglês no século 18. Desde o fim da União Ibérica (1580-1640), Portugal vinha passando por grandes dificuldades para sustentar seu império colonial: desorganizada sua marinha nas guerras espanholas, perdidas várias de suas mais rentáveis colônias do comércio asiático e com a ocupação holandesa do nordeste brasileiro produtor de açúcar. A coroa portuguesa adotou, então, uma política defensiva, se aliando a Inglaterra através de uma série de acordos comerciais, cujo termo principal consiste no Tratado de Methuen assinado em 1703.

Assegurava-se o mercado português à produção têxtil inglesa e, em contrapartida, se facilitava a entrada de vinhos portugueses no mercado inglês. Sendo os tecidos de lã o principal produto industrial de exportação da época, obteve a Inglaterra grande saldo comercial com Portugal. Assim, o ouro brasileiro veio garantir o funcionamento do tratado e financiar os déficits portugueses. Simonsen avalia que tal medida acabou com a indústria têxtil nascente em Portugal, transformando-o em mero intermediário comercial entre Brasil e Inglaterra.

No entanto, o ciclo da mineração deu novo alento à economia portuguesa, garantindo-lhe um século de prosperidade. Deu muito mais a Inglaterra, é claro, permitindo grande acumulação de metais, manutenção de seu padrão monetário fundado no ouro e concentração das terras para os pastos, com profundo impacto sobre a formação social inglesa. Para o Brasil, após a decadência das minas, ficou a concentração e a formação de capitais em escravos e tropas de animais, que viriam subsidiar a implantação da lavoura cafeeira no Vale do Paraíba no século seguinte.

O último dos ciclos de ocupação do interior do Brasil ocorreu no Estado do Maranhão, criado pela metrópole portuguesa em 1621, de forma independente do Estado do Brasil. No início do século 17, ainda sob a União Ibérica, Portugal comandou a expulsão de franceses do Maranhão e de ingleses e holandeses da foz do rio Amazonas, garantindo seu controle sobre todo o litoral norte – e ultrapassando de muito a linha divisória acordada no Tratado de Tordesilhas. A dificuldade de navegação entre esta costa e a capital da colônia, na Bahia, deu motivo a fundação do novo estado, também dividido em capitanias, compreendendo desde o atual Ceará até a Amazônia.

A primeira atividade econômica do novo estado foi, como no caso da capitania de São Vicente, a caça ao índio para venda nos engenhos. A ocupação holandesa na região produtora de açúcar fez arrefecer o negócio, sendo este substituído em seguida pela extração de especiarias organizadas a partir das missões jesuítas no interior da floresta amazônica. Os missionários obtiveram sucesso em sua empreitada ao final do século 17, estabelecendo suas missões de catequização e acumulando riquezas com o comércio das drogas e especiarias da floresta durante toda primeira metade do século 18. Para o autor, a exploração da indústria extrativa pelos missionários representou uma ação “repovoadora” no vale amazônico, após o despovoamento da caça ao índio – movimento similar ao observado nas bandeiras paulista após a descoberta do ouro.

Isto possibilitou o reconhecimento da posse portuguesa sobre grande parte da região amazônica pelo Tratado de Madrid em 1750, mesmo que anteriormente estas terras fossem declaradas parte do império espanhol pelo Tratado de Tordesilhas. A partir deste ano começa a decadência das missões, com a reação de Pombal contra os jesuítas, culminando com sua definitiva expulsão. Pombal orquestrou uma política consistente de promoção da economia do Estado do Maranhão, criando a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e do Maranhão e incentivando a entrada de escravos africanos para a produção de gêneros tropicais de exportação, como o cacau, o arroz e o

algodão. Aproveitando as condições favoráveis ao comércio internacional destes bens, em virtude da Revolução Industrial inglesa e da independência americana, que rompeu seu fornecimento regular à indústria européia, dos anos de 1770 ao fim do período colonial pode o Maranhão alcançar grande prosperidade.

Com a decadência da mineração e o ressurgimento da agricultura, as últimas décadas da era colonial são caracterizadas por uma ascensão do comércio de gêneros tropicais. Por essa época a produção brasileira representava mais de 50% da exportação do império português, e para cá vinham 80% das exportações de Portugal para suas colônias. Simonsen cita Lúcio de Azevedo, afirmando que o Brasil era “o centro em torno do qual gravitava a vida econômica de toda a monarquia” (AZEVEDO *apud* SIMONSEN, [1937] 1978, p.365)

Isso nos remete à política colonial portuguesa e suas inflexões ao longo do tempo. Para o autor, a colonização do Brasil se inicia com uma política liberal de comércio, reservando à coroa unicamente o estanco do pau-brasil. Fora isto, era livre a exportação, não havendo monopólio sobre o comércio geral da colônia. As primeiras restrições surgiriam no tempo da União Ibérica, obrigando todo comércio a se realizar através de Portugal. Restaurada a autonomia portuguesa frente à Espanha, o reino cria a Companhia Geral do Comércio do Brasil em 1649 e, em 1666, determina que todo comércio exterior brasileiro seja feito através de Portugal. Manteve-se o exclusivo comercial até 1808, com a vinda da família real. Simonsen afirma que este fato histórico veio juntar no Brasil, já consolidado núcleo econômico do império, a direção política que lhe faltava, rompendo as principais características da economia colonial: à autonomia econômica somou-se a soberania política.

Diversas iniciativas de D. João VI são exaltadas como tentativa de implantar na América um verdadeiro império, fomentando nosso progresso econômico. Dentre elas, a abertura dos portos, a revogação da lei de 1785 que proibia indústrias no Brasil, os tratados comerciais com a Inglaterra, a instalação do Banco do Brasil, o incentivo à mineração etc. No entanto, a abertura dos portos e os tratados comerciais com a Inglaterra tiveram como efeito preponderante a elevação da importação, sem afetar significativamente as exportações.

As causas apontadas pelo autor são a política imperialista inglesa²⁸ e as mudanças ocorridas no comércio mundial em função da revolução industrial. Diante do bloqueio napoleônico e da dificuldade de vender suas mercadorias na Europa, os ingleses enviaram ao Brasil toda sorte de manufaturas, sem com isso abrir seu mercado aos produtos coloniais brasileiros. Dando preferência à produção de suas próprias colônias, se fecharam ao café, ao açúcar e ao tabaco, nossas principais exportações. Além de tornar a balança comercial deficitária por anos a fio, esta situação ainda acabou com o surto manufatureiro verificado após 1808.

Influíram também as mudanças no comércio mundial: se, na virada do século 18 ao 19, a guerra de independência americana e as revoluções na América Espanhola possibilitaram grande crescimento das exportações brasileiras, as décadas seguintes trouxeram um cenário internacional plenamente desfavorável. As repercussões da Revolução Industrial se fizeram sentir no conteúdo e no volume do comércio mundial, reduzindo a participação dos produtos tropicais e crescendo a demanda por produtos de clima temperado, originalmente produzidos pela própria Europa. Em análise comparada, o autor defende que até meados do século 18 a exportação brasileira foi muito superior à exportação da América Continental Inglesa, invertendo-se a partir daí, com larga vantagem para os, já independentes, Estados Unidos. Portanto, no momento da independência brasileira, estava em curso uma transição na economia mundial extremamente desfavorável para a economia nacional em formação.

2.1.2 – Aspectos da História Econômica do Café

A pesquisa compilada por Simonsen em *História Econômica do Brasil* apresenta apenas parte do processo de organizar e expor sua visão sobre a formação econômica do país. O trabalho foi completado em outras publicações, onde o autor expande sua interpretação da história econômica brasileira por meio dos ciclos de produção, perpassando os séculos 19 e 20. Apresentado como tese ao III Congresso de História Nacional do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1938 (*cf.* Carone, 1973), este estudo sobre o café é precedido por duas outras intervenções de caráter marcadamente

²⁸ “A ascendência britânica não tardou a se manifestar pelos tratados da aliança e comércio que impôs, ainda em 1810, a Portugal e que refletiam a política imperialista, que Pitt, em um de seus memoráveis discursos na Câmara britânica, deixou claramente delineada.” (SIMONSEN, [1937] 1978, p.396)

político no assunto.²⁹ Primeiro a defesa da política brasileira de valorização do café, destacando o trabalho do Instituto de Café de São Paulo, escrita em Londres meses antes da crise de 1929. O segundo mostra a inflexão ocorrida na posição do autor, quando argumenta pela diversificação da produção agrícola brasileira e pelo fim da monocultura de café, em exposição ao Departamento Nacional do Café em 1936. Para Szmrecsányi (2004), *Aspectos da História Econômica do Café* não chega a ser um trabalho original frente aos estudos contemporâneos, entretanto apresenta uma síntese do autor sobre o tema.

Simonsen identifica cinco fases na história do café. A primeira de difusão do consumo na Europa, antes da produção e exportação pelo Brasil. A segunda de introdução e adaptação do cafeeiro ao país, entre 1727 e 1810. A terceira de desenvolvimento da nossa produção com a expansão da cultura pelo Vale do Paraíba, entre o litoral fluminense produtor de açúcar e as antigas regiões mineradoras, de 1810 a 1870. A quarta fase seria de expansão da produção paulista no planalto de Piratininga, alcançando a liderança na produção nacional. Culminando com a quinta fase, de 1897 em diante, quando se verificou o crescimento desordenado das plantações paulistas, causando a superprodução.

Na primeira fase, disputado entre holandeses, ingleses e franceses no século 17, o negócio do café foi dominado pela França, maior consumidora do artigo, em meados do século 18, quando desenvolveu a produção em sua colônia de São Domingos. Mas após a Revolução Francesa houve a destruição das plantações pela revolta dos escravos, ficando nas mãos dos holandeses o controle da produção mundial, fixada em sua colônia de Java.

No Brasil, o café foi introduzido na região norte em 1727 e depois cultivado para consumo próprio nas chácaras do Rio de Janeiro a partir de 1770. Começou a ser exportado nas primeiras décadas do século 19 e somente em 1830 o país chegaria ao topo da produção mundial. Coincidindo com a difusão em larga escala do consumo de café na era industrial, a ascensão da produção brasileira permitiu a recuperação econômica do centro-sul após a crise de reajustamento da mineração à agricultura, revertendo o capital acumulado em escravos e gado para a produção cafeeira rumo ao

²⁹ *A Política Brasileira de Defesa do Café* (1929) e *A Superprodução de Café e a Economia Nacional* (1936).

mercado do Rio de Janeiro, transformado em importante centro consumidor com a vinda da corte portuguesa.

O café, portanto, constituiu a base econômica da formação do império e da nação independente. Sua produção no Vale do Paraíba, aproveitando os recursos acumulados na mineração e na pecuária, aumentou muito a oferta mundial do produto, fazendo o preço internacional cair. Segundo Simonsen, a expansão das plantações não foi freada por que houve grande desvalorização cambial, em função dos déficits comerciais brasileiros e da desorganização das finanças públicas após a independência, o que permitiu a manutenção de sua cotação em moeda nacional. A exaustão das terras é apresentada como um fator decisivo no declínio da produção cafeeira, identificando uma modificação das regiões produtoras, primeiro no lado ocidental do vale, depois migrando para o lado oriental, e posteriormente para Minas Gerais e o oeste paulista.

A partir de 1870 começa a expansão paulista, embora o domínio permaneça com a produção fluminense até 1890. Este é um período de transição, com a construção de ferrovias e a progressiva introdução do trabalho livre dos imigrantes nas plantações de São Paulo. Para o autor, a libertação dos escravos em 1888, da forma como foi feita, representou um forte golpe na economia fluminense, já ameaçada pela concorrência dos cafezais paulistas, mais produtivos e oferecendo preços mais baixos. A proclamação da República coincide com a hegemonia de São Paulo na exportação de café.

Simonsen coloca nos problemas da mão de obra o ponto central da questão. Na primeira metade do século 19, o crescimento da produção fluminense se fez aproveitando os escravos da mineração em decadência e aumentando a importação de africanos. Após 1850, com a proibição do tráfico, acentuou-se o deslocamento de escravos dos engenhos do nordeste para os cafezais do sudeste. Essa corrente de tráfico interno se manteve no Rio de Janeiro até 1879, quando foi extinta, enquanto os paulistas já adotavam, desde 1870, políticas de incentivo à imigração européia de trabalhadores livres. Além do desgaste do solo, este foi um fator fundamental na decadência da produção do Vale do Paraíba e na ascensão paulista.

Alguns pontos são elencados para o grande crescimento dos cafezais em São Paulo: condições ideais de clima e solo; clima propício ao colono europeu; facilidades de crédito; o sistema de remuneração dos colonos; facilidades de transportes com as ferrovias; concentração das atividades na monocultura do café; e a grande alta de preços verificada entre 1886 e 1896. A partir de 1897, enquanto a produção se multiplicava,

houve uma queda no preço internacional, levando o país à primeira crise de superprodução, por um crescimento desordenado das plantações.

Em 1902, o Estado de São Paulo instituiu um imposto sobre os novos cafezais, e, em 1906, organizou através do Convênio de Taubaté a primeira intervenção oficial no mercado, mesmo sem contar a princípio com o apoio do Governo Federal. Na avaliação do autor, a operação foi bem sucedida, mantendo a cotação do produto e dando retornos positivos, mas demonstrou que o armazenamento de estoques no exterior poderia ser arriscado, aumentando repentinamente a oferta nos mercados consumidores. A situação se estabilizou até a primeira guerra mundial, quando as exportações declinaram em virtude das dificuldades de transporte e do bloqueio da Europa central. Em 1917 houve nova intervenção no mercado, desta vez apoiado pelo Governo Federal, que forneceu um empréstimo com emissão do Tesouro. A operação foi novamente bem sucedida, contando ainda com uma forte geada em 1918 que afetou a produtividade dos cafezais. O valor do café na pauta de exportação e sua influência na taxa de câmbio brasileira fizeram com que o Governo Federal desse maior atenção à sua estabilidade, criando em 1921 os primeiros armazéns reguladores no interior de São Paulo. Em 1924, definiu-se uma política permanente de defesa do café com a criação do Instituto de Café de São Paulo e a fundação do Banco do Estado de São Paulo para seu financiamento.

A crise de 1929 desorganizou definitivamente o mercado de café. Após a Revolução de 1930, o governo criou o Conselho Nacional do Café e o Departamento Nacional do Café. Neste âmbito instituiu impostos sobre as novas plantações e mesmo sua proibição ao longo dos anos 1930, adotando enfim a queima do excesso de estoques. Na análise de Simonsen, esta postura do Brasil permitiu que outros países produtores aumentassem sua participação no mercado internacional, enquanto, no plano interno, São Paulo via declinar sua hegemonia política na federação.

2.1.3 – Evolução Industrial do Brasil

Fechando sua contribuição como intérprete do Brasil, Simonsen apresenta uma análise da conjuntura em que se encontrava o país, caracterizando-a para assentar as bases de seu programa político de transformação. De acordo com Carone (1973), *Evolução Industrial do Brasil*, publicado em 1939, foi escrito a convite do Conselho Federal de Comércio Exterior para uma missão universitária dos EUA em visita ao país.

Simonsen era, neste início do Estado Novo, presidente da Fiesp e professor de história econômica do Brasil na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. O texto traz a intenção de atrair capitais estadunidenses para auxiliar a industrialização pesada, além de uma perspectiva comparada entre a história dos dois países.

Afirmando que, do ponto de vista da indústria como etapa superior da agricultura, o Brasil já foi bem maior do que os Estados Unidos, se pergunta:

Por que, pois, tem sido tão diversa a evolução econômica que se vem processando nos dois países nestes últimos 150 anos, e na qual as atividades industriais representam tão importante papel? [...] E por que a produção industrial norte-americana é hoje mais de 100 vezes superior à brasileira, que no entanto ocupa o primeiro lugar na produção industrial sul-americana? (SIMONSEN, [1939] 1973, p. 6)

Esta questão, comum aos autores do período, norteia o trabalho de Simonsen, e sua primeira resposta aponta para os “determinismos de ordem geológica e geográfica”. Isto é, nos EUA haveria: minas de carvão e minério de ferro abundantes para a siderurgia; clima favorável e proximidade à Europa para exportação de cereais; aparelhamento econômico e mecânico para a exportação em massa de algodão; riquezas naturais e condições climáticas propícias à imigração européia; além de uma política protecionista que consolidou a maior potência industrial do mundo no fim do século 19.

Fora os “determinismos”, indica também a política protecionista de corte industrial como elemento de diferenciação entre os dois países. Se na era colonial o Brasil se viu impossibilitado de desenvolver atividades manufatureiras – pela proibição do ofício de ourives em 1766 e de quase toda produção têxtil em 1785 –, após a independência, por motivos de política internacional, vigorou o livre comércio até 1844. Os tratados comerciais impostos à Coroa portuguesa pelos ingleses em 1810 aumentaram grandemente a importação de manufaturas, inviabilizando a evolução industrial ao mesmo tempo em que criavam déficits na balança comercial.

Somente a partir de 1860 o país conheceria saldos comerciais positivos, com a elevação das tarifas de importação e as exportações de café. Nesta segunda metade do século, de acordo com Simonsen, a política tarifária oscilou entre liberalismo e protecionismo, porém este mais para proporcionar rendas ao tesouro do que para fomentar a indústria. Com o fim da escravidão, a maior imigração de colonos europeus e o grande crescimento da cultura cafeeira, houve a formação de mercado interno para a produção industrial. E, no início do século 20, após a superprodução de café, com a

diminuição das divisas para importação e a queda da taxa de câmbio, observou-se um forte incentivo do desenvolvimento industrial.

O autor identifica o primeiro surto industrial brasileiro entre 1885 e 1895, período das maiores exportações de café – permitindo a formação de capitais –, de prosperidade da economia mundial, de afluxo de capitais estrangeiros, de aumento dos meios de pagamentos pela nova política monetária da República, de grande especulação financeira na bolsa de valores e de inflexão na política tarifária, que tomou caráter mais protecionista. Este primeiro crescimento industrial de relevo concentrou-se principalmente no Estado do Rio de Janeiro e no Distrito Federal, dada a liderança econômica exercida pela economia cafeeira do Vale do Paraíba.

Entre 1895 e 1905, houve um momento de instabilidade econômica com a primeira crise de superprodução de café. A baixa dos preços gerou queda nos salários da lavoura e fez com que o enorme contingente de imigrantes do interior paulista refluísse para São Paulo. Formou-se, então, um mercado importante para a produção industrial, impulsionada pelo capital cafeeiro e pelas seguidas baixas da taxa cambial. Nos primeiros anos do século ocorre o segundo surto industrial brasileiro, o primeiro paulista, que contou ainda com uma rede ferroviária bem desenvolvida no estado e com a introdução da eletricidade, substituindo o vapor como principal energia motora. De 1910 em diante, São Paulo seria o maior centro industrial do país.

Para Simonsen, não se pode atribuir à primeira guerra mundial a origem de nossa industrialização, embora ela tenha dado novo impulso à evolução industrial brasileira, provocando uma significativa diversificação da produção para o mercado interno, impossibilitado de recorrer às fontes de importação. Os anos 1920 trariam um novo ânimo à exportação de café com o restabelecimento das relações comerciais, fazendo arrefecer o crescimento industrial. Com a crise mundial, a indústria se manteve praticamente estagnada, retomando a expansão em 1934, estimulada pelo aumento do meio circulante e pela baixa do poder aquisitivo no exterior.

Ao contrário do ocorrido nos EUA, nestas décadas de desenvolvimento industrial mais intenso não houve, na análise do autor, uma política consistentemente protecionista de caráter industrializante. A proteção tarifária teria sido muito menos decisiva do que a desvalorização cambial e o rápido aumento do mercado interno determinado pelo crescimento populacional. A indústria surgiu, portanto, das necessidades de consumo não satisfeitas pela importação, e isso se explicitaria no

parque industrial brasileiro, focado nos artigos de consumo imediato, sem grande desenvolvimento da indústria de base. Fora a produção de cimento, produtos químicos e algum instrumental mecânico, não haveria evoluído nossa indústria pesada de forma satisfatória, dependendo de maior ação governamental e apoio do capital estrangeiro, como no caso da siderurgia.

Nesta questão da siderurgia, indústria básica para a maior maquinação do país, para o barateamento de seus aparelhamentos econômicos e melhor evolução de suas indústrias, estamos agindo em círculo verdadeiramente vicioso. Por falta de combustíveis apropriados, de transportes e de um mercado interno de valor, não imprimimos à siderurgia um desenvolvimento paralelo ao dos outros povos adiantados. A falta desse desenvolvimento impede a nossa maior evolução industrial e maior enriquecimento. A deficiência de capitais nacionais e a ausência de uma larga política econômica não permitem aos industriais brasileiros a sua cooperação, em proporções adequadas, ao grande impulso que o problema está reclamando. (SIMONSEN, [1939] 1973, p.43)

Aqui Simonsen utiliza, antecipadamente, alguns elementos característicos da economia do desenvolvimento de viés mais ortodoxo, por exemplo, "círculo vicioso", "povos adiantados" e "grande impulso". Do mesmo modo, ao defender a comunhão de interesses entre indústria e agricultura – com os trabalhadores da agricultura formando mercado interno para os produtos industriais e a indústria demandando matérias-primas. Neste sentido, também demonstra alinhamento ideológico com a economia do desenvolvimento, mantendo uma postura da aproximação entre Brasil e Estados Unidos, com fornecimento estadunidense de capitais e bens de produção. Conclui o memorando com a seguinte afirmação:

Alisto-me, sinceramente, entre os que nutrem esperanças de que os Estados Unidos poderão manter realmente conosco, no terreno econômico e industrial, uma cooperação e uma aproximação, em harmonia com as ligações de ordem política, por que todos almejamos. (SIMONSEN, [1939] 1973, p. 49)

Tido, em geral, como o expoente maior da burguesia nacional, Simonsen, na verdade, expressa o interesse particular da burguesia industrial paulista em sua tentativa de afirmação nacional. Para tanto não se nega a demandar o auxílio do capital estrangeiro. No caso, em nítida troca de favores com os EUA, conjugando alinhamento político e ajuda econômica no momento em que iniciava a segunda guerra mundial. Registra-se, com isso, a precoce intenção de associação entre capital nacional e capital estrangeiro. Esta postura política é plenamente condizente com a interpretação que Simonsen faz da história econômica brasileira, baseada nos ciclos de produção, sob a

visão de mundo da classe proprietária e com objetivo de "fazer cessar, dentro do Brasil, a incompreensão reinante de que São Paulo era, e é, a vítima principal"

2.2 – CAIO PRADO JR: UMA INTERPRETAÇÃO MARXISTA DO BRASIL

Nascido na grande burguesia cafeeira paulista, Caio Prado Júnior (1907-1990) acabou por se tornar um dos mais importantes intelectuais comunistas do Brasil. Imerso no ambiente dos anos 1920 e 1930, tem sua formação intelectual e política influenciada pela ascensão do proletariado no cenário político nacional, assim como pelo movimento modernista na arte e a renovação nos estudos sociais com a constituição das universidades. Militou no Partido Comunista Brasileiro (PCB) durante décadas, embora seja sempre apontado como um militante à margem do partido, defendendo teses minoritárias e sem ocupar postos de direção.

Após fazer o ensino secundário em colégio jesuíta e passar uma temporada estudando na Inglaterra, cursa a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, entre 1924 e 1928. Sua família era exportadora de café, com grande participação na República Velha, e sua iniciação na vida política veio através do Partido Democrático, de orientação liberal, fundado em 1926 pela fração dissidente da oligarquia e das camadas médias paulistas (cf. Iglésias, 1982; e Ricupero, 2008). O partido faz oposição ao candidato oficial Julio Prestes, apoiando a candidatura de Getúlio Vargas nas eleições presidenciais de 1930. Derrotado nas urnas, sob suspeitas de fraude, Vargas comanda um movimento armado que tomaria o poder na Revolução de 1930. Caio participou do movimento, mas cedo se desiludiu com os rumos da revolução. Adota então uma postura mais crítica e radical, filiando-se ao PCB em 1931. Ao contrário de seu grupo social de origem, não participa da Revolução Constitucionalista de 1932 – opta por fazer trabalho de base no PCB.

Em 1933, escreve *Evolução Política do Brasil*, sua estreia intelectual, considerada a primeira aplicação relevante do materialismo histórico como método de análise da história brasileira³⁰. Segue-se uma viagem a União Soviética, também registrada em livro, e um período de estudos no curso de História e Geografia da recém

³⁰ Entre os comentadores que sustentam esta opinião destaca-se: Francisco Iglésias, 1982; Carlos Nelson Coutinho, [1988] 2011; e Bernardo Ricupero, 2008.

fundada Universidade de São Paulo, onde trava contato com importantes intelectuais europeus em missão ao Brasil, especialmente os franceses.

Talvez o momento de maior destaque em sua atuação política tenha sido na Aliança Nacional Libertadora (ANL) de 1935, quando assumiu a posição de vice-presidente da seção paulista. É um dos principais líderes da ANL em São Paulo, percorrendo todo o estado para fazer comícios e palestras, publicando artigos e sendo redator de órgãos da imprensa partidária (cf. Ricupero, 2008). Colocada na ilegalidade, a ANL é dissolvida e seus líderes são presos. Caio fica no cárcere por dois anos, saindo em 1937 para o exílio na França. Na Europa, se liga ao Partido Comunista Francês e colabora com a luta antifascista na guerra civil espanhola. (cf. Iglésias, 1982)

Ainda no exterior dá início à redação de sua obra mais reconhecida: *Formação do Brasil Contemporâneo – colônia*. Livro consagrado na historiografia brasileira, lançado no ano de 1942, mesmo ano em que funda a *Editora Brasiliense*, de profunda importância na difusão da produção intelectual crítica do país. Caio retornara ao Brasil em 1939, às vésperas da segunda guerra mundial, e, com o PCB na ilegalidade, se dedica à pesquisa e à organização da editora: em 1945 publica *História Econômica do Brasil*. Neste período participa da campanha pela redemocratização do país e atua na disputa interna do PCB, polarizada entre apoiar ou não o governo ditatorial de Vargas. Caio se coloca contra, mas a linha central segue apoiando. Embora politicamente à margem, consegue se eleger deputado estadual em 1947 – no curto tempo de legalidade do partido de 1945 a 1947 – sendo cassado em seguida.

Em 1954, Caio Prado tentaria um concurso para a cadeira de economia política da Faculdade de Direito da USP, onde havia se graduado. Escreve para o concurso a tese *Diretrizes para uma política econômica brasileira* e, embora tenha sido aprovado, não assume a cadeira, recebendo somente o título de livre-docente. A partir daí articula um grupo de intelectuais comunistas críticos à linha central do PCB e funda a *Revista Brasiliense* em 1955. Através da revista, publicaria, no início dos anos 1960, importantes contribuições ao debate da questão agrária no Brasil, em momento decisivo da luta pela reforma agrária e da articulação dos trabalhadores rurais nas ligas camponesas. O golpe civil-militar de 1964 poria fim à revista e reprimiria o movimento organizado dos trabalhadores.

Ainda no rescaldo do golpe, Caio Prado escreveria outro de seus livros mais impactantes: *A Revolução Brasileira* – lançado em 1966 e que o levaria novamente à

prisão. Uma contribuição de destaque, onde manteria seus argumentos desenvolvidos desde os anos 1930 sobre a característica capitalista da economia brasileira, criticando a tese feudal do PCB e sua estratégia de aliança com uma suposta "burguesia nacional" interessada na autonomia do país frente ao imperialismo estadunidense e europeu.

2.2.1 – Evolução Política do Brasil

Publicado originalmente com o subtítulo *Ensaio de interpretação materialista da história brasileira* (cf. Iglésias, 1982), *Evolução Política do Brasil* (1933) é considerado por muitos a primeira tentativa bem sucedida de aplicar o método de Marx na historiografia brasileira. Trata-se de uma análise de síntese, onde o autor busca, a partir do materialismo, contestar a "história oficial" das classes dirigentes – como indica no prefácio à primeira edição. Apesar de ser um estudo voltado à questão política, a perspectiva materialista direciona Caio Prado à pesquisa da base material da sociedade brasileira – já apontando o rumo futuro que tomaria sua obra.

Para a história econômica, o que parece mais significativo neste trabalho é a compreensão do processo histórico em termos da dialética entre base material e superestrutura política, isto é, partindo da análise da forma de produção compreender a estrutura social e sua expressão em termos de disputas políticas entre as diferentes classes sociais. Este procedimento é particularmente bem elaborado para o período colonial, extraindo daí inclusive as contradições internas à sociedade brasileira que conduziram à independência do país.

Começa por discordar da tese, dominante até então na historiografia brasileira, de que haveria entre nós feudalismo, tal qual experimentado pela Europa.³¹ Constata que a expansão marítima portuguesa foi fruto da ambição de lucro de sua burguesia comercial, que não encontrava no restrito território português os meios de sua satisfação. Uma vez descoberta a América, somente 30 anos depois conduziria um projeto de colonização, em virtude da ameaça francesa sobre o território americano. Esta primeira tentativa veio com as capitânicas hereditárias, repetindo aqui a experiência anterior nas ilhas atlânticas, fundada na exploração privada do território. Segundo o autor, este início de colonização guardaria em si características formais feudais,

³¹ E faz isto em 1933, portanto alguns anos antes de Roberto Simonsen, que só desenvolveria essa interpretação em 1937, em sua *História Econômica do Brasil*.

particularmente no regime de propriedade da terra, mas que não ficariam marcadas na formação brasileira. Especialmente por que o sistema de capitanias não teria tido sucesso – a não ser em pontos específicos como em Pernambuco, pela produção de açúcar, e em São Vicente, pelo interesse político da metrópole – e seria revertido com a instituição do governo geral em 1549, progressivamente resgatando as capitanias doadas.

O fator determinante da colonização brasileira não seria a propriedade da terra em si, mas também a disponibilidade de capitais para empreender uma produção lucrativa nos trópicos. Assim, o empreendimento colonial no Brasil se diferenciaria do feudalismo europeu, pois associa à propriedade fundiária o acúmulo de capital necessário à produção em larga escala para o comércio internacional, característica da expansão do capitalismo de então.³²

Com a grande exploração rural instituiu-se também a escravidão. Para Caio Prado, o regime de trabalho escravo seria uma consequência necessária do tipo de produção desenvolvido nos trópicos. Isto é, nas terras tropicais, em virtude do meio hostil e da distância do mercado europeu, somente a produção em larga escala seria viável. Portugal não dispunha de uma população suficiente para fornecer trabalhadores na quantidade exigida, logo a escravidão se impunha como necessidade.³³

Define-se, portanto, a base material da colônia, fundada na grande exploração agrícola para exportação em regime de trabalho escravo. Daí deriva-se a estrutura social, ou seja, na sociedade colonial haveria duas classes fundamentais, os grandes proprietários de terra e a massa de escravos africanos e indígenas. Para uma economia colonial pouco diversificada, aponta-se uma baixa estratificação social, e assim uma superestrutura política incipiente. Até meados do século 17, o Estado colonial reduzia-se ao domínio do grande proprietário, ficando o poder concentrado nas câmaras municipais, com autonomia entre si e vínculo direto com a metrópole. O autor ressalta ainda que havia uma comunhão de interesses entre os grandes proprietários e a metrópole portuguesa, ambos voltados para a ocupação produtiva do território e para a

³² "Esta observação destina-se principalmente aos que, fundados em certas analogias superficiais, se apressam em traçar paralelos que não têm assento algum na realidade. Podemos falar num feudalismo brasileiro apenas como figura de retórica, mas absolutamente para exprimir um paralelismo, que não existe, entre nossa economia e a da Europa medieval." (Prado Jr., [1933] 2007, p.17, n.8)

³³ Argumentando pela necessidade da escravidão Caio Prado padece, em alguma medida, de determinismo geográfico, o que é contraditório com seu método geral de trabalho. O tema será retomado mais a frente na análise de *Formação do Brasil Contemporâneo*.

expansão do comércio externo. Esta comunhão dos interesses entre classe dominante da colônia e da metrópole portuguesa é a chave para se compreender a dinâmica da formação do Brasil neste período.

A inflexão na política colonial portuguesa viria após o término das guerras holandesas. Com a União Ibérica, Portugal teve seu império colonial desmontado, e cresceu de importância a colônia americana, firmando-se como núcleo econômico do império. A atividade mercantil metropolitana se fiava no Brasil e progressivamente foram sendo criadas restrições econômicas à colônia: em 1647 cria-se a primeira companhia de comércio e em 1661 institui-se o monopólio comercial. Prado Jr. fala mesmo de um "parasitismo colonial" – acentuado posteriormente com a descoberta das minas de ouro e diamante, e que culminaria com a proibição das manufaturas em 1785.

Portugal se transformava em entreposto comercial e tomava todas as medidas para fortalecer este comércio, restringindo a liberdade de ação da colônia. Tal política pesou sobre uma sociedade que teve rápido desenvolvimento com a produção de açúcar, mas que perdia o monopólio mundial com a concorrência antilhana. O reino encontrava-se em decadência e se inicia um fluxo migratório de Portugal ao Brasil. Em termos da estrutura social, a principal mudança foi a formação de uma nova classe social voltada ao comércio, uma burguesia mercantil de origem portuguesa, que passou a disputar o poder político com os grandes proprietários.

Segundo Caio Prado, de meados do século 17 em diante há uma contínua concentração do poder na autoridade metropolitana, em detrimento das câmaras municipais. Rompia-se o equilíbrio político da colônia, e explicitava-se a diferenciação de interesses entre os naturais da colônia e do reino – o regime colonial passava a se contrapor aos interesses dos produtores nativos e a favorecer exclusivamente os comerciantes portugueses. Agora havia duas classes em disputa pelo poder, os grandes proprietários brasileiros e a burguesia mercantil portuguesa. E esta contradição básica entre interesses de classe distintos vai conduzir às tensões sociais que desembocariam no processo de independência do país.

A vinda da família real em 1808 indica a centralidade do Brasil no sistema colonial português, ao mesmo tempo em que as mudanças geradas explicitam as contradições em jogo. Ao transformar o Rio de Janeiro em capital do império português e romper o estatuto colonial, especialmente pela abertura dos portos, o governo vai criando vínculos maiores no Brasil e se aproxima dos interesses locais, deixando

insatisfeitos os comerciantes portugueses. Somou-se ainda a concorrência inglesa, privilegiada no comércio com a colônia. Para Caio Prado, essa divergência de interesses motivou a revolução constitucionista do Porto de 1820, explicitando a polarização de forças que levaria à independência do Brasil.

Evidenciando sua interpretação marxista, o autor identifica a disputa entre grandes proprietários brasileiros e comerciantes portugueses como ponto focal da luta de classes e afirma que a "superestrutura política do Brasil-Colônia que, já não correspondendo ao estado das forças produtivas e à infra-estrutura econômica do país, se rompe [...]" (PRADO JR., [1933] 2007, p.51-52). Conclui que o novo Estado nacional instaurado é resultado de um "arranjo político" entre a corte portuguesa e os grandes proprietários da colônia, determinando o caráter conservador de nossa independência.³⁴

Evolução Política do Brasil é uma interpretação marxista da história brasileira, com foco nas relações entre base econômica e superestrutura política, para captar as mudanças na correlação de forças que sustenta o Estado brasileiro. Ao mesmo tempo, é também o esboço do grande movimento interpretativo de Caio Prado para dar conta da ansiedade de sua geração: compreender a formação socio-econômica do Brasil. Trabalho iniciado pelo autor em 1933, mas que ganharia contornos mais definidos em suas publicações dos anos 1940.

2.2.2 – Formação do Brasil Contemporâneo – colônia

Considerado sua obra-prima, *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) busca, através da pesquisa histórica, compreender a realidade presente do Brasil. Este parece ser o objetivo geral dos estudos sociais elaborados neste período, mas em Caio Prado merece uma atenção particular, pois, como afirma COUTINHO ([1988] 2011, p.201): "Mesmo quando trata do passado, Caio Prado tem sempre em vista a investigação do *presente como história*, o que implica para ele, enquanto marxista, uma análise dialética da gênese e das perspectivas desse presente." Isto é, entender o presente como história significa ressaltar o caráter processual da realidade contemporânea, impregnada do passado e preme do futuro.

³⁴ Coutinho ([1988] 2011) associa esta interpretação de Caio Prado à análise de Lênin sobre a "via prussiana" na Alemanha e à interpretação de Gramsci sobre a "revolução passiva" e "pelo alto" na Itália.

Embora planejasse dar sequência ao trabalho em outros volumes, Caio Prado se restringe ao período colonial, adotando como ponto de vista histórico a virada entre os séculos 18 e 19, tomada enquanto momento de síntese da obra colonizadora de Portugal.³⁵ Para o autor, este período histórico, que se encerra com a vinda da família real em 1808, constitui o marco fundamental da formação da nacionalidade, conjugando os elementos que se propagariam ao longo do século 19 para determinar o essencial do século 20. Em sua avaliação, o Brasil contemporâneo de 1940 ainda não teria concluído a transição entre a economia colonial e a economia nacional.

A linha de interpretação adotada segue de perto o método de Marx para construir a categoria de "sentido": abstraindo o que se considera acidental, encontra-se o essencial que dá inteligibilidade a uma formação histórica determinada. Este seria o "sentido" que estaria entremeado e direcionaria todos os fatos mais relevantes na história da colonização brasileira, que englobaria diferentes momentos e aspectos particulares dentro de um todo unitário.³⁶ Nestes termos Caio Prado vai construir sua categoria de análise fundamental, o *sentido da colonização*.

Para tanto, parte da expansão marítima europeia, entendida como um capítulo do desenvolvimento do comércio europeu, deslocado de sua rota terrestre entre o Mediterrâneo e o Mar do Norte, para a rota marítima que contorna o continente atravessando o estreito de Gibraltar. Desta revolução na navegação e no comércio deriva o impulso que lançaria os europeus na busca de novas rotas comerciais marítimas para África e Ásia, e que por fim daria origem ao "descobrimento" da América. Isto determina o espírito de empresa comercial com que colonizam os novos territórios alcançados, e que fará da América, a princípio, um lugar desprestigiado em relação ao oriente, onde já havia um grande mercado consolidado.

Portugal, que tivera papel pioneiro nesta empreitada, tenta reproduzir na América o tipo de feitoria comercial já empregada na África e na Ásia, mas sem obter sucesso, fora o pequeno comércio de pau-brasil. Segundo Caio Prado, nenhum país europeu estava em condições, no século 16, de empreender uma colonização efetiva da América, pois ainda se recuperavam da "peste negra" que dizimara sua população. A iniciativa de colonizar, portanto, só surgiu como uma contingência, uma necessidade para viabilizar a empresa comercial. Portugal dá início, assim, a colonização do Brasil,

³⁵ De acordo com Lincoln Secco (2011), esta perspectiva foi emprestada de Capistrano de Abreu.

³⁶ Ricupero (2008) associa o "sentido" de Caio Prado à totalidade de Marx.

reproduzindo em larga escala a experiência que já desenvolvera nas ilhas atlânticas, na base de capitânicas voltadas para a produção de gêneros tropicais, no caso o açúcar.³⁷

Caio Prado adota a distinção feita pelo francês Leroy-Beaulieu, em *De la colonisation chez les peuples modernes*, para determinar as características da colonização da América. Além da colonização espanhola fundada na exploração dos metais preciosos, distingue duas áreas específicas de colonização: uma nas regiões temperadas e outra nas regiões tropicais e subtropicais. A zona temperada da América, em especial o norte, teria despertado pouco interesse econômico, subsistindo das atividades extrativas de madeira, peles e pesca. Somente seria ocupada no século 17, servindo de escoadouro para a população repelida pelas lutas político-religiosas e pela transformação dos campos em pastagens na Inglaterra. As colônias de povoamento se formariam sem vínculo direto com o objetivo comercial, simplesmente reproduzindo a sociedade europeia em condições físicas similares.

Muito diversa foi a colonização da zona tropical, permeada desde o início pela motivação mercantil do lucro. Se o meio físico apresentava-se hostil ao europeu, por outro lado abria novas possibilidades para a produção de gêneros tropicais de alto valor comercial. Serão atraídos para os trópicos americanos, não colonos interessadas em construir uma nova sociedade em si, mas empresários de um grande negócio lucrativo. Esta exploração agrária tomará o caráter de produção em larga escala baseada no trabalho escravo dirigido pelo europeu. No Brasil, em particular, o trabalho escravo será amplamente utilizado, segundo Caio Prado, em virtude da baixa densidade demográfica de Portugal e de seu domínio sobre o mercado africano de escravos³⁸. Sobre esta base surgirá de fato uma nova sociedade, inédita até então no mundo, mas cujo sentido será a produção de gêneros tropicais em larga escala para o mercado europeu.

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução

³⁷ Aqui se percebe uma pequena inflexão no pensamento do autor: em *Evolução Política do Brasil* o determinante para a colonização é a defesa do território contra as ameaças francesas, na expectativa de um futuro ganho comercial; em *Formação*, desde o princípio a motivação mercantil se impõe como prioridade da colonização, viabilizando a empresa comercial nos trópicos. Este parece ser o movimento geral de seu pensamento, rumando para a determinação econômica dos acontecimentos históricos.

³⁸ Além de justificar de forma tradicional a escravidão nos trópicos, o autor também caracteriza de forma conservadora o atraso cultural do indígena em relação ao africano, e de ambos em relação ao europeu.

histórica dos trópicos americanos. (PRADO JR., [1942] 1995, p.31)

A partir deste sentido se organizará a economia e a sociedade brasileiras, e dele derivará também o povoamento e a ocupação efetiva do território. No primeiro século de colonização somente o litoral foi ocupado, atendendo ao objetivo da produção de açúcar para o comércio externo. Progressivamente o povoamento se expande para o interior, neste momento com a pecuária auxiliar dos engenhos penetrando o sertão do nordeste e com as missões jesuítas na bacia amazônica, seguidas por colonos interessados na extração dos produtos da floresta. Caio Prado não considera as bandeiras paulistas como um movimento de povoamento, mas simplesmente de exploração do território. O outro grande momento de expansão da ocupação do interior viria com a mineração do ouro no século 18 em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Todas estas atividades econômicas levam a marca da colonização tropical, e apresentam uma organização social da produção fundada na grande propriedade monocultural trabalhada por escravos. Estas são as três características centrais apontadas: grande propriedade, monocultura e trabalho escravo. Segundo o autor, na agricultura, atividade majoritária ao longo do período colonial e por onde começa a colonização, tais características são consequência "natural e necessária" de um conjunto de circunstâncias, dentre elas: o caráter tropical da terra³⁹, o objetivo da colonização e a nova ordem econômica mundial inaugurada com a expansão comercial.

Os três elementos constitutivos da organização agrária – grande propriedade, monocultura e trabalho escravo – se conjugam num sistema de produção típico, a *grande exploração rural*. Esta será a unidade fundamental da economia brasileira, base sobre a qual se assenta a estrutura social e política. Caio Prado ainda faz uma distinção significativa entre grande propriedade e grande exploração: a grande propriedade poderia ser explorada de forma parcelada, como na Europa; já a grande exploração combina grande propriedade com direção única da produção em larga escala.⁴⁰

As demais atividades econômicas da colônia apresentariam as mesmas características de grande exploração, combinadas de forma particular em cada caso

³⁹ Destaca-se a centralidade conferida ao meio físico na determinação da estrutura de produção. Profundo conhecedor de geografia, Caio Prado por vezes deriva para um determinismo geográfico em suas análises.

⁴⁰ Desde *Evolução Política do Brasil*, este é um ponto importante em sua diferenciação entre a economia colonial brasileira e o feudalismo europeu. Esta análise da grande exploração e do elevado grau de concentração das terras também subsidiará a posição do autor nas controvérsias da questão agrária e da revolução brasileira (cf. Prado Jr., 1966), assim como sua abordagem da formação do patriarcado, vendo na grande exploração a célula social da colônia.

concreto. Assim na mineração com as lavras, grandes unidades trabalhadas por escravos – os faiscadores, trabalhadores autônomos, apesar de alcançarem representatividade, seriam um sinal de decadência das regiões produtoras e não uma forma orgânica de produção. Também no extrativismo amazônico, onde a estrutura econômica e a organização do trabalho se repetem, mesmo não havendo propriedade da terra, já que se trata de uma extração nômade. Fora as atividades voltadas à exportação, somente a pecuária tem algum relevo na economia colonial, especialmente na ocupação do interior. Segundo o autor, embora voltada ao mercado interno e dependente da produção de exportação, a pecuária guardaria as características básicas de grande exploração.

Deste sistema de organização da produção deriva a extrema concentração de riqueza na economia colonial e o lento desenvolvimento do mercado interno. Além disso, o sentido da colonização também implica a dependência do mercado externo e a evolução cíclica da economia. Sucodem-se fases de prosperidade e decadência, determinadas pelo aproveitamento dos recursos naturais até a exaustão ou por mudanças na conjuntura internacional. Em sequência: o açúcar no nordeste até o fim do século 17; o interlúdio da mineração no século 18, deslocando o eixo econômico da colônia e seu povoamento para o interior; e, por fim, outro deslocamento do eixo econômico com a nova prosperidade dos centros agrícolas do litoral no final do século 18, causada pelas mudanças no comércio mundial com a Revolução Industrial, a independência dos EUA e a Revolução Francesa, quando ao lado do açúcar surge o algodão.

Fundada na produção em larga escala para exportação, a economia colonial brasileira se organiza em função de objetivos completamente alheios à população, sem ao menos conseguir prover os recursos necessários a sua subsistência. Caio Prado identifica, então, dois setores definidos na economia: de um lado, a grande exploração, base material e cerne da colonização tropical, de onde derivam as classes fundamentais da sociedade e suas relações sociais básicas; de outro, a pequena agricultura de subsistência para o mercado interno, dependente da grande exploração.

A definição do sentido da colonização e da grande exploração rural – com suas três características centrais: grande propriedade, monocultura e trabalho escravo – dão novo marco à interpretação de Caio Prado sobre a formação do Brasil. Embora adote elementos da análise de Simonsen em seu trabalho, estes são nitidamente subsidiários, servindo à identificação das principais atividades econômicas, mas sem pautar sua periodização da história em função dos ciclos de produção. Esta nova síntese alcançada

pelo autor seria a base de todos os seus trabalhos posteriores, e representa, portanto, um momento decisivo na consolidação de seu pensamento.

2.2.3 – História Econômica do Brasil

Geralmente pouco destacado pelos comentadores da obra de Caio Prado, *História Econômica do Brasil* (1945) oferece, de forma inédita até então, uma análise de nossa história econômica desde o "descobrimento" até o processo de industrialização mais intenso dos anos 1930 – consolidando sua interpretação do Brasil. Busca efetivamente dar conta do contemporâneo anunciado, mas não alcançado, no livro anterior. Reutiliza parte de *Formação do Brasil Contemporâneo* para o período colonial, de modo que a novidade mesmo aparece da chamada *A Era do Liberalismo* (1808-1850) em diante, abarcando Império e República.

O autor apresenta pela primeira vez uma síntese interpretativa sobre a situação de dependência da economia brasileira frente ao mercado e às finanças internacionais. Nesta perspectiva, traça uma linha de continuidade entre o passado colonial e a dependência contemporânea, marcando os momentos de conservação e de modernização em nossa história – mas dando ênfase sempre ao caráter conservador das mudanças. A transição incompleta, apresentada no livro anterior, entre a economia colonial e a economia nacional é retomada como chave de interpretação. Assim, tanto a independência política em 1822, quanto a instituição da República em 1889, teriam sido momentos de perpetuação do sistema colonial por outros meios, primeiro pelo liberalismo de livre-comércio e depois pela ação direta do imperialismo.

Na segunda metade do século 18, em meio à transformação do capitalismo comercial ao industrial, os impérios coloniais ibéricos representavam, para o autor, um anacronismo. Afirma que eles só se mantiveram pois exploraram a grande rivalidade mundial entre Inglaterra e França, fazendo alianças que lhes garantiram alguma sobrevivência. Desde o fim da União Ibérica, em 1640, Portugal vinha construindo uma forte aliança com a Inglaterra – avaliada por Caio Prado como um processo de anexação econômica – e isto se reforçou na virada para o século 19.

O bloqueio continental de Napoleão e a vinda da família real portuguesa para o Brasil, escutada pelos ingleses, não são mais do que episódios fortuitos nesta evolução histórica do capitalismo. O sistema colonial, fundado no monopólio comercial, atendia

muito bem aos interesses do capitalismo comercial, mas ia contra as novas bases do capitalismo industrial, interessado na abertura dos mercados coloniais a sua produção de mercadorias em larga escala. Isto é o essencial para compreender a dissolução dos impérios coloniais na América no início do século 19, fundando os novos Estados.

No caso brasileiro, o papel da Inglaterra é fundamental. Além de escoltar a corte em fuga em 1808, também trava a batalha de expulsão dos franceses do território português em 1809 e alcança a desejada abertura do mercado brasileiro às suas mercadorias em 1810, com o famoso tratado de comércio que lhe dá tarifas de importação preferenciais, melhores inclusive do que as conferidas aos comerciantes portugueses. A abertura dos portos às nações amigas, feita em 1808, foi completada com o tratado de comércio, garantindo o domínio inglês sobre o mercado brasileiro.

De chofre, o Rio de Janeiro se transforma na capital do império português, concentrando grande parte de seus recursos e atividades. Também se torna centro dos negócios ingleses na América do Sul, o que confere à cidade uma centralidade política e econômica na região, formada por ex-colônias recém constituídas em Estados independentes. Caio Prado pinta um quadro de prosperidade para a cidade e para o país. A corte passa a tomar medidas de estímulo ao desenvolvimento econômico, revogando os resquícios do estatuto colonial, especialmente o monopólio comercial e a proibição de manufaturas. Cria mesmo vínculos mais fortes com o Brasil, atuando em favor dos interesses locais. Isto reforça a contradição interna à sociedade brasileira entre o interesse dos grandes proprietários e o dos comerciantes portugueses, culminando com a Revolução do Porto em 1820 e a independência em 1822.

Embora considere que haja franca evolução no período, Caio Prado salienta as contradições que manteriam o sentido da colonização na estrutura econômica brasileira após a independência. O livre-comércio abriu novas possibilidades de consumo à população, aumentando muito a importação e descambando rapidamente para um desequilíbrio na balança comercial, com conseqüente desvalorização cambial e instabilidade do sistema monetário. As finanças públicas também se ressentiram das baixas tarifas: sendo o imposto de importação a principal receita do Estado, houve crise fiscal. Num Estado em formação, a expansão dos gastos públicos, inclusive com guerras de fronteira e revoltas internas, não encontrou cobertura na parca arrecadação. Tanto o desequilíbrio comercial quanto o déficit fiscal foram cobertos por empréstimos ingleses, tornando a economia extremamente dependente de seus capitais.

Além disso, a exposição à livre concorrência dos produtos industriais ingleses, consolidados em sua Revolução Industrial, inviabilizou qualquer projeto de industrialização. Reforçava-se assim a especialização produtiva de gêneros tropicais para exportação, dependente do mercado externo para realização de sua produção e para a importação dos bens necessários à subsistência da população. A Inglaterra consolidava seu domínio comercial e financeiro: controlava o comércio externo brasileiro e fornecia os empréstimos de estabilização da economia.

Prolongava-se e se agravava assim, embora por efeito de outras circunstâncias, o sistema econômico colonial a que já nos temos referido. O Brasil, já com tantas dificuldades para sair deste sistema que lhe tinham legado três séculos de formação colonial, e em função de que se organizara a sua vida, assistia agora a seu reforçamento: em lugar das restrições do regime de colônia, operava agora a liberdade comercial no sentido de resguardar e assegurar uma organização econômica disposta unicamente para produzir alguns poucos gêneros destinados à exportação. (PRADO JR., [1945] 1970, p.134-135)

A posição brasileira de exportador de gêneros tropicais se reafirma no império. Primeiro, pelo restabelecimento da antiga produção de açúcar e algodão no nordeste, e depois com o surgimento de um novo produto: o café. O ponto de inflexão é a proibição do tráfico negreiro. Apesar de ser o principal comerciante de escravos do mundo, a partir de 1807 a Inglaterra começara uma campanha contra o tráfico. A classe de proprietários de terra, dominante na política do império brasileiro e interessada na manutenção da escravidão, se opõe à política inglesa, dando início a uma série de batalhas diplomáticas, que só terminaria em 1850 com a proibição definitiva. A primeira metade do século 19, segundo Caio Prado, foi um momento de transição da economia brasileira entre exclusivismo mercantil do sistema colonial e a consolidação do Estado soberano aberto à livre-concorrência internacional.

A Inglaterra ganhava mais uma batalha, e agora direcionaria seu capital para as atividades produtivas no Brasil. Com o fim do tráfico negreiro, parte dos capitais aplicados nesta atividade também foi redirecionada, dando novo impulso à economia. São da década de 1850 as primeiras estradas de ferro e linhas telegráficas do país, assim como a modernização dos portos, financiadas pelo capital inglês. A partir de 1860 são obtidos saldos comerciais positivos na balança, motivados pela mudança do regime tarifário em 1844, pelo fim da importação de escravos – maior item da pauta até então – e pela ascensão da exportação de café.

Desde o fim do século 18 as exportações tradicionais do nordeste haviam se recuperado e reconquistado a primazia econômica no país, mas este movimento sofre uma mudança com a expansão da produção cafeeira do sudeste. Primeiro nas proximidades do Rio de Janeiro, depois no oeste paulista, o café se reproduziu conservando as características da exploração em larga escala, fundada na grande propriedade, monocultura e trabalho escravo. Duas particularidades da exportação de café merecem destaque. Uma é a manutenção do trabalho escravo, através do tráfico interno entre o decadente nordeste e o próspero sudeste, substituído posteriormente na lavoura paulista pelo trabalho assalariado de imigrantes europeus. Outra é o destino principal das exportações de café, que trocavam o tradicional mercado europeu pelo grande mercado em expansão no mundo: os Estados Unidos.

A transformação do regime de trabalho se acelera na década de 1870, quando há uma mudança no sistema de imigração europeia para o Brasil. Até então esta imigração tinha um caráter espontâneo, em virtude de novas oportunidades de fazer fortuna nos trópicos. Em outros casos foi adotada uma política de colonização de áreas de fronteira pela concessão de pequenas propriedades a famílias europeias. O novo sistema configura-se como algo inédito em nossa história: uma política de imigração em massa de trabalhadores europeus para a grande lavoura. Este sistema de imigração subvencionada, em que o Estado pagava os custos de transporte do imigrante, era baseado no trabalho assalariado, e incentivou a abolição da escravidão.

A partir de 1870 ocorre a grande expansão do café no oeste paulista, desbancando a produção do Vale do Paraíba. Concomitantemente, a conjuntura internacional favorece a imigração: os EUA começam a restringir a entrada de estrangeiros e o processo de unificação italiana abre uma nova fonte de trabalhadores livres. Portanto, os cafezais paulistas vão introduzir o assalariamento em detrimento do antigo regime escravista. O Brasil entra em nova fase. Um incipiente capitalismo dá seus primeiros passos com o trabalho assalariado, a crescente acumulação capitalista pela expansão do café e a ativação da vida financeira. A reboque da exportação surgem as primeiras manufaturas e se expande o comércio. Junto ao capital privado, Caio Prado destaca o papel do Estado e do capital estrangeiro nos grandes empreendimentos industriais e urbanos, que conduzem o país ao moderno capitalismo.

Era o apogeu do sistema de produção em larga escala de gêneros tropicais para exportação. Solucionado o problema da força de trabalho e contando com a entrada

maciça de capitais estrangeiros, o país embarca na onda de liberalismo e crescimento do comércio internacional. Obtém os maiores saldos comerciais de sua história, porém à custa de uma especialização produtiva crescente e dependente do mercado externo, além de contraditoriamente continuar importando bens alimentícios em quantidade.

Sendo a força política em ascensão, a classe de cafeicultores paulista terá um peso importante tanto na abolição da escravidão como na fundação da república, processos, aliás, intimamente relacionados. Em 1889, a república seria a mudança superestrutural correspondente a este desenvolvimento das forças produtivas. No entanto, a crise não tardaria a vir, afetando a exportação de café já nos últimos anos do século. Instaurado o regime federativo, com autonomia dos estados, há um aumento progressivo da emissão monetária e do endividamento externo, gerando instabilidade financeira ao longo dos anos 1890, e culminando com a bancarrota de 1898, seguida de um empréstimo de estabilização concedido por bancos ingleses.

Concomitantemente, em meados dos anos 1890 há uma retração dos mercados internacionais de café e o país enfrenta sua primeira crise de superprodução, acumulando estoques invendáveis. Nesta década a produção paulista mais que duplicou, provocando uma queda dos preços internacionais. Os preços em moeda nacional foram sustentados a princípio pela desvalorização cambial, mas depois da estabilização de 1898 houve queda contínua. Ainda assim, se estabeleceu um desequilíbrio crônico entre produção e consumo, com saturação dos mercados.

Em 1906, faz-se a primeira intervenção oficial no mercado de café, os estados produtores, reunidos no Convênio de Taubaté, tomam a iniciativa de estocar parte da produção com recurso a empréstimos externos. Caio Prado salienta que este é um momento de entrada em massa da finança internacional na economia brasileira, controlando sua principal atividade produtiva. Financiam a operação de valorização e manobram uma especulação comercial com os estoques retidos, de forma que os interesses financeiros são os grandes beneficiados pela política de valorização, muito mais do que os produtores brasileiros. A operação seria repetida posteriormente em meio à primeira guerra mundial, devido à desorganização do comércio, mas agora com recursos do governo federal, e beneficiada pela geada de 1918 que reduziu a produção paulista por alguns anos.

Terminada a guerra há uma regularização dos mercados e o café experimenta novo surto de crescimento. Rapidamente se refaz a superprodução e a partir de 1924 se

firma uma política de valorização permanente. Entretanto, para o autor, novas condições se colocam, pois a guerra havia incentivado a formação de grandes trustes financeiros. No Brasil, o domínio do negócio cafeeiro seria feito pelo Lazard Brothers & Co. Ltd, de Londres, através do recém criado Instituto do Café. A sustentação dos preços internacionais incentivaria a entrada de novos concorrentes e acabaria definitivamente com a crise de 1929, pondo fim a mais um ciclo de exportação de gêneros tropicais na história econômica brasileira. Era a crise geral de um sistema, não só o café entra em decadência, mas também a borracha – que crescera de importância no comércio mundial no final do século 19 e teve seu auge na exportação brasileira em 1910.

Paralelamente à crise exportadora ocorre a industrialização mais consistente da economia brasileira. Caio Prado aponta as dificuldades para o surgimento da indústria num país sem tradição manufatureira, emperrada pelas restrições coloniais e pelo livre-comércio pós-independência. Identifica o primeiro surto industrial na década de 1880, acompanhando o crescimento geral das exportações. O outro momento de forte industrialização seria após 1907, quando o capital acumulado com o café busca diversificação frente a crise de superprodução, ganhando impulso ainda maior com a primeira guerra mundial e os consequentes problemas de abastecimento via comércio internacional. Além do capital cafeeiro, também contribuíram para a expansão industrial a depreciação do câmbio e a mudança da política tarifária, mais protecionista.

No entanto, o autor considera que esta industrialização era extremamente frágil, pois se baseava num restrito mercado interno, insuficiente para garantir a produção em larga escala, e também numa fraca acumulação capitalista, que, apesar de alcançar certo volume na exportação, não contava com um mercado de capitais que permitisse maior capitalização. Assim, avalia que a sorte da indústria brasileira estaria associada à conjuntura do comércio e das finanças externas, em caso de melhora das exportações e folga na capacidade de importar, haveria reversão. Foi o que se observou nos anos 1920, quando a regularização do comércio internacional deu nova vida à exportação de café e a indústria viveu, segundo Caio Prado, uma fase sombria. Somente um setor industrial teria base mais sólida: as subsidiárias das grandes empresas estrangeiras, que se instalam no país para contornar as tarifas de importação e explorar a mão de obra barata.

Esta será a forma de atuação do imperialismo na economia brasileira após a consolidação do capitalismo financeiro em fins do século 19, primeiro controlando a grande produção de café para exportação e fazendo especulação financeira através de

seus bancos, e agora penetrando com suas empresas industriais e de serviços públicos. Para o autor, o investimento do capital financeiro na indústria conduz à internacionalização da vida econômica brasileira, transformando o capital nacional em sócio menor de suas iniciativas. Por esta via a nação perde considerável potencial de acumulação na indústria e fica refém dos objetivos do capital estrangeiro na estruturação de sua economia.

A situação de dependência e subordinação orgânica e funcional da economia brasileira com relação ao conjunto internacional de que participa, é um fato que se prende às raízes da formação do país [...]. Economia de exportação, constituída para o fim de fornecer gêneros alimentícios e matérias-primas tropicais aos países e populações das regiões temperadas da Europa e mais tarde também da América, ela se organizará e funcionará em ligação íntima e estreita dependência do comércio ultramarino em função do qual se formou e desenvolveu. Será essencialmente uma economia colonial, no sentido mais preciso, em oposição ao que denominamos economia "nacional", que seria a organização da produção em função das necessidades próprias da população que dela participa. Esta é a circunstância principal que tornará o Brasil tão vulnerável à penetração do capital financeiro internacional quando o capitalismo chega a esta fase do seu desenvolvimento. (PRADO JR., [1945] 1970, p.270)

A economia brasileira estaria, portanto, condicionada pela atuação do imperialismo e pelas possibilidades abertas no comércio internacional. Entretanto, a crise de 1929 abalou os fundamentos do sistema econômico que se perpetuava por mais de quatro séculos. Nos anos 1930, a fuga dos capitais estrangeiros e a retração do mercado externo colocaram o país em uma situação de forte restrição na capacidade de importar, favorecendo a indústria nacional substitutiva de importações. Este processo se consolida com o vertiginoso aumento da população urbana, desenvolvendo consideravelmente o mercado interno, e a economia brasileira que tradicionalmente produzia para a exportação, começou a produzir para o consumo nacional. No entanto, Caio Prado nunca deixaria de lembrar a potencial reversão colonial inscrita num país dependente, depois de séculos de colonização.⁴¹

⁴¹ Esta difícil transição entre a economia colonial e a economia nacional será o cerne de suas análises posteriores – inclusive em *A Revolução Brasileira* (1966). Ao minorar o significado da industrialização, o autor segue realçando o caráter colonial da economia, destacando sempre os momentos de conservação na história brasileira. (cf. Coutinho, [1988] 2011; Sampaio Jr., 1999; Rocha, 2011)

2.3 – CELSO FURTADO: A FORMAÇÃO DE FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

A trajetória intelectual e política de Celso Furtado até a publicação de *Formação Econômica do Brasil* (FEB), em 1959, tem seu ponto de partida na tese de doutorado defendida na Universidade de Paris – Sorbonne, em 1948, atravessa quase uma década de serviços na Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e se conclui em Cambridge, onde redigiu seu famoso livro no ano de 1958. FEB é na realidade o ponto de chegada, a síntese, de mais de dez anos de pesquisa e reflexão sobre a história econômica brasileira. Como aponta Szmrecsányi (1999), a publicação de um livro não pode ser abordada como um evento, mas sim o resultado de um processo histórico.

Já no início dos anos 1940, na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro tomara contato com historiadores da economia capitalista, particularmente o belga Henri Pirenne e o português António Sérgio. Também nesta época se aprofunda no estudo da sociologia, especialmente de Max Weber e Karl Mannheim (cf. Furtado, [1972] 1997; d'Aguiar Furtado, 2009). Não é sem razão que ao ingressar no Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), Furtado encaminha sua pesquisa para o campo teoria da organização e do planejamento, publicando inclusive artigos na Revista do Serviço Público (cf. Silva, 2011). São estas influências da história e do planejamento que o conduzem finalmente ao estudo da economia.

Após servir na Força Expedicionária Brasileira na segunda guerra mundial, se empenhou em retornar a Europa para ver o trabalho de reconstrução do continente devastado pela guerra. Através de Maurice Byé, seu futuro orientador, então integrante da missão francesa na Universidade do Brasil, ingressou no doutorado. A tese, intitulada *Economia Colonial no Brasil dos séculos XVI e XVII* (1948), é de fato a primeira incursão mais profunda do autor na história brasileira, ainda sem grande autonomia, conduzida pela leitura atenta da historiografia portuguesa e francesa, assim como da historiografia e dos estudos sociais brasileiros desenvolvidos a partir de 1930. Além do doutorado na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas, onde teve aulas de economia industrial com François Perroux, também se inscreveu no Instituto de Ciências Políticas, aprofundando sua leitura de Marx e Engels nas aulas de Auguste Cornu.⁴² Concluída a

⁴² Neste período, também participou do Festival Mundial da Juventude em Praga, integrou uma brigada francesa para construção de uma ferrovia na Bósnia e foi correspondente de três periódicos brasileiros: *Revista da Semana*, *Panfleto* e *Observador Econômico e Financeiro*. (cf. Furtado, [1985] 1997)

tese, já no Brasil, informa-se do cargo na Cepal e para lá segue em fevereiro de 1949 – após uma breve passagem pela Fundação Getúlio Vargas.

Os anos de trabalho na comissão foram de profunda importância na trajetória de Furtado, formando sua compreensão do Brasil e da América Latina. Trabalha com Prebisch nas primeiras pesquisas da Cepal sobre as economias da região, ali percebe o atraso relativo do Brasil frente aos países vizinhos e decide aprofundar sua análise. Com os dados levantados sobre o país, redige o artigo *Características Gerais da Economia Brasileira* (1950), publicado na *Revista Brasileira de Economia*, quando apresenta os argumentos sobre o mecanismo de socialização das perdas inerente à desvalorização cambial e sobre as consequências da política de valorização do café para a industrialização brasileira.

Momento importante de sua passagem pela Cepal é a organização, de 1953 a 1955, do Grupo Misto Cepal-BNDE, sob sua direção. No recém fundado Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico comanda um grupo de trabalho para levantar dados e analisar a situação econômica do país. Em meio a esta experiência, publica um livro de grande relevância em seu processo de formação intelectual: *A Economia Brasileira* (1954). Neste livro faz sua primeira tentativa de formulação teórica mais abstrata sobre o subdesenvolvimento, aplicando ao período colonial brasileiro a análise desenvolvida na Cepal e consolidando sua interpretação sobre a crise da economia cafeeira e a transição brasileira para uma economia industrial.

O pensamento elaborado na Cepal começava a dar autonomia para Furtado se distanciar de suas principais fontes na compreensão da história econômica brasileira, ou seja, Roberto Simonsen e Caio Prado Júnior. Observa-se uma mudança em sua abordagem da história, privilegiando agora a análise dos fluxos de renda e das variáveis macroeconômicas, com nítida influência de Keynes, absorvida a partir de Prebisch. Este distanciamento se consolidara nas publicações de 1950 e 1954, e tem um ponto simbólico em *Uma Economia Dependente* (1956).

Em 1956, trabalhando num projeto da Cepal no México, conhece Nicholas Kaldor, proeminente professor de Cambridge, que lhe convida a passar um ano como pesquisador visitante na universidade. Furtado relata que já se sentia cerceado na Cepal, daí o interesse em se afastar temporariamente da comissão e buscar novos espaços de reflexão (*cf.* Furtado, [1985] 1997). A temporada em Cambridge foi marcante em sua formação, travando contato com importantes intelectuais sediados na universidade, tais

como: Joan Robinson, Piero Sraffa, Pierangelo Garegnani, Amartya Sen, além de Kaldor entre outros. Participa de cursos e seminários de debate sobre dinâmica econômica e sobre história econômica da Europa e dos Estados Unidos, que muito influenciariam a redação de FEB – acompanha na Inglaterra o *International Scientific Committee on Price History* da London School of Economics e a publicação da *Cambridge Economic History of Europe* (cf. Alencastro, 2009; Silva, 2011).

Finalmente, a publicação do livro, no início de 1959, teria grande impacto no Brasil. Dentre suas conclusões, o autor apontava para a importância que teria no futuro próximo a questão regional, com crescentes desigualdades. Não é por acaso, que ao retornar ao país assume uma diretoria especial no BNDE criada para orientar o *Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste* e elabora o projeto *Operação Nordeste*. São estes trabalhos que subsidiam a proposta, encampada pelo presidente Juscelino Kubitschek, de criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), ainda no ano de 1959, tendo Furtado como superintendente.

2.3.1 – Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII

A primeira coisa a ser analisada na tese de doutorado de Furtado é o significado de seu título e subtítulo: *Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII – elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais*. Defendida em julho de 1948, a tese explicita em seu título a adesão do autor ao conceito de economia colonial, que vinha sendo desenvolvido na controvérsia brasileira por Roberto Simonsen e, com maior rigor, por Caio Prado. Já o subtítulo revela a intenção de sua abordagem histórica, ou seja, buscar na história econômica elementos que lhe capacitem a compreender os problemas econômicos e sociais do Brasil contemporâneo – preocupação comum aos intérpretes do Brasil.

Esta proximidade vai se tornando evidente ao longo da tese, e já em sua estrutura nota-se a centralidade do sentido de formação para Furtado. São três partes: *antecedentes portugueses da colonização do Brasil; a formação da colônia; e atavismos coloniais do Brasil atual*. Estas partes são precedidas por uma breve seção com suas fontes. A notória omissão das fontes em FEB confere grande importância a esta seção, onde o autor expõe com clareza suas leituras e influências na compreensão da história

brasileira. Além de Henri Pirenne⁴³, figura central no pensamento de Furtado, destaca-se os historiadores portugueses António Sérgio e Jaime Cortesão, e também Gilberto Freyre. No entanto, nem tudo é dito, ficando de fora parte importante da historiografia brasileira e francesa utilizada na tese, indicadas à frente. Quanto às influências mais diretas de Simonsen e Caio Prado, Furtado é explícito:

Uma das idéias dominantes deste trabalho – a inexistência de feudalismo no Brasil – está indicada na História econômica do Brasil, de Roberto Simonsen, São Paulo, 1937. De posse dessa indicação, procuramos desenvolver um corpo de idéias coerentes com a moderna definição econômica das instituições feudais e fiel à realidade social e econômica do Brasil Colônia. A idéia, também dominante no presente trabalho, de que a monocultura, fundamento da organização econômica colonial brasileira, era um imperativo do meio tropical encontra-se desenvolvida na obra de Caio Prado Jr., Formação do Brasil contemporâneo (Colônia). (FURTADO, [1948] 2001, p.19)

Partindo da proposta de Simonsen sobre a ausência de feudalismo no Brasil, Furtado vai construir a primeira parte da tese sobre a história portuguesa, defendendo que nem ao menos em Portugal houve feudalismo. As outras duas partes do trabalho acompanham a construção de Caio Prado sobre o sentido da colonização nos trópicos e suas conclusões acerca da proeminência da formação colonial no Brasil contemporâneo.

Em *antecedentes portugueses da colonização do Brasil*, o autor busca a peculiaridade da formação histórica portuguesa em relação à Europa feudal. Apoiado em Pirenne, define feudalismo como um sistema sem comércio monetizado e com isolamento cultural, o que não teria ocorrido na experiência portuguesa, cujo território foi dominado pelos árabes por muitos séculos. A existência de dois sistemas de cultura na península ibérica ao longo da ocupação árabe teria gerado condições sociais e econômicas distintas da Europa feudal. Somente com a reconquista se estabelece uma classe fundiária, apoiada por Castela, mas sem força frente à importância histórica que tiveram as cidades da costa, com seus portos e sua classe comercial.

A Revolução de Avis seria, portanto, uma revolução burguesa, garantindo a independência de Portugal frente à Espanha, consolidando a classe mercantil no comando do Estado português e absorvendo os proprietários de terra ao sistema de cultura burguês. Toda essa argumentação encaminha-se no sentido de demonstrar que a

⁴³ "Na última parte da presente tese fazemos uma tentativa da aplicação da teoria de Henri Pirenne de correlação dos períodos da história social do capitalismo com a formação de novas elites dirigentes" (FURTADO, [1948] 2001, p.20). Este elemento de análise emprestado de Pirenne será retomado por Furtado em diversos momentos de sua obra, a começar por *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, como será visto no próximo capítulo.

formação do Estado, a expansão marítima e a colonização resultam da ascensão precoce da classe comercial ao poder em Portugal.⁴⁴ A expansão portuguesa teria sido marcada pelo extremo comercialismo, pelo imperialismo e pelo monopólio, características que reduziram o reino à condição de intermediário comercial, destruindo sua agricultura. Daí deriva a futura decadência de Portugal, impulsionada pela anexação à União Ibérica e pela concorrência aberta da Holanda independente no comércio marítimo.

A exploração do Brasil se desenvolve neste quadro de expansão comercial, e teria seguido os moldes já adotados nas Índias, não fosse a necessidade de ocupação do território com efetiva colonização.⁴⁵ O autor abre a parte sobre *a formação da colônia* com uma análise da economia do pau-brasil, entendida enquanto um ciclo, tal qual Simonsen. Em verdade, não há uma análise econômica aprofundada – característica geral deste primeiro trabalho histórico de Furtado –, mas somente considerações sobre o caráter extrativista da atividade e sua comparação com o comércio das Índias. Diferentemente deste, no Brasil não havia qualquer tipo de mercado organizado, além do comércio do pau-brasil ter enfrentado desde cedo a concorrência dos franceses, tornando o negócio muito desvalorizado em relação à Ásia.

Segundo Furtado, são a ameaça francesa sobre a posse das terras americanas e a expectativa de encontrar, como os espanhóis, metais preciosos que conduzem Portugal à política efetiva de colonização da América. Com a pergunta, houve feudalismo no Brasil?, o autor introduz a controvérsia brasileira sobre o caráter feudal ou capitalista da colonização via capitanias hereditárias. Alinha entre os defensores da tese feudal: Capistrano de Abreu, Pedro Calmon, Afonso Arinos de Melo Franco e Nestor Duarte, matizando a posição de Gilberto Freyre e Nelson Werneck Sodré.

Com Simonsen, argumenta que a concessão das capitanias representava um incentivo à iniciativa privada, pois não era objetivo fundar uma simples colônia de povoamento – o objetivo explícito era o investimento de capitais na produção de açúcar para o mercado europeu, como os portugueses já vinham fazendo nas ilhas atlânticas. Em seguida, afirma que a concepção de feudalismo de Pirenne elimina qualquer dúvida, pois vai além do formalismo jurídico para perceber no campo econômico a distinção entre o regime feudal e o sistema capitalista. Assim, as capitanias seriam

⁴⁴ As referências do autor para a especificidade da história portuguesa no contexto europeu são António Sérgio, Jaime Cortesão, João Lucio de Azevedo, Gilberto Freyre e Nelson Werneck Sodré.

⁴⁵ Junto aos franceses Paul Leroy-Beaulieu e René Maunier, Furtado define colonização pela conjunção de emigração populacional e exportação de bens, negando haver colonização portuguesa na Ásia.

empreendimentos capitalistas voltados ao comércio exterior, embora guardassem parte da roupagem jurídica da época feudal. Esta controvérsia é apresentada numa seção intitulada *o sentido da colonização*. Nem a expressão nem a argumentação são fortuitas, vem diretamente de Caio Prado, embora o autor não seja citado nesta parte do trabalho.

A experiência portuguesa nas ilhas atlânticas, colonizadas a partir de capitânicas produtoras de açúcar para o mercado europeu, desbancando o monopólio veneziano, teria sido a primeira cultura tropical dirigida por europeus e um ensaio da grande empresa de colonização americana. A produção das ilhas deu a Portugal o domínio do mercado de açúcar, gerando queda dos preços e difusão do consumo. Este processo é intensificado com a produção americana, alçando o açúcar à condição de principal produto do comércio internacional de alimentos e dando à colônia centralidade econômica no império português. Segundo o autor, Portugal teria aprofundado seu caráter de monopólio comercial, com a classe mercantil se apropriando da maior parte dos lucros do açúcar americano vendido na Europa e intermediando a entrada de mercadorias europeias na colônia. Esta posição só seria ameaçada com a invasão holandesa, seguida da abertura de concorrência pela produção antilhana.

Por orientação de Maurice Byé, introduz uma comparação entre a produção brasileira de açúcar e a produção da colônia francesa nas Antilhas, a Martinica (*cf.* Furtado [1985] 1997). Este recurso de história comparada remete à historiografia francesa e às pesquisas de Perroux e Byé sobre as relações econômicas internacionais (*cf.* Silva, 2011). Por esta via, Furtado insere o debate sobre os tipos de colonização na América entre povoamento e exploração, resgatando as concepções de Paul Leroy-Beaulieu e René Maunier, tal como fizera Caio Prado Júnior.

Afirma, então, que a Martinica fora inicialmente planejada para ser uma colônia de povoamento com objetivos políticos, posto avançado para um ataque francês às frotas e minas espanholas. No entanto, a expulsão dos holandeses do Brasil, levando as técnicas de produção do açúcar para lá, mudaram completamente as características sócio-econômicas da ilha. De colônia de povoamento, similar ao norte dos Estados Unidos, com colonos europeus em pequenas propriedades, transforma-se rapidamente em colônia de exploração, com alta concentração da propriedade e trabalho escravo. Se, num primeiro momento, os colonos franceses conseguiram manter uma produção de fumo com pequena propriedade e trabalho livre, a fase subsequente de produção de açúcar impõe a transformação da economia, em face da concorrência externa de larga

escala com trabalho escravo. Junto ao determinante geográfico apontado por Caio Prado, Furtado agrega um elemento econômico, vendo na concorrência externa um impedimento à produção de gêneros tropicais em pequena escala.

Ao analisar a economia da cana-de-açúcar, defende que esta foi de fato a base econômica da colonização brasileira, isto é, que a produção em larga escala de açúcar para o mercado mundial era o sentido da colonização tropical. Define a economia brasileira como de tipo colonial, isto é, "a serviço de interesses que se encontravam fora do país." (FURTADO, [1948] 2001, p.105) A sociedade formada seria, portanto, determinada por este caráter mercantil da obtenção de lucro pela metrópole, e só poderia ser compreendida a partir desta perspectiva.

A economia açucareira, ponto de partida da colonização do Brasil, será igualmente o elemento fundamental da modelagem da sociedade brasileira. Num país colonial, mais que em qualquer outra parte, o conhecimento da sociedade pressupõe a análise de sua base econômica. (FURTADO, [1948] 2001, p.107)⁴⁶

Dentre as características destacadas na análise da economia colonial de agricultura tropical estão, evidentemente, os três elementos apontados por Caio Prado: grande propriedade, monocultura e trabalho escravo. Furtado dá centralidade à monocultura, argumentando estarem os outros dois elementos subordinados ao objetivo explícito de produzir açúcar: "A monocultura é, certamente, a característica principal do sistema econômico dito 'colonial'. Ela conserva o país numa íntima dependência de um comércio que se opera fora de suas fronteiras." (FURTADO, [1948] 2001, p.121)

Para o autor, a produção em larga escala só poderia ser organizada nos trópicos em grandes propriedades com trabalho escravo, esta forma se consolida diante das condições históricas e geográficas em que ocorreu – a ausência de população excedente em Portugal e o meio tropical da colônia brasileira. A princípio recorrendo à escravidão indígena, logo passando à escravidão africana, em virtude não só do atraso cultural do índio, mas também das dificuldades crescentes de captura e cativo⁴⁷. Além, evidentemente, do domínio português sobre as colônias africanas, fazendo do tráfico negreiro um dos negócios mais lucrativos do império.

⁴⁶ Aqui uma inegável influência de Marx na análise histórica de Furtado, como ressaltado pelo autor em seus textos autobiográficos (cf. Furtado, [1972] 1997 e [1985] 1997).

⁴⁷ Percebe-se uma assimilação parcial da formulação de Gilberto Freyre sobre o atraso cultural do indígena. O mesmo ocorre na análise da formação do patriarcado, Furtado acompanha mais uma vez Caio Prado, que apresenta o patriarcado a partir de uma perspectiva marxista, ou seja, derivada da organização da produção, e não da tradição familiar. Para a relação entre Furtado e Freyre, ver Silva (2011).

Estruturada a formação da colônia, o autor passa, então, aos *atavismos coloniais do Brasil atual*. Na busca de compreender o Brasil contemporâneo, Furtado apresenta uma visão cíclica do desenvolvimento da economia colonial, passando do ciclo do açúcar ao ciclo do ouro e, por fim, ao ciclo do café. A queda do preço do açúcar com a concorrência antilhana provoca uma crise na produção brasileira e a colônia transfere seus recursos à mineração, mantendo os traços gerais da economia colonial monocultora. O mesmo ocorre na passagem da mineração ao ciclo do café, embora sem o exclusivismo comercial da metrópole, agora fornecendo diretamente ao mercado mundial, a economia brasileira teria conservado a forma colonial, dirigida pela classe de proprietários de terra, mas dominada pela finança internacional e subordinada aos interesses externos. "Transplantar para dentro do país o eixo de sua vida econômica, superar o regime de colônia agrícola estritamente exportadora de alimentos exóticos: eis o problema brasileiro." (FURTADO, [1948] 2001, p.147)

Desta interpretação do Brasil atual à luz de sua formação colonial – muito similar à de Caio Prado sobre a consolidação da economia nacional – o autor deriva duas conclusões sobre a conjuntura política brasileira dos anos 1940. Primeiro, a distinção entre grande lavoura de exportação e agricultura de subsistência, defendendo a necessidade de reforma agrária para melhorar as condições de produção de alimentos para a população.⁴⁸ E, segundo, as conseqüências políticas da grande propriedade, implicando uma concentração do poder que corrobora o autoritarismo. Neste ponto, resgata elementos de Pirenne para ver nas transições entre os ciclos coloniais a formação de elites dirigentes; no caso brasileiro, para a perpetuação do poder das classes proprietárias mesmo com o declínio da exportação colonial.

Furtado retoma argumentos de seu artigo de 1947, *A trajetória da democracia na América*, para comparar a formação política do Brasil e dos Estados Unidos (cf. Silva, 2011). Mostra a distinção entre o domínio do pequeno proprietário do norte dos EUA sobre o sul monocultor, em relação ao domínio político dos grandes proprietários no Brasil, originado na monocultura. Assim, conclui pela formação de uma sociedade democrática nos EUA em contraponto ao autoritarismo do Estado Novo vigente no Brasil até 1945 e suas reminiscências antidemocráticas no pós-guerra.

⁴⁸ "A medida mais urgente a ser tomada é a entrega da terra a quem nela trabalha, que assim se verá livre do peso que presentemente representa o latifundiário rentista." (FURTADO, [1948] 2001, p.162)

2.3.2 – Características Gerais da Economia Brasileira

Este artigo de 1950 é o primeiro trabalho de Furtado após ingressar na Cepal e já apresenta a influência de Prebisch, que seria crescente a partir daí. No entanto, como o próprio autor aponta (Furtado, [1985] 1997), chama atenção o fato de não ser utilizada a concepção de periferia, mas sim o enquadramento da economia brasileira como de tipo colonial. Tem-se aqui uma mescla da análise macroeconômica da Cepal com a análise da formação histórica brasileira, marca distintiva do pensamento do autor e sua grande contribuição tanto à Cepal quanto ao pensamento econômico brasileiro.

Esta mescla fica evidente na abertura do artigo, quando identifica três fatores seculares atuando sobre a economia brasileira: piora nas relações de troca, desvalorização cambial e inflação. Confere centralidade à piora das relações de troca dos produtos primários frente aos manufaturados, tendência presente na estrutura da divisão internacional do trabalho formada pelo desenvolvimento capitalista. Nela estaria a origem dos desequilíbrios externos que se propagariam através da desvalorização da moeda e da inflação.

Sendo a economia colonial essencialmente monocultora e com domínio político dos grandes proprietários, a tendência à queda dos preços de exportação é combatida com a desvalorização cambial, para sustentar seu preço em moeda nacional e garantir o lucro do produtor. Consequentemente, transfere-se as perdas dos exportadores para o conjunto da população, extremamente dependente da importação de bens de consumo, pois a desvalorização cambial encarece o produto importado, gerando também inflação. Tal procedimento é denominado pelo autor de socialização das perdas, e é analisado dentro da dinâmica de flutuações cíclicas da economia colonial. Como o impulso dinâmico vem de fora, a crise se propaga da desaceleração cíclica das economias industrializadas para a economia colonial via queda dos preços.

Se na baixa cíclica há socialização das perdas, na alta observa-se uma tendência à concentração da renda, pois o aumento do preço e do volume exportado é majoritariamente retido pelos lucros, sem que haja pressão de alta nos salários. Sendo o crescimento da economia colonial impulsionado pelo mercado externo, não há vínculo direto da produção com o mercado interno, tornando assim o salário suscetível a diminuições. Esta dificuldade de formação do mercado interno só seria superada com a

introdução do trabalho assalariado nas plantações de café e sua grande expansão em fins do século 19. Mesmo sem elevação dos salários, a incorporação de mão de obra à produção de café com assalariamento propiciou um aumento da massa de salários na economia e deu maior relevância ao mercado interno.

Houve assim o desenvolvimento de uma pequena indústria destinada a suprir a demanda interna. Esta indústria tinha seus momentos de crescimento justamente na baixa cíclica da exportação primária, pois a defesa dos interesses cafeicultores via desvalorização cambial criava uma barreira adicional à importação – favorecendo a indústria de forma não intencional. Na alta cíclica, a maior entrada de divisas dava uma folga na restrição externa, aumentando a importação e colocando a indústria local em crise. O autor constrói, portanto, uma relação inversa entre exportação e industrialização no Brasil. "Encontramos aqui mais uma vez o problema da dualidade fundamental da economia brasileira: o setor tipicamente colonial em contraposição ao núcleo que se desenvolve em função do mercado interno." (FURTADO, 1950, p.20)

Tal condição seria superada durante as guerras mundiais, com ponto de inflexão na crise mundial de 1929 – o conhecido argumento cepalino dos choques externos, em certa medida antecipado por Simonsen e Caio Prado. Durante a primeira guerra a elevação dos preços de exportação coincidiu com a valorização da moeda e com a redução forçada das importações, dado o rompimento no fornecimento de produtos industriais pelos países beligerantes, o que favoreceu a indústria nacional. Nos anos 1920, a regularização do comércio internacional deu novo impulso à exportação de café, melhorando a capacidade de importar e provocando uma crise na indústria. A grande depressão dos centros industriais nos anos 1930 alterou novamente os preços relativos em favor da indústria brasileira, com menor entrada de divisas de exportação e desvalorização cambial. A segunda guerra mundial, contraindo forçadamente as importações, consolidaria a posição da indústria na economia nacional, gerando expansão da produção e proteção do mercado interno.

Furtado aponta algumas características da industrialização brasileira. Primeiro seu viés protecionista, a princípio derivado da proteção cambial às atividades coloniais, depois mobilizando o governo para conter as importações, o que teria formado uma indústria que cresce em extensão, sem aumentos significativos de produtividade. Ao amenizar as perdas na crise, sustentam-se as indústrias menos produtivas, com equipamentos obsoletos, e a economia apresenta custos diferenciados – o argumento

cepalino da heterogeneidade estrutural, ainda não plenamente desenvolvido. Segundo, o crescimento em extensão também implica a incorporação de trabalhadores com baixos níveis de produtividade. Se para o conjunto da economia há uma elevação dos salários médios e da produtividade média, pois são transferidos trabalhadores de atividades menos produtivas para a indústria, para cada indústria em particular há uma tendência à manutenção dos salários. Aqui o autor usa o argumento neoclássico da equiparação entre salário e produtividade, ou seja, só poderia haver aumento de salários com correspondente aumento de produtividade do trabalho.

Apesar disto, avalia que a industrialização trouxe consequências positivas para o conjunto da economia brasileira, tornando-a menos dependente das flutuações cíclicas dos preços internacionais dos produtos primários e possibilitando o rompimento da monocultura. Ao voltar sua produção para o mercado interno, também a agricultura sofreu modificações em sua estrutura, e o sistema colonial de monocultura para exportações foi progressivamente substituído pela policultura ligada ao mercado interno. Os processos de industrialização e urbanização integraram as diversas regiões do país em uma única economia. Se, no passado colonial, a economia brasileira se desenvolveu por ciclos de exportação em diferentes épocas e regiões, agora ela o faria por meio do mercado interno, unindo as regiões produtoras em torno de um único mercado, concluindo, assim, o processo de formação nacional.

O Brasil, ao entrar em sua nova fase de desenvolvimento econômico, não só encerrava seu ciclo colonial, mas ainda fundia todos os 'ciclos' anteriores em uma unidade econômica integrada, e concluía o processo histórico de sua formação nacional. (FURTADO, 1950, p.31)

2.3.3 – A Economia Brasileira

Momento fundamental na formação do pensamento de Celso Furtado, o livro *Economia Brasileira (contribuição à análise do seu desenvolvimento)* (1954) apresenta uma convergência entre a interpretação histórica do Brasil e a teoria do desenvolvimento econômico. Pela primeira vez o autor utiliza a análise dos fluxos de renda aplicada ao período colonial, evoluindo dos ciclos coloniais à teoria do desenvolvimento, para captar a dinâmica de produção, apropriação e utilização do excedente econômico numa economia colonial ou dependente. Há aqui um processo de

transição da categoria economia colonial para economia dependente, ainda presa à interpretação dos ciclos coloniais, mas já incorporando uma dinâmica das flutuações cíclicas, típica da macroeconomia keynesiana.⁴⁹

No que concerne à história brasileira, o autor inicia pelo exame da unidade colonial exportadora-escravocrata. Define colonização pela exportação da capital e técnicas da metrópole com objetivo de utilizar recursos naturais e força de trabalho locais. No caso brasileiro, a colonização teve por base o aproveitamento das terras tropicais para agricultura da cana-de-açúcar, mas demandou também a exportação de mão de obra escrava africana. Isto significa que todos os fatores de produção eram propriedade do empresário e, em termos de fluxo de renda, a remuneração do trabalhador poderia ser considerada um gasto fixo.

Numa economia colonial, o investimento é induzido pela demanda externa, sem articulação entre o sistema produtivo e o consumo local. "É neste sentido que a economia colonial não constitui, propriamente falando, um 'sistema econômico' e sim parte dependente de um sistema". (FURTADO, 1954, p.63) Isto se reflete também no fluxo de renda gerado pelo investimento, pois a quase totalidade dos gastos monetários se reverte em importação de mão de obra e equipamentos, sem mobilizar recursos internos. O lucro da classe proprietária representava a única renda monetária local e seus gastos de consumo estavam diretamente vinculados à importação. Portanto, embora seja uma economia altamente especializada e voltada ao mercado externo, não há fluxo monetário interno à economia colonial escravocrata. O fluxo de renda se estabelecia entre a unidade produtiva e o exterior, inviabilizando o desenvolvimento do mercado interno.

Esta estrutura de produção apresentava forte rigidez, resistindo às flutuações cíclicas dos preços internacionais. Na alta dos preços havia crescimento da produção em extensão, incorporando terras e escravos, sem alterar o processo produtivo. Na baixa, entretanto, Furtado argumenta que não havia diminuição da produção, pois uma vez feitos os gastos fixos em equipamentos, terras e escravos, era vantajoso ao proprietário manter a quantidade produzida independentemente da queda nos preços. O lucro era a única renda afetada pela flutuação cíclica dos preços e reduzir a exportação só geraria

⁴⁹ O livro conta com um primeiro capítulo sobre *as categorias fundamentais do processo histórico de crescimento econômico* e se encerra com outro sobre a *formulação teórica do problema do crescimento econômico*, onde o autor propõe a distinção entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Estes capítulos serão analisados mais à frente na controvérsia *desenvolvimento e subdesenvolvimento*.

prejuízo. Assim, havia uma lenta contração, causada pela redução na reposição da força de trabalho escrava importada, mas sem transformação estrutural.

Mesmo sem manter forte vínculo local, formou-se junto à economia exportadora uma atividade de subsistência, dedicada à pecuária. Entre elas havia um pequeno fluxo de renda monetária, com a unidade exportadora realizando pagamentos pela compra de gado e a economia de subsistência utilizando essa renda em importações. Para Furtado, nos períodos de crise, a lenta desarticulação da atividade colonial gerava sua reversão em economia de subsistência com características pré-capitalistas, formando reservatórios de mão de obra com baixos níveis de produtividade e desligados do mercado. Assim, conclui que ao fim do ciclo da economia colonial exportadora-escravocrata o Brasil havia se transformado de região pouco povoada e desprovida de trabalhadores em país com extensa economia de subsistência, fonte de força de trabalho.

A nova economia colonial teria como traço distintivo o trabalho assalariado, possibilitando a formação de uma economia de mercado interno. A grande expansão cafeeira contou com a reserva de mão de obra das atividades de subsistência e com a imigração dos países europeus menos industrializados, conseguindo crescer em extensão sem a necessidade de elevar os salários, pois para contar com uma oferta elástica de trabalhadores bastava ao setor exportador pagar salários acima dos demais setores⁵⁰. No entanto, no conjunto da economia havia um aumento de produtividade e da massa salarial, na medida em que parte do setor de subsistência era absorvida pela expansão da exportação.

À diferença da renda dos proprietários, a classe assalariada transforma quase toda sua renda em gastos de consumo, criando demanda para os pequenos produtores locais. O impulso externo continuava sendo o principal elemento dinâmico da economia, mas agora ele era multiplicado pelos gastos de consumo dos assalariados, movimentando uma produção interna, cuja renda também era gasta, maiormente, em bens de consumo. Tem-se, então, um fluxo de renda monetária dentro do país que excede em muito o impulso inicial da atividade exportadora.

Embora possibilitasse a formação do mercado interno, a multiplicação do impulso externo gerava desequilíbrios no balanço de pagamentos, uma vez que o crescimento da demanda era também acompanhado de maiores importações. Assim, a

⁵⁰ Como será visto no próximo capítulo, Furtado elabora ao mesmo tempo em que Lewis a concepção de uma oferta elástica de mão de obra, embora com diferentes visões sobre atraso e subdesenvolvimento.

demanda por importações tendia a exceder a disponibilidade de divisas geradas pela exportação, inviabilizando o funcionamento do padrão-ouro nas economias coloniais. Esta tendência era agravada pela piora nas relações de troca dos produtos primários no comércio internacional, ocasionando desvalorização cambial e inflação.

O desequilíbrio externo se manifestava nas fases de baixa cíclica dos preços de exportação, e a tentativa de regularizar a balança comercial via desvalorização cambial funcionava como um mecanismo de socialização das perdas da exportação. Como apresentado no artigo de 1950, o autor sustenta que as flutuações cíclicas das economias coloniais tendiam à concentração de renda e à socialização das perdas. A política cambial, somada à compra dos estoques invendáveis, sustentava a rentabilidade da exportação em crise e garantia a manutenção do nível de emprego e renda da economia. Para o autor, tal conjuntura permitiu de modo não intencional o desenvolvimento da pequena indústria ligada ao mercado interno, formando um terceiro setor na economia, ao lado do setor exportador e do setor de subsistência.

Dadas as condições de oferta, com disponibilidade de terras e mão de obra, a produção de café apresentava uma tendência à superprodução, regulada pelo nível de demanda externa. O mecanismo de defesa dos cafeicultores sancionava a superprodução, mantendo os investimentos em expansão das plantações. A crise de 1929 romperia esta situação, conjugando duas crises a um só momento: uma crise de superprodução e uma crise de demanda.

Houve, então, uma mudança na política de defesa do café. Em meio à crise, sem disponibilidade de empréstimos externos, a retenção e a destruição dos estoques foram financiadas via expansão do crédito em moeda nacional. Antes, o financiamento com empréstimos externos garantia a entrada de divisas para importação, agora, a manutenção do nível de emprego e renda da economia via expansão do crédito sustentava uma demanda sem cobertura cambial. Segundo Furtado, de modo não intencional, a defesa dos interesses exportadores favoreceu a indústria de mercado interno, através de uma política anticíclica sem precedentes.

A sustentação da demanda pressionava as importações e agravava o desequilíbrio externo, contrabalanceado por desvalorizações cambiais. Isto provocou uma mudança significativa dos preços relativos entre importação e produção local, favorecendo esta última e comprimindo o coeficiente de importações. Há uma progressiva substituição de importações, tornando o mercado interno elemento

dinâmico da economia e dando à indústria a liderança no processo de formação de capital. Observa-se, com isso, o deslocamento do centro dinâmico para o interior da economia, atraindo para a indústria os capitais investidos no café. A princípio contando com a capacidade ociosa e com equipamentos de segunda mão dos centros industriais em crise, a indústria brasileira teve grande expansão nos anos 1930, substituindo os bens de consumo importados e produzindo, inclusive, parte dos bens de capital.

A recuperação da economia brasileira após a crise de 1929 foi bem mais rápida do que nos países industriais e, ao iniciar a segunda guerra mundial, a indústria funcionava à plena capacidade. Durante a guerra, a demanda interna voltou-se para a indústria nacional, e como não havia possibilidade de aumentar a capacidade produtiva, houve elevação dos preços internos. Assim que, ao contrário do período 1929-1939, o decênio de 1940 apresentou uma mudança nos preços relativos, barateando as importações frente ao produto nacional. Isto ocorreu apesar da fixação da taxa de câmbio em patamar desvalorizado, unindo os interesses de exportadores e industriais em torno da política cambial – valorizar a moeda reduziria os ganhos da exportação em moeda nacional e favoreceria a concorrência de importados à indústria.

A regularização do comércio no pós-guerra e a política liberal adotada no Brasil conduziram a um aumento imediato das importações, muito além da capacidade para importar acumulada durante a guerra. Tendo em vista o receio de uma desvalorização cambial ampliar a inflação com encarecimento dos importados, o novo desequilíbrio externo foi combatido, a partir de 1948, por uma política de controle seletivo das importações, favorecendo duplamente os interesses industriais: controlando a entrada de bens de consumo com similares nacionais e definindo um câmbio especial para a importação de bens de capital. Ao mesmo tempo em que reduzia a concorrência externa, possibilitava um reaparelhamento da indústria.⁵¹

Com o controle de importações, o objetivo antiinflacionário foi completamente perdido, agravando-se a elevação de preços a partir de 1949 com o aumento do preço internacional do café. A expansão das exportações puxou um aumento de renda, represado no interior da economia pelo controle de importações. Assim, mais uma vez foi pressionada a oferta industrial, repercutindo em maior inflação. Para o autor, a inflação representa uma disputa entre as classes pela apropriação da renda, e neste

⁵¹ No entanto, Furtado segue afirmando que esta política não tinha a intenção de fomentar a indústria, mas sim de conter o desequilíbrio externo e a inflação.

momento é a classe industrial que vai se beneficiar, acumulando capital.⁵² Essa redistribuição de renda via inflação teve papel importante na consolidação da industrialização brasileira nos anos 1950.

Neste livro de 1954, Furtado afirma sua interpretação do processo de industrialização por substituição de importações, apresentando também as origens e consequências do desequilíbrio estrutural da economia brasileira. Esta interpretação é feita à luz da formação histórica do Brasil, tendo como referencial o conceito de economia colonial – desenvolvido por Caio Prado – conjugado a uma visão de dinâmica macroeconômica – derivada da análise de Prebisch. Sem adotar o conceito de periferia, o autor vai elaborar uma nova compreensão da economia brasileira, rumando para o conceito de economia dependente. Este vai aparecer no livro *Uma Economia Dependente* (1956), quando reorganiza parte do livro anterior referente à história econômica do Brasil, aproveitando o texto de forma integral, exceto pela substituição do termo *economia colonial* por *economia dependente*.

2.3.4 – Formação Econômica do Brasil

A obra mais conhecida de Celso Furtado foi escrita em Cambridge entre 1957 e 1958, sintetizando mais de uma década de pesquisa sobre a *Formação Econômica do Brasil* (1959). É o momento de consolidação de seu método histórico-estrutural, aplicado a um caso concreto, para desvendar a formação histórica da estrutura subdesenvolvida brasileira. Traz de volta as publicações anteriores do autor, reaproveitadas parcialmente, com alguns acréscimos de pesquisa e inflexões teóricas. Na Inglaterra, absorveria a historiografia inglesa e dos EUA, somadas às, já mencionadas, historiografias brasileira, portuguesa e francesa. A omissão das fontes bibliográficas do livro gerou muita polêmica sobre a natureza do trabalho, se de fato haveria uma pesquisa histórica sustentando a análise dos processos econômicos ou não.

⁵² "As observações que vimos de fazer põem a claro que a inflação é fundamentalmente uma luta entre grupos pela redistribuição da renda real e que a elevação do nível de preços é apenas uma manifestação exterior desse fenômeno." (Furtado, 1954, p.181)

Ao observar a evolução de seu pensamento, fica evidente o recurso às fontes, apontadas na tese e suprimidas no livro.⁵³

FEB é estruturado em cinco partes: I – fundamentos econômicos da ocupação territorial; II – economia escravista de agricultura tropical (séculos XVI e XVII); III – economia escravista mineira (século XVIII); IV – economia de transição para o trabalho assalariado (século XIX); V – economia de transição para um sistema industrial (século XX). Esta divisão da história brasileira demonstra a importância das relações sociais de produção na análise de Furtado, que deixa de usar o conceito de economia colonial para se referir à economia escravista, seja agrícola ou mineradora. Também chama atenção a definição do século 19 como economia de transição para o trabalho assalariado, a partir de quando a introdução do assalariamento permitiria a formação do mercado interno, conduzindo a transição para uma economia industrial no século 20.⁵⁴

A primeira parte, sobre os fundamentos econômicos da ocupação territorial faz uma síntese do período colonial, retomando o tema da tese de doutorado, mas ampliando sua perspectiva sobre o sistema capitalista mundial em formação. Assim, afirma que, originada da expansão comercial europeia, a colonização efetiva do Brasil só ocorreria em virtude das ameaças franceses sobre a posse da terra, e seria feita com recurso à agricultura. A colônia se transforma de mera economia extrativa em parte integrante da economia reprodutiva europeia, isto é, os portugueses aplicariam técnicas e capitais na produção agrícola da colônia para venda no mercado europeu.

A primeira empresa colonial agrícola europeia obteve grande êxito, pois contou com a experiência pretérita de Portugal na produção de açúcar das ilhas atlânticas, que já garantira aos portugueses o domínio das técnicas produtivas e o controle do mercado europeu. Furtado argumenta que Portugal teve para isso a contribuição dos holandeses, que organizavam a distribuição e comercialização do produto na Europa, e também financiavam a produção – detendo grande parte do negócio do açúcar em suas mãos. Por último, a inserção portuguesa no mercado africano de escravos forneceu a quantidade necessária de mão de obra para realizar empresa de tal vulto.

⁵³ O autor se justifica na introdução: "omite-se quase totalmente a bibliografia histórica brasileira, pois escapa ao campo específico do presente estudo, que é simplesmente a análise dos processos econômicos e não reconstituição dos eventos históricos que estão por trás desses processos." (Furtado, [1959] 2002, p.2)

⁵⁴ Estas são claras influências de Marx sobre Furtado, especialmente no vínculo entre assalariamento e formação do mercado interno (*cf.* Paula, 2009)

Estes fatores deram a Portugal o monopólio do mercado mundial de açúcar, perdido posteriormente com a desarticulação do sistema. A independência da Holanda frente ao império espanhol, concomitante à anexação de Portugal a este império, transformou a cooperação holandesa em competição aberta. A guerra entre Espanha e Holanda afetaria diretamente Portugal, que viu sua colônia americana produtora de açúcar ser invadida pelos holandeses. Após o fim da União Ibérica em 1640, os holandeses são expulsos do Brasil, mas levariam consigo as técnicas de produção, instalando nas Antilhas uma indústria concorrente de larga escala, quebrando o monopólio português. Data de meados do século 17 a crise da produção brasileira.

Em sua tese de 1948, o autor já havia exposto o argumento de que a introdução da produção de açúcar em larga escala nas Antilhas alterou as características de sua colonização passando de colônia de povoamento à colônia de exploração, com alta concentração da propriedade, monocultura e trabalho escravo. Ampliando o horizonte da pesquisa histórica, Furtado complexifica a análise, ao avaliar a relação entre a agricultura de exportação antilhana e as colônias de povoamento do hemisfério norte.

Defende que se formou um comércio triangular entre o atual EUA, as Antilhas e a Europa. Instalada a monocultura de açúcar nas Antilhas para venda no mercado europeu, inviabilizou-se a produção de alimentos na ilha, desviando sua demanda para importação. A metrópole inglesa, em meio à guerra civil, era incapaz de suprir a demanda, entrando em cena a colônia do norte. Os EUA passariam a fornecer alimentos, madeira e gado às Antilhas, inclusive em barcos próprios, o que teria impulsionado sua economia. Segundo o autor, circunstâncias históricas específicas propiciaram fenômeno completamente estranho ao sistema colonial: uma economia com propriedade pouco concentrada, produtora de gêneros de subsistência, sem distinção entre produção de exportação e produção de consumo interno, similar à economia europeia da época, onde a menor concentração de renda permitiu o desenvolvimento do mercado interno. O autor também aponta diferenças sociais, defendendo que as classes dominantes nos EUA, por controlarem o comércio, tomaram logo consciência da divergência entre seus interesses e os da metrópole, enquanto nas colônias de exportação tropical havia uma comunhão de interesses da classe dominante com a metrópole.

Esta visão sistêmica da colonização americana permitiu ao autor uma percepção da articulação econômica entre as colônias inglesas e suas consequências para o Brasil. Perdido o monopólio do açúcar, e várias de suas colônias mais rentáveis do oriente,

Portugal busca apoio na Inglaterra para sustentar seu império colonial. Uma série de tratados assinados entre os dois países, cujo mais importante é o Tratado de Methuen em 1703, garante a proteção inglesa a Portugal, mas transforma este em dependência econômica da Inglaterra, com profunda repercussão no futuro do Brasil.

A segunda parte do livro apresenta a economia escravista de agricultura tropical dos séculos XVI e XVII, tema central da tese de 1948, analisado a partir de uma perspectiva macroeconômica do fluxo de renda, introduzida no livro de 1954. Como já mencionado, o autor caracteriza a economia do açúcar por sua alta concentração de renda, por uma rigidez estrutural às flutuações cíclicas e por estabelecer um fluxo de renda entre a unidade produtora e o exterior. Não obstante, também argumenta que se formou junto à exportação uma pecuária para o fornecimento de gado aos engenhos.

Ao se deter na organização da produção pecuária, distingue-a da economia do açúcar, lembrando seu caráter extensivo, onde a acumulação de capital se dá por aumento dos rebanhos, ocupação das terras do sertão e incorporação de reduzido número de trabalhadores – em regime de trabalho livre, mas sem renda monetária, remunerado com cabeças de gado. À medida que adentrava o sertão a pecuária perdia produtividade, cada vez mais distante do mercado consumidor dos engenhos, crescendo de importância como atividade de subsistência da população.

Na relação entre a economia do açúcar e a pecuária, o autor define a formação do complexo econômico nordestino, cujo núcleo dinâmico era a exportação. Quando inicia a crise do açúcar, a lenta diminuição da produção de exportação gera queda na demanda de gado e a pecuária entra em processo de reversão em economia de subsistência, caindo a produtividade geral do sistema. Furtado apresenta um quadro de redução da renda na economia brasileira a partir da crise do açúcar. O final do século 17 seria de contração econômica e a metrópole portuguesa buscaria outros meios de extrair lucros, promovendo a expansão territorial da colônia. A consolidação da posição portuguesa no Maranhão, a conquista da Colônia do Sacramento e as expedições bandeirantes, que finalmente encontrariam ouro na virada do século, são parte desta busca portuguesa por novas fontes de renda na colônia.

A terceira parte do livro trata da economia escravista mineira que se formou no centro-sul no século 18. A mineração, praticamente ignorada nos trabalhos anteriores, é um ponto de grande influência de Simonsen no pensamento de Furtado, distanciando-o da interpretação de Caio Prado, especialmente no que concerne à organização da

produção de ouro e à integração econômica da pecuária sulina. Furtado argumenta que, diferentemente da produção de açúcar, a mineração não estava vinculada à propriedade da terra e exigia menor volume de capital fixo. Devido às características do ouro de aluvião brasileiro, as possibilidades de inserção social do trabalhador livre eram maiores, o que impulsionou uma grande corrente migratória de Portugal ao Brasil, mudando a proporção entre escravos e homens livres.

Altamente lucrativa, a mineração concentrava todos os recursos disponíveis, acarretando enorme especialização produtiva. Em contrapartida, gerava dificuldades crescentes de abastecimento, pois não contava com produção de subsistência local. Assim, a demanda por alimentos e animais de transporte – feito por tropas de mulas – era toda encaminhada às regiões de pecuária, particularmente o sertão nordestino e o Rio Grande do Sul. A mineração, novo núcleo dinâmico da economia brasileira, teria propiciado a integração econômica das diferentes regiões da colônia a partir de seu mercado consumidor.

Furtado destaca alguns elementos da mineração que a capacitavam à formação de mercado interno e ao desenvolvimento manufatureiro. Embora tivesse uma renda média menor que a economia do açúcar, apresentava menor concentração de renda, com um fluxo monetário maior e a população organizada em núcleos urbanos. Na composição da demanda teria maior peso os bens de consumo corrente, com reduzida participação de bens de luxo importados – o próprio distanciamento da região minera do litoral encarecia a importação. Não obstante tais condições propícias, o desenvolvimento endógeno foi praticamente nulo.

Dentre os motivos do fraco desenvolvimento, o autor descarta a proibição das manufaturas na colônia pelo decreto real de 1785. Argumenta que o decreto data já da decadência da economia minera, cujo auge foi entre 1750 e 1760, de modo que a principal causa teria sido a própria incapacidade técnica da metrópole portuguesa e de seus imigrantes. A ausência de forte manufatura em Portugal implicou o fraco desenvolvimento da colônia. A relação entre Portugal e Inglaterra explicaria o retrocesso da industrialização portuguesa, uma vez que o Tratado de Methuen havia reduzido Portugal à condição de dependência agrícola da Inglaterra. O tratado criou um desequilíbrio comercial entre os dois países, a favor da Inglaterra, e o ouro brasileiro veio cobrir os déficits portugueses. Assim, criou-se um comércio triangular em que Portugal funcionava de intermediário entre Brasil e Inglaterra, fluindo grande parte do

ouro brasileiro para Londres – que se consolidaria como principal centro financeiro do mundo, acumulando grandes reservas metálicas.

Sem alcançar o desenvolvimento endógeno, a produção de ouro seria completamente desarticulada quando se esgotaram as jazidas. Diferentemente da região do açúcar, que conseguiu manter sua produção, se desagregando lentamente, a mineração não foi capaz de encontrar alternativa, regredindo rapidamente em economia de subsistência de baixa produtividade, decaindo os núcleos urbanos e dispersando-se a população. O nível de renda cai bruscamente, e Furtado avalia que ao final do século 18 teria sido observado o nível mais baixo de renda de todo o período colonial.

A quarta, e mais extensa, parte do livro trata da economia de transição para o trabalho assalariado no século 19. De saída há uma análise da conjuntura internacional, com seus reflexos sobre o mercado mundial de produtos tropicais. A guerra de independência dos EUA, a revolução industrial inglesa, a revolução francesa, as guerras napoleônicas e a desarticulação do império colonial espanhol transformaram completamente o quadro geral da política e do comércio mundiais, dando nova vida à produção agrícola brasileira para exportação.

Caso particular foi o Maranhão, que, contando com uma política decidida do governo português comandado por Pombal, alcançou grande expansão da produção de algodão – voltada para a indústria têxtil inglesa, que não contava mais com o fornecimento dos EUA. O nordeste também passou a produzir algodão, juntamente com um novo crescimento da exportação de açúcar – ocupando o espaço deixado pela desarticulação da produção na colônia francesa do Haiti, após a revolução de 1789. Esta falsa euforia na entrada do século 19 seria completada pela vinda do governo metropolitano e a abertura dos portos em 1808, criando um clima geral de otimismo. No entanto, tal situação não duraria muito, revertendo-se já na segunda década do século, quando o país iniciava sua vida política independente.

A independência política foi conquistada num processo cujos marcos principais são: a vinda da família real em 1808, a independência formal em 1822 e a abdicação de Dom Pedro I em 1831, consolidando o poder da classe colonial de proprietários exportadores. Junto à independência política se estabelece a dependência econômica da Inglaterra, em processo concomitante, pela abertura dos portos em 1808 e os tratados comerciais de 1810 e 1827, franqueando o mercado nacional às manufaturas inglesas.

O liberalismo unilateral adotado pela Inglaterra, abrindo o mercado brasileiro as suas mercadorias sem permitir a entrada dos produtos nacionais em seu mercado, provocou desequilíbrio comercial e crise do setor exportador. As baixas tarifas de importação pagas pelos ingleses também fizeram cair a arrecadação fiscal e eliminaram qualquer possibilidade de desenvolvimento da manufatura interna. Num período de grande instabilidade política, quando o Estado nacional lutava para se afirmar e, portanto, aumentava muito seus gastos, a perda de arrecadação gerou crise fiscal. Os déficits comerciais e fiscais foram cobertos por empréstimos ingleses e emissão monetária, desvalorizando a moeda brasileira. Em meio a este quadro caótico, a Inglaterra ainda tenta impor o fim do tráfico de escravos, iniciando uma longa disputa diplomática com a classe exportadora.

Os efeitos nefastos do liberalismo econômico no Brasil independente levaram muitos intérpretes a se perguntar se seria possível empreender uma política protecionista neste início do século 19.⁵⁵ Furtado defende que era inviável ao Brasil seguir os passos dos EUA rumo à industrialização, e explicita o mote central de sua pesquisa e do livro:

A suposição de que estaria ao alcance do Brasil – na hipótese de total liberdade de ação – adotar uma política idêntica à dos EUA, nessa primeira fase do século XIX, não resiste a uma análise detida dos fatos. Esse problema encerra particular interesse e pode sintetizar-se numa pergunta que muitos homens de pensamento se têm feito no Brasil: por que se industrializaram os EUA no século XIX, emparelhando-se com as nações européias, enquanto o Brasil evoluía no sentido de transformar-se no século XX numa vasta região subdesenvolvida? (FURTADO, [1959] 2003, p.100)

Esta comparação entre EUA e Brasil, ambos ex-colônias, e a tentativa de compreender por que tomaram rumos tão diferentes após a independência, é a preocupação central de Furtado – e, de um modo geral, dos intérpretes da formação econômica do Brasil.

O autor ressalta as diferenças sociais e econômicas entre os dois países na primeira metade do século 19 para compreender a impossibilidade de industrializar o Brasil naquele momento. Ao contrário dos EUA, não havia aqui uma base técnica desenvolvida que permitisse a industrialização. Além disso, as diferenças entre as classes dominantes implicavam políticas econômicas distintas. Enquanto os EUA eram controlados por uma classe de grandes comerciantes urbanos e pequenos agricultores, conscientes de seus interesses nacionais; no Brasil, o domínio dos grandes agricultores

⁵⁵ Simonsen, por exemplo, afirma que era viável ao Brasil seguir uma política protecionista nesta época.

escravistas exportadores se expressava na adoção de políticas liberais no comércio exterior e na dependência de uma maior integração às economias europeias. Furtado ilustra essa diferença social através de dois representantes dos ideais das classes dominantes em cada país: Alexander Hamilton nos EUA, paladino da industrialização e do protecionismo; e o Visconde de Cairu no Brasil, que crê piamente no mito liberal.

Apostando no liberalismo comercial, mas sem conseguir se inserir nas principais correntes de comércio internacional, inclusive perdendo espaço na exportação de algodão e açúcar, o país vê seu nível de renda declinar na primeira metade do século 19. Esta situação só seria revertida a partir de meados do século, quando toma volume significativo a exportação brasileira de café. Há uma importante mudança na economia brasileira, pois junto à recuperação da exportação, também ocorre uma inflexão na política cambial, após expirarem os tratados com a Inglaterra em 1844, elevando as tarifas de importação. Outro marco do período é o fim definitivo do tráfico negreiro em 1850, colocando em pauta o debate da abolição e encaminhando o país para a introdução do trabalho assalariado.

A gestação da economia cafeeira também conduz à formação de uma nova classe dirigente, mais consciente de seus interesses e do conjunto do negócio exportador, da produção à comercialização. A proximidade da capital possibilitou a instrumentalização do Estado por parte dos cafeicultores, operando a política econômica em seu benefício, como ficou evidente no caso da mão de obra para as plantações.

A primeira fase de expansão do café se faz em torno à capital, aproveitando recursos subutilizados pela decadência da mineração e recorrendo à importação de escravos africanos. Com a proibição do tráfico negreiro a situação se complica, e a fonte principal passa a ser o tráfico interno, das produções decadentes de algodão e açúcar para a expansiva produção cafeeira. Apesar do país possuir um grande contingente de trabalhadores nas atividades de subsistência, para o autor, sua dispersão pelo território e sua ligação aos grandes proprietários de terra inviabilizava a arregimentação destes trabalhadores para a lavoura de café.

Depois de 1860 a questão da oferta de mão de obra se torna mais grave⁵⁶, pois ao lado da expansão cafeeira ressurgem a produção de algodão, em virtude da Guerra de

⁵⁶ Aqui uma inflexão no pensamento de Furtado em relação ao livro anterior, de 1954, onde afirmava que uma das características da nova economia colonial do café era a grande oferta de trabalho disponível. Agora esta condição é matizada, apresentando a questão da mão de obra como um problema, resolvido

Secessão nos EUA, que elevou seu preço internacional. Reduzido o tráfico interno, a solução definitiva viria em 1870, quando o governo imperial tomou para si a responsabilidade de organizar e financiar um fluxo migratório de trabalhadores europeus livres para a lavoura de café, particularmente italianos, em meio à unificação política de seu país. Segundo o autor, a substituição de escravos por trabalhadores assalariados nas plantações, especialmente em São Paulo, seguida da abolição da escravidão não teriam efeitos significativos na organização da produção nem na distribuição de renda, embora tenham representado um rompimento com o sistema de poder formado na época colonial.

No final do século 19, houve uma diferenciação entre as regiões da economia brasileira, acentuando um processo de concentração econômica no centro-sul, em detrimento do nordeste. Se há o crescimento vertiginoso da produção cafeeira no sudeste, absorvendo parte da economia de subsistência e elevando a produtividade geral na região – movimento concomitante ao grande boom da extração de borracha na região amazônica; também há uma lenta desarticulação da produção de exportação no nordeste, com nova reversão em economia de subsistência.

A introdução do trabalho assalariado na lavoura cafeeira, se não modificou a organização da produção, gerou uma massa de renda monetária que permitiu a formação de uma economia de mercado interno no centro-sul. Daí em diante o autor segue basicamente a mesma argumentação do livro de 1954, aproveitando inclusive boa parte do texto original. Distingue a renda dos proprietários da renda dos assalariados, para ver nas suas formas particulares de utilização o fomento da produção de consumo interno. Assim, a propagação do impulso externo garantiria um fluxo de renda monetária na economia. Contudo, a multiplicação da renda acarretaria uma elevação geral do consumo, incluindo as importações. Sem a necessária contrapartida em divisas, observa-se uma tendência ao desequilíbrio externo na economia, combatida pela desvalorização cambial. As conclusões são conhecidas: impossibilidade adaptação ao padrão-ouro e tendência à concentração de renda e à socialização das perdas dos exportadores ao longo das flutuações cíclicas de preços.

pela política de Estado em favor da classe exportadora. "[...] na segunda metade do século XIX, não obstante a permanente expansão do setor de subsistência, a inadequada oferta de mão de obra constitui o problema central da economia brasileira." (FURTADO, [1959] 2003, p.123)

A descentralização republicana viria dar maior autonomia de ação aos exportadores, com grande expansão de crédito e liberdade para uma política estadual independente. Assim, os cafeicultores paulistas gozaram de uma conjuntura extremamente favorável na última década do século 19, aumentando sua produção até o limite da superprodução e reforçando a tendência à queda dos preços dos produtos primários no comércio internacional. A quinta parte do livro analisa a economia de transição para um sistema industrial no século 20, saída justamente da crise de superprodução enfrentada pelo café e seus mecanismos de defesa.

A princípio liderada pelo Estado de São Paulo, a partir do Convênio de Taubaté em 1906, a política de valorização do café foi encampada pelo governo central, depois de constatado seu sucesso financeiro. Os mecanismos básicos de defesa foram analisados no livro de 1954, e resumem-se basicamente à desvalorização cambial e à retenção de estoques invendáveis, primeiro recorrendo a empréstimos externos e depois lançando mão da emissão monetária e expansão do crédito para seu financiamento, com as devidas diferenças já apontadas. A crise de 1929 seria o ponto de inflexão histórica, quando a conjunção de duas crises, de superprodução e de demanda, tornou ineficazes os mecanismos de defesa.

Entretanto, são estes mecanismos que permitiram a manutenção do nível de emprego e renda na economia brasileira – apresentados como uma política anticíclica keynesiana de grandes proporções – sustentando a demanda interna e viabilizando o deslocamento de centro dinâmico da economia, do mercado externo para o mercado interno. De forma não intencional esta política teria intensificado o processo de industrialização por substituição de importações, alcançando inclusive parte da produção de bens de capital. As consequências desta industrialização seriam a reposição constante do desequilíbrio externo e uma recorrente inflação estrutural, entendida como um meio de distribuição de renda favorável ao setor industrial, com implicações sobre a política cambial adotada ao longo dos anos 1940.

Tudo isso já havia sido argumentado no livro de 1954, a novidade em FEB viria somente no último capítulo, quando o autor vislumbra as perspectivas dos próximos decênios, apontando os caminhos da política econômica. Se o deslocamento do centro dinâmico para o interior retirou do comércio exterior seu papel central na determinação do nível de renda da economia, por outro lado fez crescer sua importância para a formação de capital. Isto é, iniciada a industrialização, cabe ao comércio exterior

viabilizar as divisas necessárias para a assimilação de progresso técnico. Daí que Furtado ressalte a mudança na composição das importações, crescendo a dependência externa para a ampliação da capacidade produtiva.

Outra característica destacada pelo autor seria o aumento das desigualdades regionais, com diferentes níveis de renda. Se a formação do mercado interno e o deslocamento do centro dinâmico permitiram a articulação das regiões produtoras em um sistema comum, também incentivaram a concentração de renda em torno ao mercado consumidor do sudeste, aglomerando a atividade industrial principalmente em São Paulo. Entregue às forças do livre mercado, a economia tende a reproduzir e ampliar a concentração econômica e a desigualdade regional e social, podendo causar fortes tensões sociais. A conclusão do livro explicita a postura política de Furtado: necessidade de intervenção estatal para completar a industrialização, reduzindo a dependência externa e combatendo as desigualdades regionais e sociais de renda.

2.4 - SÍNTESE DA CONTROVÉRSIA

Feito este esforço de síntese das pesquisas históricas de cada autor, torna-se possível realizar uma análise comparada de suas interpretações econômicas do Brasil. Por se tratarem de obras muito extensas, com diversos pontos de convergência, pode-se perder de vista a especificidade de cada uma, por isso a necessidade desta justaposição dos trabalhos, dando o sentido de controvérsia. Agora é possível tirar algumas conclusões a respeito deste debate constitutivo da historiografia econômica brasileira, apresentando as diferenças teóricas e políticas entre os autores.

Roberto Simonsen é um caso concreto de transição da burguesia brasileira entre a exportação de café e a indústria, se consolidando nos anos 1930 como um dos maiores industriais do Brasil e encarnando a figura da burguesia associada aos interesses externos. Foi um dos maiores intelectuais orgânicos da burguesia industrial, no momento histórico de afirmação e consolidação de sua hegemonia no país. Lutou com afinco e determinação para que isso acontecesse, atuando nas principais organizações de classe e na estrutura do Estado nacional, especialmente após a centralização política do Estado Novo. Produziu estudos de relevo sobre a formação da economia brasileira,

fundando a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, onde inaugurou a primeira cadeira de história econômica do Brasil.

Em seu trabalho intelectual destaca-se uma visão de mundo da classe dominante, legitimando sempre a atuação do poder estabelecido, seja a coroa portuguesa, o império brasileiro ou os governantes da república, sem qualquer referência à participação popular nos processos econômicos e políticos, exceto como de mão de obra. Isto fica explícito na forma pela qual organiza a história econômica, estruturada pela análise dos ciclos de produção. Sem alcançar a totalidade histórica dos períodos abordados, faz cortes transversais na história para compreender como evoluiu determinado gênero, inclusive nos trabalhos sobre o café e a indústria, tomados enquanto ciclos produtivos.

Entretanto, levanta pontos fundamentais para a compreensão da formação brasileira, que seriam posteriormente retomados, pela assimilação ou pela crítica, por Caio Prado e Celso Furtado. Dentre estes pontos, destaca-se: o caráter capitalista dos "descobrimientos" e da colonização americana, negando qualquer traço feudal; a percepção da escravidão como um imperativo econômico; a base econômica da ocupação territorial, tanto do litoral quanto do interior; os deslocamentos do eixo econômico e da hegemonia política; a importância da produção de açúcar e da mineração brasileiras na economia mundial; as inflexões da política colonial e a autonomia política conquistada com a vinda da família real; a produção cafeeira na consolidação do império e da nação independente; a transição do comando sobre a produção cafeeira e da hegemonia política entre Rio de Janeiro e São Paulo, tendo como ponto de virada a abolição da escravidão; a formação de capital na exportação de café para a industrialização; além da relação entre política de valorização do café e industrialização no início do século 20, sem um protecionismo consistente da indústria.

Na proposta política do autor explicita-se sua visão de mundo, defendendo o lucro privado e a industrialização, por meio do planejamento estatal, do protecionismo e do apoio do capital estrangeiro. A ação estatal estaria subordinada aos interesses da burguesia industrial, criando infra-estrutura para expansão do capital privado brasileiro e praticando políticas protecionistas. Da mesma forma o apoio do capital estrangeiro, demandado para a indústria pesada, onde a necessidade de capital e tecnologia estaria além da capacidade da iniciativa privada nacional. O objetivo do autor com a industrialização planejada pelo Estado era a afirmação da burguesia industrial paulista, aumentando a concentração econômica e o poder do Estado de São Paulo na federação.

Caio Prado Júnior tem uma origem social muito próxima de Simonsen, no entanto sua visão de mundo foi profundamente influenciada pelo Partido Comunista Brasileiro e pela ação classe trabalhadora organizada. É assim que se afasta da posição política de sua classe de origem para produzir uma interpretação marxista da história econômica do Brasil, criticando a "história oficial" das classes dominantes. Embora tome o trabalho de Simonsen como fonte, Caio Prado procede a uma superação dialética, que envolve conservação, negação e nova síntese interpretativa.

Sua interpretação se estrutura a partir dos momentos políticos do país – colônia, império e república – para captar na base material e na forma de organização da produção a estratificação social e as disputas políticas entre as principais classes sociais de cada época. Tem como categorias centrais de análise o sentido da colonização e a grande exploração rural. O sentido da colonização pode ser compreendido como uma busca de totalidade histórica, determinando o rumo do país, atrelado ao objetivo central de produzir gêneros tropicais para o mercado mundial. Esta produção seria organizada na forma de grande exploração rural, cujas características básicas são a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Assim se definiria a economia colonial, comandada por interesses externos e dependente do mercado mundial.

Caio Prado traça uma linha de continuidade entre o passado colonial e a dependência contemporânea da economia brasileira – por vezes perdendo algumas das especificidades dos distintos momentos históricos do país para reafirmar de forma geral o sentido da colonização. Por exemplo, não vê distinção entre a organização da produção no açúcar, na pecuária ou na mineração do período colonial, apontando também as mesmas características para a produção de café no império. O autor também ressalta o caráter de conservação, para além da modernização, contido nos momentos da independência em 1822 e da república em 1889. Se não mais pelo pacto colonial, a perpetuação do sistema colonial seria garantida por outros meios, pelo liberalismo no império e pelo imperialismo na república, impedindo a transição completa da economia colonial brasileira em economia nacional.

Nesta chave, a indústria substitutiva formada nas primeiras décadas do século 20 estaria subordinada aos interesses externos representados pela ação do imperialismo e permanentemente sujeita à reversão colonial. Para superar o sistema colonial e completar a transição do Brasil em economia nacional, o autor defende a intervenção e o planejamento estatal. Embora argumente pela ação do Estado em prol da

industrialização, tal como Simonsen, os objetivos do autor são bem diferentes: tornar o país em economia nacional seria produzir para a satisfação das necessidades da população local, de acordo com o interesse nacional.

Já Celso Furtado se posiciona do ponto de vista da pequena-burguesia, com uma inserção social na burocracia estatal, como servidor público e funcionário internacional. Inaugura uma interpretação estruturalista do Brasil, nos marcos do que ficou conhecido como estruturalismo latino-americano, difundido principalmente através da Cepal. Furtado toma Simonsen e Caio Prado enquanto fontes de seu pensamento, para então superá-los – no sentido de superação dialética aqui utilizado, isto é, sem um juízo de valor sobre a qualidade das interpretações, mas simplesmente indicando um processo de conservação, negação e nova síntese.

A formação de seu pensamento sobre a história econômica brasileira atravessa mais de uma década de pesquisa, desde sua tese de doutorado, defendida em 1948, até a síntese alcançada em *Formação Econômica do Brasil*, publicado em 1959. Na tese, *Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*, o autor segue de perto a interpretação de *Formação do Brasil Contemporâneo*, adotando o conceito de economia colonial, com as características apontadas por Caio Prado. Assim como estrutura a história colonial a partir dos ciclos de produção, tal qual Simonsen.

A partir de seu ingresso na Cepal há uma progressiva diferenciação de sua interpretação, ganhando autonomia e mesclando a influência dos intérpretes do Brasil com a nova proposta cepalina. Isto fica evidente já em seu primeiro trabalho feito na Cepal, o artigo *Características Gerais da Economia Brasileira*, publicado 1950, onde adota alguns conceitos de Prebisch: a deterioração dos termos de troca gerando uma tendência ao desequilíbrio do balanço de pagamentos; e o choque externo que representou a crise de 1929, acelerando a crise do setor exportador e abrindo caminho para a industrialização substitutiva. No entanto, não é como economia periférica que o autor caracteriza a economia brasileira, mas sim como economia colonial, permanecendo a influência de Caio Prado.

O mesmo ocorre no livro *A Economia Brasileira*, publicado em 1954, quando aplica ao período colonial a análise macroeconômica desenvolvida na Cepal, com forte influência keynesiana, captando o fluxo de renda e a dinâmica das flutuações cíclicas. Também aprofunda e consolida sua interpretação da crise e defesa do café, tendo como subproduto a industrialização substitutiva. Assim, o autor vai se distanciando de

Simonsen e Caio Prado, superando a interpretação dos ciclos de produção e da economia colonial, e construindo o conceito de economia dependente – afirmado no livro *Uma Economia Dependente*, de 1956.

Formação Econômica do Brasil é um momento de síntese, expondo uma interpretação estruturalista do Brasil, com a contribuição própria que Furtado deu a este pensamento. A mescla de conceitos cepalinos com uma visão histórica do processo brasileiro é sua característica distintiva – o método histórico-estrutural. Esta diferenciação explicita-se na forma como organiza a história com base nas relações sociais de produção: economia escravista do século 16 ao 18, transição ao trabalho assalariado no século 19 e transição ao sistema industrial no século 20. Assim como na interpretação original que o autor faz sobre a integração sistêmica das colônias americanas possibilitando o desenvolvimento dos EUA. Ponto de destaque é a análise das transições entre os núcleos de produção na economia brasileira, gerando crises de desarticulação e reversão em economia de subsistência, com posterior formação de outro núcleo produtivo, com sua elite dirigente e forma de organização social da produção específicas – implicando modificações no centro dinâmico da economia e na hegemonia política do país, e dando origem às desigualdades regionais, aguçadas no século 20, durante o processo de industrialização.

A proposta política contida no livro também se distingue das outras, embora recorrendo ao Estado para planejar a industrialização. Ao identificar o desequilíbrio do balanço de pagamentos e a concentração social e regional da renda como características deletérias da industrialização brasileira, o autor propõe o planejamento estatal para conduzir e completar esta industrialização. Os objetivos centrais seriam o rompimento da dependência externa e a redução das desigualdades sociais e regionais de renda, operando uma desconcentração econômica em favor das regiões mais pobres do país, em particular o nordeste.

De modo geral, o consenso em torno da intervenção estatal e do planejamento da industrialização, presente nos três autores, tem conduzido muitos historiadores do pensamento brasileiro a afirmarem uma hegemonia da ideologia desenvolvimentista no Brasil entre os anos 1930 e 1964. De fato, estes autores expressam em seu pensamento o sentido da transformação observada no país com a emergência da sociedade urbano-industrial, defendendo-a. No entanto, faz-se necessário destacar que, embora a industrialização planejada seja de fato consensual, há diferenças significativas entre os

objetivos desta industrialização. Diferenças que tem origem nas distintas visões de mundo e que se explicitam na interpretação histórica e na proposta política dos autores.

CAPÍTULO 3

DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO

A rigor, a economia do desenvolvimento deve ser considerada uma controvérsia dentro do campo maior da economia política. Sem dúvida a controvérsia mais importante da economia política clássica, sendo a razão última dos escritos de seus principais expoentes. Em 1776, Adam Smith lançava sua obra célebre, *Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*. Ali apontava para as formas de produção, apropriação e utilização do excedente no capitalismo, pautando o debate que se prolongaria pelas décadas seguintes. A riqueza das nações também foi tema do principal “herdeiro teórico” de Smith, assim David Ricardo deu seqüência à investigação a respeito do processo de acumulação de capital e suas conseqüências sobre a produtividade do trabalho, a taxa de lucros e os salários. Em sua crítica da economia política, também Karl Marx se esforçou em teorizar o processo de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, principalmente compreendido como resultante da interação entre acumulação de capital e progresso técnico – embora argumentando por tendências opostas aos clássicos.

A onda marginalista da segunda metade do século 19 afundou a controvérsia em torno do desenvolvimento, trazendo à tona uma teoria neoclássica preocupada com o equilíbrio da economia e a alocação de recursos escassos guiada pelo princípio da substituição. Se, na tradição marxista, o desenvolvimento das forças produtivas, e seu desdobramento na economia mundial, seguiu sendo o núcleo central das reflexões, principalmente com os teóricos do imperialismo; no meio acadêmico anglo-saxão, notadamente, houve um esvaziamento total da teorização sobre o assunto.

Foi somente nas primeiras décadas do século 20 que se retomou seu interesse, particularmente pelas mãos de Joseph Schumpeter e John Maynard Keynes, ambos colocando o tema dentro dos marcos da teoria marginalista. Os efeitos da primeira guerra mundial, da revolução russa e da crise de 1929 estão na origem desta retomada, porém foi somente após a segunda guerra mundial que o debate ressurgiu com toda força no meio acadêmico anglo-saxão. Esta retomada do tema, no entanto, apresenta uma particularidade significativa: enquanto a economia política clássica buscava entender como se desenvolvia sua economia nacional, especialmente a economia inglesa em disputa pela hegemonia mundial; a economia do desenvolvimento buscará entender como se desenvolvem as outras economias nacionais, no sentido de legitimação da hegemonia dos Estados Unidos.

Para apresentar esta controvérsia entre desenvolvimento e subdesenvolvimento serão expostas três seções neste capítulo, além de uma síntese final. A seção *A economia do desenvolvimento e a perspectiva do atraso* traça panoramicamente o período histórico em que se deu o surgimento desta controvérsia, expondo como essas formulações têm em comum a ideologia do progresso e definem a diferença no grau de desenvolvimento dos países como uma questão de maturidade do sistema econômico. Ainda nesta seção são apresentadas sinteticamente as contribuições principais de alguns autores consagrados internacionalmente. Sem pretender exaurir nem o conjunto de autores nem mesmo a obra dos autores abordados, as quatro subseções que se seguem tentam condensar os conceitos-chave pelos quais compreendem e teorizam o atraso econômico. De forma que são abordados os seguintes autores e temas: *Paul Rosenstein-Rodan e o big push*; *Ragnar Nurkse e o crescimento equilibrado*; *Arthur Lewis e a oferta ilimitada de mão-de-obra*; *W. W. Rostow e as etapas do crescimento*.

A seção *Raúl Prebisch e o sistema centro-periferia* aborda os trabalhos inaugurais de Prebisch na Cepal, destacando suas principais formulações acerca da dinâmica cíclica da economia mundial e de seus efeitos diferenciados para o centro e para a periferia. São apresentadas as tentativas do autor para dar fundamento teórico à observação empírica da deterioração dos termos de troca dos produtos primários da América Latina, assim como suas críticas à divisão internacional do trabalho e à política comercial dos EUA. Prebisch fará uma primeira crítica ao falso sentido de universalidade da economia do desenvolvimento, colocando as peculiaridades do desenvolvimento latino-americano e abrindo um novo caminho de reflexão na região.

Já na seção *Celso Furtado entre desenvolvimento e subdesenvolvimento*, busca-se perceber a trajetória política e intelectual do autor para a formação de sua teoria do subdesenvolvimento. Para tanto, situa-se Furtado nesta controvérsia que perpassou os principais fóruns internacionais de debate, ressaltando como o autor toma a economia do desenvolvimento enquanto fonte para sua formulação original – a princípio aderindo à economia do desenvolvimento e aos poucos ganhando autonomia teórica própria para fazer sua crítica. Processo formativo semelhante ao que experimentou contemporaneamente na controvérsia com os interpretes do Brasil, que informa sua concepção histórica do subdesenvolvimento. Serão analisados os principais trabalhos que compõem o livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, onde expôs pela primeira vez de forma clara e consistente sua teoria do subdesenvolvimento.

3.1 – A ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO E A PERSPECTIVA DO ATRASO

Não é possível captar a dimensão e a relevância da economia do desenvolvimento sem contextualizar historicamente sua produção teórica. Os anos de 1945 a 1973 já foram consagrados na historiografia econômica como os “anos dourados” do capitalismo (*cf.* Hobsbawm, 1999), porém seus antecedentes remontam, no mínimo, à primeira guerra mundial. Foi em meio à guerra que se idealizou a possibilidade de estabelecer uma coordenação internacional por meio de instituições multilaterais e, também, foi em meio à guerra que nasceu para o mundo a revolução russa de outubro de 1917.

A primeira guerra mundial marca a ascensão dos Estados Unidos à condição de “centro cíclico principal da economia mundial” e evidencia a incapacidade inglesa de retomar sua hegemonia no mundo (*cf.* Prebisch, [1949] 2011; Teixeira, 1999). Embora a proposta de Woodrow Wilson para a criação da Liga das Nações não tenha sido de fato implementada, recebeu certa acolhida entre os países abalados pela guerra e representou uma primeira tentativa estadunidense de legitimar sua hegemonia no continente europeu (*cf.* FIORI, 2004b). Do mesmo período data a defesa da autodeterminação dos povos, ponto central do projeto de expansão de poder tanto dos Estados Unidos, quanto da União Soviética. As velhas potências coloniais já haviam repartido o mundo e cabia aos poderes ascendentes incentivar o desmoronamento dos impérios (*cf.* Arrighi, 1996).

A revolução russa representou, de fato, uma alternativa ao modelo de desenvolvimento capitalista, voltando sua análise teórico-política contra o imperialismo, considerado uma etapa na evolução do modo de produção capitalista. Para o plano político, a experiência do socialismo soviético trouxe também uma nova forma de intervenção estatal para promoção do desenvolvimento das forças produtivas. O planejamento central, condensado nos planos quinquenais, influenciou não só o mundo socialista, mas serviu igualmente de parâmetro para as propostas políticas no lado capitalista (*cf.* Meier, 1985).

Principalmente após a Crise de 1929 e a Grande Depressão que se seguiu na década de 1930, ventilou-se entre os países capitalistas centrais a necessidade de maior intervenção estatal para suprir as “falhas de mercado”, particularmente no que diz respeito à política monetária e à estabilização dos preços. Assim como são desta época

os estudos de Schumpeter e Keynes sobre o ciclo econômico, que motivaram teoricamente as famosas políticas anticíclicas para evitar uma queda acentuada da atividade econômica, do emprego e da renda – para o que também muito influenciou a coordenação das atividades econômicas pelo Estado nos tempos de guerra, com plena utilização da capacidade produtiva instalada (*cf.* Meier, 1985).

A depressão dos anos 1930 serviu de pano de fundo para a ascensão do nazifascismo europeu, que acabou por desencadear mais uma grande guerra. A segunda guerra mundial teve conseqüências ainda mais determinantes do que a primeira para a nova ordem mundial. Durante a guerra se consolidou cabalmente a “transferência” da liderança do mundo capitalista da Inglaterra para os EUA, simbolicamente assinada em pleno Oceano Atlântico pelo primeiro-ministro inglês Winston Churchill e pelo presidente estadunidense Franklin Roosevelt, em 1941 (*cf.* Fiori, 2004b).

Somente neste ano os EUA entraram na guerra, que já se desenrolava desde 1939 e era amplamente vencida pelas forças militares encabeçadas pela Alemanha nazista. A reação se deu em duas frentes de batalha, uma ocidental, sob liderança estadunidense, e uma oriental, sob liderança soviética. Derrotado o Eixo e terminada a guerra, esses dois países se colocavam à frente e assumiam posições de destaque perante o mundo, agora de forma definitiva.

Já no imediato pós-guerra, os EUA retomaram e colocaram em prática o antigo sonho da coordenação internacional sob sua hegemonia. Todo um aparato institucional com organização supostamente multilateral foi montado, começando pelos acordos de Bretton Woods em 1944, visando à reorganização do comércio e à estabilização dos preços internacionais por meio de um padrão monetário internacional atrelado ao dólar e lastreado em ouro. Nos anos que se seguiram a 1945 diversas instituições com este caráter foram criadas, dentre elas: Organização das Nações Unidas (ONU), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD, parte integrante do Banco Mundial), Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) etc.

O Plano Marshall (ou Programa de Recuperação Européia) veio como uma iniciativa dos Estados Unidos para acelerar a reconstrução européia, e uma forma clara de legitimar sua hegemonia no velho continente. Como no pós-Primeira Guerra, a autodeterminação dos povos foi novamente aclamada, sendo desta vez concretamente estendida às colônias (*cf.* Arrighi, 1996). A descolonização foi amplamente incentivada

e, se não houve um Plano Marshall para os novos países independentes, foram criadas na ONU comissões econômicas dispostas a dar suporte técnico aos governos da América Latina, África, Ásia e Europa, e orientar suas políticas de promoção do desenvolvimento. A mais famosa e proeminente destas comissões foi, sem dúvida, a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), criada em 1948.

O Estado de bem-estar social é produto e símbolo desta época. A experiência dos anos 1930 havia deixado lições importantes, evitar qualquer tipo de radicalização – seja à extrema esquerda pela revolução socialista, seja à extrema direita pelo nazifascismo – tornara-se objetivo central dos países capitalistas sob a liderança estadunidense. Para tanto foram propagadas políticas explícitas de manutenção de emprego e renda, de seguridade social, de saúde e educação etc. Os EUA definiam sua estratégia interna e externa para consolidar a aceitação e legitimação de sua hegemonia no mundo capitalista (cf. Teixeira, 1999; Fiori, 2004a e 2004b).

De fato, já era então possível falar de um mundo capitalista e outro socialista. Isto se tornou nítido em 1947, quando Churchill, primeiro-ministro inglês, discursando em visita aos EUA, lançou a famosa expressão que delimitou o mundo socialista: a “cortina de ferro”. A partir da Doutrina Truman, também de 1947, a política externa dos Estados Unidos seria de explícita contenção do avanço da União Soviética sobre os países capitalistas – tinha início a Guerra Fria (cf. Hobsbawm, 1999; Fiori, 2004b).

Apesar disso, os anos que se seguiram foram de intensa expansão socialista pelo mundo. Alguns fatos marcaram o período, como a revolução chinesa de 1949, a guerra da Coreia no início dos anos 1950 e a revolução cubana de 1959. Da perspectiva estadunidense, o socialismo avançava e estava cada vez mais próximo. Este avanço teve como subproduto no governo estadunidense o imperativo da promoção do desenvolvimento econômico e social dos países sob sua hegemonia – não à toa, tanto os EUA, quanto a ONU declararam os anos de 1960 como a “década do desenvolvimento”, sendo lançada pelo presidente John F. Kennedy, no ano de 1961, a *Aliança para o Progresso* (cf. Meier, 1985; Hobsbawm, 1999).

Neste contexto histórico específico nasce a economia do desenvolvimento como um campo de estudo particular dentro da ciência econômica. Suas principais questões giraram em torno de alguns debates, dentre eles: planejamento central *versus* sistema de preços de mercado; industrialização e diversificação produtiva *versus* agricultura e especialização produtiva; substituição de importações *versus* promoção das exportações;

crescimento equilibrado *versus* crescimento desequilibrado; abertura ao investimento externo *versus* esforço interno de mobilização de recursos.

É inegável a influência dos trabalhos de Schumpeter e Keynes sobre o ciclo econômico de curto prazo e, maiormente, a influência das propostas keynesianas de ampliar a participação estatal no processo econômico com intuito de garantir altas taxas de investimento, manutenção da demanda agregada e busca do pleno emprego da força de trabalho. Porém, talvez tenha sido no campo propriamente político a influência mais saliente destes autores, uma vez que nem a centralidade da inovação tecnológica para o processo de desenvolvimento, defendida por Schumpeter, nem a centralidade da demanda efetiva, defendida por Keynes, foram plenamente assimiladas ao corpo teórico da economia do desenvolvimento (*cf.* Meier, 1985).

Mais marcante, teoricamente, foi o retorno à economia política clássica e a tentativa de compatibilizar alguns elementos teóricos clássicos com outros neoclássicos. Isso fica explícito na adoção da lei de Say como princípio definidor do nível de produto da economia, no tratamento da produção de bens essenciais para a manutenção do trabalhador como elemento causador da elevação de salários e na relação destes com a taxa de lucros; nos efeitos do comércio externo, da integração dos mercados e da divisão do trabalho sobre o desenvolvimento; mas, principalmente, numa perspectiva de longo prazo que, afora os ciclos de curta duração, apontava para um inevitável progresso dos países, em caráter de trajetórias convergentes dos níveis de renda.

Essa perspectiva do atraso pautada por uma ideologia do progresso linear e convergente entre as distintas nações do mundo capitalista marca definitivamente a economia do desenvolvimento nascida no imediato pós-guerra. A tentativa dos clássicos de naturalizar as relações sociais e o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas está na essência dos Pioneiros, a problemática fundamental era: porque nos países atrasados a “mão invisível” não se fazia sentir, e como isto poderia ser remediado? Assim, Gerald Meier define mais explicitamente, e em tom de reverência: “Como o laureado Nobel Arthur Lewis nos lembra, o que Smith chamou de ‘o progresso natural da opulência’ é o que hoje chamamos ‘economia do desenvolvimento’.” (MEIER, 1985, p.3, tradução livre a partir do original)

3.1.1 – Paul Rosenstein-Rodan e o *Big Push*

Em um dos artigos seminais da economia do desenvolvimento, Paul Rosenstein-Rodan, em 1943, apontava os *Problemas de Industrialização da Europa Oriental e Sul-oriental*.⁵⁷ Tratando de uma das áreas de maior instabilidade política no mundo, onde teve início a primeira guerra mundial e onde se delimitava uma fronteira européia entre o mundo capitalista e o mundo socialista, o autor se empenhou em teorizar como proceder a industrialização das “áreas deprimidas” com intuito de produzir um equilíbrio na economia mundial. Isto é, a criação de emprego produtivo para a “população agrária excedente” deveria se dar por meio de uma industrialização planejada e financiada por organismos internacionais, de forma a alcançar uma melhor distribuição de renda entre as diferentes áreas do mundo.

Esta convergência dos níveis de renda viria como consequência da difusão dos “sadios princípios da divisão internacional do trabalho” (ROSENSTEIN-RODAN, [1943] 1969, p.253). Para tanto seria preciso promover um equilíbrio na distribuição dos fatores produtivos, sendo a mão-de-obra encaminhada ao capital via emigração ou sendo o capital encaminhado à mão-de-obra via industrialização. Dadas as complicações da emigração em larga escala, o autor sugere que o capital disponível nos países industrializados e desenvolvidos seja emprestado ou entre como investimento direto para financiar a industrialização das áreas atrasadas, unindo-se produtivamente à mão-de-obra excedente.⁵⁸

Assim, poderiam ser utilizadas vantajosamente as tecnologias já disponíveis e intensivas em mão-de-obra, passando as regiões subdesenvolvidas a produzir bens de consumo industrializados, aumentando a produtividade do trabalho e a renda gerada. Estas regiões deveriam se integrar ao mercado mundial, reconfigurando a divisão internacional do trabalho e intensificando o comércio internacional. Porém, para de fato levar adiante sua industrialização seria necessário um *big push*, um grande impulso de investimentos que tirasse a economia de sua inércia e desse início à decolagem, em uma trajetória ascendente de crescimento econômico.

⁵⁷ Este artigo foi reeditado na coletânea *A Economia do Subdesenvolvimento*, organizada por Agarwala e Singh, cuja edição nos EUA data de 1958 e a edição brasileira de 1969.

⁵⁸ Interessante notar que a exportação de capital, tida entre os teóricos do imperialismo como uma das formas mais importantes para o estabelecimento de uma relação de dominação-dependência, é apresentada explicitamente como uma via de desenvolvimento. Dependência e desenvolvimento já andavam lado a lado, e resumem bem a proposta estadunidense para os países subdesenvolvidos.

Em artigo apresentado na mesa-redonda realizada pela Associação Econômica Internacional, no Rio de Janeiro em 1957, Rosenstein-Rodan expõe suas *Notas sobre a Teoria do Grande Impulso*.⁵⁹ Ali argumenta que não haveria possibilidade de conquistar um crescimento auto-sustentado atuando gradativamente, pois problemas relacionados principalmente ao tamanho do mercado interno impediriam um crescimento passo a passo. Além das maiores imperfeições de mercado que, segundo ele, caracterizam os países subdesenvolvidos, o autor aponta três indivisibilidades que justificariam um grande impulso planejado pelo Estado nestas áreas.

A primeira seria relativa à oferta e às funções de produção das firmas, especialmente no que concerne à oferta de “capital social fixo”. Certa indivisibilidade nos processos produtivos seria a fonte de economias de escala com rendimentos crescentes, e implicaria um “tamanho ótimo” da firma relativamente grande. Argumenta que no caso do capital social fixo (isto é, infra-estrutura de energia, transporte e comunicações) as indivisibilidades são ainda mais importantes e difíceis de serem superadas pelo investidor privado isoladamente. Dado o elevado capital inicial exigido e a longa maturação dos investimentos, a oferta de infra-estrutura deveria ser programada pelo Estado, para prover as condições básicas e as oportunidades de investimento ao capital privado, ganhando economias externas por sua concentração no espaço e pautando os custos fixos da economia como um todo.

A segunda indivisibilidade seria relativa à demanda e ao tamanho do mercado interno. Dado que “projetos de investimento encerram altos riscos devido à incerteza quanto à possibilidade de seus produtos encontrarem um mercado” (ROSENSTEIN-RODAN, [1957] 1964, p.79), caberia ao Estado coordenar os investimentos de forma que a demanda gerada gozasse de alguma complementaridade. Nas palavras do autor:

Ao invés de colocar cem operários previamente desempregados em uma fábrica de sapatos, colocaríamos dez mil trabalhadores numa centena de fábricas e fazendas que, juntas, produziriam entre si a maior parte dos bens (para assalariados) nos quais os trabalhadores recém-ocupados gastariam os seus salários. O que não foi verdade no caso de uma única fábrica de sapato tornar-se-á certo para o sistema complementar de uma centena de fábricas e unidades de produção agrícola. Os novos produtores serão fregueses uns dos

⁵⁹ Os ensaios apresentados, os comentários críticos e os debates da mesa-redonda foram compilados e publicados por Howard Ellis e Henry Wallich sob o título *Desenvolvimento Econômico para a América Latina*, com edição inglesa de 1961 e edição brasileira de 1964. Este evento, realizado em 1957, foi financiado pela Unesco e contou com a participação de representantes da Cepal, do Bird, do FMI e da União Pan-Americana. Dentre os participantes, destaca-se: Paul Rosenstein-Rodan, Ragnar Nurkse, Celso Furtado, Eugênio Gudín, Otávio Bulhões, Roberto Campos, Albert Hirschman, José Antonio Mayobre, dentre outros, além dos organizadores do livro.

outros e se verificará a Lei de Say mediante a criação de um mercado adicional. A complementaridade da procura reduziria o risco de não se encontrar mercados. (ROSENSTEIN-RODAN, [1957] 1964, p.80)

Tal volume de investimentos em diversas unidades produtivas simultaneamente suscita, é claro, o problema do financiamento. Esta seria a terceira indivisibilidade, relativa à oferta de poupança. Com base nos postulados clássicos da lei de Say e da divisão do trabalho, o autor afirma que os países da Europa oriental não deveriam seguir o “modelo russo” de auto-suficiência e sem auxílio do investimento internacional, mas sim adotar uma estratégia baseada em empréstimos substanciais e na adesão à divisão internacional do trabalho. Desta forma, seria realizado o maior volume de investimentos sem que houvesse a necessidade de reduzir a renda utilizada para o consumo. Além do capital estrangeiro, também colaboraria nesse sentido uma inserção no comércio internacional como exportadores de produtos alimentares elaborados e artigos de indústrias leves, que funcionariam como elemento de amortização das dívidas.

Desde 1943, Rosenstein-Rodan já propunha políticas de desenvolvimento para as áreas subdesenvolvidas da Europa, notadamente as áreas onde a instabilidade política e a disputa ideológica entre os países capitalistas e socialistas eram mais intensas. Afora propostas extremamente irrealistas como a criação de “uma unidade econômica compreendendo toda área situada entre a Alemanha, Rússia e Itália” (ROSENSTEIN-RODAN, [1943] 1969, p.252) ou de um “Truste Industrial da Europa Oriental” (*ibidem*, p.255); percebe-se um esforço do autor em comprovar a superioridade e as vantagens do modelo de desenvolvimento capitalista sobre o “modelo russo”. Para isto vai além do arcabouço neoclássico, e se vale de princípios da economia política clássica, como a lei de Say e a relação entre divisão do trabalho, tamanho do mercado e produtividade.

3.1.2 – Ragnar Nurkse e o Crescimento Equilibrado

Os mesmos princípios clássicos reaparecem nas formulações de Ragnar Nurkse quando apresenta *Alguns Aspectos Internacionais do Desenvolvimento Econômico*⁶⁰. Neste artigo, publicado originalmente em 1953, o autor defende a necessidade do crescimento equilibrado para superar as relações circulares que impedem a devida

⁶⁰ Também reeditado na coletânea organizada por Agarwala e Singh, *A Economia do Subdesenvolvimento*.

formação de capital nas zonas economicamente atrasadas. O círculo vicioso da pobreza se faria sentir na interação entre oferta e demanda: uma elevação contínua do investimento é inibida pela limitada dimensão do mercado, cuja origem estaria na falta de integração dos transportes e das comunicações e na baixa produtividade, que por sua vez teriam explicação na baixa utilização de capital na produção, novamente inibida pelo mercado.

Nesta relação de causalidade forma-se um círculo envolvendo investimento, mercado e produtividade, círculo este que somente seria rompido com uma aplicação sincronizada de capital numa ampla gama de diferentes indústrias. Assim como Rosenstein-Rodan, o autor também objetiva corroborar a lei de Say nos países atrasados, fazendo com que o aumento de produção, se realizado de modo equilibrado numa vasta quantidade de bens, pudesse, de fato, criar sua própria demanda.

Dois pontos distinguem o crescimento equilibrado de Nurkse do *big push*. Primeiro, Nurkse não toma partido do planejamento estatal, argumentando ser indiferente entre a ação governamental e a empresa privada, contanto que se busque o crescimento equilibrado⁶¹. Segundo, acredita ser viável o crescimento equilibrado através de pequenos aumentos no investimento, sem que haja a necessidade de um grande aumento concomitante nos diversos setores produtivos. (*cf.* Nurkse, [1957] 1964b)

Ao tratar deste tipo de diversificação da estrutura produtiva, Nurkse se depara com um dilema envolvendo os postulados clássicos. Se por um lado, em virtude da dimensão de mercado interno, o crescimento equilibrado visa uma diversificação progressiva da produção de modo a corroborar a lei de Say; por outro, ao colocar o comércio internacional na análise, o princípio das vantagens comparativas parece indicar a maior eficiência econômica da especialização produtiva.

Não podendo tratar os países subdesenvolvidos fora do contexto internacional e dos fluxos de mercadorias e capitais que o compõem, Nurkse se empenha em tentar compatibilizar crescimento equilibrado e vantagens comparativas. Este é o objetivo principal de seu artigo apresentado na conferência realizada no Rio de Janeiro em 1957,

⁶¹ “Outros tipos de sociedade podem sentir necessidade de certo grau de centralização a fim de produzir o efeito desejado, pelo menos inicialmente. Mas seja o crescimento equilibrado sustentado por planejamento governamental ou levado a cabo espontaneamente pela empresa privada é, no final das contas, questão de método.” (NURKSE, [1953] 1969, p.265)

onde expõe suas considerações sobre *A Teoria do Comércio Internacional e a Política de Desenvolvimento*.⁶² Isto fica explícito já na abertura do artigo:

Os argumentos favoráveis à especialização internacional baseiam-se, firmemente, em considerações de eficiência econômica. O mundo não é bastante rico para desprezar a eficiência. O padrão ótimo de especialização é regido pelo princípio da vantagem comparativa e este princípio é hoje tão válido como o fora na época de Ricardo. E, contudo, há uma certa dúvida quanto à possibilidade de tal princípio, por si só, proporcionar toda a orientação de que necessitam os países cujo objetivo, dominante e deliberado, é o desenvolvimento econômico (ou seja, aumentar a renda real per capita). (NURKSE, [1957] 1964a, p.271)

A dúvida a que se refere Nurkse diz respeito à mudança observada no início do século 20, quando a Inglaterra perde sua força expansiva e os EUA assumem a liderança na economia mundial. Se, durante o século 19, a Inglaterra impulsionou o comércio internacional, fazendo este crescer acima da produção; no século 20, os EUA se moveram em sentido oposto, fazendo a produção crescer mais do que o comércio.

A divisão do trabalho inglesa destinara às áreas periféricas o papel de fornecedores de alimentos e matérias-primas, e principalmente as zonas temperadas se depararam com uma demanda em contínuo crescimento ao longo de quase todo século 19. O mesmo não se podia afirmar sobre a evolução da demanda por produtos primários no século 20. Os Estados Unidos também eram grandes produtores de matérias-primas e, portanto, sua divisão do trabalho não estabelecia uma relação de complementaridade com os países atrasados. Em verdade, observou-se uma queda constante no volume de importações primárias deste país, sendo mais importante seu comércio direto com outros países industriais. Este novo quadro debilitava, segundo Nurkse, o comércio internacional em seu papel de “transmissor de crescimento” ou “máquina de progresso”. (cf. Nurkse, [1953] 1969)

Tendo em vista a perda de dinamismo da demanda externa por produtos primários, e a diminuição do investimento externo dedicado a este tipo de atividade⁶³, o autor afirma ser o crescimento equilibrado uma forma viável de se alcançar a elevação

⁶² Presente em Ellis e Wallich (1964), *Desenvolvimento Econômico para a América Latina*.

⁶³ “A relutância do capital privado em dedicar-se aos mercados internos dos países subdesenvolvidos, em contraste com sua ansiedade no passado em dedicar-se à exportação para as nações industriais, não reflete nenhuma conspiração sinistra ou política deliberada. Há uma explicação econômica óbvia para isso: por um lado, a pobreza dos consumidores locais nos países atrasados; por outro, os amplos mercados de produtos primários nos centros industriais do mundo em vigorosa expansão durante o século XIX. Nestas circunstâncias era natural que o investimento privado estrangeiro criasse simples entrepostos dos países credores industriais, orientados para suprir as necessidades dos mesmos.” (NURKSE, [1953] 1969, p.266)

dos níveis de renda nos países atrasados. Porém deixa claro que isto deve ser feito respeitando a busca de maior eficiência proveniente da especialização com base nas vantagens comparativas.⁶⁴ Ou seja, o crescimento deveria ser equilibrado não só no sentido de corroborar a lei de Say e garantir mercado para toda a produção, mas também no sentido de manter um equilíbrio entre a produção industrial para o mercado interno e a produção agrícola para exportação, para que fossem exploradas as possibilidades de crescimento oriundas do comércio internacional.

O autor esclarece que o crescimento equilibrado não visa à autarquia e à auto-suficiência, mas tenta ampliar o mercado interno sem reduzir o comércio exterior. Com isso se coloca contra a política de restrições à importação e de industrialização por substituição de importações, pois argumenta ser uma forma ineficiente de produção, com altos custos. Este procedimento implicaria preços internos mais elevados, com redução da renda e da poupança nacional. Mais eficiente seria incentivar a produção para exportação, como meio para angariar divisas internacionais, e produzir internamente o que não pudesse ser importado, tal como os serviços públicos de transporte, comunicações, energia, educação e aprendizagem técnica.

Mesmo no caso de déficits no balanço de pagamentos, Nurkse não vê sentido na restrição às importações, pois “somente mediante um aumento nas poupanças ou uma redução nos investimentos poderá tornar-se efetiva a restrição às importações destinada a equilibrar o balanço de pagamentos” (NURKSE, [1957] 1964a, p.303). Isto porque estes desequilíbrios seriam causados por uma associação entre inflação e despesa excessiva, isto é, os países atrasados estariam consumindo acima dos seus meios, influenciados pelo efeito-demonstração. Este efeito estaria ligado à tentativa destes países adotarem o padrão de consumo dos EUA – pertinente a países com alto nível de renda – portanto gastando muito em consumo e enfraquecendo a poupança, cuja consequência seria uma maior dificuldade na formação de capital para investimento.

Para este problema relacionado ao comércio internacional, Nurkse considera que somente uma redução do consumo em geral mediante uma política governamental de poupança compulsória poderia ser eficaz, uma vez que as restrições às importações só atuariam, evidentemente, sobre o consumo de importados, enquanto o efeito-

⁶⁴ O autor sugere, inclusive, que para os países exportadores de petróleo não haveria necessidade da diversificação produtiva. Dado o alto dinamismo gerado pela demanda internacional seria viável e sustentável o crescimento com base na especialização via vantagens comparativas. (NURKSE, [1957] 1964a)

demonstração alteraria todas as formas de consumo. No entanto, reconhece ser uma questão politicamente delicada em virtude das grandes disparidades de renda. Além disso, também reconhece os resultados positivos do “isolamento em relação aos padrões de consumo” praticado no passado pelo Japão, e, à época, vigente na União Soviética. E é exatamente neste ponto que explicita a orientação ideológica de sua produção teórica.

Outro exemplo de isolamento radical é a ‘cortina de ferro’ da União Soviética (que não é, naturalmente, só o resultado da tensão atual, mas que já estava bem estabelecida antes da Segunda Guerra Mundial). Embora haja seguramente outros motivos para a sua existência, inclino-me a atribuir sentido também à sua função econômica, isto é, a uma possível ‘interpretação materialista’ da ‘cortina de ferro’. Em todo caso, isso demonstra a possibilidade de que o isolamento venha a contribuir para resolver o problema econômico da formação de capital num mundo de grandes disparidades nos níveis de vida nacionais, ao eliminar o contato e as comunicações entre as nações. Sem comunicações, por maior que sejam as discrepâncias terão elas raras ou nulas conseqüências e o efeito demonstração perderá, pelo menos, parte de seu poder.

O fato de ser essa uma solução possível e talvez necessária traz-nos certa inquietação e voltamo-nos, naturalmente, em busca de uma alternativa. (NURKSE, [1953] 1969, p.276)

3.1.3 – Arthur Lewis e a Oferta Ilimitada de Mão-de-obra

Em 1954, Arthur Lewis publicou um dos artigos mais influentes e difundidos da economia do desenvolvimento, onde teorizava sobre *O Desenvolvimento Econômico com Oferta Ilimitada de Mão-de-obra*.⁶⁵ Negava, com isso, o pressuposto neoclássico de pleno emprego da força de trabalho e resgatava o pensamento clássico em sua análise sobre o aumento da produção ao longo do tempo, fundada na acumulação de capital e nas diferentes formas de distribuição da renda entre as classes.

Assim como os demais autores aqui sucintamente apresentados, Lewis não faz um ataque direto à teoria neoclássica, mas tenta, na medida do possível, conciliar elementos do sistema neoclássico com alguns dos pressupostos teóricos da economia política clássica, no intuito de delimitar um marco analítico que possa contribuir à melhor compreensão do desenvolvimento econômico em áreas atrasadas. Portanto, deixa claro que a “finalidade não é superar a economia neoclássica mas, simplesmente,

⁶⁵ Artigo reproduzido na coletânea organizada por Agarwala e Singh, *A Economia do Subdesenvolvimento*.

elaborar um esquema diferente para aqueles países que não podem ser encaixados dentro das hipóteses neoclássicas (nem keynesianas).” (LEWIS, [1954] 1969, p.408)

Em seu “modelo clássico modificado” (*cf.* Lewis, [1954] 1969), adota como pressuposto fundamental a determinação dos salários pelo nível de subsistência e a existência de um excedente populacional nos países subdesenvolvidos, onde muitas vezes observa-se uma produtividade marginal do trabalho nula. Com base na distinção clássica entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, define os países atrasados como um sistema dual, dividido entre um setor capitalista e outro de subsistência. Esta conjunção de hipóteses abre a possibilidade para que se expanda o setor capitalista sem prejuízo à produção de subsistência – uma vez que a produtividade do trabalho é nula no setor de subsistência, a diminuição do número de trabalhadores não teria nenhum efeito negativo sobre o volume de sua produção. Isto é, a um salário pouco mais elevado que o nível de subsistência, o setor capitalista encontraria uma oferta ilimitada de mão-de-obra, infinitamente elástica, funcionando o setor de subsistência como reservatório de trabalho.

O salário base da economia seria determinado no setor de subsistência – o autor se mostra indiferente entre ter o salário determinado pelo “nível de vida convencional” ou pelo “nível de produtividade dos camponeses” (*cf.* Lewis, [1954] 1969). Portanto, não se alterando a renda obtida no setor de subsistência, o setor capitalista se depararia com uma taxa de salário constante para qualquer expansão da produção, mesmo que acompanhada por um aumento da demanda por mão-de-obra. Nesta linha de argumentação, os lucros se manteriam elevados, não sofrendo qualquer ameaça por parte de um aumento salarial.

O segredo da expansão econômica residiria na forma de utilização do excedente capitalista: se for utilizado em consumo conspícuo, a expansão econômica vê-se estrangida; se for poupado e investido produtivamente, observa-se uma rápida expansão do setor capitalista em relação ao setor de subsistência. No limite, e não havendo qualquer tipo de impedimento ao funcionamento do mecanismo econômico, o setor de subsistência e seu excesso populacional seriam inteiramente absorvidos pela expansão do setor capitalista, cuja base estaria na crescente acumulação de capital possibilitada pela manutenção de salários constantes e lucros crescentes.

O problema central da teoria do desenvolvimento econômico é a compreensão do processo pelo qual uma comunidade que anteriormente não

poupava nem investia mais que 4 ou 5% de sua renda nacional, ou ainda menos, transforma-se numa economia em que a poupança voluntária se situa por volta de 12 ou 15% da renda nacional, ou mais. Este é o problema central porque a questão principal do desenvolvimento econômico é a rápida acumulação de capital (incluindo aí os conhecimentos e especializações). Nenhuma revolução ‘industrial’ pode ser explicada (como pretendiam alguns historiadores econômicos) enquanto não se puder explicar por que aumentou relativamente a poupança em relação à renda nacional. (LEWIS, [1954] 1969, p.422)

Interessa, então, ao autor desvendar como se procede ao aumento da poupança. Deixando claro que a classe trabalhadora nada poupa e que a poupança da classe média pouco influi na formação de capital para investimento, se empenha em compreender como “a distribuição de renda se altera em benefício da classe poupadora” (LEWIS, [1954] 1969, p.423). Ou seja, tomando como pressuposto que os lucros e a renda da terra são a principal fonte de poupança, conclui-se que uma maior concentração de renda em benefício da classe capitalista facilitaria o processo de expansão econômica e, portanto, o desenvolvimento econômico dos países atrasados.⁶⁶ Tal seria o resultado de uma maior participação do setor capitalista no sistema econômico e de uma maior proporção dos lucros em relação à renda nacional.

Note-se que, ao estudar os problemas da distribuição de renda, acumulação de capital e crescimento, Lewis adota a distinção entre economia fechada e economia aberta, para num primeiro momento avaliar os efeitos da acumulação de capital sobre a expansão do setor capitalista na economia nacional, e somente depois “abrir” esta economia para o comércio internacional e para os fluxos de capital. A questão central de seu estudo é simplesmente deslocada, não trata mais, especificamente, da existência de um excedente de mão-de-obra nos países atrasados e as formas de sua absorção – isto só foi feito como parte de uma “economia fechada”. Com este procedimento metodológico, o autor só trata da “economia aberta” e integrada ao sistema capitalista mundial depois de “teoricamente” ela haver alcançado a plena utilização da mão-de-obra, de forma que não houvesse mais uma oferta ilimitada. Assim sendo, está, em

⁶⁶ “Outro ponto que devemos analisar é que, embora o aumento do setor capitalista implique um aumento da desigualdade das rendas entre os capitalistas e o resto, a mera desigualdade das rendas não é suficiente para assegurar um alto nível de poupança. A desigualdade das rendas é, de fato, maior nos países subdesenvolvidos superpovoados que nas nações industriais adiantadas pela simples razão de que a renda da terra é muito elevada nos primeiros países. Os economistas britânicos do século XVIII asseguravam que a classe de proprietários de terra era mais propensa ao consumo supérfluo que ao investimento produtivo e isto é verdadeiro para os proprietários de terra dos países subdesenvolvidos. Assim, tomando-se dois países de rendas nacionais iguais, a poupança pode ser maior naquele em que a distribuição é mais equitativa quando os lucros, em relação às rendas, são mais elevados. A desigualdade que acompanha os lucros é que favorece a formação de capital e não a desigualdade que acompanha a renda da terra.” (LEWIS, [1954] 1969, p.425)

verdade, analisando os efeitos da existência de países atrasados sobre o processo de desenvolvimento dos países industriais adiantados.⁶⁷

Ao “abrir” todas as economias nacionais e integrá-las na economia mundial, Lewis passa então a refletir sobre as relações de troca e os fluxos de capital entre países com oferta de trabalho escassa e oferta ilimitada de trabalho. Logo aponta que, quando a acumulação de capital atinge a oferta de mão-de-obra, o país onde há escassez de trabalho se depara com duas alternativas: incentivar a imigração ou exportar seu capital para outros países onde haja excedente de mão-de-obra a salários de subsistência. Isto para evitar uma elevação salarial que entorpeça o aumento do excedente capitalista.

Argumenta que a imigração seria por demais combatida pelos sindicatos e que, portanto, a exportação de capital seria “uma solução muito mais fácil para os capitalistas” (*ibidem*, p.442). A exportação de capital faz diminuir a demanda por trabalho no país exportador e, conseqüentemente, impede maior elevação dos salários. Mas este efeito sobre os salários pode ser contrabalanceado por uma redução no preço dos produtos importados, se o capital exportado for destinado à produção destes. Em resumo, Lewis defende que o país exportador de capital se beneficiará se o seu capital aumentar a produtividade dos produtos importados consumidos por seus trabalhadores. Já o país com excedente de mão-de-obra que recebe a exportação de capital somente se beneficiará dela se for destinada a aumentar a produtividade nos setores produtores de alimentos para consumo interno. O que encaminha o autor, tímida e implicitamente, a concluir, com base na experiência histórica⁶⁸ e na lei dos custos comparativos⁶⁹, que os países com excedente de mão-de-obra deveriam adotar práticas protecionistas.

⁶⁷ “No mundo clássico, todos os países apresentam excedente de trabalho. No mundo neoclássico o trabalho é escasso em todos os países. No entanto, no mundo real os países que atingiram a escassez de trabalho vêem-se cercados por outros que apresentam trabalho em abundância. Em vez de nos concentrarmos num país e examinar a expansão de seu setor capitalista, devemos considerar agora esse país como parte do setor capitalista em expansão na economia mundial, como um todo, indagando de que modo a distribuição da renda dentro do país e sua taxa de acumulação de capital são afetadas pelo fato de existir trabalho abundante em outros lugares, disponível a salários de subsistência.” (LEWIS, [1954] 1969, p.441)

⁶⁸ “Mas a contribuição do mundo temperado ao mundo tropical, seja no que diz respeito ao capital ou aos conhecimentos técnicos, se limitou, em geral, aos cultivos comerciais de exportação, onde os benefícios revertem, principalmente, para o mundo temperado em forma de menores preços. Os preços das culturas tropicais comerciais não permitirão senão salários de subsistência até que, através de uma transformação, o capital e o conhecimento sejam postos à disposição dos produtos de subsistência a fim de aumentar a produtividade da produção de alimentos tropicais para consumo interno.” (*ibid.*, p.448)

⁶⁹ “A Lei dos Custos Comparativos é tão válida para os países com excedente de trabalho como para os demais. Mas enquanto nos últimos representa um fundamento válido dos argumentos a favor do livre comércio, nos primeiros representa um fundamento igualmente válido dos argumentos protecionistas.” (*ibid.*, p.456)

3.1.4 – Walt Whitman Rostow e as Etapas do Crescimento

No ano de 1956, W. W. Rostow publica um artigo resumindo suas reflexões sobre *A Decolagem para o Desenvolvimento Auto-sustentado*⁷⁰. Ali explora a hipótese central de que o processo de crescimento pode ser visto como concentrado num curto período de tempo ao longo do qual se opera uma transformação definitiva na economia e na sociedade, de tal modo que o crescimento econômico torna-se, em certa medida, automático. Essa transformação decisiva seria chamada pelo autor de decolagem, e representaria o que ficou conhecido na história como revolução industrial.

Para nossos atuais propósitos a decolagem é definida como algo que exige a combinação das três condições seguintes:

- a) Um aumento na taxa de investimento produtivo de (digamos) 5% ou menos até mais de 10% da renda nacional (ou do produto nacional líquido);
- b) O desenvolvimento de um ou mais setores manufatureiros importantes com elevada taxa de crescimento;
- c) A existência ou surgimento rápido de uma estrutura política, social e institucional que explore os impulsos de expansão do setor moderno e os possíveis efeitos das economias externas para a decolagem e que conceda ao crescimento um caráter de processo contínuo. (ROSTOW, [1956] 1969, p.170)

A decolagem se daria por meio de uma elevação da taxa de investimento na economia, de forma a aumentar o produto real per capita, proporcionando uma transformação radical nas técnicas de produção e na distribuição de renda. Isto levaria a uma modernização das sociedades tradicionais, partindo de dois tipos diferentes: no primeiro (para o autor, o caso mais geral), a obtenção das condições prévias para a decolagem demandou uma transformação lenta e prolongada da estrutura político-social e dos valores culturais; no segundo, a decolagem se retarda em virtude do elevado bem-estar que poderia ser obtido pela exploração da terra e dos recursos naturais.

Neste segundo tipo de sociedade (“as nações naturalmente ricas”), as vantagens comparativas na produção de bens primários inibem a decolagem, atrasando a emergência do crescimento industrial auto-sustentado. Esta barreira seria, geralmente, superada a partir de um forte estímulo, que poderia ser desde a revolução política ou a inovação tecnológica, até uma mudança no ambiente internacional, seja pela ampliação

⁷⁰ Republicado em Agarwala e Singh (1969), *A Economia do Subdesenvolvimento*.

da demanda externa por produtos primários ou, ao contrário, por uma queda dos preços internacionais que exija a substituição de importações. Independentemente da forma do estímulo, o importante, segundo o autor, seria a capacidade da economia e da sociedade responderem positivamente ao estímulo, isto é, que sejam observadas as condições prévias ao desenvolvimento.

Esse estímulo inicial se traduziria em uma ampliação da demanda destinada a um setor manufatureiro específico, ou a um setor agrícola que produzisse com técnicas modernas, que transmitisse seu dinamismo para outros setores. Assim, o “setor de crescimento primário” produziria uma elevada taxa de crescimento, geraria economias externas e poria em movimento forças expansivas que atingiriam, pela demanda gerada por seus investimentos, os “setores de crescimento suplementar” e, posteriormente, em virtude de um aumento geral do nível de renda, os “setores de crescimento derivado”.

O autor resume assim a decolagem e o crescimento auto-sustentado:

A partir desta perspectiva, o comportamento dos setores durante a decolagem é, simplesmente, uma versão especial do processo de crescimento em geral; ou, em outras palavras, o crescimento se dá pela repetição sem fim, com esquemas diferentes e com diferentes setores primários, da experiência da decolagem. O crescimento a longo prazo exige, assim como a decolagem, não somente que a sociedade gere grandes quantidades de capital para depreciação e manutenção, para construção e a complementação equilibrada de serviços públicos e outros gastos gerais, mas também uma seqüência de setores primários altamente produtivos, em rápido crescimento, baseada em novas funções de produção. (*ibid.*, p.187)

Esta elevação na taxa de investimento em relação à renda nacional suscita o problema da “oferta de fundos de empréstimo”. O autor elenca um rol de possibilidades para a mobilização de recursos: por transformações na distribuição de renda, em benefício daqueles que “não só poupam uma proporção mais elevada da renda crescente como também a empregarão em investimentos altamente produtivos” (*ibid.*, p.192)⁷¹; através de dispositivos confiscatórios e fiscais, quando o Estado investe produtivamente; pela inflação de preços que transfira recursos do consumo para os lucros; pela existência de um sistema bancário e financeiro que disponibilize crédito para capital de giro e financiamentos de longo prazo; através do aumento das

⁷¹ “A noção de desenvolvimento econômico como algo que ocorre como resultado da transferência das rendas daqueles que gastam (guardam ou emprestam) menos produtivamente àqueles que gastam (ou emprestam) mais produtivamente, é uma das noções mais antigas e fundamentais da economia. É básica na *Riqueza das Nações* e tem sido aplicada por W. Arthur Lewis em sua recente elaboração do modelo clássico. Lewis constrói seu modelo, em parte, sobre uma expansão do setor capitalista, onde o grosso da poupança adicional surge de um fundo ampliado de lucros.” (ROSTOW, [1956] 1969, p.180, grifos originais)

exportações que angarie divisas internacionais para aquisição de bens de capital e para quitar os financiamentos externos da decolagem; ou, por fim, pela importação de capital, principalmente para os serviços de utilidade pública, como a construção de infra-estrutura básica de transportes.

As distintas formas de obtenção de recursos e os distintos setores líderes de crescimento são generalizados dentro do modelo – independentemente das formas assumidas, vale a combinação genérica entre demanda, produção e disponibilidade de capitais, que leva à decolagem e ao crescimento auto-sustentado. Da mesma forma, o processo histórico também é generalizado, e, portanto, desta perspectiva, não faria sentido distinguir os países entre desenvolvidos e subdesenvolvidos, mas seria necessário, sim, identificar a fase de desenvolvimento em que se encontra cada país.⁷² Essencial para as economias atrasadas seria o estudo das condições prévias e da decolagem, isto dentro de uma concepção global, explicitada pelo autor no livro de 1960, *Etapas do Desenvolvimento Econômico (um manifesto não-comunista)*.⁷³

Ali deixa claro, mais uma vez, que “é possível enquadrar todas as sociedades, em suas dimensões econômicas, dentro de uma das cinco seguintes categorias: a sociedade tradicional, as condições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa.” (ROSTOW, [1960] 1978, p.16) Acrescenta, em relação às categorias anteriormente apresentadas, a “era do consumo em massa”, que seria essencialmente uma reprodução do, então, atual estágio da economia dos EUA.⁷⁴

Esta fase seria caracterizada pela transferência dos setores líderes rumo aos bens de consumo durável e aos serviços, pela elevação da renda real per capita e por transformações na estrutura da força de trabalho, que passa a ser majoritariamente urbana e especializada. Nela, a maioria das pessoas teria superado as necessidades mínimas de alimentação, habitação e vestuário, e a sociedade deixaria de tomar como objetivo central a difusão da tecnologia moderna. A opulência das sociedades que se encontram nesta etapa seria expressa pelo alto consumo em massa e pela decisão,

⁷² “De fato, algumas das chamadas zonas subdesenvolvidas podem ter passado pela decolagem, ou encontrar-se no meio da mesma como, por exemplo, o México, o Brasil, a Turquia, a Argentina e a Índia. Dever-se-ia, pois, levar em consideração até que o conceito de decolagem seja comprovado ou desaprovado, o abandono do termo ‘zonas subdesenvolvidas’ e sua substituição pelas quatro distinções entre economias: tradicional, anterior à decolagem, em plena decolagem e em crescimento” (ROSTOW, [1956] 1969, p.169, nota 16)

⁷³ A publicação original leva o título *The Stages of Economic Growth (a non-communist manifesto)*.

⁷⁴ “uma fase de que os norte-americanos estão principiando a sair; cujas alegrias, nem sempre nítidas, a Europa ocidental e o Japão estão começando a experimentar, e com a qual a sociedade soviética está flertando meio contrafeita.” (ROSTOW, [1960] 1978, p.23)

mediante processos políticos, de destinar cada vez mais recursos à assistência social, sob a marca do Estado de bem-estar.

Embora o consumo em massa não seja a realidade observada em todos os países, o autor acredita firmemente na possibilidade de que suas etapas se realizem ao longo do tempo. Em 1970, escrevendo o prefácio à segunda edição de seu *manifesto não-comunista*, Rostow afirma:

Finalmente, a comunidade política mundial respondeu em grau significativo na década de 60 ao desafio do desenvolvimento nas regiões sul do mundo, levando aos consórcios Índia-Paquistão, à Aliança para o Progresso, e ao conceito amplo da Década do Desenvolvimento. De maneira alguma todas as nações em desenvolvimento alcançaram crescimento auto-sustentado na década de 60, ou mesmo alcançaram o arranco. Mas o progresso foi suficiente, em cada uma das regiões em desenvolvimento, para demonstrar que o trabalho poderia ser feito se se diminuíssem as taxas da natalidade e se pudesse garantir apoio adequado das nações mais avançadas. (ROSTOW, 1978, p.IX)

Muito mais do que simplesmente um suposto “otimismo teórico”, este posicionamento representa a propagação ideológica de um mito: o desenvolvimento econômico e os níveis de renda observados nos países desenvolvidos poderiam ser universalizados. Isto sintetiza a contribuição da economia do desenvolvimento à reflexão sobre o atraso econômico, sem captar as diferenças no processo histórico de desenvolvimento dos países. A opção pela perspectiva do atraso e pela universalidade do progresso, conjugados numa visão linear da história, seria o principal ponto de crítica por parte dos autores latino-americanos, juntamente com a adesão irrestrita à divisão internacional do trabalho.

3.2 – RAÚL PREBISCH E O SISTEMA CENTRO-PERIFERIA

Nascido em Tucumán, província agrícola argentina, Raúl Prebisch (1901-1986) é considerado por muitos o maior economista latino-americano do século 20. Sua trajetória ilustra bem as mudanças da região neste período: a princípio com posições liberais nos anos 1920, adota políticas anticíclicas nos anos 1930, paladino da industrialização periférica nos anos 1940 e 1950, cético da forma concreta que tomou a substituição de importações nos anos 1960, crítico do sistema capitalista nos anos 1970. Tais inflexões em seu pensamento e na sua conduta política deram a Prebisch o caráter distintivo de ser um intelectual de renome internacional, diretor de grandes instituições

e indicado ao Prêmio Nobel, mas criticado em seu país, inclusive impedido de receber o título de doutor *honoris causa* na Universidade de Tucumán. (cf. Fonseca, 2011)

Chega a Buenos Aires com 17 anos e se forma em contabilidade, com marcado corte neoclássico em sua concepção de economia. Nos anos 1920, dá aulas na universidade, faz trabalhos de assessoria para a Sociedade Rural argentina, o Ministério da Fazenda e o Ministério da Agricultura, e se torna diretor do Departamento Nacional de Estatísticas e do Banco de la Nación (cf. Barbosa, 2012). Convidado a assumir a subsecretaria da Fazenda após o golpe militar de 1930, recomendou políticas anti-inflacionárias ortodoxas. Em 1932, foi membro da Comissão Preparatória da Conferência Econômica Mundial da Liga das Nações e, em 1933, participou da missão comercial argentina para assinar o Pacto Roca-Runciman com os ingleses – na Inglaterra leu os artigos de Keynes publicados em jornal.

Seu grande feito na condução da política econômica argentina foi a criação e direção do Banco Central da Argentina entre 1935 e 1943. Formou o banco com autonomia em relação ao governo, compondo uma diretoria com marcante presença de bancos privados nacionais e internacionais. Sua condução da política monetária durante a crise dos anos 1930, enfrentando a inflação e o desequilíbrio externo argentino, lhe conferiu prestígio entre economistas e políticos da América Latina. No entanto, com a ascensão de Perón à presidência, é afastado do cargo, sob acusação de operar em benefício de interesses estadunidenses (cf. Fonseca, 2011).

Como o próprio Prebisch (1983) aponta, foi a grande crise dos anos 1930 que o fez mudar suas posições teóricas, impactado pelas propostas de Keynes. Saindo do Banco Central voltou a lecionar economia na Universidade de Buenos Aires, assumindo os cursos de dinâmica econômica e economia política. É um período de reflexão sobre sua experiência política durante a crise, e de consultoria aos governos latino-americanos interessados em constituir bancos centrais. Segundo Rodríguez (1981), foi no México em 1946, numa reunião de técnicos dos Bancos Centrais da região, que lançou a idéia do sistema centro-periferia. Na universidade refletiu sobre o ciclo econômico, influenciado também por Schumpeter, e, em 1947, escreve *Introdução a Keynes*, primeiro livro de divulgação de seu pensamento na América Latina (cf. Couto, 2007)

Foi na condição de eminente economista que Prebisch chegou a Cepal em 1949 para uma consultoria com prazo determinado – somente após a conferência de 1950, em Montevideu, assumiria a secretaria executiva. Seu trabalho na comissão ganhou

destaque internacional através de três textos, considerados por diversos comentadores como inaugurais do estruturalismo latino-americano⁷⁵: *O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Principais Problemas* (1949); *Crescimento, Equilíbrio e Disparidades: interpretação do processo de desenvolvimento econômico* (1950) – parte introdutória ao famoso *Estudo Econômico da América Latina, 1949*; e *Problemas Teóricos e Práticos do Crescimento Econômico* (1951).

Neles está o conteúdo básico do sistema centro-periferia desenvolvido por Prebisch, que subsidiou a formação de uma teoria do subdesenvolvimento na Cepal. Apresentam a peculiaridade da periferia primário-exportadora frente ao centro industrializado do mundo, lançando suas tendências específicas à deterioração dos termos de intercâmbio, ao desequilíbrio do balanço de pagamentos e ao desemprego. A proposição geral da necessidade da industrialização para superar a condição periférica se alinha à ideologia das burguesias industriais em ascensão nos maiores países da América Latina, alcançando grande influência nos governos da região.

Suas críticas à divisão internacional do trabalho, ao liberalismo da periferia e à política protecionista dos EUA, renderam tanto prestígio na região quanto a oposição deliberada dos EUA à Cepal. A criação da comissão na ONU, em 1948, previa uma avaliação de sua continuidade três anos depois. Segundo Furtado ([1985] 1997), na conferência do México, em 1951, a delegação dos EUA mobilizou todas as forças no sentido de encerrar os trabalhos da Cepal e foi o apoio decidido do governo brasileiro, na presidência de Getúlio Vargas, que conseguiu sustentá-la.

Traduzidos por Furtado logo após sua conclusão, os dois primeiros textos de Prebisch foram publicados na *Revista Brasileira de Economia* e tiveram grande repercussão no Brasil, contando com a simpatia de representantes do governo, da Fiesp e da CNI. No início dos anos 1950, Prebisch participaria ativamente da controvérsia sobre desenvolvimento no Brasil, fazendo palestras na *Fundação Getúlio Vargas* e publicando textos de defesa do planejamento – opondo-se ao liberalismo de Eugênio Gudin e ao monetarismo de Otávio Bulhões, e confrontando outros economistas liberais de renome internacional que passaram pelo Brasil, como Jacob Viner.

Na segunda metade dos anos 1950, Prebisch colaboraria com a junta militar que depôs Perón do governo argentino, aplicando políticas ortodoxas na contenção da

⁷⁵ Dentre os comentadores que sustentam esta opinião estão, dentre outros, Rodríguez (1981 e 2009), Gurrieri ([1982] 2011), Furtado ([1985] 1997), Bielschowsky ([1988] 2000, 2000A e 2011).

inflação – encaminhando, segundo Furtado ([1985] 1997), uma inflexão na própria Cepal. Na década de 1960, faria uma revisão crítica da substituição de importações na América Latina, afirmando sua insuficiência dinâmica para absorver o excedente de trabalhadores e defendendo a necessidade de um mercado comum na região. Nesta década figura como um dos principais responsáveis pela criação da *Associação Latino-Americana de Livre Comércio* (ALALC, 1960), da *Aliança para o Progresso* (programa dos EUA para o desenvolvimento da América Latina, 1961), do *Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social* (Ilpes, órgão da Cepal, 1962), e da *Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento* (Unctad, 1964).

Já nos anos 1970, segundo suas palavras (Prebisch, 1981), faria um "giro ideológico" para criticar o sistema capitalista, em artigos publicados na *Revista de la Cepal*, criada e dirigida por ele em 1976. Ali proporia uma síntese entre socialismo e liberalismo, mantendo o livre mercado, mas adotando um uso social do excedente econômico. Esta última etapa de seu pensamento, reunida em 1981 no livro *Capitalismo Periférico – crisis e transformación*, explicita as contradições presentes em suas formulações teóricas e em sua atuação política.

3.2.1 – O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Principais Problemas

Após ter seu nome descartado para uma vaga no FMI, Prebisch foi encaminhado à Cepal, chegando a Santiago do Chile em fevereiro de 1949 (cf. Barbosa, 2012). A comissão respondia aos anseios latino-americanos por um auxílio dos EUA e estava fadada a ser uma instituição burocrática e sem grande significado real. Prebisch chega para uma consultoria de três meses, com objetivo de produzir um documento sobre as economias da região e apresentá-lo na Conferência de Havana em maio de 1949. *O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Principais Problemas*, considerado por muitos o "manifesto latino-americano", questionava o falso sentido de universalidade⁷⁶ da teoria econômica vigente, em especial a teoria das vantagens comparativas que justificava a divisão internacional do trabalho, colocando de forma explícita a peculiaridade da condição periférica.

⁷⁶ "[...] uma das maiores falhas da teoria econômica geral, quando contemplada da periferia, é o seu falso sentido de universalidade." (PREBISCH, ([1949] 2011, p.149, nota 1)

Segundo Furtado ([1985] 1997), o texto foi redigido sem qualquer diálogo com os demais membros da Cepal, aproveitando o acúmulo de Prebisch na condução da economia argentina e na assessoria de outros países da região. Parte da constatação empírica da deterioração dos termos de troca dos países primário-exportadores durante a crise mundial dos anos 1930 e da percepção de que a especialização produtiva nos marcos da divisão internacional do trabalho não gerava a convergência dos níveis de renda, como defendia a teoria tradicional, mas, ao contrário, implicava um desenvolvimento desigual, com ampliação das diferenças de renda per capita.

Em 1949, quando ainda se consolidava a nascente economia do desenvolvimento, Prebisch dá um novo sentido ao atraso latino-americano, propondo a existência de um sistema centro-periferia⁷⁷. Neste sistema econômico mundial integrado, os centros industriais são o núcleo dinâmico do aumento de produtividade via progresso técnico, e seu dinamismo se propaga para a periferia através da demanda por bens agrícolas. A constatação empírica da piora na relação de preços entre bens industriais e primários ia contra o princípio geral da teoria das vantagens comparativas de que a maior produtividade da indústria tenderia a reduzir o preço de seus produtos, gerando uma melhora relativa na renda da periferia. Assim, a conjugação de maior produtividade com maiores preços nos centros industriais levou Prebisch a concluir que estes países não só se apropriavam das vantagens de seu progresso técnico, como ainda se apropriavam dos frutos do progresso técnico da periferia, pela redução relativa dos preços da exportação primária.

A causa disto deveria ser buscada no movimento cíclico da economia capitalista mundial, puxado pelo centro industrial. Na crescente cíclica os preços primários subiriam mais que os preços industriais, mas na minguante a redução seria ainda maior, conformando uma tendência à queda dos preços primários. Neste documento, Prebisch centra a análise da deterioração dos termos de troca no diferente grau de organização dos trabalhadores no centro e na periferia, afirmando que na crescente cíclica os trabalhadores do centro conquistam aumentos salariais e na minguante conseguem defender os salários, retendo parte do aumento. A resistência à diminuição dos salários no centro seria transferida pelos empresários industriais para a periferia, onde os

⁷⁷ Embora ainda persistam neste documento expressões típicas da ideologia do progresso: como "países novos" ao se referir a América Latina e uma alusão à "maturidade econômica" dos EUA.

trabalhadores, sem a mesma organização, não resistiriam à redução de seus salários, com conseqüente queda nos preços de exportação.

A capacidade maior das massas dos centros cíclicos para obter aumentos de salários na crescente e defender seu nível na minguante e a aptidão desses centros para deslocar, graças ao papel que desempenham no processo produtivo, a pressão cíclica para a periferia – obrigando-a a comprimir sua renda mais intensamente do que nos centros – explicam por que, persistentemente, a renda nestes tende a subir mais intensamente do que nos países da periferia, como é evidente na experiência da América Latina. Nisso está a chave do fenômeno pelo qual os grandes centros industriais não apenas retêm para si o fruto da aplicação das inovações técnicas em sua própria economia, mas se encontram também em posição favorável para captar uma parte do fruto do progresso técnico da periferia. (PREBISCH, [1949] 2011, p.108)

Ao apontar na luta dos trabalhadores por melhores salários no centro a causa da deterioração dos termos de troca da periferia, Prebisch explicita sua visão de mundo, alinhada à burguesia industrial, ignorando o conflito distributivo capital-trabalho. Coerente com esta postura política, o único meio indicado pelo autor para que a América Latina conseguisse reter os frutos do progresso técnico era a industrialização. No entanto, a substituição da Inglaterra pelos EUA como centro cíclico principal teria agravado ainda mais a situação da periferia, uma vez que este país apresentava uma contínua redução de seu coeficiente de importações e adotava políticas protecionistas para sua agricultura. A diminuição relativa das importações dos Estados Unidos significava uma escassez de dólares para a periferia, num momento em que a industrialização demandava uma importação crescente de bens de capital e em que o aumento de renda modificava o consumo da população em favor dos bens industriais importados. Tal escassez de dólares num contexto de aumento da demanda de importações dos EUA implicava uma tendência persistente ao desequilíbrio externo na América Latina.

A forma de atuação do novo centro cíclico principal durante a crise dos anos 1930 exerceu uma atração sobre o ouro e a moeda circulante na economia mundial: sua contração de renda na minguante cíclica se transferiu para os demais países via redução das importações (segundo Prebisch uma forma normal de atuação do centro cíclico), no entanto, diferentemente da experiência inglesa, houve também uma redução significativa do coeficiente de importações, isto é, da demanda por importações em relação à renda. Tais efeitos somados – uma renda menor nos EUA e uma demanda de importações menor em proporção à renda – com uma interrupção simultânea dos

empréstimos externos, gerou uma aguda escassez de dólares na América Latina, difundindo na região o controle de câmbio para redirecionar suas importações. Prebisch considera a redução do coeficiente de importações dos EUA o problema fundamental do comércio exterior. Em função disso, a periferia se viu obrigada a reduzir também seu coeficiente de importações, optando pelo controle de câmbio e iniciando, na perspectiva do autor, um processo espontâneo de industrialização substitutiva⁷⁸.

Tal industrialização sofreria com o círculo vicioso da condição periférica para a formação de capital: a margem de poupança para investimento é baixa porque depende da produtividade do trabalho, mas a produtividade é baixa porque falta capital aplicado na produção, isto é, a margem de poupança é baixa para investir. Apesar da grande influência de Keynes, Prebisch segue o raciocínio clássico da lei de Say para ver uma contradição entre investimento e consumo, ou seja, se há muito consumo não há poupança para investir. Logo, defende o controle de câmbio e a taxaço do consumo dos grupos de altas rendas para direcionar esta renda para poupança e para o investimento. No caso do comércio exterior, prioriza a importação de bens de capital que possibilitem a redução do coeficiente de importações e uma mudança em sua composição, junto a um aumento das exportações. Além disso, também apóia a entrada de capital estrangeiro para romper o círculo vicioso da formação de capital sem reduzir o consumo das massas, contanto que sejam direcionados para investimentos que aumentem a produtividade do trabalho e a margem de poupança.

O caminho de superação da condição periférica passa pela industrialização por substituição de importações, entretanto o autor destaca alguns limites deste processo. O primeiro seria a relação entre industrialização e produção primária para exportação. Como dito, para industrializar a periferia seria necessário alterar o coeficiente e a composição das importações, mas a disponibilidade de divisas depende das exportações, assim haveria de se buscar um balanço entre industrialização e produção primária para exportação. Outro limite seria a dimensão ótima da empresa em relação à fragmentação dos mercados latino-americanos, demandando uma ação conjunta e complementar dos países no sentido da integração comercial.

De acordo com esta caracterização geral, Prebisch vai apresentar as bases para uma política anticíclica de manutenção do emprego nas economias da região. Embora

⁷⁸ Ao argumentar por um processo espontâneo de substituição de importações, Prebisch incorre na naturalização da industrialização, mistificação típica da visão de mundo da burguesia industrial.

tome o ciclo como a forma de crescer da economia capitalista mundial, exigindo uma teoria de conjunto, o autor introduz uma diferenciação da dinâmica cíclica no centro e na periferia. No centro o papel dinâmico no movimento cíclico compete ao investimento, enquanto na periferia este papel cabe às exportações. Ocorre que a principal variável definidora do volume de exportações é a renda dos países centrais, estando fora do alcance da política anticíclica da periferia.

No mundo do pós-guerra, quando foram criadas diversas organizações multilaterais, Prebisch aposta na cooperação internacional das entidades de crédito para levar a frente uma política anticíclica na periferia. O fornecimento de crédito na baixa cíclica da economia mundial serviria para resolver dois problemas inerentes aos países primário-exportadores em processo de industrialização substitutiva: primeiro, financiaria a compra de excedentes de produtos primários; e, segundo, garantiria a manutenção das importações de bens de capital necessários à industrialização. Assim, seria evitado o desemprego na produção primária e se garantiria a expansão da indústria, com conseqüente absorção de trabalhadores em níveis maiores de produtividade.

3.2.2 – Crescimento, Desequilíbrio e Disparidades: interpretação do processo de desenvolvimento econômico

Apresentado na Conferência de Montevideu em 1950, como introdução ao *Estudo Econômico da América Latina 1949*, este documento traz uma reformulação das propostas contidas no "manifesto" do ano anterior, avançando em alguns pontos. A crítica à divisão internacional do trabalho ganha substância, num confronto aberto ao liberalismo praticado na América Latina e à política comercial dos EUA, com sua primeira defesa clara do protecionismo da indústria periférica. Se por um lado este trabalho consolidou o prestígio e a liderança de Prebisch na Cepal, alçando-o à condição de secretário executivo, por outro despertou a reação da delegação estadunidense, que se mobilizaria para tentar dissolver a comissão (*cf.* Furtado, ([1985] 1997).

Tomando como horizonte histórico a revolução industrial inglesa do século 18, o autor afirma que a propagação universal do progresso técnico, dos países que o geraram para o resto do mundo, foi lenta e irregular. Daí se consolidarem um centro industrial e uma periferia vasta e heterogênea, com pouca participação nos aumentos de produtividade proporcionados pelas novas técnicas, exceto na produção de alimentos e

matérias-primas destinados à exportação⁷⁹. Foram as dificuldades impostas ao comércio internacional pelos conflitos mundiais e pela grande depressão que lançaram a América Latina numa nova fase do processo de difusão universal da técnica, alterando seu modelo de desenvolvimento com a industrialização.

[...] o desenvolvimento econômico dos países periféricos é mais uma etapa do fenômeno de difusão universal das novas formas da técnica de produção ou, caso se prefira, do processo de desenvolvimento orgânico da economia do mundo. Antes da Primeira Guerra Mundial já haviam surgido, nos países de produção primária, algumas manifestações incipientes dessa nova etapa. Porém foi preciso que se apresentassem, como consequência do primeiro conflito bélico mundial, grandes dificuldades de importação para que os fatos fizessem evidentes as possibilidades industriais daqueles países, e que depois a grande depressão econômica dos anos 1930 comprovasse a convicção de que era preciso aproveitar tais possibilidades para compensar assim, mediante o desenvolvimento a partir de dentro, a notória insuficiência do impulso externo que até então tinha estimulado a economia latino-americana. Uma comprovação que foi confirmada durante a Segunda Guerra Mundial, quando a indústria da América Latina, não obstante todo o seu imprevisto e suas dificuldades, transformou-se em fonte de emprego e de consumo para uma parte considerável e crescente da população. (PREBISCH, [1950] 2011, p.154)

Prebisch ressalta, contudo, que esta nova etapa tem início sem que os novos processos produtivos tenham sido plenamente assimilados na agricultura, restritos à produção para exportação, subsistindo regiões pré-capitalistas na economia. À medida que se difunde a técnica na agricultura, aumentando a produtividade do trabalho, cria-se um excedente de trabalhadores no campo que deve ser absorvido pelas atividades industriais, mas como não há plena mobilidade de fatores na economia mundial, não se deve esperar que a indústria do centro absorva os trabalhadores da periferia, colocando-se a necessidade da industrialização periférica. Como apresentado anteriormente, esse excedente de trabalhadores nas atividades primárias pressiona salários e preços para baixo, e é um dos fatores determinantes da deterioração dos termos de troca⁸⁰.

A crise mundial descortinara a dupla insuficiência do impulso externo da exportação primária, tanto para absorver produtivamente a população, quanto para ampliar a capacidade para importar. A industrialização periférica, contraditoriamente, impõe o aumento do coeficiente de importações, pela maior demanda por bens de

⁷⁹ Embora trace um panorama geral para a região, Prebisch ressalta constantemente em todos seus trabalhos a especificidade de cada país. Neste documento ensaia uma primeira tipologia dos países de acordo com o tipo de produção para exportação e o volume de trabalhadores ocupados na atividade primária, influenciando diversas outras tipologias elaboradas no pensamento latino-americano.

⁸⁰ O autor usa mais uma vez o argumento keynesiano da resistência à queda dos salários no centro para analisar a dinâmica cíclica da economia mundial e a transferência da pressão sobre preços e salários para a periferia na minguate do ciclo. O que, potencialmente, mobiliza as forças sociais da América Latina contra os trabalhadores dos países centrais em sua luta por melhores salários.

capital e pelo aumento de renda transformado em maior demanda de artigos de consumo importados. Frente à crescente elevação do coeficiente de importações, a restrita capacidade para importar confirma uma tendência ao desequilíbrio do balanço de pagamentos na periferia. O tema da restrita capacidade para importar já havia sido tratado no documento de 1949, mas agora o autor aprofunda a análise, apontando um crescimento do volume de exportações abaixo do crescimento populacional na América Latina nos anos 1930 e 1940, agravado pela deterioração dos termos de troca.

Para esta situação em muito contribui a atuação do novo centro cíclico principal, se comparada ao antigo centro inglês: segundo os dados do autor, no período 1870-1913, a Grã-Bretanha tinha, em média, um coeficiente de importação de 32,1% e um coeficiente de exportação de 18,9%; já os EUA, baixaram seus respectivos coeficientes de 5,82% e 6,69% no período 1925-1929, para 2,95% e 5,27% no período 1945-1949. O diferente grau de abertura dos centros cíclicos ao comércio externo determinava uma dinâmica distinta na economia mundial, acentuando a concentração de ouro no centro e inviabilizando o funcionamento regular do sistema monetário internacional baseado no padrão ouro, isto é, criando a escassez de dólares na periferia. A precedência dinâmica da indústria sobre a agricultura, corroborando a deterioração dos termos de troca, obriga os países periféricos a reduzirem o valor de sua produção primária nas depressões cíclicas. A desvalorização monetária é uma tentativa de adequação à diminuição da demanda dos centros, estendendo à população as consequências do reajuste que recairia exclusivamente sobre os lucros de exportação.⁸¹

Para o autor, somente uma decidida industrialização que absorvesse o excedente de trabalhadores da agricultura poderia reverter a tendência à deterioração dos termos de troca, pela elevação dos salários, evitando maior disparidade dos níveis de renda. No entanto, o enorme distanciamento entre o avançado desenvolvimento capitalista dos grandes centros industriais e o estágio pré-capitalista de parte da economia latino-americana dava características peculiares à industrialização periférica. O contínuo progresso industrial no centro consolidou uma técnica produtiva com alta densidade de capital por trabalhador e propícia à produção em larga escala. Se, no centro, isto foi galgado paulatinamente a partir da base histórica do artesanato e em correspondência ao aumento de produtividade e renda; na periferia, a tentativa de industrialização tardia

⁸¹ Aqui Prebisch esboça uma ligação entre flutuação cíclica, desequilíbrio externo, desvalorização cambial e inflação, mas não desenvolve plenamente o tema. Como visto, esta é uma das principais análises de Furtado sobre a economia brasileira, sintetizada no conceito de socialização das perdas.

requer a introdução desta técnica produtiva sem a referida correspondência dos níveis de produtividade e renda, explicitando uma escassez de poupança para a formação de capital e uma baixa intensidade de demanda para a produção em larga escala.

Além de aprofundar estes temas do documento anterior, Prebisch apresenta outro elemento peculiar à condição periférica: a ausência da indústria de bens de capital. Anteriormente vista somente pelo ângulo do crescente coeficiente de importações, a indústria de bens de capital vai ser analisada agora como uma fonte de emprego alternativa à produção primária. Se o progresso técnico traz consigo desemprego, no centro esse desemprego foi absorvido pela própria expansão da indústria de bens de capital. Já na periferia, a ausência desta indústria não permite a absorção dos trabalhadores tornados excedentes pelo aumento de produtividade no campo. A demanda por bens de capital na periferia é transferida para o centro, potencializando sua absorção de trabalhadores com altos níveis de produtividade e salário.

A difusão do progresso técnico para a América Latina apresenta, portanto, certas características específicas [...]. Em resumo, se a meta fundamental de elevar a produtividade, por um lado, oferece a conhecida vantagem de se valer da experiência dos grandes países e evitar suas tentativas e erros, depara-se, por outro, com uma série de obstáculos originados do fato natural de os países que primeiro se desenvolveram estarem mais adiantados em renda, produtividade e capitalização. Do que se pode afirmar, de um modo um tanto paradoxal, que a elevada produtividade dos grandes países industriais constitui um dos maiores impedimentos que os países da periferia devem contornar para atingir produtividade semelhante. (PREBISCH, [1950] 2011, p.230)

Tais características peculiares ao desenvolvimento periférico são agravadas ainda mais pelas políticas protecionistas adotadas nos países centrais. Prebisch afirma que a tentativa de Estados Unidos e Inglaterra defenderem seus níveis de renda através de proteção tarifária, restrições à importação e subsídios à indústria e, principalmente, à agricultura, são obstáculos crescentes ao desenvolvimento industrial da periferia. Portanto, uma vez que os países de altas rendas tomam medidas para evitar a concorrência dos países de baixa renda na produção primária, estes países, por sua vez, devem praticar políticas protecionistas para garantir sua industrialização. Conclui que o desenvolvimento desigual do progresso técnico e a apropriação desigual de seus frutos apresentam problemas aos países periféricos que não podem ser resolvidos de modo espontâneo pelo livre jogo das forças econômicas, exigindo protecionismo.

3.2.3 – Problemas Teóricos e Práticos do Crescimento Econômico

A Conferência do México, realizada em 1951, deveria selar o destino da Cepal, sua criação em 1948 previa uma ratificação três anos depois. Segundo Furtado ([1985] 1997), o Departamento de Estado dos EUA promoveu uma campanha diplomática para o encerramento de suas atividades, que destoavam do dócil alinhamento seguido pela Organização dos Estados Americanos (OEA). Num momento de escalada da guerra fria, com o início da guerra da Coreia, não convinha o funcionamento de uma comissão da ONU que havia conquistado tal grau de autonomia e influência política na América Latina, a ponto de seu secretariado criticar abertamente a política comercial dos Estados Unidos e propor o protecionismo da indústria na região. Foi a intervenção decidida da delegação brasileira, com apoio do presidente Getúlio Vargas, que articulou a resistência, garantindo a continuidade da comissão – o que valeu, inclusive, uma visita de agradecimento de Prebisch e Furtado ao presidente no Palácio do Catete antes de retornarem à sede da Cepal em Santiago do Chile (*cf.* Furtado, [1985] 1997).

O documento *Problemas Teóricos e Práticos do Crescimento Econômico* foi apresentado neste clima de disputa, mas manteve a orientação geral que Prebisch vinha adotando em seus trabalhos. Dando um passo além, propunha uma política de intervenção estatal e planejamento da industrialização periférica: um planejamento amplo que coordenasse protecionismo, industrialização substitutiva e desenvolvimento balanceado entre indústria e agricultura de exportação. Também merecem destaque a nova versão sobre a deterioração dos termos de intercâmbio, uma primeira crítica passageira ao regime de posse da terra e a distinção entre interesse do empresário e interesse geral na introdução de novas técnicas produtivas.

Na avaliação do autor, a mudança no modelo de desenvolvimento observada no entre guerras significou também uma mudança de objetivos: se antes o desenvolvimento buscava satisfazer a necessidade de bens primários dos centros industriais, agora o propósito fundamental passa a ser ampliar o nível geral de consumo da periferia. Altera-se, com isso, o papel da tecnologia, que deixa de penetrar exclusivamente na produção de exportação e se estende à produção para o mercado interno, adaptando as técnicas produtivas elaboradas nos países centrais. A atuação do investimento estrangeiro sofre alteração consequente, deixando de ser o elemento principal de capitalização da exportação primária, para ser um elemento suplementar no esforço de poupança interna dos países periféricos para elevar o consumo das massas.

Como visto em outros documentos, contrapõe-se consumo e poupança para investimento, afirmando ser incompatível o esforço de capitalização com reprodução do estilo de vida dos países mais desenvolvidos, através da importação. Defende-se que sejam contornados certos meios de publicidade e instigação ao consumo, para dar prioridade à importação de bens indispensáveis ao desenvolvimento. A substituição de importações não deve ser confundida com autarquia ou redução absoluta das importações: trata-se, antes, de uma mudança em sua composição de acordo com a capacidade para importar, objetivando estimular o desenvolvimento econômico.

Estender a técnica moderna a toda economia periférica requer um alto grau de capitalização – que, para Prebisch, deve ter origem na poupança interna e ser comandado pelo investimento nacional, tendo o capital estrangeiro um papel complementar, especialmente através de instituições internacionais de financiamento entre Estados. Dada a escassez de capital, seria preciso traçar um programa de desenvolvimento coordenado pelo Estado⁸², a fim de otimizar a alocação de recursos para obter o maior produto possível com o capital disponível – numa típica concepção neoclássica de planejamento.

O sistema tributário teria um papel de destaque na política de desenvolvimento, taxando altas rendas e certas formas de consumo, visando aumentar a capitalização privada e os recursos disponíveis para intervenção estatal – entendida como um meio de redistribuição de renda e de incentivo à iniciativa privada. O sistema tributário também poderia ser empregado para alterar o regime de posse da terra, combinado com medidas diretas de fracionamento da propriedade, que evitem tanto os latifúndios improdutivos quanto a pulverização da terra em minúsculos lotes antieconômicos.⁸³

⁸² O autor propõe mesmo que a Cepal atue junto aos governos latino-americanos para formulação e execução dos programas de desenvolvimento: "A organização da Cepal poderia ser o campo mais propício para fazê-lo e para utilizar os resultados assim obtidos, bem como os conhecimentos colhidos por seus economistas na realidade latino-americana, na tarefa de formar grupos seletos de especialistas nos problemas de desenvolvimento econômico, na formulação e na execução dos respectivos programas." (PREBISCH, [1951] 2011, p.263) Isto de fato ocorreu, a partir de 1952, com a criação do programa de treinamento em problemas de desenvolvimento econômico, curso ministrado pela comissão, sob a direção de Jorge Ahumada (*cf.* Furtado, [1985] 1997).

⁸³ "[...] essa forma de posse e o alto valor da terra [...] tornam difícil o acesso do solo para os agricultores sem terra, e estes se vêem forçados a investir seus recursos limitados em frações de terra pequenas demais para gerar um padrão de vida mais alto que o do camponês assalariado, que é muito precário na maioria dos países. Daí o espetáculo singular da pulverização da terra em numerosíssimos lotes antieconômicos, que representam uma pequena parte da superfície total, em contraste com um número exíguo de proprietários que abarcam a maior parte da terra disponível." (PREBISCH, [1951] 2011, p.294)

O planejamento também deveria guiar a introdução de progresso técnico e evitar o desequilíbrio externo, rompendo com a deterioração dos termos de troca. A deterioração é vista aqui por uma nova perspectiva, envolvendo a técnica produtiva e as formas de consumo.⁸⁴ Observa-se que as novas formas de produção diminuem a participação dos produtos primários na renda real da população, pois permitem a obtenção de uma variedade cada vez maior de produtos industriais a partir da mesma quantidade de matérias-primas, melhorando e diversificando seu uso, além de substituí-las diretamente por processos sintéticos. Pelo lado da demanda, o contínuo crescimento da renda, acima de certo limite, tende a diversificar o consumo da população, orientado para os artigos industrializados.

Isto é, o progresso técnico faz com que a elasticidade-renda da demanda por bens primários seja menor do que a unidade e os aumentos de renda dos países centrais sejam somente em parte transformados em importações primárias. Prebisch ressalta que, em virtude deste comportamento da demanda, se os países latino-americanos se restringissem a crescer com base na exportação, teriam obrigatoriamente que crescer menos do que os países centrais. Daí concluir, mais uma vez, pela necessidade dinâmica da industrialização. No entanto, esta deve ser coordenada com uma expansão compatível das exportações, para que não haja desequilíbrio externo, uma vez que requer maior importação de bens de capital.⁸⁵

Na consecução de um programa de desenvolvimento que busque alcançar o máximo de renda real, ou seja, de bens e serviços à disposição da população, Prebisch aponta duas questões para a aplicação dos fatores produtivos: empregá-los para aumentar as exportações e a capacidade de importar, ou empregá-los para aumentar a produção de consumo interno; em seguida, uma vez alcançada esta proporção ótima, caberia decidir o que produzir internamente.

Na primeira questão, o autor lembra que o volume de exportações primárias depende, antes de tudo, do nível de renda dos países centrais e do grau de protecionismo adotado. Uma tentativa unilateral de expandir a quantidade exportada geraria maior deterioração dos preços, podendo acarretar em perdas reais. Assim, conviria utilizar de

⁸⁴ Tateando explicações teóricas para a observação empírica da deterioração dos termos de troca, o autor apresenta diferentes versões da questão. Tais versões são analisadas de forma exaustiva em Rodriguez (1981 e 2009).

⁸⁵ Uma proposta de desenvolvimento equilibrado entre industrialização para o mercado interno e produção primária para exportação muito próxima das formulações contemporâneas de Nurkse.

forma alternativa os fatores produtivos, direcionando-os para a indústria, mesmo que esta apresente custos de produção superiores aos artigos similares importados. O que expressa, mais uma vez, a tomada de posição do autor em favor da burguesia industrial latino-americana em sua disputa com os agro-exportadores, e também no conflito distributivo com os trabalhadores, base do mercado interno de consumo.

Na segunda questão, trata-se de saber em que tipo de produção investir para obter a maior renda real possível. Aqui o autor introduz o conceito de produtividade marginal social, afirmando que o capital deve ser aplicado de forma que gere o máximo de produção, até que se igualem as produtividades marginais das diferentes aplicações. O critério deveria ser, portanto, o da produtividade e não o do custo comparativo. Ainda assim, algumas produções podem ser convenientes, mesmo com baixa produtividade, quando diminuem a vulnerabilidade da economia às flutuações cíclicas do comércio, evitando o desequilíbrio externo.

Esquemáticamente exposta, a tese de desenvolvimento econômico apresentada nesta seção é a seguinte. As atividades de exportação dos países latino-americanos são insuficientes para absorver o aumento da população ativa disponível, em virtude de seu crescimento vegetativo e do progresso técnico. A industrialização, antes de mais nada, desempenha o papel dinâmico de absorver diretamente a população ativa excedente e de estimular outras atividades, inclusive a agricultura de consumo interno, a fim de que elas contribuam para o mesmo objetivo. Desse modo, por meio do progresso técnico e da industrialização, vai aumentando a renda global e melhorando a renda per capita. À medida que a renda vai aumentando dessa maneira e que se modifica a composição da demanda, é indispensável ir transformando a composição das importações e desenvolvendo a produção substitutiva interna, para que outras importações possam crescer intensamente.

Se esse reajuste das importações não for cumprido em medida suficiente, o crescimento da renda se manifestará na tendência ao desequilíbrio externo: as importações tenderão a crescer mais que a capacidade de importar. (PREBISCH, [1951] 2011, p.278)

Nesta linha de argumentação, a industrialização substitutiva, embora entendida como uma necessidade dinâmica para o crescimento das economias periféricas, apresenta especificidades que impedem sua expansão espontânea, demandando o planejamento estatal. Outro ponto destacado pelo autor refere-se ao desemprego tecnológico gerado pela introdução de técnicas produtivas intensivas em capital e poupadoras de mão de obra. Afirma que o progresso técnico foi orientado pelos países centrais no duplo sentido de aumentar o volume da produção e economizar mão de obra, e que a indivisibilidade dos equipamentos em que se materializa impede combinações

mais favoráveis à disponibilidade de fatores dos países periféricos, com abundância de mão de obra e escassez de capital.

No processo de extensão da técnica produtiva na economia deve ser ponderada a capacidade de absorção de trabalhadores, distinguindo-se entre o interesse do empresário e o interesse geral. Do ponto de vista do empresário pode ser vantajoso introduzir novos processos que reduzam o custo de produção e aumentem seu lucro, mesmo que diminua sua capacidade de absorver trabalhadores. Já do ponto de vista do interesse geral, sendo o capital escasso, não há possibilidade de generalizar tais processos e, ao mesmo tempo, absorver a mão de obra excedente. Assim, compete ao Estado coordenar a introdução de tecnologia na produção para que não se eleve a densidade de capital acima do que convém para alcançar o pleno emprego.

Com esta proposta, Prebisch expõe a contradição presente em seu pensamento, e em grande parte das formulações da Cepal, entre a defesa persistente dos interesses da burguesia industrial e uma suposta autonomia do Estado para restringir a iniciativa privada, seja na introdução de novas tecnologias ou na adoção de formas sofisticadas de consumo. Levanta algumas questões pontuais em favor dos trabalhadores, imersas numa construção toda em função da consolidação do poder burguês. Alinhando-se e fundamentando as políticas características da América Latina nos anos 1950, com seus governos de legitimação social da hegemonia da burguesia industrial, defende que somente a industrialização aumentaria os salários e o padrão de vida dos trabalhadores.

3.3 – CELSO FURTADO ENTRE DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO

No processo de formação de sua teoria do subdesenvolvimento, Celso Furtado transita das teorias ortodoxas do desenvolvimento para a construção de uma concepção própria, pautada pelo que ficou conhecido como estruturalismo latino-americano. Conforme aponta Mallorquin (2005), esta progressiva autonomização de seu pensamento percorre os anos de 1950, sendo possível estabelecer uma inflexão mais contundente a partir de meados da década. Algo similar ao ocorrido também em sua interpretação do Brasil, que aos poucos se afasta de Caio Prado para adotar plenamente o método histórico-estrutural, pano de fundo de *Formação Econômica do Brasil*. Será na controvérsia entre desenvolvimento e subdesenvolvimento que Furtado consolida sua

base teórica para interpretação histórica, assim como, dialeticamente, só se compreende sua teoria à luz de seus trabalhos históricos sobre o Brasil.

Ao retornar do doutorado em Paris, Furtado trabalhou alguns meses na revista *Conjuntura Econômica* da Fundação Getúlio Vargas, antes de seguir para Cepal em fevereiro de 1949. Na comissão trabalharia muito próximo a Prebisch, redigindo parte dos estudos econômicos produzidos, especialmente sobre a economia brasileira e sobre a indústria, além de traduzir os primeiros textos de Prebisch para publicação na *Revista Brasileira de Economia*. Quando Prebisch assumiu a secretaria executiva da comissão, após a Conferência de Montevideu em 1950, nomeou Furtado diretor da Divisão de Desenvolvimento, ala mais crítica, ou sua "divisão vermelha" (cf. Barbosa, 2012).

Em 1951, Furtado viaja aos EUA para pesquisar a teoria do desenvolvimento então nascente, num circuito pelas principais universidades do país. Segundo conta em sua *Fantasia Organizada*, dialogou com pesquisadores de renome internacional, como Walt W. Rostow, Vassily Lontieff, Charles Kindleberger e o antropólogo Melville Herskovits – que muito influenciaria sua visão sobre o processo de mudança cultural. No entanto, numa apreciação geral da viagem afirma: "Estava convencido de que na Cepal havíamos avançado em terra ignota, e que ocupávamos posições de vanguarda." (FURTADO, [1985] 1997, p.197) No início dos anos 1950, alguns autores desta alta cúpula internacional vieram dar palestras no Brasil. Ragnar Nurkse faria um ciclo de conferências *Instituto Brasileiro de Economia* em 1951, suscitando resposta de Furtado no artigo *Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico* (1952), primeiro trabalho de destaque internacional do autor⁸⁶.

Furtado retorna ao Brasil em 1953, dirigindo o Grupo Misto Cepal-BNDE, a convite de Roberto Campos, co-presidente da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que encaminhara a criação do banco de desenvolvimento. Neste momento a Cepal aprofundava sua reflexão sobre o planejamento econômico, e Furtado coordenou e redigiu o *Estudo preliminar sobre a técnica de programação do desenvolvimento econômico*, apresentado na Conferência de 1953, realizada no Brasil. Em meio a uma conjuntura política polarizada pela campanha nacionalista do petróleo, tal estudo

⁸⁶ Publicado na *Revista Brasileira de Economia* em 1952, em *El Trimestre Económico* em 1953 e em *Internacional Economic Papers* em 1954, foi reeditado na coletânea organizada por Agarwala e Singh, *A Economia do Subdesenvolvimento*.

provocou a reação do pensamento liberal, em um debate jornalístico entre Prebisch, Furtado, Gudin e Otávio Bulhões.

Em meio ao trabalho no BNDE, publicou *A Economia Brasileira* (1954), livro a partir do qual se pode identificar uma bifurcação em seu pensamento. Como o autor afirmaria depois: "Trabalhava em três frentes: a) teoria do desenvolvimento: gênese histórica e mecanismos de acumulação; b) a economia brasileira: perspectiva histórica e problemas atuais; c) crítica das idéias sobre desenvolvimento econômico." (FURTADO, [1985] 1997, p.287) Daí em diante estes temas de trabalho se distinguiriam, encaminhando para a elaboração de trabalhos dedicados à história brasileira, culminando em FEB, e outros dedicados à teoria de desenvolvimento e sua crítica, que originariam *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, de 1961. Além disso, como ressalta Mallorquin (2005), em meados da década de 1950 Furtado toma o rumo de uma concepção própria sobre o subdesenvolvimento, rompendo com o pensamento ortodoxo de visão unilinear da história. Há também, por fim, uma inflexão política no pensamento do autor, com acentuado caráter nacionalista.

Embora dedicado a Raúl Prebisch, o livro de Furtado não foi bem recebido na sede central da ONU em Nova York, que instituiu regras rígidas para publicações independentes de seus técnicos. Na Cepal, também se percebia uma mudança. Prebisch aceita o convite da junta militar que derrubou Perón e propõe uma política ortodoxa de estabilização na Argentina, suscitando dentro da própria comissão uma querela entre monetaristas e estruturalistas, que depois ganharia destaque no debate brasileiro sobre inflação (cf. Furtado, [1985] 1997). Este clima de cerceamento e disputa na comissão motivou a saída de Furtado e outros mais críticos, como Juan Noyola Vasquez e Regino Boti. (cf. Mallorquin, 2005)⁸⁷

No Brasil, o suicídio de Vargas, em agosto de 1954, marcou também uma mudança no comando do governo. Ao assumir, Café Filho coloca Gudin no ministério da fazenda, com uma postura liberal, relegando o trabalho do Grupo Cepal-BNDE às sombras – Furtado ([1985] 1997) afirma que o estudo do grupo foi resgatado pela equipe de campanha de Juscelino, servindo de base para o plano de metas. Em 1955, fazendo frente à ofensiva liberal, Furtado cria o *Clube dos Economistas* e lança a revista

⁸⁷ "A decisão que tomara de afastar-me da Cepal era menos fruto de decepção do que da consciência de esgotamento do projeto em que me empenhara oito anos atrás. O espaço que tivera diante de mim para explorar parecia esgotado, como se eu o houvesse ocupado em sua plenitude. Sentia-me cerceado [...]" (FURTADO, [1985] 1997, p.327-328)

Econômica Brasileira, reunindo parte dos desenvolvimentistas nacionalistas ligados ao governo. Publica no primeiro número o artigo *O Desenvolvimento Econômico – ensaio de interpretação histórico-analítica*, reunindo material de conferências realizadas em 1953 no *Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política* (Ibesp, futuro Iseb).

Passa o ano de 1956 fazendo uma pesquisa sobre a economia mexicana, apresentada na Conferência de La Paz em maio de 1957, porém jamais publicada oficialmente. O segundo semestre de 1957 seria dividido entre um curso da Cepal em técnicas de programação na Venezuela⁸⁸, outro sobre problemas do desenvolvimento econômico no BNDE⁸⁹, e uma mesa-redonda internacional organizada no Rio de Janeiro para debater o desenvolvimento na América Latina. Segue para Cambridge no final do ano, travando contato com importantes pesquisadores, que muito influenciariam a formação de seu pensamento, especialmente o grupo referido por Furtado ([1985] 1997) como os keynesianos de esquerda.

Retornando ao Brasil em 1958, escreve uma tese para concurso pleiteando a vaga de economia política na Faculdade Nacional de Direito, onde havia se formado nos anos 1940. O concurso foi repentinamente suspenso após sua inscrição, mas daí ficou o conteúdo principal de sua teorização sobre o subdesenvolvimento, posteriormente incorporado ao livro de 1961. Após a publicação de FEB em 1959, Furtado ganhou espaço no debate e no governo, primeiro chefiando uma secretaria especial do BNDE para o nordeste, depois incorporando o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste e o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, e finalmente fundando e dirigindo a Sudene. Foi, portanto, na condição de superintendente que publicou na revista *Econômica Brasileira*, em 1960, o artigo *Industrialização e Inflação – análise do desenvolvimento recente do Brasil*, que seria o último capítulo de *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, publicado no ano seguinte.⁹⁰

Em meio à acirrada disputa pela sucessão de Jânio Quadros, quando ainda vigorava o parlamentarismo, Furtado é convocado por João Goulart para preparar um

⁸⁸ Que deu origem a um estudo vetado para publicação pelo governo venezuelano. Este trabalho foi recentemente publicado pelo Centro Celso Furtado, na coletânea *Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas*.

⁸⁹ Curso em parceria entre a Cepal e o Iseb, que seria reunido para publicação sob o título *Perspectivas da Economia Brasileira* (1958).

⁹⁰ Também enquanto superintendente da Sudene, Furtado participou da criação da *Aliança para o Progresso*. Em *A Fantasia Desfeita* ([1989] 1997), relata como, a princípio, viu na *Aliança* um grande avanço da posição dos EUA em relação ao desenvolvimento da América Latina, para, logo em seguida, se dar conta do grau de tutela política contida no auxílio técnico e financeiro concedido.

plano de governo, assumindo o Ministério Extraordinário do Planejamento em 1962. O plano trienal foi redigido numa tentativa de conciliação que explicita as contradições do governo e do próprio autor. Sem base política para sua execução, o plano foi abandonado e Furtado retornou a Sudene. Sairia do Recife direto para o exílio após o golpe de 1964, tendo seus direitos políticos cassados por dez anos pelo ato institucional número 1.⁹¹

3.3.1 – Desenvolvimento: teoria e processo histórico

A primeira parte do livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* dedica-se a um repasse crítico das teorias do desenvolvimento, avança para uma proposta de síntese sobre o mecanismo de desenvolvimento e fecha com uma interpretação do processo histórico de desenvolvimento da economia capitalista europeia. São três capítulos originados de escritos anteriores do autor, realizados na primeira metade dos anos 1950, e a publicação de 1961 apresenta pequenas diferenças em relação ao conteúdo original. Como aponta Mallorquin (2005), Furtado reproduz uma perspectiva teórica ainda colada nas teorias ortodoxas do desenvolvimento, embora no sentido de sua superação, principalmente pela introdução da categoria *excedente* em sua análise.

O primeiro capítulo aborda *a teoria do desenvolvimento na ciência econômica* e sua primeira versão aparece em *A Economia Brasileira* (1954). Trata-se de uma tentativa de historiar o pensamento econômico a partir da perspectiva da teoria do desenvolvimento, tomando a economia política clássica, Marx, neoclássicos, Schumpeter e Keynes⁹². Entre a publicação de 1954 e a de 1961, o autor incluiu uma seção sobre Marx e fez uma análise político-ideológica das teorias em seu contexto histórico⁹³. Além disso, a versão de 1954 contava com uma conclusão, na qual se afirmava que estas teorias descambavam antes para uma teoria da estagnação do que para uma teoria do desenvolvimento.

Segundo Furtado, a economia política clássica, ao abordar a economia pela ótica da produção, criou o conceito de excedente, ressaltando a disputa pela apropriação entre

⁹¹ Outras duas publicações importantes em meio à crise econômica, política e social da primeira metade dos anos 1960 são *A pré-revolução brasileira* (1962) e *Dialética do Desenvolvimento* (1964) – livro concluído antes do golpe de março de 1964, mas publicado somente em julho.

⁹² Uma terceira versão sairia em 1967, *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, onde acrescenta uma seção sobre os modelos keynesianos dinâmicos de crescimento de Harrod-Domar e de Kaldor.

⁹³ Provavelmente incorporadas no período de pesquisa em Cambridge, onde fez um curso de história do pensamento econômico ministrado por Kaldor.

as classes sociais. Ao adotar o ponto de vista ideológico da burguesia industrial em ascensão teria desempenhado um papel revolucionário, de consolidação do poder burguês contra os resquícios feudais representados pelos proprietários de terra, ao mesmo tempo em que se defendia da classe trabalhadora que começava a se organizar.

Adam Smith teria dado o principal marco teórico do processo de acumulação de capital, colocando a origem do valor no trabalho e o aumento de produtividade na divisão do trabalho. No entanto, não teria precisado o desenvolvimento econômico, pois o atribuiu à propensão natural à troca, perdendo de vista seu caráter histórico, além de limitar o aumento de produtividade à expansão do mercado, caindo, segundo Furtado, num círculo vicioso. Já David Ricardo, "grande ideólogo da classe industrial inglesa", teria visto na acumulação de capital um fenômeno fugaz, sempre entorpecido pelo princípio da população de Malthus e pela lei dos rendimentos decrescentes. Conjugando tais elementos Ricardo mobilizava as forças sociais em benefício da acumulação capitalista, atrelando o aumento de salários à expansão da acumulação e criticando o peso social crescente da renda da terra. Haveria, portanto, a necessidade de intervenção política para contornar a estagnação, no caso, o fim do protecionismo agrícola. J. S. Mill teria seguido caminho semelhante, elaborando uma teoria da tendência ao estado estacionário. Esta tendência seria parcialmente retardada pela ação do progresso técnico, mas acabaria por se confirmar com uma baixa progressiva dos lucros.

Partindo de uma posição filosófica com respeito à história, Marx teria analisado a acumulação de capital e o desenvolvimento das forças produtivas com objetivo de determinar as contradições que levariam à superação do capitalismo, adotando uma postura utópico-revolucionária⁹⁴. Incorpora as teorias clássicas do valor-trabalho e do excedente, transmutando-as em sua teoria da mais-valia, logo desdobrada numa teoria da acumulação capitalista, cujas tendências levariam à ampliação do exército industrial de reserva, ao pauperismo e à queda da taxa de lucro. Furtado critica estas tendências apresentadas por Marx, afirmando que sua análise estava subordinada a princípios filosóficos, taxando-o de teórico da catástrofe.

Na segunda metade do século 19 observa-se uma cisão na economia política. Se por um lado Marx seguiu o caminho da ótica da produção e da teoria do excedente,

⁹⁴ "Em síntese, a posição dos clássicos pode ser qualificada de ideológico-revolucionária, sendo a racionalização de forças tendentes a consolidar uma situação histórica em franco avanço. A posição de Marx, por outro lado, poderia ser qualificada de utópico-revolucionária: racionalização de forças tendentes a superar uma situação histórica consolidada." (FURTADO, 1961, p.34)

incutindo-lhes uma posição filosófica distinta; por outro, da "deformação distributivista" de Ricardo, derivou-se um enfoque neoclássico voltado para a análise da distribuição, que formularia a teoria do equilíbrio geral. Furtado propõe que a distinção fundamental entre clássicos e neoclássicos não está na teoria do valor, pois haveria, em sua opinião, uma compatibilidade entre a teoria do valor-trabalho e a teoria do valor-utilidade. A grande diferença estaria no caráter em alguma medida revolucionário dos clássicos em contraponto à ideologia reacionária e apologética dos neoclássicos, preocupados em justificar a ordem social existente. A teoria do equilíbrio geral teria eliminado de sua análise os conceitos de excedente, lucro, acumulação e desenvolvimento – estes só seriam possíveis fora da posição de equilíbrio. Portanto, o enfoque neoclássico, postulando uma tendência ao equilíbrio, traria em si uma tendência à estagnação.

Mesmo trabalhando nos marcos da teoria do equilíbrio geral, a teoria do empresário de Schumpeter representaria um avanço ao buscar analisar a produção e a formação do lucro. Esta perspectiva o capacitou para perceber a importância do progresso tecnológico como fator dinâmico da economia capitalista, atribuindo o papel criador do empresário à introdução de inovações. Entretanto, Furtado afirma que Schumpeter não chegou a formular uma teoria do desenvolvimento consistente, apontando-lhe algumas falhas. A primeira seria o falso sentido de universalidade do espírito de empresa, categoria abstrata atribuída à natureza humana, tal qual a propensão à troca de Smith. A segunda seria sua submissão ao equilíbrio, sendo a inovação tecnológica somente uma passagem a outro plano, onde se restabeleceria o equilíbrio. Por fim, critica a ausência de uma teoria da acumulação: Schumpeter teria concebido a inovação de forma abstrata, sem entendê-la como parte do processo de acumulação de capital, perdendo com isso a dimensão histórica do desenvolvimento.

Segundo Furtado, assim como Schumpeter ou Wicksell, também Keynes percebeu que o elemento dinâmico do sistema econômico era o investimento, empenhando-se em formular uma teoria da inversão. Sua grande contribuição teria sido romper com o equilíbrio geral espontâneo em condições de pleno emprego, buscando estabelecer os fatores que determinam o nível de atividade. Sua análise se restringe ao curto prazo, mas aponta para o volume de investimento como principal determinante da demanda efetiva, que por sua vez influencia o nível de produção e de emprego. Furtado avalia que mesmo pensando no curto prazo – e, portanto, ignorando elementos essenciais como a acumulação e o progresso técnico –, ao colocar em pauta a análise

dos motivos do empresário para investir e questionar o equilíbrio geral, Keynes estabeleceu um ponto de partida fundamental para a teoria do desenvolvimento.

Essa revisão crítica das teorias do desenvolvimento na ciência econômica serve como uma tomada de posição do autor. Pelo que foi exposto, fica evidente seu alinhamento à teoria clássica do excedente, com foco na produção, apropriação e utilização do excedente. Negando tanto as tendências do processo de acumulação apresentadas por Marx, quanto qualquer tendência ao equilíbrio contida no enfoque neoclássico. Assume, parcialmente, as concepções de Schumpeter e Keynes⁹⁵ como caminhos possíveis para uma formulação do desenvolvimento, desde que se incorpore uma perspectiva histórica e de longo prazo, ressaltando a interação entre acumulação de capital e progresso técnico. O primeiro parágrafo do capítulo já explicita a posição do autor, com intuito de formular uma teoria do desenvolvimento:

A teoria do desenvolvimento econômico trata de explicar, numa perspectiva macroeconômica, as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade do fator trabalho e suas repercussões na organização da produção e na forma como se distribui e se utiliza o produto social. Essa tarefa explicativa projeta-se em dois planos. O primeiro – no qual predominam as formulações abstratas – compreende a análise do mecanismo propriamente dito do processo de crescimento [...]. O segundo – que é o plano histórico – abrange o estudo crítico, em confronto com uma realidade dada, das categorias básicas definidas pela análise abstrata. (FURTADO, 1961, p.19)⁹⁶

Estes dois planos, o abstrato e o histórico, serão objeto dos capítulos que se seguem, começando com *o mecanismo de desenvolvimento*. Este capítulo aparece pela primeira vez no artigo *Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico*, de 1952, no qual critica as posições adotadas por Nurkse em suas conferências no Brasil. As principais críticas referem-se ao "hábito de raciocinar por analogia, na ilusão de que a determinado grau de generalidade os fenômenos econômicos seriam iguais em toda parte" (FURTADO, [1952] 1969, p.315).

A proposta de Nurkse de superação do círculo vicioso, imposto pela pequenez do mercado interno, através de ondas de investimentos complementares é criticada de duas formas. Primeiro, pela relativização do tamanho do mercado: o mercado interno só

⁹⁵ Necessário observar que o autor não faz qualquer consideração político-ideológica a respeito das teorias de Schumpeter e Keynes.

⁹⁶ No livro de 1954, há um alinhamento maior com as posturas neoclássicas e keynesianas, sem a consideração clássica e marxista sobre a relação entre produção, apropriação e utilização do excedente. A primeira frase se restringe a: "Indicamos anteriormente que a teoria do desenvolvimento econômico trata de explicar, de um ponto de vista macro-econômico, o processo de expansão da produtividade do fator trabalho." (FURTADO, 1954, p.211)

pode ser considerado pequeno em relação às técnicas de produção em larga escala vigentes, e, mesmo em caso de sua estreiteza, um mercado externo em expansão poderia suprir tal deficiência. Também as ondas de investimento – segundo Furtado, retiradas da teoria cíclica de Schumpeter – seriam possíveis somente em países desenvolvidos que passam por uma baixa cíclica temporária, mas não para dar início a processos de crescimento em economias subdesenvolvidas. Furtado, no entanto, concorda com Nurkse quanto à dificuldade de alcançar elevados níveis de poupança nos países subdesenvolvidos em virtude do efeito-demonstração e da mudança nos padrões de consumo observados na economia mundial, implicando inclusive em desequilíbrios do balanço de pagamentos, com demasiadas importações de bens de consumo.

Posteriormente, este texto seria reformulado para incorporação ao livro de 1954, excluindo as partes especificamente relacionadas ao trabalho de Nurkse. Pequenas modificações também foram feitas para publicação em 1961, com destaque para uma maior consideração dos modelos de crescimento de Harrod-Domar, provavelmente avançadas em seu período de pesquisa em Cambridge. Assim, o mecanismo de desenvolvimento é apresentado a partir de uma derivação das teorias cíclicas, particularmente de Keynes. A postulação de políticas anticíclicas para manutenção do nível de emprego e renda abriu caminho à intervenção estatal, planejando o investimento e exigindo uma formulação teórica mais ampla sobre o processo de crescimento. Um ponto de partida teria sido o esforço de dinamização do modelo keynesiano, por parte de Harrod e Domar, observando o investimento tanto como fator gerador de renda, quanto de expansão da capacidade produtiva.

Como destaca Mallorquin (2005), tanto no artigo de 1952 quanto no livro de 1954 e nos primeiros capítulos do livro de 1961, permanecem definições ortodoxas do desenvolvimento. Cabe enfatizar a definição de desenvolvimento enquanto uma mudança na combinação dos fatores de produção, e o entendimento unilinear e etapista do processo histórico, sem definir propriamente o subdesenvolvimento, ainda associado a países nas primeiras fases do desenvolvimento. Como nesta definição que se reproduz nos três textos:

O processo de desenvolvimento se realiza seja através de combinações novas de fatores existentes no nível da técnica conhecida, seja através da introdução de inovações técnicas. Numa simplificação teórica se pode admitir como plenamente desenvolvidas, num momento dado, aquelas regiões em que, não havendo desocupação dos fatores, só é possível aumentar a produtividade (a produção real *per capita*) introduzindo novas técnicas. Por outro lado, as

regiões cuja produtividade aumenta ou poderia aumentar pela simples implantação das técnicas já conhecidas são consideradas em graus diversos de subdesenvolvimento. (FURTADO, [1952] 1969, p.322; 1954, p.194; 1961, p.85)

Percebe-se a preocupação com a problemática de Prebisch sobre a difusão do progresso técnico e a incompatibilidade entre as exigências da técnica produtiva importada e a disponibilidade de fatores, apontando na escassez de capital a causa da subutilização do fator trabalho, isto é, do subemprego estrutural. Ao baixo nível de produtividade característico das economias subdesenvolvidas, o excedente disponível para consumo e investimento seria pequeno demais para por em marcha um processo endógeno de acumulação de capital.

Segundo o autor, o impulso inicial para superar esta dificuldade veio historicamente de fora, através do comércio exterior, possibilitando a utilização mais intensa dos recursos disponíveis, com aumento de produtividade, ampliação do fluxo de renda e início do processo de acumulação de capital⁹⁷. O setor exportador seria beneficiado pela expansão do mercado, aumentando seus lucros e concentrando a renda, o que poderia servir de base para uma expansão endógena da formação de capital e uma diversificação da demanda no mercado interno – a depender da intensidade e constância do impulso externo. Portanto, Furtado segue ainda a típica formulação das etapas do crescimento descritas por Rostow, mantendo uma visão linear do desenvolvimento, em que aumentos persistentes de produtividade poderiam ativar um mecanismo automático de crescimento.

O subdesenvolvimento passa a ser compreendido, então, como um caso especial, onde existe um grande excedente de mão de obra e o estímulo externo se mostra relativamente fraco, sendo parte do fruto do aumento de produtividade transferido para o exterior pela queda dos preços⁹⁸. Assim, o aumento de produtividade não se traduz em aumentos de salário, mas agrava a extrema concentração de renda pela elevação dos lucros, de forma que se perde o mecanismo de interação entre a diversificação da estrutura de demanda e a estrutura de produção: o consumo de altas rendas destina-se em maioria para a importação, sem que se fomente o consumo da massa assalariada, ou seja, não há formação do mercado interno.

⁹⁷ O processo clássico de Smith, em que a divisão do trabalho está limitada pelo tamanho do mercado.

⁹⁸ A deterioração dos termos de troca descrita por Prebisch.

Colocando em termos abstratos, o autor afirma que o crescimento resulta da acumulação de capital e do progresso técnico, sendo seu ritmo determinado pela taxa de investimento e pela produtividade média do capital. No entanto, para manter-se em crescimento uma economia precisa criar seu próprio mercado, repartindo os aumentos de renda entre a acumulação capitalista voltada para o investimento e a renda disponível para consumo da população. Aqui Furtado destaca a necessidade de descer ao plano do processo histórico concreto para formular uma teoria da inversão, analisando como se efetua a divisão do produto social entre consumo e investimento.

Nesse ponto a teoria do desenvolvimento tem que baixar ao plano histórico [...]. É nesse sentido que falamos de economias desenvolvidas e subdesenvolvidas; de economias autônomas e dependentes etc. Consequentemente, a teoria do desenvolvimento, após haver sido apresentada em termos muito gerais, para adquirir precisão deverá assumir formulações especiais relativas a determinados processos históricos de desenvolvimento. (FURTADO, 1961, p.108)⁹⁹

Isto será objeto do capítulo *o processo histórico de desenvolvimento*, onde o autor analisa a trajetória de desenvolvimento da economia capitalista européia. Este texto que tem sua primeira e incipiente formulação no livro de 1954, depois ganhou consistência e forma definitiva no artigo de 1955, *O Desenvolvimento Econômico – ensaio de interpretação histórico-analítica*, sofrendo breves alterações para a publicação em 1961. A unidade entre os três é dada pela condução da análise através do conceito clássico do excedente e de uma perspectiva smithiana da relação entre divisão do trabalho, expansão do mercado e aumento de produtividade.

A única alteração digna de nota entre o artigo de 1955 e o livro de 1961 é a exclusão de uma seção sobre *o processo acumulativo* em que reverbera uma influência de Marx, quando na *Introdução à Crítica da Economia Política* apresenta de forma integrada produção, distribuição e consumo, partes de uma mesma totalidade, com suas repercussões sobre a acumulação. Em FURTADO (1955, p.4), lemos: "[...] os três aspectos fundamentais do processo econômico: a produção, a distribuição e a acumulação. Não se deve perder de vista que são, estes, três aspectos de um mesmo processo, não sendo possível dissociar totalmente um dos outros." À frente, em passagem mantida nos dois textos, acrescenta: "Do lado da produção aparece a criação do excedente; do da distribuição, a apropriação desse excedente por um grupo minoritário; e do lado da acumulação, a possibilidade de incrementar a produtividade

⁹⁹ No livro *A Economia Brasileira* esta passagem vem logo após a exposição da teoria do empresário de Schumpeter. Ver FURTADO (1954, p.238)

com a incorporação do excedente ao processo produtivo." (FURTADO, 1955, p.5-6; 1961, p.109)

A partir do conceito de excedente e da interpretação smithiana do aumento de produtividade do trabalho, Furtado vai afirmar que o desenvolvimento, nos seus primeiros estágios, é um fenômeno de expansão geográfica do universo econômico, isto é, do mercado. Recorre ao trabalho de Henri Pirenne sobre a história da Europa para apresentar as distintas formas de produção, apropriação e utilização do excedente em cada momento histórico, desde os antigos impérios, passando pelo feudalismo, pelo capitalismo comercial até chegar à moderna sociedade industrial – ressaltando sempre o papel e a inserção social da classe dominante que apropria a maior parte do excedente.

Os antigos impérios se expandiam pela ocupação militar de novos territórios, impondo ao grupo dominado um tributo que servia de base para a acumulação das classes dominantes. A apropriação se dava por uma classe que não estava diretamente vinculada ao sistema econômico e o excedente era utilizado em nova expansão militar ou em gastos e construções improdutivas. No entanto, uma vez estabilizada a expansão e constituída uma rede de transportes, florescia o comércio, dando origem à nova forma de apropriação do excedente, através do lucro comercial, cuja classe beneficiada incorporava-se ao sistema econômico e induzia a aumentos de produtividade. Para o autor, criava-se no interior dos antigos impérios um conflito entre as classes que se beneficiavam das distintas formas de apropriação do excedente: a guerra e seus tributos; ou o comércio e seus lucros.

Fenômeno diametralmente oposto teria ocorrido com o colapso do Império Romano do Ocidente, quando a desarticulação das linhas de comércio e o atrofiamento das cidades engendraram, segundo o Furtado, uma forma regressiva de organização social, o feudalismo. Apresenta-se o feudo europeu como um sistema fechado em si, mas cuja técnica de produção havia alcançado níveis de produtividade elevada. Isto é, tendo sido parte de um grande império, com comércio desenvolvido e cobrança de tributos, houve aumento de produtividade e progresso técnico na produção agrícola. Uma vez desarticulado o sistema, permaneceram as técnicas. Desta forma, a economia feudal produzia grandes excedentes, acumulados principalmente fora do sistema produtivo, em construções e no sustento do séquito dos senhores feudais.

Quando, a partir do século XI, as invasões árabes redirecionaram o comércio bizantino para costa europeia do mediterrâneo, o excedente produzido nos feudos foi

canalizado para as correntes de comércio externo. Assim, o desenvolvimento da economia comercial europeia teria sido um fenômeno imposto de fora para dentro – coerente com a ideia antes exposta por Furtado de que o impulso externo daria origem à acumulação de capital, elemento central de sua análise da formação econômica do Brasil. Entretanto, este comércio seria comandado por uma nova classe de habitantes das cidades, a burguesia, dissociada das elites dominantes do mundo feudal. Essa duplicidade de interesses e valores entre as classes que se apropriam do excedente estaria na origem das transformações que conduziram a Europa à integração política e à formação dos primeiros Estados nacionais. Constituídos a partir do comércio e da interdependência das cidades, os Estados nacionais teriam surgido para regulamentar e proteger a nova sociedade de base urbana, contando com o apoio da burguesia contra a autonomia dos senhores feudais.

A economia comercial urbana assentava suas bases sobre o excedente de produção dos feudos, impondo-lhes uma transformação, no sentido de aprimorar a técnica de produção e dedicar parte do excedente ao comércio, além de diversificar seu consumo com novos produtos adquiridos nas cidades. O crescimento da vida urbana atrelada aos feudos proporcionou o desenvolvimento de atividades artesanais, posteriormente organizadas sob as corporações de ofício. De acordo com Furtado, as cidades medievais funcionavam com estrita regulação da produção e comércio internos com as corporações, mas operavam em regime de *laissez-faire* no comércio exterior. A classe comercial, que controlava o comércio exterior e era o elemento dinâmico da economia urbana, passa então, entre os séculos 12 e 13, a organizar manufaturas de tecidos para exportação, escapando ao marco regulatório das corporações.

Quando, no século 14, as linhas de comércio começam a apresentar sinais de saturação e o universo econômico se contrai perante a expansão otomana, observa-se uma intensificação da concorrência. Para Furtado, isto acelerou a formação dos Estados nacionais e o fechamento das economias, com políticas mercantilistas de proteção de suas burguesias. Houve também pressão no sentido de redução dos custos para enfrentar a concorrência no mercado de exportação, sendo introduzidas modificações na organização da produção. Esta se fez com o progressivo desmantelamento do artesanato das corporações, aglutinadas pelos comerciantes em unidades de produção maiores. O controle direto da classe comercial sobre a produção adquire grande significação,

transformando a economia comercial europeia em economia industrial, num longo processo entre o século 16 e o 18.

A pressão para redução dos custos operou tanto na redução dos salários quanto no aperfeiçoamento das técnicas de produção, transformadas em ponto focal do novo sistema econômico em gestação. A economia industrial subordinaria a pesquisa científica ao objetivo da acumulação de capital, abrindo novas oportunidades de investimento e alterando a forma de crescimento: ao contrário da economia comercial, não dependeria mais de um mercado externo em expansão, atuaria agora um crescimento em profundidade, pela formação do mercado interno. Conquistando aumentos de produtividade através de novas formas de organização e técnicas de produção, ao mesmo tempo em que amplia a quantidade de trabalhadores assalariados, o empresário estaria garantindo meios de reinserir no processo produtivo o capital acumulado, enquanto cria seu próprio mercado interno consumidor.

Embora não dependa da expansão do mercado externo, a economia industrial depende da contínua expansão de seu mercado interno, impondo ao empresário a contínua reinversão dos lucros no processo produtivo. Furtado segue uma argumentação muito próxima de Marx, afirmando que o crescimento é imanente ao sistema industrial e que, portanto, impõem-se a necessidade de reinversão dos lucros. Contudo, sua análise deriva para um automatismo da expansão, sob o *mecanismo de desenvolvimento* antes apresentado. A dinâmica econômica se processaria conforme os esquemas de Keynes e Schumpeter acerca das expectativas do empresário em relação ao investimento realizado e sua confrontação com a demanda efetiva – colocado em termos de produção, distribuição e utilização da renda. Assim, define-se o desenvolvimento da economia industrial como um processo sujeito à instabilidade crônica e às flutuações cíclicas, intercalando fases de acumulação de capital com fases de descapitalização.

À parte a concepção de um crescimento automático da economia industrial, típico da economia do desenvolvimento, Furtado expõe outra inconsistência teórica relevante ao definir a natureza do lucro industrial. Em *A Economia Brasileira* esta contradição é bem explícita, por exemplo: "O lucro industrial é, em última instância, um pagamento a um fator de produção (a atividade empresária), e se incorpora necessariamente ao preço de venda do artigo produzido" (p.37). Para em seguida sentenciar: "O lucro, no comércio como na indústria, é de natureza residual" (p.43). Esta inconsistência também se reproduz em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*:

Na economia industrial o lucro guarda sua natureza fundamental de resíduo. Pagos os serviços dos diversos fatores de produção, o empresário trata de vender o seu produto pelo preço mais elevado possível. [...] Se consideramos uma economia industrial em seu conjunto, vemos que no valor de cada artigo que se vende estão compreendidos os pagamentos a todos os fatores que participaram da produção deste. O preço de um metro de tecido é, fundamentalmente, a soma das remunerações do trabalho (salários), do capital (juros, aluguel, renda da terra etc.) e do empresário, que são os lucros. (FURTADO, 1961, p.155-156)

No mais, em toda sua obra permanecerá esta oscilação entre os postulados clássicos e os neoclássicos, expressando-se numa imprecisão teórica sobre a natureza do lucro e dos salários – ora balizados pelo nível de subsistência (como nos clássicos), ora pelo nível de produtividade (como nos neoclássicos). A rigor esta inconsistência, talvez a maior em seu pensamento, tem origem na ausência de uma teoria do valor precisa, alternando indistintamente entre o valor-trabalho e o valor-utilidade. Daí também decorre sua fluidez entre a clássica lei de Say e o princípio da demanda efetiva de Keynes. Como será visto na próxima seção, cabe ponderar que Furtado parece tentar historicizar tais princípios: se, nas primeiras fases do desenvolvimento industrial, valem a lei de Say e a determinação dos salários pelo nível de subsistência; posteriormente, com o desenvolvimento do mercado interno e a absorção dos trabalhadores excedentes, passa a valer o princípio da demanda efetiva e a determinação dos salários pelo nível de produtividade. No entanto, para além de questões meramente teóricas, estas imprecisões explicitam o alinhamento ideológico do autor com a burguesia industrial, mistificando as diferentes formas de apropriação do excedente, apresentando o lucro industrial como o "motor do progresso social" e justificando o papel social do empresário.

3.3.2 – Elementos de uma Teoria do Subdesenvolvimento

Na segunda metade da década de 1950, Furtado caminha rumo à diferenciação e autonomia teórica, conjugando pela primeira vez de forma clara os *elementos de uma teoria do subdesenvolvimento*. Entendido anteriormente como um caso especial de desenvolvimento econômico, o subdesenvolvimento passa então a ser percebido enquanto uma trajetória histórica específica, que deve ser diferenciada do modelo típico europeu. O autor parece estabelecer uma bifurcação na história do capitalismo, onde vigoram dois processos históricos: desenvolvimento e subdesenvolvimento. Como destaca Oliveira ([1999] 2003), trata-se de construir tipos ideais, no método weberiano,

para fazer aproximações sucessivas da realidade concreta, matizando os distintos graus de subdesenvolvimento.

Furtado vinha buscando esta construção conceitual do subdesenvolvimento desde o início da década de 1950. Embora partindo de um referencial teórico eclético, sempre avaliava criticamente o alcance das teorias vigentes frente à realidade histórica. Esta postura se radicaliza na segunda metade da década, como se pode perceber em sua participação na mesa-redonda realizada no Rio de Janeiro, em 1957. Mesmo não apresentado um artigo de sua autoria, ficou responsável pelos *comentários sobre estudos do Professor Rosenstein-Rodan*¹⁰⁰. Nestes comentários fica clara sua divergência com a teoria ortodoxa do desenvolvimento, já apontando o rumo que seguia sua definição conceitual.

Primeiramente, creio que pecaríamos por um excesso de generalização se, de início, não definíssemos o que entendemos por subdesenvolvimento. Creio que esse conceito possui uma dimensão histórica que não se deve perder de vista. Não há economias subdesenvolvidas por si, mas tão-somente em comparação com outras economias contemporâneas. A Inglaterra do século XVII ou a Itália do século XVI não podem ser consideradas economias subdesenvolvidas.

O segundo fato que cumpre destacar é o seguinte: o desenvolvimento econômico dos últimos 150 anos, corretamente qualificado de industrialização, é um fenômeno qualitativamente distinto dos processos de desenvolvimento que as economias tipicamente comerciais conheceram. O crescimento de uma economia industrial é, basicamente, um processo endógeno, inseparável do progresso tecnológico, enquanto que as economias comerciais cresciam principalmente por aglutinação, isto é, por expansão horizontal. (FURTADO, [1957] 1964, p.87)

Aí estão colocadas as principais questões: a perspectiva histórica do subdesenvolvimento e a diferenciação do mecanismo de crescimento na economia industrial e na economia comercial – elementos que já vinham sendo destacados em seus trabalhos anteriores. A mudança básica é que o autor passa da postura de *negação* à busca de uma nova síntese teórica, no sentido de *superação* das teorias vigentes. Isso acontece pela primeira vez nos capítulos quatro e cinco de *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, escritos em 1958 para o concurso de economia política da Faculdade Nacional de Direito – quando utiliza os recursos teóricos apreendidos em Cambridge, especialmente os trabalhos de Kaldor, Joan Robinson e Eric Hobsbawm.

O autor retoma a linha de argumentação antes apresentada, afirmando que as principais características da economia industrial são o crescimento endógeno e o

¹⁰⁰ Contido em Ellis e Wallich ([1957] 1964), *Desenvolvimento Econômico para a América Latina*.

imperativo do progresso tecnológico, atrelado à formação de capital¹⁰¹. Tenta inserir uma dimensão histórica nos modelos abstratos de crescimento, e para isso faz uma interpretação da revolução industrial inglesa, dividindo-a em duas fases. Na primeira fase, a ação inovadora do empresário atuaria como elemento dinâmico, introduzindo novas técnicas de produção e reduzindo o custo unitário dos produtos. O dinamismo concentrava-se no lado da oferta, que, pela concorrência, desarticulava o antigo artesanato e criava uma oferta totalmente elástica de trabalhadores. A indústria ia progressivamente absorvendo o sistema pré-capitalista, sem pressão de alta nos salários, determinados pelo nível de subsistência. Esta fase se caracterizaria por uma alteração na estrutura produtiva, com aumento da participação da indústria de bens de capital e redistribuição de renda em favor dos lucros; concluindo-se com a total absorção da economia pré-capitalista e do excedente estrutural de mão de obra.

A segunda fase apresentaria, portanto, características estruturais distintas, passando o elemento dinâmico a atuar simultaneamente do lado da oferta e da demanda. Isto é, o aumento de produtividade e dos lucros industriais propiciou uma elevação da demanda por bens de capital, e a expansão da produção destes bens, empregando mais trabalhadores, realimentou a demanda por bens de consumo. Esta interação entre a indústria de bens de consumo e a de bens de capital garantia o dinamismo do sistema, tanto do lado da oferta quanto do lado da procura, transformando o crescimento em um processo endógeno e autônomo.

Como afirmado anteriormente, o autor parece tentar historicizar também a lei de Say e o princípio da demanda efetiva, assim como a determinação dos salários pelo nível de subsistência ou pela produtividade do trabalho. Na primeira fase do desenvolvimento industrial europeu predominaria o elemento dinâmico do lado da oferta, que deveria criar sua própria demanda, e os salários seriam determinados pelo nível de subsistência, uma vez que a desarticulação do sistema artesanal garantia uma oferta elástica de trabalhadores. Já na segunda fase, a diferenciação da estrutura produtiva conferiria dinamismo à demanda, com sua diversificação guiando as mudanças na produção, da mesma forma que a absorção dos trabalhadores excedentes implicaria a determinação dos salários pela produtividade do trabalho.¹⁰²

¹⁰¹ Mantém-se também a imprecisão ao definir o lucro industrial, apresentado aqui como pagamento a um fator de produção, a atividade do empresário.

¹⁰² "[...] na primeira fase do desenvolvimento da economia capitalista, quando o sistema artesanal preexistente ia sendo destruído e absorvido. Fase anterior ao momento em que o setor capitalista, em

Assim, a relativa inelasticidade da oferta de mão de obra, característica desta segunda fase, teria melhorado a posição de barganha da classe trabalhadora, implicando uma redistribuição de renda em seu favor, com conseqüente queda da taxa de lucro, do investimento e do crescimento. Segundo o autor, a economia inglesa teria, inicialmente, superado esta situação ao se lançar numa ofensiva internacional na forma do livre comércio, da exportação de capital e do imperialismo. Sem embargo, a solução definitiva seria encontrada internamente, na própria tecnologia, progressivamente orientada no sentido de corrigir o desequilíbrio entre a expansão do capital e a oferta de mão de obra disponível. A elevação do salário real teria criado condições econômicas para a introdução de técnicas produtivas mais intensivas em capital, aumentando o grau de mecanização e a densidade de capital fixo por trabalhador, ou seja, a tecnologia se orienta para permitir novas combinações de fatores, nas quais prevalecia o objetivo de economizar mão de obra.

As observações anteriores evidenciam, com clareza, a íntima interdependência existente entre a evolução da tecnologia nos países industrializados e as condições históricas do seu desenvolvimento econômico. Essa tecnologia, na forma em que se apresenta hoje, incorporada aos equipamentos industriais, resulta, portanto, de um lento processo de decantação. Nesse processo influíram, de maneira fundamental, condições específicas de algumas nações, sobretudo da Inglaterra e dos Estados Unidos, países que, sob vários pontos de vista, constituíram um só sistema econômico durante a primeira metade do século XIX. Derivar um modelo abstrato do mecanismo dessas economias, em seu estágio atual, e atribuir-lhe validade universal valeria por uma reencarnação do homo oeconomicus, em cuja psicologia rudimentar os clássicos pretenderam assentar as leis econômicas fundamentais. A dualidade óbvia que existe e se agrava, cada dia mais, entre as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas exige uma formulação desse problema em outros termos. (FURTADO, 1961, p.177-178)

Segundo o autor, a formação de um núcleo industrial na Europa, capitaneada pela Inglaterra após sua revolução industrial, condicionou o desenvolvimento econômico de quase todas as regiões do planeta. Os impulsos dinâmicos propagados por este núcleo exerceram-se em distintas direções e com distintos resultados. Furtado identifica três linhas de evolução diferentes: a primeira marca a linha de desenvolvimento dentro da própria Europa; a segunda assinala um deslocamento das

expansão, absorveria a totalidade ou quase totalidade dos recursos de mão de obra, permitindo que os salários reais, antes determinados em função das condições preexistentes de vida, passem a ser condicionados pelo nível de produtividade." (FURTADO, 1961, p.182)

"O elemento dinâmico, na primeira etapa do desenvolvimento industrial europeu, atuou, conforme vimos, pelo lado da oferta. A ação empresarial – através da introdução de novas combinações de fatores – criou sua própria demanda, na medida em que conseguiu oferecer um produto mais barato e mais abundante." (FURTADO, 1961, p.188)

fronteiras européias para novas terras ainda desocupadas e com características físicas similares às da Europa; e a terceira se distingue pela expansão da economia industrial européia rumo às terras de antiga colonização onde havia um sistema econômico de base artesanal já instalado.¹⁰³

No primeiro caso estão os países europeus que lideraram o processo de formação da economia industrial, onde houve contínua desarticulação da antiga base de produção artesanal pré-capitalista, com conseqüente absorção da mão-de-obra em níveis cada vez mais altos de produtividade. Como visto, esta linha de desenvolvimento contaria com duas fases, nas quais a tecnologia desempenha papéis diferentes de acordo com as condições estruturais: na primeira, atuaria no sentido de aumentar a produtividade do capital; e, na segunda, no sentido de aumentar a produtividade da mão-de-obra:

[...] na primeira, a liberação de mão-de-obra era mais rápida que a absorção, o que tornava a oferta desse fator totalmente elástica; na segunda, a oferta da mão-de-obra, resultante da desarticulação da economia pré-capitalista, tende a esgotar-se, o que exige uma reorientação da tecnologia. (FURTADO, 1961, p.179)

Estabelecido o modo de produção capitalista dentro do núcleo industrial europeu, o sistema econômico começa a expandir-se em direção às novas terras de recente colonização. A segunda linha de desenvolvimento é expressão deste deslocamento da economia industrial européia para além de suas fronteiras, em busca de condições físicas similares às da Europa, com intuito de replicar seu modelo de desenvolvimento. Furtado destaca que estas novas colônias só se estabeleceram onde de fato houve condições econômicas excepcionalmente favoráveis, o que contribui para explicar a rápida elevação dos níveis de produtividade e renda alcançados. Também chama atenção o fato do autor considerar particularmente o mundo anglo-saxão nesta categoria de análise, deixando claro o alto grau de integração econômica existente entre a metrópole inglesa e suas colônias.

Uma terceira linha de expansão da economia industrial européia destinou-se às terras de antiga colonização, algumas já densamente povoadas e contando com sistemas econômicos já estabelecidos e de tipos variados, porém marcados por condições não-capitalistas. A interação entre as expansivas economias capitalistas do núcleo industrial e estas regiões coloniais se deu quase sempre pelo intercâmbio de matérias-primas

¹⁰³ Como visto em capítulo anterior, esta interpretação é influenciada pela concepção de Caio Prado Júnior, derivada da historiografia francesa, a respeito das diferenças entre colônias de povoamento e colônias de exploração.

necessárias à produção dos gêneros industriais; em alguns casos pela abertura de linhas de comércio e, em outros, pela produção direta de matérias-primas pelo capital europeu.

Contudo, a resultante foi quase sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de estrutura sócio-econômica dualista está na origem do fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo.

O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento. Para captar a essência do problema das atuais economias subdesenvolvidas necessário se torna levar em conta essa peculiaridade. (FURTADO, 1961, p.180-181)

Cabe destacar que Furtado avança sobre a hipótese de Prebisch acerca da peculiaridade do desenvolvimento latino-americano. Se Prebisch parte de uma constatação empírica da deterioração dos termos de troca para afirmar diferenças na forma de atuação do ciclo econômico nas economias centrais e periféricas, Furtado historiciza a análise, para ver na formação histórica do sistema capitalista as diferentes trajetórias de países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Além disso, também se faz necessário apontar certa indefinição do autor entre economia colonial e economia capitalista: se, nos trabalhos históricos anteriores, afirmou o caráter capitalista da colonização tropical da América, agora trata a mesma como um sistema econômico pré-capitalista. O que remete à dificuldade de conceituar uma economia colonial que, mesmo tendo sido criada e estando inserida no sistema capitalista mundial, produz com base em relações sociais distintas do assalariamento, ou seja, o trabalho escravo.

Caracterizada a estrutura econômico-social dualista, o autor passa então a construir o tipo ideal de subdesenvolvimento, para em seguida matizá-lo com novas determinações e distintos graus. O impacto da inserção de um núcleo capitalista em meio à economia pré-capitalista dependeria do aumento de fluxo de renda por ele originado, basicamente da massa de salários e da massa de lucros. Os salários são determinados pelo nível de subsistência prevalecente na região, sem conexão com a produtividade do trabalho, configurando-se uma oferta de mão de obra totalmente elástica sempre que o setor capitalista pagasse salários superiores ao nível de subsistência, dependendo a massa de salários do volume de mão de obra empregado.

Para o autor, trata-se de fenômeno muito similar à primeira fase do desenvolvimento das economias industriais, quando o sistema artesanal ia sendo desarticulado e absorvido, com a diferença de que a massa de lucros não se integra

plenamente ao sistema econômico. Este seria um ponto crucial, pois o dinamismo da economia capitalista resultaria da utilização que a classe empresarial faz da renda acumulada em lucros. Isto é, a expansão do sistema depende da reinserção produtiva dos lucros acumulados e, sendo o capital de origem estrangeira, esta decisão se situaria fora do sistema econômico subdesenvolvido. Daí porque, para o autor, a expansão comercial do século 19 não teria propagado na mesma medida o sistema capitalista de produção e a introdução de um núcleo capitalista pouco teria alterado as condições estruturais das economias subdesenvolvidas, coexistindo com uma estrutura arcaica.

Vale notar que é, mais uma vez, a tentativa de colocar em perspectiva histórica as hipóteses empiristas de Prebisch: a lenta e irregular difusão do progresso técnico, constatada por Prebisch, passa a ser apresentada como uma dificuldade de propagação do sistema capitalista de produção. Assim como a transferência dos frutos do progresso técnico é reformulada em termos de transferência do excedente, onde a produção com salário estável ao nível de subsistência garantiria altas margens de lucro ao capital estrangeiro aplicado nos países subdesenvolvidos.

Por outro lado, Furtado se contrapõe ao modelo de desenvolvimento de Lewis, pois, embora também caracterize a economia subdesenvolvida pela oferta ilimitada de mão de obra, vê na propriedade estrangeira do capital uma barreira à plena absorção do setor arcaico de subsistência. Enquanto Lewis trabalha supostamente com uma economia atrasada "fechada", Furtado pensa sempre numa economia subdesenvolvida integrada ao sistema capitalista mundial, subordinada aos interesses dos países desenvolvidos. O que invalida, parcialmente, a crítica de Oliveira ([1983] 2003), segundo a qual em Furtado o desenvolvimento seria *desigual*, porém não *combinado* – nos termos da teoria marxista do imperialismo. A formação dos salários pelo nível de subsistência e o vínculo dos lucros à propriedade estrangeira garantem, sim, o caráter combinado, tanto interna quanto externamente.

Construído o tipo ideal, vai tratar de matizar as diferentes formas concretas que assume o subdesenvolvimento, balizado pela experiência brasileira¹⁰⁴. A produção de café para exportação no Brasil possuía, segundo o autor, duas características distintas

¹⁰⁴ A construção de tipos ideais ou de uma tipologia das economias latino-americanas tem origem nas primeiras formulações de Prebisch, embora sem esta intenção explícita. Posteriormente, diversos autores irão elaborar novas tipologias, dentre os quais se destaca: Castro ([1967] 1969), *O Modelo Histórico Latino-Americano*; Cardoso e Faletto ([1970] 1984), *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*; Bamberger ([1972] 2012), *O Capitalismo Dependente Latino-Americano*.

em relação ao quadro geral de subdesenvolvimento antes exposto: empregava um grande volume de trabalhadores e era controlada, maiormente, por capitais nacionais. Isto possibilitou a formação de um mercado interno de dimensões significativas, com aumento do fluxo de renda monetária – embora a diversificação da demanda que acompanha a elevação da renda fosse em parte canalizada para a importação.

As flutuações cíclicas dos preços de exportação impunham periódicas crises do setor exportador, com restrições na capacidade para importar. As consequentes pressões sobre o balanço de pagamentos eram amenizadas por uma política de desvalorização cambial, abrindo caminho à industrialização por substituição de importações. Assim eleva-se a rentabilidade da produção industrial para o mercado interno ao mesmo tempo em que cai a do setor exportador. Sendo de propriedade nacional o capital da atividade de exportação, coloca-se a possibilidade de diversificar a utilização dos lucros acumulados, redirecionados para a indústria de mercado interno. Diferentemente da simples inserção de um núcleo capitalista em meio ao sistema pré-capitalista, chega-se a uma estrutura subdesenvolvida complexa, onde coexistem três setores: primeiro, economia de subsistência; segundo, atividades de exportação; terceiro, produtos manufaturados para o mercado interno. O caso mais complexo seria aquele em que o setor industrial de mercado interno se diversifica a ponto de produzir parte dos bens de capital necessários ao crescimento.¹⁰⁵

O autor salienta que, na experiência de desenvolvimento induzido de fora para dentro, forma-se primeiro a demanda por manufaturas, para depois, uma vez posta a restrição externa, efetuar-se a substituição de importações. Assim, o elemento dinâmico provém do lado da demanda, ao contrário do desenvolvimento clássico, cujo dinamismo endógeno provinha de modificações na oferta. Embora a economia subdesenvolvida complexa ganhe maior autonomia para crescer, multiplicando o impulso externo e formando seu mercado interno, a substituição de importações não garante que o setor industrial passe a ser o elemento dinâmico principal, pois não depende das inovações introduzidas no processo produtivo e, sim, da demanda formada por indução externa.

Conduzida pela demanda, a industrialização por substituição de importações introduz processos produtivos similares aos adotados nos países desenvolvidos,

¹⁰⁵ Conforme aponta Mallorquin (2005), esta segmentação dos graus de subdesenvolvimento reproduz, em outro plano, a ideia de progresso linear da história, agora dentro desta nova trajetória típica de subdesenvolvimento.

buscando reproduzir sua estrutura de preços e custos, sem necessariamente alterar a estrutura econômica subdesenvolvida pela absorção do setor de subsistência. Configura-se, portanto, um quadro de heterogeneidade tecnológica, onde a plena utilização do capital não garante a difusão das técnicas mais produtivas e a ocupação da mão de obra disponível. Isto é, a dependência tecnológica em relação à formação de capital conduz à adoção de uma tecnologia incompatível com a disponibilidade de fatores¹⁰⁶ e, além disso, impõe a reposição do desequilíbrio do balanço de pagamentos, aumentando o coeficiente de importações da economia à medida que avança a industrialização.

Na análise do autor, nas primeiras etapas do subdesenvolvimento a dependência manifesta-se na formação de poupança, enquanto nas fases superiores se expressa na transformação da poupança em investimento real, via importação de bens intermediários e de capital. Assim, o aumento dos investimentos eleva o coeficiente de importações e toda política de desenvolvimento que busque acelerar o ritmo de crescimento assumirá as características externas de pressões sobre o balanço de pagamentos e de pressões inflacionárias.¹⁰⁷ No entanto, estas pressões não seriam autônomas, mas uma expressão dos desajustamentos estruturais que acompanham o crescimento dos países subdesenvolvidos, exigindo uma política de orientação dos investimentos a partir do planejamento global da economia.

Num processo de industrialização por substituição de importações o sistema de preços de mercado não serve para orientar o investimento. O caráter de pioneirismo de parte dos empreendimentos substitutivos inviabiliza a projeção de expectativas pelo empresário, aumentando a incerteza do retorno do investimento. Isto configura uma concentração das inversões em setores já consolidados, relegando os setores da fronteira de substituição à ação das empresas internacionais. Contando com grande poder financeiro, maior capacidade técnica e posição consolidada no mercado, a empresa internacional, que se insere na economia subdesenvolvida para contornar a restrita capacidade para importar, encontra condições de concorrência muito favoráveis.

¹⁰⁶ A análise neoclássica da relação entre disponibilidade de fatores e função de produção será progressivamente superada pelo autor, sendo alvo de autocrítica em seus trabalhos posteriores.

¹⁰⁷ Note-se que há uma mudança na análise do desequilíbrio do balanço de pagamentos e da inflação entre as primeiras etapas do subdesenvolvimento e sua etapa superior. Nas primeiras, as crises cíclicas adquirem centralidade, dada a predominância do impulso externo para o crescimento das exportações primárias; já na etapa superior, de crescimento baseado no mercado interno, a pressão sobre o balanço e a inflação se apresentam como consequência do próprio desenvolvimento.

Esta situação implica que o sistema de preços de mercado agrava os desajustes estruturais, intensificando o investimento nacional nos setores já consolidados e criando, com isso, capacidade ociosa, enquanto nos setores de fronteira da substituição há uma carência de investimentos nacionais, com campo aberto ao controle do capital estrangeiro, que responde aos interesses de sua matriz de origem. Nesta questão estrutural está a origem do desequilíbrio externo e da inflação, cuja superação só poderia ser alcançada, na perspectiva de Furtado, através do planejamento estatal do desenvolvimento, programando e orientando os investimentos.

3.3.3 – Análise do Desenvolvimento Recente do Brasil

Apesar de intitulado *Industrialização e Inflação*, o último capítulo de *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* aborda tema muito mais amplo, sendo mais representativo seu subtítulo: *análise do desenvolvimento recente do Brasil*. O texto foi escrito e publicado na revista *Econômica Brasileira* em 1960, quando Furtado encontrava-se em Recife no comando da Sudene. Num contexto de escalada da disputa política pela reforma agrária, o autor vai projetar o esgotamento da industrialização por substituição de importações, reafirmando suas convicções nacional-desenvolvimentistas e defendendo que somente uma alteração na distribuição de renda e na concentração fundiária poderia contornar as crescentes tensões sociais provocadas pelo esgotamento do modelo de desenvolvimento¹⁰⁸.

Retoma sua interpretação sobre a crise do modelo primário-exportador e a transição ao sistema industrial pela via da substituição de importações, ressaltando que a industrialização se processou à revelia da política de Estado, orientada para a defesa dos interesses do setor exportador. A valorização do café teria propiciado o desenvolvimento industrial calcado no mercado interno, mas o teria feito sem qualquer planejamento definido, uma política não-intencional, agravando os desajustes estruturais que reforçaram o desequilíbrio externo e a inflação. Em sua avaliação, somente nos anos 1950 estas questões seriam verdadeiramente enfrentadas. E o Plano de Metas, impulsionando a indústria de bens de capital, teria superado a barreira à formação de capital representada pela capacidade para importar.

¹⁰⁸ A análise das mudanças no modelo de desenvolvimento remete, mais uma vez, aos trabalhos seminais de Prebisch na Cepal. A percepção do esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações em 1960 é uma contribuição original de Furtado, sendo posteriormente formalizada por Tavares ([1964] 1973), *Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil*.

O desenvolvimento da primeira metade do século 20 teria representado, segundo Furtado, a superação da estrutura econômica colonial, tanto pelo deslocamento do centro dinâmico da economia para o setor industrial quanto pela mudança dos centros de decisão política¹⁰⁹. O deslocamento do centro dinâmico consolidou-se na década de 1930, mas o setor exportador ainda conversou o papel estratégico de garantir a expansão da capacidade para importar requerida pela formação de capital. Na década de 1950 seria dado novo passo, avançando a diversificação industrial para a produção de bens de capital, dando maior autonomia para a economia crescer endogenamente.

A transferência dos centros de decisão acompanhou este processo, embora inicialmente tenham predominado o pensamento tradicional e os interesses exportadores, com uma política que favoreceu a indústria de forma não-intencional. A partir da década de 1940, o autor aponta o crescente conflito de interesses, materializado em políticas cambiais completamente distintas, como a política liberal do imediato pós-guerra e o controle de importações a partir de 1948¹¹⁰. Mudando sua análise anterior, exposta em FEB, Furtado vai afirmar que a política de restrição às importações representa um ponto de virada, quando os grupos industriais alcançam a conquista do principal centro de decisão: o Estado.

A transferência dos centros de decisão teve conseqüência de maior alcance do que se percebe à primeira vista. É que os grupos ligados ao setor externo eram *par excellence* grupos "dependentes", econômica e mentalmente. As decisões de um país exportador de produtos primários são, necessariamente, reflexos. O grau de autonomia é limitado, pois os grupos que controlam a economia mundial dos produtos primários sobrepõem os seus interesses aos de cada país exportados considerado isoladamente. É natural, em tais casos, que os grupos de decisão em cada país exportador atuem em sincronia com o comando internacional. Os centros de decisão que se apóiam nas indústrias ligadas ao mercado interno gozam, por definição, de elevado grau de autonomia. Preocupa-os, acima de tudo, a manutenção do nível interno de emprego e a ampliação do mercado interno. Na medida em que estes grupos passaram a predominar no Brasil, firmou-se a mentalidade "desenvolvimentista", que possibilitou a formulação de uma primeira política sistemática de industrialização, no último decênio. (FURTADO, 1961, p.245)

¹⁰⁹ Como lembra Cardoso (2009), esta relação entre centro dinâmico da economia e centro de decisão política é uma influência de Henri Pirenne, já notada desde a tese de doutorado. No entanto, também é possível apontar a influência de Marx sobre as mudanças na base econômica proporcionando transformações na superestrutura política – influência já assinalada em sua interpretação do Brasil. Este ponto é um dos principais elementos de interpretação de Furtado e uma de suas maiores contribuições à análise sociológica do subdesenvolvimento.

¹¹⁰ A análise do controle de câmbio, presente em trabalhos anteriores do autor sobre a economia brasileira, foi nitidamente influenciada por Prebisch. De sua parte, Furtado influenciou outras análises subsequentes sobre o tema, em particular Lessa ([1964] 1983), *Quinze Anos de Política Econômica*.

Os anos de 1950 seriam o momento de consolidação da hegemonia burguesa, com a fundação do BNDE, da Petrobras e a formulação de planos nacionais de desenvolvimento. Como um dos principais ideólogos do nacional-desenvolvimentismo, Furtado aposta no caráter nacionalista da burguesia industrial, supostamente interessada em garantir o nível de emprego e expandir o mercado interno. Apresenta o caráter dependente dos grupos exportadores e o contrapõe ao sentido nacional e autônomo da burguesia industrial. Cabe ponderar que o autor está avançando sobre o que posteriormente seria a teoria da dependência, embora esteja circunscrito ao seu horizonte histórico e ideológico. Isto é, produz uma análise de classes, mas no sentido de legitimação da burguesia industrial, percebida como classe revolucionária em ascensão¹¹¹ – postura que seria amplamente criticada na controvérsia da dependência no final dos anos 1960 e levaria o autor a uma mudança frente ao tema, reformulando sua teoria do subdesenvolvimento em meados dos anos 1970.

No que concerne à inflação, o autor reproduz a análise elaborada em FEB, onde apresenta as sucessivas ondas inflacionárias que acometeram a economia brasileira e seu sentido geral de redistribuição de renda e canalização do investimento em favor do setor industrial, elevando seus lucros. Teriam ocorrido três ondas inflacionárias: primeiro, nos anos 1930, como consequência da política de valorização do café, que indiretamente protegeu a indústria de mercado interno; a segunda, no pós segunda guerra, quando o controle de importações canalizou os recursos da melhora dos preços de exportação do café, em 1949, para o setor industrial; e a terceira, em meados da década de 1950, causada pela forma que tomou a industrialização, sem uma política de orientação dos investimentos, agravando os desajustes estruturais entre os setores de produção e criando pontos de estrangulamento na economia.

Para o autor, o plano de metas teria logrado expandir os investimentos nos setores de infraestrutura e bens de capital, reduzindo a dependência do sistema econômico em relação às importações para formação de capital e eliminando os principais pontos de estrangulamento. Assim, a economia teria alcançado grau de diferenciação necessário para crescer de forma endógena, reduzindo a pressão sobre a capacidade para importar e a inflação. Furtado afirma que a industrialização sem

¹¹¹ Furtado desempenha papel similar ao da economia política clássica na Inglaterra, como ele mesmo havia observado e corroborado: denominou a postura dos clássicos de ideológico-revolucionária, enquanto Marx seria utópico-revolucionário, e os neoclássicos reacionários e apoloéticos. Furtado legitima a dominação da burguesia industrial em ascensão, contra os interesses agro-exportadores.

política de industrialização da primeira metade do século 20 gerou as referidas ondas inflacionárias, e que a inflação foi, em verdade, condição necessária para a industrialização. Ultrapassada esta fase e conquistado o centro de decisões pela burguesia industrial, a adoção de uma política consciente de industrialização tenderia a eliminar a inflação através do planejamento.

Nesta análise do processo inflacionário fica evidente que Furtado considera a inflação um epifenômeno, derivado dos desajustes estruturais do modelo brasileiro de desenvolvimento industrial. Embora conclua pela eliminação progressiva da inflação com a diversificação do sistema industrial¹¹², apresenta criticamente algumas características do desenvolvimento recente do Brasil. Sua análise aponta o alto grau de concentração de riqueza e renda, basicamente, o distanciamento entre a renda derivada da propriedade dos fatores de produção e a renda dos assalariados.

Ao adotar uma tecnologia de produção poupadora de mão de obra num contexto social de oferta totalmente elástica de trabalhadores, a industrialização substitutiva agravou a histórica tendência à concentração de renda no Brasil. Mantendo salários estáveis, ampliam-se as margens de lucro sempre que há elevação da produtividade, e a industrialização se faz com injustiça social crescente. Sem a ameaça das pressões salariais, a preocupação com a produtividade ficaria em segundo plano, e as altas taxas de lucro garantiriam a conjugação de grandes volumes de inversão com o nível elevado de consumo das classes proprietárias. A expansão do consumo destas classes teria criado um importante mercado de serviços urbanos, cuja quantidade de empregados tenderia a superar os trabalhadores diretamente ocupados na indústria – segundo o autor, isto daria à população urbana uma postura política moderada e conciliatória, sem questionamento aberto dos níveis salariais na indústria¹¹³.

Já a estrutura agrária apresentaria características ainda mais alarmantes. Formado pela colonização, em função da grande empresa comercial de exportação, o latifúndio histórico não sofreria qualquer pressão para sua transformação estrutural, pois contaria com uma oferta elástica tanto de terras quanto de mão de obra. Isto viabilizaria

¹¹² Esta postura de subordinação da inflação ao processo de desenvolvimento se entende pelo contexto de disputa política com a corrente monetarista. Diante das propostas contracionistas deste grupo, Furtado defende o avanço da industrialização, com ampliação das taxas de investimento. Sobre a controvérsia da inflação nos anos 1950, ver Bielschowsky ([1988] 2000).

¹¹³ O tema da ampliação do setor de serviços seria retomado por Francisco do Oliveira em sua *Crítica à Razão Dualista*, onde também se aprofunda a análise dos vínculos entre a economia urbana e a economia agrícola de subsistência, numa crítica direta ao dualismo cepalino. Furtado reformularia sua proposta dualista já em meados dos anos 1960, e com maior profundidade em meados de 1970.

o crescimento extensivo da economia agrícola, sem alteração nas técnicas de produção que possibilitassem aumentos de produtividade, ou melhorias salariais para o trabalhador rural, submetido a condições de vida estáveis ao nível de subsistência. O que reforça o caráter concentrador de riqueza e renda do desenvolvimento brasileiro.

Fazendo um balanço da análise, Furtado argumenta pelo esgotamento do processo de substituição de importações, cuja consequência seria um aumento das tensões sociais. Isto é, completada a diversificação da estrutura produtiva, o impulso dinâmico de substituição tenderia a ser reduzido, assim como a pressão inflacionária que servia de suporte à industrialização. Sem estes dois elementos haveria uma redução sensível da taxa de inversão, com queda no ritmo de crescimento econômico e aumento das tensões sociais. Percebe-se que, para o autor, a industrialização passaria a depender de uma expansão do mercado interno para crescer endogenamente, e que a tendência à concentração de renda seria um obstáculo para tanto. Assim, defende uma política que busque elevar a produtividade da produção industrial e agrícola, enquanto procede a uma redistribuição de renda em favor dos assalariados urbanos e rurais. A elevação do nível de renda conjugada à melhor distribuição garantiria um desenvolvimento endógeno, baseado no mercado interno e com menor custo social.

3.4 – SÍNTESE DA CONTROVÉRSIA

Os principais acontecimentos da primeira metade do século 20 nos mostram que importantes questões surgiram em virtude das guerras, das crises e das revoluções ocorridas no período. Longe de conduzir a qualquer tipo de consenso, esta experiência histórica empolgou uma profusão de formulações em torno da controvérsia sobre o desenvolvimento das regiões atrasadas, periféricas, subdesenvolvidas ou dependentes – variando a definição de acordo com as distintas perspectivas. Assim, é fundamental captar os efeitos da guerra fria sobre esta produção teórica, diretamente influenciada por fatores geopolíticos; evidenciando o esforço do governo dos EUA e de suas instituições “multilaterais” em consolidar o desenvolvimento econômico como uma forma de legitimação da hegemonia estadunidense em sua área de influência, e também como forma de contenção do avanço socialista.

O período entre guerras, de transição hegemônica, abriu possibilidades de mudança na hierarquia do sistema, acirrando a disputa entre as burguesias industriais por sua afirmação nacional e internacional. No imediato pós-guerra, a guerra fria polarizou as posições políticas e colocou o resto do mundo em disputa aberta pela influência de EUA e URSS. Esta controvérsia entre desenvolvimento e subdesenvolvimento se processa neste momento histórico – e estar situado na periferia e pensando a partir de seus interesses confere uma visão de mundo distinta aos seus autores. Daí a diferença entre os pontos de observação e a inserção diferenciada de cada país no sistema mundial. De fato, esta pode ser considerada a maior importância do pensamento surgido na Cepal, e da crítica que fizeram Raúl Prebisch e Celso Furtado à economia do desenvolvimento ortodoxa. Mesmo limitados pela defesa dos interesses da burguesia industrial latino americana em ascensão, os autores cepalinos criticaram, à luz da periferia, a perspectiva do atraso que informa a economia do desenvolvimento e abriram novo horizonte de reflexão para a América Latina.

Isto fica mais explícito ao expor as propostas políticas dos autores da economia do desenvolvimento, por exemplo: Rosenstein-Rodan, quando propõe um *big push* nos países atrasados, com a coordenação internacional dos investimentos externos; Nurkse, quando defende a intensificação do comércio internacional para melhor aproveitamento das vantagens comparativas, junto ao crescimento equilibrado da indústria para o mercado interno; Lewis, quando argumenta por uma maior participação dos lucros na renda nacional como forma de incentivar a expansão do setor capitalista, fazendo uma análise do país atrasado com oferta ilimitada de mão de obra enquanto uma "economia fechada", para depois analisar a economia mundial "aberta" do ponto de vista dos países industriais adiantados; ou Rostow, quando aponta de forma etapista o processo pelo qual as distintas sociedades atingem a “era do consumo em massa” e o Estado de bem-estar social. Todos defendendo a superioridade do modelo capitalista de desenvolvimento sobre a experiência alternativa da União Soviética, e a viabilidade de se replicar o modelo de desenvolvimento estadunidense na periferia.

Esta produção teórica guarda traços comuns que a identificam e, de certa forma, dão alguma unidade a estes autores da economia do desenvolvimento. Tais autores – embora também com grande influência da teoria neoclássica – são teoricamente filiados à tradição clássica no que diz respeito ao tratamento da acumulação de capital. Segundo estas formulações, nos países atrasados, de baixa renda *per capita* e baixo nível de

investimento, o contínuo processo de acumulação tenderia a alcançar patamares quantitativamente similares aos dos países considerados desenvolvidos, o que levaria, num ponto futuro e a partir de um receituário básico, à eliminação do atraso.

Essa “pretensa universalidade” do corpo teórico e de suas propostas políticas define fundamentalmente estes autores e, neste sentido específico, Prebisch e Furtado fazem uma crítica à economia do desenvolvimento, pois o caráter universal e genérico do receituário apresentado aos países atrasados é rechaçado enquanto forma concreta de intervenção na realidade. Embora a Cepal, de fato, faça parte da estrutura institucional de organismos multilaterais destinados a coordenar o mundo capitalista sob hegemonia dos EUA, é preciso reconhecer que a comissão, em seus primeiros anos, exerceu um contraponto às teses e políticas mais alinhadas à expansão do poder estadunidense.

Prebisch, assim como a economia do desenvolvimento ortodoxa, combina elementos de análise clássicos e neoclássicos. No entanto, pode-se compreender uma tentativa de crítica interna à teoria neoclássica e, principalmente, uma contraposição à política comercial dos EUA e à inserção subordinada da América Latina na divisão internacional do trabalho. Assim, recorre aos conceitos neoclássicos – por exemplo, elasticidade-renda da demanda, produtividade marginal, fatores e funções de produção etc. – para questionar a convergência de rendas através da especialização produtiva, ou o princípio da substituição dos fatores de produção de acordo com sua disponibilidade, ou ainda o equilíbrio com pleno emprego e a mobilidade de fatores na economia mundial. Restringe-se, contudo, à crítica keynesiana e sua teoria dos ciclos, sem avançar para uma crítica radical da teoria neoclássica ou para um rompimento com a visão de mundo burguesa sobre o conflito distributivo capital-trabalho.

Com o conceito de sistema centro-periferia, Prebisch produz uma primeira distinção das economias nacionais no sistema mundial – embora ainda atrelado à ideia de progresso – subsidiando uma ação afirmativa das burguesias industriais latino-americanas em ascensão e abrindo caminho à crítica da economia do desenvolvimento. A constatação empírica da deterioração dos termos de troca, percebida quando Prebisch dirigia o banco central argentino, levou-o a investigar e tentar dar fundamento teórico à queda secular dos preços dos produtos primários exportados pela América Latina.

Baseando-se na dinâmica cíclica da economia mundial, observou as consequências distintas das flutuações cíclicas para o centro e a periferia, formalizando uma primeira crítica à convergência dos níveis de renda dos países, concluindo que

havia uma transferência dos frutos do progresso técnico da periferia para o centro. Embora seja frágil enquanto teoria, o argumento da deterioração dos termos de troca subsidiou uma postura política de negação do modelo primário-exportador com especialização produtiva, criticando a divisão internacional do trabalho e legitimando a industrialização periférica.

Tendo a América Latina como ponto de observação, a Cepal caminhou num sentido de superação da perspectiva linear da história, rompendo parcial e progressivamente com a economia do desenvolvimento, especialmente com a conceituação do sistema centro-periferia e do subdesenvolvimento. Coube a Furtado elaborar uma análise histórica do subdesenvolvimento. Partindo de Prebisch e da economia do desenvolvimento, Furtado vai historicizar esta categoria, recorrendo aos estudos da controvérsia sobre a formação econômica do Brasil. Conjugando a perspectiva histórica dos intérpretes do Brasil com a economia do desenvolvimento e a análise da Cepal, Furtado alcança uma nova síntese teórica, expressa no método histórico-estrutural. Daí a formação de sua teoria do subdesenvolvimento – conservando parcialmente, negando alguns elementos e superando a economia do desenvolvimento e o sistema centro-periferia de Prebisch.

Este processo se desenrola nos anos 1950, quando Furtado paulatinamente se diferencia e ganha autonomia teórica, avançando sobre algumas hipóteses empíricas lançadas por Prebisch. Furtado vai além, pois tem sua análise econômica fundada na categoria excedente, o que lhe permite se distanciar mais do que Prebisch da teoria neoclássica. Por outro lado, transcendendo a própria ciência econômica, Furtado incorpora as dimensões histórica, social e política em suas formulações – algo que Prebisch só faria nos anos 1970, em muito influenciado pelo próprio Furtado.

É evidente que também em Furtado vigora o ecletismo, que mistura elementos da economia política clássica e da teoria neoclássica, marca incontestada dos autores aqui tratados e que pode ter sua origem apontada na influência de Keynes, em sua definição de "economia clássica". Este ecletismo se explicita na imprecisão conceitual sobre a teoria do valor, na definição de lucro e na formação dos salários, oscilando entre a postura clássica e a neoclássica. No entanto, ao seguir a ótica da produção e adotar a categoria excedente, Furtado consegue ampliar seu horizonte de análise, fundado na produção, apropriação e utilização do excedente econômico. O que lhe permite captar a

disputa entre as classes e seu caráter histórico, sociológico e político – caminho por onde entram Marx, Pirenne, Weber e Mannheim em sua formulação teórica.

Antes de tudo, Furtado historiciza o subdesenvolvimento, rumando da análise quantitativa e etapista para outra qualitativa e histórica, rompendo parcialmente com a perspectiva do atraso e a ideologia do progresso. Nesta sua primeira formalização da teoria do subdesenvolvimento, no livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, o rompimento é somente parcial, pois reproduz o etapismo em outro plano: identifica distintos graus e etapas de subdesenvolvimento, passando do simples ao complexo. Isto implica uma visão linear de evolução das estruturas subdesenvolvidas. Ou seja, o autor parece bifurcar a história do sistema mundial capitalista, abrindo uma trajetória paralela de subdesenvolvimento para teorizar sobre os países latino-americanos.

Trabalhando dentro de seu limite histórico e ideológico, Furtado não vai propor qualquer tipo de ruptura radical com o sistema capitalista. Ao contrário, partindo de uma visão de mundo pequeno-burguesa, vai se identificar e defender os interesses da burguesia industrial brasileira, entendida como portadora do progresso social. Fica nítida a posição do autor quando vê na industrialização e na ascensão da burguesia industrial ao comando dos centros de decisão política – leia-se, ao comando do Estado – um elemento de superação da antiga sociedade agro-exportadora, pondo fim ao sistema econômico colonial. Sendo parte da burocracia estatal e atuando nos principais postos do Estado, Furtado vai defender o controle estatal sobre o planejamento da economia, conjugando uma visão weberiana da burocracia estatal em sua racionalidade superior, com a proposta de Mannheim de uma formulação teórica visando ampliar sua capacidade de intervenção na realidade. O reformismo redistributivista, que apóia a industrialização com maior participação econômica e política da classe trabalhadora, afirma-se como seu horizonte e limite ideológico.

Nos anos 1950, a defesa intransigente da industrialização como via de superação da condição periférica e do subdesenvolvimento, expressava o interesse das burguesias industriais e dos governos dos maiores países latino-americanos. Em alguma medida, estes governos adotaram as políticas recomendadas pela Cepal: protecionismo, planejamento estatal, busca da integração regional, recurso ao financiamento externo via instituições internacionais e controle do investimento externo direto. É possível identificar as políticas propostas pela Cepal com o período que perpassa a década de 1950 e, no Brasil, se fecha com o golpe civil-militar de 1964.

Já em 1960, Furtado vai afirmar o esgotamento do processo de industrialização por substituição importações. O fim do impulso dinâmico substitutivo, somado à limitação da inflação como meio de redistribuição de renda em favor dos lucros, leva o autor a concluir pela redução do ritmo de crescimento da economia e pelo aumento das tensões sociais – que, no mais, ele acompanhava de perto, dirigindo a Sudene no Recife, principal foco de ação das Ligas Camponesas. Argumenta, então, pela necessidade de fontes endógenas de dinamismo, calcadas no mercado interno, atingindo seu horizonte e limite ideológico com a proposta das reformas de base.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Não é do passado, mas unicamente do futuro,
que a revolução social pode colher a sua poesia.*

Karl Marx, *O 18 de Brumário de Luís
Bonaparte*

*Só o impossível acontece
O possível apenas se repete*

Chacal

De acordo com o método de história do pensamento aqui utilizado, pretendeu-se apontar como a base analítica da teoria se relaciona intimamente com a história e com os conflitos político-ideológicos da época. Tais fatos condicionam a produção teórica e ficam explícitos nas proposições concretas de políticas para o desenvolvimento derivadas da teorização de cada autor. Também não se toma aqui a história do pensamento como uma via única de consensos, com caráter cumulativo, mas, ao contrário, busca-se identificar as controvérsias estabelecidas e as rupturas teóricas empreendidas por determinados autores.

Partindo de uma visão de conjunto da obra de Celso Furtado, em perspectiva de totalidade estruturada, buscou-se extrair o sentido de formação de sua teoria do subdesenvolvimento. Este processo tem início no período entre 1945 e 1961, quando o autor se insere em duas importantes controvérsias da história do pensamento econômico brasileiro e latino-americano. A análise das controvérsias visa relacionar o autor às fontes de seu pensamento, além de mostrar como procede à superação, alcançando uma síntese própria ao final dos anos 1950, com a publicação de *Formação Econômica do Brasil* (1959) e *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961).

A primeira incursão de Furtado na história econômica do Brasil aparece em 1948 em sua tese de doutorado sobre *A Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII*, quando segue passo a passo as principais interpretações vigentes, em particular as de Roberto Simonsen e Caio Prado Júnior. Sua ida para a Cepal significou uma mudança de rumo, com progressiva diferenciação frente suas fontes originais. A controvérsia estabelecida é fundadora da historiografia econômica brasileira e envolve autores com visões de mundo e métodos de análise distintos.

Roberto Simonsen representou o papel de intelectual orgânico da burguesia industrial brasileira em ascensão ao poder, participando ativamente de seus aparelhos privados de hegemonia e do aparelho de Estado formado após a centralização política do Estado Novo. Produziu uma interpretação do Brasil a partir da história dos ciclos de produção, sob a visão de mundo dos proprietários dos meios de produção. Caio Prado adotou nos anos 1930 o ponto de vista da classe trabalhadora, atuando junto ao Partido Comunista Brasileiro e seus órgãos de formação política e divulgação, produzindo uma interpretação marxista do Brasil, pautada pelo desenvolvimento das forças produtivas e pela análise das lutas de classe em cada momento histórico. Entre estas duas posições teórico-políticas situa-se o pensamento e a prática de Furtado, com inserção social junto à burocracia estatal e visão de mundo pequeno-burguesa, produzindo uma interpretação estruturalista da formação econômica do Brasil, fundada no método histórico-estrutural de origem cepalina.

Pode-se dizer que a principal fonte de Furtado para a interpretação do Brasil é Caio Prado, fato evidente em sua tese de doutorado, quando utiliza de forma preponderante os conceitos de economia colonial e sentido da colonização. A influência de Simonsen restringe-se a adoção dos ciclos de produção como balizamento da história econômica brasileira, além do recurso constante aos dados produzidos e sistematizados por ele. A princípio estreitamente vinculado aos dois autores, Furtado vai se afastando e ganhando autonomia teórica pela inserção de elementos de análise da economia do desenvolvimento e da economia política da Cepal. A intervenção simultânea nas duas controvérsias serviu de base concreta à formação de sua teoria do subdesenvolvimento.

A controvérsia internacional que Furtado participa sobre os países atrasados, periféricos, subdesenvolvidos ou dependentes, se desenrolou, num primeiro momento, entre autores da economia do desenvolvimento e da Cepal – se desdobrando posteriormente. A característica específica desta controvérsia reside no fato destes

autores terem uma inserção social muito similar, ligada ao aparelho de Estado e aos organismos multilaterais, em especial a ONU. No entanto, por estarem situados em países com posições opostas no sistema mundial, expressam também pontos de vista diferentes. Representam, no debate internacional, o interesse das burguesias industriais em sua disputa por afirmação – interesse particular alçado à condição de interesse geral da nação, com o avanço da industrialização na América Latina.

A economia do desenvolvimento, partindo de um ponto de vista das instituições anglo-americanas, construiu uma interpretação linear e etapista do processo histórico de desenvolvimento, afirmando o atraso das economias latino-americanas e a possibilidade de sua superação pela replicação do modelo de desenvolvimento dos EUA. Os membros da Cepal, embora fazendo parte da institucionalidade criada para operar a hegemonia estadunidense, empreenderam uma resistência inicial de grande importância na América Latina. Os primeiros documentos redigidos por Raúl Prebisch se opuseram tanto à visão teórica do progresso linear e convergente das trajetórias de desenvolvimento, como se opuseram também às práticas comerciais dos EUA. Tateando uma construção teórica que explicasse a deterioração dos termos de intercâmbio que observou empiricamente em sua atuação política junto aos bancos centrais da região, Prebisch formulou o sistema centro-periferia. Muito influenciado pela teoria dos ciclos de corte keynesiano, acabou produzindo uma crítica relevante ao etapismo da ideologia do progresso, embora mantendo a defesa do desenvolvimento capitalista e uma visão de mundo burguesa.

Inicialmente, Furtado segue de perto as proposições da economia do desenvolvimento e, principalmente, de Prebisch, embora não se confunda com ele. Percorre um caminho de autonomização crescente ao longo dos anos 1950, para enfim alcançar uma síntese própria na teoria do subdesenvolvimento. Recorrendo a elementos de análise dos intérpretes do Brasil – como o conceito de economia colonial de Caio Prado, utilizado em detrimento do conceito de periferia de Prebisch – e da economia política clássica, da sociologia e da história econômica, Furtado produz uma interpretação da formação histórica das estruturas subdesenvolvidas. Isto é, historiciza a categoria subdesenvolvimento e lhe confere uma dimensão sociológica, política e cultural, além de estritamente econômica. Algo que é feito com base na análise da produção, apropriação e utilização do excedente, e de seu vínculo com a disputa pelo controle dos centros de decisão política, em particular o Estado.

Reproduz uma história econômica da formação do capitalismo industrial europeu baseada nas categorias da economia política clássica, com a integração comercial garantindo a expansão do mercado, a maior divisão do trabalho e o aumento de produtividade. Traça os momentos de mudança no desenvolvimento das forças produtivas e nas lutas de classe pelo controle do processo de acumulação de capital – dependendo da inserção social das classes dominantes há formas distintas de produção, apropriação e utilização do excedente. Ponto fundamental é a virada entre o impulso externo, de fora para dentro, como elemento dinâmico nas economias comerciais; para o impulso endógeno de crescimento das economias industriais, quando haveria um crescimento automático da economia a partir do mecanismo de desenvolvimento com ampliação do mercado interno – ponto passível de crítica quanto à naturalização do processo de industrialização.

Esta análise é replicada no estudo da formação econômica do Brasil e da América Latina, embora aponte rumos distintos para as trajetórias de desenvolvimento. Assim, pode-se identificar uma contradição na interpretação do autor sobre o subdesenvolvimento, na medida em que tenta extrair de uma análise apoiada na divisão do trabalho e na especialização produtiva como fontes de aumentos de produtividade no capitalismo europeu, a crítica desta mesma divisão internacional do trabalho e da especialização como deletérias ao desenvolvimento latino-americano. O que o conduz a reproduzir parcialmente o etapismo típico da economia do desenvolvimento ortodoxa, elaborando graus de subdesenvolvimento com base no avanço da industrialização.

A identidade entre desenvolvimento e industrialização expressa uma posição ideológica de apoio à burguesia industrial e, em alguma medida, de apego ao progresso linear da história, projetando no desenvolvimento clássico o futuro dos países subdesenvolvidos. Em fase posterior da obra, de reformulação da teoria do subdesenvolvimento, analisando a dimensão cultural o autor problematizará esta questão, embora nunca alcance superá-la. Este limite de classe também se expressa na imprecisão com que conceitua valor, lucro e salário, gerando uma mistificação em torno à disputa pelo excedente, que inviabiliza a tomada de posição mais radical em sua crítica ao capitalismo.

A partir de uma inserção social na burocracia estatal e com uma visão de mundo pequeno-burguesa, pautado, portanto, pelo horizonte histórico e ideológico da burguesia, Furtado atinge seu limite com a proposta das reformas de base. Planejamento

da industrialização e distribuição de riqueza e renda comandados pelo Estado são as bandeiras defendidas na intenção que promover a coalizão de interesses entre burguesia e trabalhadores. A solidariedade de classes típica da ideologia nacional-desenvolvimentista expressa esta intenção e serve de legitimação da ascensão da burguesia industrial brasileira e latino-americana ao poder.

A execução do planejamento via Plano de Metas na segunda metade dos anos 1950 teria representado o controle dos centros de decisão pela burguesia industrial, sendo o auge do nacional-desenvolvimentismo no Brasil. Momento imediatamente anterior a sua crise, com a progressiva internacionalização do capital invadindo o mercado interno brasileiro e subordinando os interesses da burguesia nacional. Se a entrada de capital estrangeiro viabilizou o Plano de Metas, foi ao mesmo tempo o ovo da serpente que controlaria paulatinamente o processo de acumulação de capital no Brasil. A crescente associação entre capitais nacionais e estrangeiros inviabilizaria o projeto nacional-desenvolvimentista, levando-o à derrocada, na crise que se estende pelos primeiros anos da década de 1960 e se consuma no golpe civil-militar de 1964.

Por outro lado, ao tentar dar precisão conceitual ao subdesenvolvimento, Furtado se contrapõe ao pleno domínio da hegemonia dos EUA no sistema mundial. Não mais tratado como uma questão de atraso temporal e quantitativo, mas como uma questão histórico-estrutural – uma trajetória histórica qualitativamente distinta de desenvolvimento, cujas características estruturais seriam pautadas pelo processo de difusão do sistema capitalista mundial –, o subdesenvolvimento seria, então, parte integrante da estrutura do sistema, onde se observa uma tendência à concentração de renda, não só dentro dos Estados nacionais, mas também no plano do sistema mundial.

Razão pela qual critica a especialização produtiva com base nas vantagens comparativas, a abertura da economia nacional ao capital estrangeiro e a modernização das sociedades ditas atrasadas tomando como modelo ou tipo ideal a civilização industrial estabelecida originalmente na Europa e depois consolidada em novas bases nos EUA. Estas são apontadas como elementos perpetuadores da dependência, o que o levaria a concluir, em 1974, que o desenvolvimento econômico, tal como proposto e teorizado pela economia do desenvolvimento, se apresentaria como um mito. Os países subdesenvolvidos seriam histórica e estruturalmente dependentes dos países desenvolvidos, de forma que esta dependência tenderia a se reproduzir no tempo em caráter polarizante, e não como trajetórias convergentes. O desenvolvimento industrial

de um país subdesenvolvido seria pautado pela dependência tecnológica e pela transferência contínua de excedente no sentido periferia-centro, o que levaria ao enfraquecimento da acumulação de capital.

Partindo de sua construção teórica, conclui-se que a polaridade desenvolvimento-subdesenvolvimento é constitutiva do sistema capitalista mundial. Assim, embora seja possível a superação do subdesenvolvimento por um Estado nacional individualmente considerado, esta superação não seria acessível a todos os países do sistema. A percepção da competição entre Estados nacionais pela apropriação do excedente, e de sua tendência à concentração, também se torna fundamento das proposições políticas da ideologia nacional-desenvolvimentista. Embora não busque o rompimento das relações capitalistas, é nítida na argumentação de Furtado a esperança de que as reformas institucionais estabelecessem um modelo alternativo de desenvolvimento.

Se, na literatura acadêmica anglo-americana, a possibilidade de promover a “decolagem” dos países atrasados havia se tornado ponto pacífico; na periferia do sistema capitalista mundial tornava-se evidente a inadequação do corpo teórico utilizado e deslocava-se a controvérsia a partir da teoria do subdesenvolvimento. Daí em diante seu eixo giraria em torno dos elementos histórico-estruturais, sejam eles do sistema capitalista mundial ou internos às economias subdesenvolvidas. Particularmente no que concerne ao pensamento econômico brasileiro, na obra de Furtado se apóiam e se ramificam diversas outras controvérsias de grande impacto sobre a sociedade brasileira.

Nos anos entre 1962 e 1974 seriam expostos os limites da teoria do subdesenvolvimento, que passaria por um refluxo crítico nas controvérsias sobre o modelo de desenvolvimento, a dependência e a transição ao sistema industrial no Brasil. Em meados dos anos 1970, num contexto de crise da hegemonia dos EUA, o autor reformularia sua teoria a partir de outras duas importantes controvérsias: uma sobre a relação entre Estado nacional e sistema mundial, com foco nas questões do poder e da moeda; e outra sobre a relação entre cultura e desenvolvimento, questionando a capacidade de transformação social dos valores burgueses nos países dependentes, tomando o processo de acumulação de capital enquanto um fim em si mesmo, e não como um meio para plena realização das potencialidades criativas de uma determinada cultura.

Cabe ressaltar a coerência de Furtado entre suas formulações teóricas e suas ações práticas. De fato, a teoria do subdesenvolvimento serviu de base para sua intervenção política, especialmente nas passagens que teve pelo governo brasileiro. Em 1959, quando debatia as características da formação histórica brasileira e concluía pelas crescentes desigualdades regionais no livro *Formação Econômica do Brasil*, criou e comandou a Sudene. A controvérsia internacional sobre a possibilidade do desenvolvimento econômico da América Latina leva o autor a concluir, em 1961, no livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, pela necessidade do planejamento, e inaugura, em 1962, o ministério extraordinário do planejamento econômico. Após vinte anos de exílio, o retorno ao país ocorre em meio ao debate sobre a dependência cultural, logo em seguida à publicação de *Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise*, de 1984, e o autor assumiria o recém criado ministério da cultura em 1986.

Ao longo dos anos 1980, o reflexo da crise da hegemonia dos EUA e sua tentativa de recuperação atingiriam as economias latino-americanas. As mudanças no padrão monetário internacional, nos fluxos de capital e nos preços relativos do comércio internacional lançaram estas economias em profundas crises de endividamento, desequilíbrio externo, instabilidade da moeda nacional e inflação crônica. As formulações desenvolvimentistas perdem fôlego, sendo possível identificar a crise do desenvolvimentismo com a crise da hegemonia da burguesia industrial no Brasil e em parte da América Latina. Na realidade, o desenvolvimentismo foi a ideologia da burguesia industrial e acompanhou seu processo histórico de ascensão, legitimação, crises periódicas e declínio relativo.

Os anos 1990 afirmariam o neoliberalismo no Brasil, expressando a mudança na correlação de forças entre as frações do capital, quando a fração rentista do capital financeiro assume o comando do processo de acumulação, subordinando os interesses do capital industrial e do capital agrário. A partir de então se consolida a hegemonia do capital financeiro, com suas políticas de estabilidade monetária, juros elevados, privatização, abertura comercial e financeira etc, prescritas pelo consenso de Washington. Em meados da década de 2000 observa-se a reivindicação de posturas novo-desenvolvimentistas no país e as posições políticas se polarizam após a crise mundial de 2008.

Enquanto o nacional-desenvolvimentismo dos anos 1950 se colocou ao lado da burguesia industrial no momento de sua consolidação no poder, alcançando alguns

avanços sociais e atingindo seu limite com a proposta das reformas de base; o atual novo-desenvolvimentismo se coloca ao lado da burguesia industrial em seu momento de crise. Se o nacional-desenvolvimentismo consolidou a hegemonia do capital industrial sobre o capital agrário e viu o potencial transformador da burguesia nacional ser atropelado pela internacionalização do capital, por fim se associando; o novo-desenvolvimentismo surge com uma aparente defesa do capital industrial frente à fração rentista, num momento de plena associação entre os dois na forma do capital financeiro, alcançando seu limite na política de desenvolvimento industrial com base no mercado interno de consumo de massa.

Reivindicar a modernização da sociedade brasileira pelo avanço da industrialização e pela difusão das formas de consumo significa ater-se ao horizonte utópico da burguesia, reproduzindo em escala ampliada a dependência. Se no passado esta proposta encontrou rapidamente seus limites, repeti-la no presente não abre novas perspectivas. Diante de outro contexto histórico, momento distinto do movimento de longa duração da formação da sociedade brasileira, com um patamar diferente de desenvolvimento das forças produtivas e com nova correlação de forças sociais em disputa, reproduzir certas ideias e certos ideais pode conduzir a trajetórias conservadoras no campo aberto das posições políticas.

Marx já alertou que a história se faz como tragédia e se repete como farsa, dando a deixa para a construção de uma nova utopia: não é do passado, mas unicamente do futuro, que a revolução social pode colher a sua poesia. Evidentemente que a interpretação crítica do passado e o recurso às fontes de pensamento são momentos indispensáveis à construção do novo, mas essa construção só pode ser feita com uma perspectiva futura de superação do velho. Diante da crise da civilização industrial e da necessidade de ampliar o horizonte utópico, vale lembrar o poema-advertência de Chacal quando diz: só o impossível acontece, o possível apenas se repete... se repete... se repete... E ater-se ao horizonte possível da burguesia será sempre optar por uma solução conservadora, repetindo velhos conteúdos em novos figurinos. Talvez nem o horizonte possível da civilização industrial como um todo seja mais passível de defesa, cabendo a identificação e o fortalecimento das novas forças sociais capazes de levar adiante a utopia da revolução e a construção do futuro impossível.

BIBLIOGRAFIA

- AGARWALA, A. & SINGH, S. (orgs.) **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.
- ALENCASTRO, L. F. **Introdução**. In: D'AGUIAR, R. F. (org.) *Formação Econômica do Brasil: edição comemorativa 50 anos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ANDRADE, O. **Manifesto da Poesia Pau-Brasil**. In: _____. *Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª edição, 1978.
- _____. **Manifesto Antropófago**. In: _____. *Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª edição, 1978.
- ARAÚJO, VIANNA & MACAMBIRA (orgs.). **50 anos de Formação Econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.
- ARRIGHI, G. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BAMBIRRA, V. **O Capitalismo Dependente Latino-Americano**. Florianópolis: Insular, [1972] 2012.
- BARAN, P. **Economia Política do Subdesenvolvimento**. In: AGARWALA, A. & SINGH, S. (orgs.). *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, [1952] 1969.
- BARBOSA, A. **O Anti-herói Desenvolvimentista**. In: *Revista Novos Estudos Cebrap*, Ed. 94, nov. 2012.
- BASTOS, C. P. & GALARZA, J. **O Debate do Desenvolvimento na Tradição Heterodoxa Brasileira**. *Revista de Economia Contemporânea*, volume 13, n. 2. Instituto de Economia/UFRJ, Maio-Agosto, 2009.
- BELLUZZO, L. G. & COUTINHO, R. (orgs.) **Desenvolvimento Capitalista no Brasil – ensaios sobre a crise**. v.1. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BIELSCHOWSKY, P. **Crescimento, distribuição de Renda e Progresso Técnico: a controvérsia sobre os padrões de acumulação**. In: MALTA, M. (coord.). *Ecos do Desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA / Centro Celso Furtado, 2011.
- BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 4ª edição, [1988] 2000.
- _____. **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL – uma resenha**. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 2000.
- _____. **Celso Furtado e o Pensamento Econômico Latino-Americano**. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. & REGO, J. M. *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Editora 34, 2001
- _____. **As Contribuições de Celso Furtado ao Estruturalismo e sua Atualidade**. In: SABOIA, J. & CARVALHO, F. C. (orgs.). *Celso Furtado e o século XXI*. Rio de Janeiro: Instituto de Economia/UFRJ, 2007.

- _____. **Prebisch e Furtado.** In: PREBISCH, R. *O Manifesto Latino-Americano e Outros Ensaio*s. Rio de Janeiro: Contraponto e Centro Internacional Celso Furtado, 2011.
- BIELSCHOWSKY, R. & MUSSI, C. **O Pensamento Desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005.** Brasília: CEPAL, 2005.
- BORJA, B. **O Sentido da Tecnologia: a Teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado.** Dissertação de mestrado, Instituto de Economia/UFRJ, 2008.
- _____. **Celso Furtado e a Cultura da Dependência.** Revista Oikos, volume 8, n.2. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.
- _____. **Para a Crítica da Economia do Desenvolvimento: a inserção de Celso Furtado na controvérsia internacional.** In: MALTA, M. (coord.). *Ecos do Desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro.* Rio de Janeiro: IPEA / Centro Celso Furtado, 2011.
- _____. **Notas sobre a Dimensão Cultural na Obra de Celso Furtado.** In: D'AGUIAR, R. F. (org.) *Celso Furtado e a Dimensão Cultural do Desenvolvimento.* Rio de Janeiro: E-papers e Centro Internacional Celso Furtado, 2013.
- BRAUDEL, F. **A Dinâmica do Capitalismo.** Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Interpretações sobre o Brasil.** In: LOUREIRO, M. R. (org.) *50 anos de Ciência Econômica no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.
- _____. **Celso Furtado: o desenvolvimento como missão.** In: SABOIA, J. & CARVALHO, F. C. (orgs.). *Celso Furtado e o século XXI.* Rio de Janeiro: Instituto de Economia/UFRJ, 2007.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. e REGO, J. M. (orgs.) **A Grande Esperança em Celso Furtado.** São Paulo: Editora 34, 2001.
- BUKHARIN, N. **O Imperialismo e a Economia Mundial.** Rio de Janeiro: Editora Laemmert, [1916] 1969.
- BURGUEÑO, O. & RODRÍGUEZ, O. **Desenvolvimento e Cultura.** In: BRESSER-PEREIRA, L. C. & REGO, J. M. *A grande esperança em Celso Furtado.* São Paulo: Editora 34, 2001
- CANDIDO, A. **Literatura e Cultura de 1900 a 1945.** In: _____. *Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária.* São Paulo: Ed. Nacional, 6ª edição, 1980.
- CANDIDO, A. & CASTELLO, J. A. **Presença da Literatura Brasileira. III. Modernismo.** São Paulo e Rio de Janeiro: Difel, 5ª edição, 1975.
- CARDOSO, F. H. **As Idéias e seu Lugar – ensaios sobre as teorias do desenvolvimento.** Petrópolis: Editora Vozes / Cebrap, 1980.
- _____. **A Originalidade da Cópia: a Cepal e a ideia de desenvolvimento.** In: _____. *As Idéias e seu Lugar – ensaios sobre as teorias do desenvolvimento.* Petrópolis: Editora Vozes / Cebrap, [1977] 1980.
- _____. **A Dependência Revisitada.** In: _____. *As Idéias e seu Lugar – ensaios sobre as teorias do desenvolvimento.* Petrópolis: Editora Vozes / Cebrap, [1972] 1980.

- _____. **Prefácio.** In: COELHO, F. & GRANZIERA, R. (orgs.) *Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas, 2009.
- CARDOSO, F. H. & FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 7ª edição, [1970] 1984
- CARDOSO DE MELLO, J. M. **O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira.** São Paulo: Editora Brasiliense, 5ª edição, [1975] 1986.
- CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em Crise: a economia brasileira no último quarto do século XX.** São Paulo: Editora UNESP / IE-Unicamp, 2002.
- CARONE, E. **Seleção, notas e bibliografia.** In: SIMONSEN, R. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.
- CASTELO, R. **O Novo-Desenvolvimentismo e a Decadência Ideológica do Estruturalismo Latino-Americano.** In: _____. (org.). *Encruzilhadas da América Latina no Século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.
- _____. **Presença de Florestan: subdesenvolvimento, capitalismo dependente e revolução no pensamento econômico brasileiro.** In: MALTA, M. (coord.). *Ecossistema do Desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA / Centro Celso Furtado, 2011.
- _____. **Carlos Nelson Coutinho e a Controvérsia sobre o Neoliberalismo.** In: BRAZ, M. (org.). *Carlos Nelson Coutinho e a Renovação do Marxismo no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- CASTRO, A. B. **O Modelo Histórico Latino-Americano. Uma tentativa de sistematização de sua estruturação e dinâmica interna.** In: _____. *7 ensaios sobre a economia brasileira*, v. 1. Rio de Janeiro: Forense, [1967] 1969.
- _____. **7 ensaios sobre a economia brasileira**, volume 1. Rio de Janeiro: Forense, 1969.
- COELHO, F. & GRANZIERA, R. **Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil – edição comemorativa dos 50 anos de publicação 1959-2009.** São Paulo: Atlas, 2009.
- COUTINHO, C. N. **A dualidade de poderes. Introdução à teoria marxista de Estado e revolução.** São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª edição, 2007.
- _____. **A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Júnior.** In: _____. *Cultura e Sociedade no Brasil – ensaios sobre idéias e formas*. São Paulo: Expressão Popular, 4ª edição, [1988] 2011.
- _____. **Cultura e Sociedade no Brasil – ensaios sobre idéias e formas.** São Paulo: Expressão Popular, 4ª edição, 2011.
- COUTO, J. M. **O Pensamento Desenvolvimentista de Raúl Prebisch.** In: *Economia e Sociedade*, Campinas, v.16, n.1 (29), p.45-64, abr. 2007.
- D'AGUIAR, R. F. **Apresentação.** In: D'AGUIAR, R. F. (org.) *Formação Econômica do Brasil: edição comemorativa 50 anos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

- ELLIS, H. & WALLICH, H. (orgs.). **Desenvolvimento Econômico para a América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.
- ERBER, F. S. **Celso Furtado e as convenções do desenvolvimento**. In: SABOIA, J. & CARVALHO, F. C. (orgs.), *Celso Furtado e o século XXI*. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.
- _____. **As Convenções de Desenvolvimento no Governo Lula: um ensaio de economia política**. In: *Revista de Economia Política*. São Paulo: vol.31, nº 1 (121), janeiro-março/2011
- FIORI, J. L. **O Vôo da Coruja. Para reler a crise do desenvolvimentismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, [1984] 2003.
- _____. (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- _____. **De volta à questão da riqueza de algumas nações**. In: FIORI, J. L. (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- _____. **A Propósito de uma "Construção Interrompida"**. In: TAVARES, M. C. (org.) *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- _____. (org.) **O Poder Americano**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- _____. **Formação, Expansão e Limites do Poder Global**. In: FIORI, J. L. (org.) *O Poder Americano*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004a.
- _____. **O Poder Global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites**. In: FIORI, J. L. (org.) *O Poder Americano*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004b.
- _____. **O Poder Global e a Nova Geopolítica das Nações**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- FIORI, J. L. & TAVARES, M. C. (orgs.) **Poder e Dinheiro – uma economia política da globalização**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. & SERRANO, F. **O Mito do Colapso do Poder Americano**. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 2008.
- FONSECA, P. C. D. **Gênese e Precusores do Desenvolvimentismo no Brasil**. In: *Pesquisa & Debate*. São Paulo, v.15, n.2, 2004.
- _____. **Os Dois "Prebischs"**. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, v.20, n.3 (43), p.695-700, dez. 2011.
- _____. **A Revolução de 1930 e a Economia Brasileira**. In: *Economia*. Brasília, v.13, n.3b, p.843–866, set/dez 2012
- _____. **Desenvolvimentismo: a construção do conceito**. *Mimeo*. 2013.
- FRANK, A. G. **Desenvolvimento do Subdesenvolvimento Latino-Americano**. In: PEREIRA, L. (org.). *Urbanização e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1966] 1969.
- FURTADO, A. T. **As Contribuições de Caio Prado Júnior à Formação Econômica do Brasil**. In: COELHO, F. & GRANZIERA, R. (orgs.). *Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas, 2009.

- FURTADO, C. **Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII**. São Paulo: Editora Hucitec / Abphe, [1948] 2001.
- _____. **Características Gerais da Economia Brasileira**. In: Revista Brasileira de Economia, vol. 4, n.1, p.7-37. Rio de Janeiro, 1950.
- _____. **Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico**. In: AGARWALA, A. & SINGH, S. (orgs.). *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, [1952] 1969.
- _____. **A Economia Brasileira (contribuição à análise do seu desenvolvimento)**. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1954.
- _____. **O Desenvolvimento Econômico (ensaio de interpretação histórico-analítica)**. In: *Econômica Brasileira*. Rio de Janeiro, n.1, v.1, jan-mar, 1955.
- _____. **Uma Economia Dependente**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.
- _____. **Comentários sobre estudos do Professor Rosenstein-Rodan**. In: ELLIS, H. & WALLICH, H. (orgs.). *Desenvolvimento Econômico para a América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, [1957] 1964.
- _____. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 31ª edição, [1959] 2003.
- _____. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.
- _____. **A Pré-Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- _____. **Dialética do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- _____. **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- _____. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, [1967] 1983.
- _____. **Análise do “Modelo” Brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- _____. **As Aventuras de um Economista Brasileiro**. In: *Obra Autobiográfica de Celso Furtado*, tomo II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1972] 1997.
- _____. **A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- _____. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. **Prefácio a Nova Economia Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. **Criatividade e Dependência na Civilização Industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. **A Nova Dependência (dívida externa e monetarismo)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. **Cultura e Desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- _____. **A Fantasia Organizada**. In: *Obra Autobiográfica de Celso Furtado*, tomo I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1985] 1997.

- _____. **A Fantasia Desfeita.** In: *Obra Autobiográfica de Celso Furtado*, tomo II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1989] 1997.
- _____. **Entre inconformismo e reformismo.** In: *Revista de Economia Política*, vol. 9, n.4, p.6-28, outubro-dezembro, 1989.
- _____. **O Subdesenvolvimento Revisitado.** In: *Economia e Sociedade*, agosto/1992.
- _____. **A invenção do subdesenvolvimento.** In: *Revista de Economia Política*, vol. 15, n.2, p.5-9, abril-junho, 1995.
- _____. **Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- _____. **Economia do Desenvolvimento: curso ministrado na PUC-SP em 1975.** Rio de Janeiro: Contraponto e Centro Internacional Celso Furtado, 2008.
- GOLDMAN, L. **Dialética e Cultura.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª edição, [1956] 1979.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere. Volume 3. Maquiavel: sobre o Estado e a política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª edição, 2002.
- _____. **Cadernos do Cárcere. Volume 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª edição, 2004.
- GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel – as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci.** Porto Alegre: L&PM, 4ª edição, 1986.
- _____. **O conceito de hegemonia em Gramsci.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 4ª edição, 2000.
- GUILLÉN, A. **A necessidade de uma estratégia alternativa de desenvolvimento no pensamento de Celso Furtado.** In: SABOIA, J. & CARVALHO, F. C. (orgs.). *Celso Furtado e o século XXI.* Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.
- GURRIERI, A. **A Economia Política de Raúl Prebisch.** In: PREBISCH, R. *O Manifesto Latino-Americano e Outros Ensaios.* Rio de Janeiro: Contraponto e Centro Internacional Celso Furtado, [1982] 2011.
- HOBBSBAWM, E. **Era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- HOLLANDA, H. B. & GONÇALVES, M. **Cultura e Participação nos anos 60.** São Paulo: Brasiliense, 9ª edição, [1982] 1994.
- HILFERDING, R. **O Capital Financeiro.** São Paulo: Nova Cultural, [1910] 1985.
- IASI, M. **Caio Prado Júnior: sentido, trilhas e caminhos da revolução brasileira.** In: PINHEIRO, M. (org.). *Caio Prado Júnior: história e sociedade.* Salvador: Quarteto, 2011.
- IGLÉSIAS, F. **Celso Furtado, pensamento e ação.** In: _____. *História e Ideologia.* São Paulo: Perspectiva, 1981.
- _____. **Um historiador revolucionário.** In: IGLÉSIAS, F. (org.). *Caio Prado Júnior – história.* São Paulo: Ática, 1982.
- LENIN, V. I. **As Três Fontes e as Três Partes Constituintes do Marxismo.** São Paulo: Expressão Popular, [1913] 2006.

- LESSA, C. **Quinze anos de política econômica**. São Paulo: Brasiliense, 4ª edição, [1964] 1983.
- LESSA, C. & DAIN, S. **Capitalismo Associado: algumas referências para o tema Estado e desenvolvimento**. In: BELLUZZO, L. G. & COUTINHO, R. (orgs.) *Desenvolvimento Capitalista no Brasil – ensaios sobre a crise*. v.1. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LEWIS, W. A. **O Desenvolvimento Econômico com Oferta Ilimitada de Mão-de-obra**. In: AGARWALA, A. & SINGH, S. (orgs.) *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, [1954] 1969.
- _____. **Modernização dos Consumidores**. In: PEREIRA, L. (org.) *Subdesenvolvimento e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976a.
- _____. **Problemas “Sociais” do Desenvolvimento**. In: PEREIRA, L. (org.) *Subdesenvolvimento e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976b.
- LOVE, J. **Furtado e o Estruturalismo**. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. & REGO, J. M. *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Editora 34, 2001
- LÖWY, M. **Método Dialético e Teoria Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª edição, [1975] 1985.
- _____. **As Aventuras de Karl Marx Contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 9ª edição, 2009.
- LUKÁCS, G. **Arte e Sociedade. Escritos estéticos 1932-1967**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- KONDER, L. **O que é Dialética**. São Paulo: Brasiliense, 17ª edição, 1987.
- MALLORQUIN, C. **Celso Furtado: um retrato intelectual**. São Paulo: Xamã; Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- MALTA, M. (coord.). **Ecos do Desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA / Centro Celso Furtado, 2011.
- MALTA, M. *et alli*. **A História do Pensamento Econômico Brasileiro entre 1964 e 1989: um método para discussão**. In: MALTA, M. (coord.). *Ecos do Desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA / Centro Celso Furtado, 2011.
- MANTEGA, G. **A Economia Política Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 4ª edição, [1984] 1987.
- MARINGONI, G. **O planejador: Roberto Simonsen, indústria e desenvolvimento**. In: TEIXEIRA, A.; MARINGONI, G.; GENTIL, D. *Desenvolvimento: o debate pioneiro de 1944-1945*. Brasília: Ipea, 2010.
- MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e Revolução**. Tradução de Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvêa. Florianópolis: Editora Insular, [1969]2012.
- _____. **Dialética da Dependência**. In: TRASPADINI, R. & STEDILE, J. (orgs.). *Ruy Mauro Marini – vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, [1973] 2005.
- _____. **A Crise Teórica**. In: _____. *América Latina – integração e dependência*. São Paulo: Página Aberta. 1992.

- MARX, K. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2ª edição, [1843] 2010.
- _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, [1844] 2004.
- _____. **Teses sobre Feuerbach**. In: MARX, K. & ENGELS, F. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Expressão Popular, [1845] 2009.
- _____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, [1852] 2011.
- _____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, [1859] 1977.
- _____. **O Capital. Crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 20ª edição, [1867] 2002.
- MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, [1846] 2009.
- _____. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, [1848] 2001.
- MEDEIROS, C. **A “Superação” da Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL: os caminhos da crítica**. Texto para discussão n.91. Rio de Janeiro: UFRJ / Instituto de Economia Industrial, 1986.
- MEDEIROS, C. & SERRANO, F. **Padrões Monetários Internacionais e Crescimento**. In: FIORI, J. L. (org.), *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- MEIER, G. **The Formative Period**. In: MEIER, G. & SEERS, D. (orgs.). *Pioneers in Development*. Oxford University & World Bank, 1985.
- MOORE, B. **As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia**. Lisboa: edições Cosmos, [1967] 1975.
- NABUCO, M. R. **Estado e Projeto Nacional nas obras iniciais de Celso Furtado**. In: TAVARES, M. C. (org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- NETTO, J. P. **Introdução ao Método em Teoria Social**. Mimeo. S/D.
- NETTO, J. P. & BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.
- NURKSE, R. **Alguns Aspectos Internacionais do Desenvolvimento Econômico**. In: AGARWALA, A. & SINGH, S. (orgs.). *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, [1953] 1969.
- _____. **A Teoria do Comércio Internacional e a Política de Desenvolvimento**. In: ELLIS, H. & WALLICH, H. (orgs.). *Desenvolvimento Econômico para a América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, [1957] 1964a.
- _____. **Outros comentários sobre o trabalho do Professor Rosenstein-Rodan**. In: ELLIS, H. & WALLICH, H. (orgs.). *Desenvolvimento Econômico para a América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, [1957] 1964b.
- OLIVEIRA, F. **Crítica à Razão Dualista**. São Paulo: Boitempo Editorial, [1971] 2003.

- _____. **A Navegação Venturosa.** In: _____. *A Navegação Venturosa – ensaios sobre Celso Furtado.* São Paulo: Boitempo Editorial, [1983] 2003.
- _____. **Celso Furtado e o Pensamento Econômico Brasileiro.** In: _____. *A Navegação Venturosa – ensaios sobre Celso Furtado.* São Paulo: Boitempo Editorial, [1986] 2003.
- _____. **Viagem ao Olho do Furacão - Celso Furtado e o desafio do pensamento autoritário brasileiro.** In: _____. *A Navegação Venturosa – ensaios sobre Celso Furtado.* São Paulo: Boitempo Editorial, [1997] 2003.
- _____. **Formação Econômica do Brasil – gênese, importância e influências teóricas.** In: _____. *A Navegação Venturosa – ensaios sobre Celso Furtado.* São Paulo: Boitempo Editorial, [1999] 2003.
- _____. **A Navegação Venturosa – ensaios sobre Celso Furtado.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- PAULA, J. A. **História e Cultura no Pensamento de Celso Furtado.** In: SABOIA, J. & CARVALHO, F. C. (orgs.). *Celso Furtado e o século XXI.* Rio de Janeiro: Instituto de Economia/UFRJ, 2007.
- _____. **A Formação do Mercado Interno e a Superação do Subdesenvolvimento em Celso Furtado.** In: COELHO, F. & GRANZIERA, R. (orgs.). *Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil.* São Paulo: Atlas, 2009.
- PINHEIRO, M. (org.) **Caio Prado Júnior: história e sociedade.** Salvador: Quarteto, 2011.
- PRADO, F. & MEIRELES, M. **Teoria Marxista da Dependência Revisitada: elementos para a crítica ao novo-desenvolvimentismo nos atuais governos de centro-esquerda latino-americanos.** In: CASTELO, R. (org.) *Encruzilhadas da América Latina no Século XXI.* Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.
- PRADO JR., C. **Evolução Política do Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 21ª edição, [1933] 2007.
- _____. **Formação do Brasil Contemporâneo – colônia.** São Paulo: Editora Brasiliense, 23ª edição, [1942] 1995.
- _____. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1945.
- _____. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 12ª edição, [1945] 1970.
- _____. **A Revolução Brasileira.** São Paulo: Editora Brasiliense, 6ª edição, [1966] 1978.
- PREBISCH, R. **O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Principais Problemas.** In: PREBISCH, R. *O Manifesto Latino-Americano e Outros Ensaios.* Rio de Janeiro: Contraponto e Centro Internacional Celso Furtado, [1949] 2011.
- _____. **Crescimento, Desequilíbrio e Disparidades: interpretação do processo de desenvolvimento econômico.** In: PREBISCH, R. *O Manifesto Latino-Americano e Outros Ensaios.* Rio de Janeiro: Contraponto e Centro Internacional Celso Furtado, [1950] 2011.

- _____. **Problemas Teóricos e Práticos do Crescimento Econômico.** In: PREBISCH, R. *O Manifesto Latino-Americano e Outros Ensaio*s. Rio de Janeiro: Contraponto e Centro Internacional Celso Furtado, [1951] 2011.
- _____. **Prefácio.** In: RODRÍGUEZ, O. *Teoria do Subdesenvolvimento da Cepal*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.
- _____. **Cinco Etapas de mi Pensamiento sobre el Desarrollo.** In: *El Trimestre Económico*, México, v.50, n.198, 1983.
- RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação.** São Paulo: Nova Cultural, [1817] 1988.
- RICUPERO, B. **Celso Furtado e o Pensamento Social Brasileiro.** In: *Estudos Avançados* 19 (53), 2005.
- _____. **Sete Lições Sobre as Interpretações do Brasil.** São Paulo: Alameda, 2008.
- _____. **A Aventura Brasileira do Marxista Caio Prado Jr.** In: PINHEIRO, M. (org.) *Caio Prado Júnior: história e sociedade*. Salvador: Quarteto, 2011.
- ROCHA, M. A. **Revolução Brasileira, Dualidade e Desenvolvimento: do nacional-desenvolvimentismo à Escola de Sociologia da USP.** In: MALTA, M. (org.). *Ecos do Desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Ipea e Centro Celso Furtado, 2011.
- RODRÍGUEZ, O. **Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL.** Rio de Janeiro: Editora Forense-universitária, 1981.
- _____. **Furtado e a Renovação da Agenda do Desenvolvimento.** In: SABOIA, J. & CARVALHO, F. C. (orgs.). *Celso Furtado e o século XXI*. Rio de Janeiro: Instituto de Economia/UFRJ, 2007.
- _____. **O Estruturalismo Latino-Americano.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- RODRÍGUEZ, O. & BURGUEÑO, O. **Desenvolvimento e Cultura: notas sobre o enfoque de Celso Furtado.** In: BRESSER-PEREIRA, L. C. & REGO, J. M. A *grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Editora 34, 2001
- ROSENSTEIN-RODAN, P. **Problemas de Industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental.** In: AGARWALA, A. & SINGH, S. (orgs.). *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, [1943] 1969.
- _____. **Notas sobre a teoria do grande impulso.** In: ELLIS, H. & WALLICH, H. (orgs.). *Desenvolvimento Econômico para a América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, [1957] 1964.
- ROSTOW, W. W. **A Decolagem para o Desenvolvimento Auto-Sustentado.** In: AGARWALA, A. & SINGH, S. (orgs.). *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, [1956] 1969.
- _____. **Etapas do Desenvolvimento Econômico (um manifesto não-comunista).** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 6ª edição, [1960] 1978.
- SABOIA, J. & CARVALHO, F. (orgs.). **Celso Furtado e o século XXI.** Rio de Janeiro: Instituto de Economia/UFRJ, 2007.
- SAES, F. **Industrialização e Desenvolvimento na Perspectiva de Duas Gerações de Pensadores Brasileiros: Roberto Simonsen e Celso Furtado.** In: COELHO, F.

& GRANZIERA, R. (orgs.). *Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas, 2009.

SAMPAIO JR., P. A. **Entre a Nação e a Barbárie – os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

_____. **O Impasse da "Formação Nacional"**. In: FIORI, J. L. (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999a.

_____. **Furtado e os Limites da Razão Burguesa na Periferia do Capitalismo**. In: *Economia: ensaios*. Uberlândia, vol. 22, nº 2, p. 69-98, jan/jul de 2009.

_____. **Imperialismo, Reversão Neocolonial e Revolução na América Latina**. In: CASTELO, R. (org.) *Encruzilhadas da América Latina no Século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

_____. **Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa**. In: *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n.112, out/dez 2012.

SAMPAIO, B. A. & FREDERICO, C. **Dialética e Materialismo. Marx entre Hegel e Feuerbach**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2ª edição, [2006] 2009.

SECCO, L. **Tradução do Marxismo no Brasil: Caio Prado Júnior**. In: PINHEIRO, M. (org.). *Caio Prado Júnior: história e sociedade*. Salvador: Quarteto, 2011.

SERRANO, F. **Acumulação e gasto improdutivo na economia do desenvolvimento**. In: FIORI, J. L. & MEDEIROS, C. (orgs.) *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

_____. **Do ouro imóvel ao dólar flexível**. In: *Economia e Sociedade*, 2002.

_____. **Acumulação de Capital, Convergência e Polarização: notas sobre o curso de teorias do crescimento**. Nota técnica para a “Oficina Sobre Teorias de Desenvolvimento: Novas Visões e as Perspectivas para a América Latina e o Brasil”, organizada conjuntamente pela Cepal, Ipea, Cofecon e Ange. Brasília 29 de novembro de 2007.

SERRANO, F. & MEDEIROS, C. **O Desenvolvimento Econômico e a Retomada da Abordagem Clássica do Excedente**. In: *Revista de Economia Política*, v.24, n.2, abril/junho 2004.

SIMONSEN, R. **Orientação Industrial Brasileira**. In: _____. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, [1928] 1973.

_____. **A Política Brasileira de Defesa do Café**. In: _____. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, [1929] 1973.

_____. **A Superprodução de Café e a Economia Nacional**. In: _____. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, [1936] 1973.

_____. **História Econômica do Brasil (1500/1820)**. São Paulo: Editora Nacional, 8ª edição, [1937] 1978.

- _____. **Aspectos da História Econômica do Café.** In: _____. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos.* São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, [1938] 1973.
- _____. **Evolução Industrial do Brasil.** In: _____. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos.* São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, [1939] 1973.
- _____. **As Classes Produtoras do Brasil e o Partido Comunista.** In: _____. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos.* São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, [1947] 1973.
- SILVA, R. **O Jovem Celso Furtado: história, política e economia.** Bauru/SP: Edusc, 2011.
- SMITH, A. **Investigação Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações.** São Paulo: Nova Cultural, [1776] 1988.
- SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento.** São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SZMRECSÁNYI, T. **Sobre a Formação da Formação Econômica do Brasil de C. Furtado.** In: *Estudos Avançados*, 13 (37), 1999.
- _____. **Celso Furtado e o Início da Industrialização no Brasil.** In: *Revista de Economia Política*, vol.22 (86), abril-junho, 2002
- _____. **Retomando a Questão do Início da Historiografia Econômica no Brasil.** In: *Nova Economia*, v.14, n.1, p.11-37. Belo Horizonte, janeiro-abril, 2004.
- _____. **As Raízes, a Estrutura e o Conteúdo da Formação Econômica do Brasil.** In: COELHO, F. & GRANZIERA, R. (orgs.). *Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil.* São Paulo: Atlas, 2009.
- TAVARES, M. C. **Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil.** In: _____. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro.* Rio de Janeiro: Zahar editores, [1964] 1973.
- _____. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro.** Rio de Janeiro: Zahar editores, 1973.
- _____. **Apresentação.** In: HOBSON, J. *A evolução do capitalismo moderno.* São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- _____. **A Retomada da Hegemonia Norte-Americana.** In: FIORI, J. L. & TAVARES, M. C. (orgs.). *Poder e Dinheiro – uma economia política da globalização.* Petrópolis: Editora Vozes, [1985] 1997.
- _____. (org.) **Celso Furtado e o Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- _____. **Subdesenvolvimento, Dominação e Luta de Classes.** In: _____. *Celso Furtado e o Brasil.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- _____. **A Crise Financeira Atual.** Rio de Janeiro: Itamaraty, 2009.
- TAVARES, M. C. & BELLUZZO, L. G. **Notas sobre o Processo de industrialização Recente no Brasil.** In: BELLUZZO, L. G. & COUTINHO, R. (orgs.) *Desenvolvimento Capitalista no Brasil – ensaios sobre a crise.* v.1. São Paulo: Brasiliense, 1982.

- _____. **A Mundialização do Capital e a Expansão do Poder Americano.** In: FIORI, J. L. (org.) *O Poder Americano*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- TAVARES, M. C. & MELIN, L. E. **Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana.** In: FIORI, J. L. & TAVARES, M. C. (orgs.). *Poder e Dinheiro – uma economia política da globalização*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- TAVARES, M. C. & SERRA, J. **Além da Estagnação.** In: TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar editores, [1971] 1973.
- TEIXEIRA, A. **Estados Unidos: a “curta marcha” para a hegemonia.** In: FIORI, J. L. (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- _____. **Desenvolvimento Econômico: a arqueologia do debate e a contribuição original de Celso Furtado.** In: ARAÚJO, VIANNA & MACAMBIRA (orgs.). *50 anos de Formação Econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.
- TEIXEIRA, A. e GENTIL, D. **O debate em perspectiva histórica: duas correntes que se enfrentam através do tempo.** In: TEIXEIRA, A.; MARINGONI, G.; GENTIL, D. *Desenvolvimento: o debate pioneiro de 1944-1945*. Brasília: Ipea, 2010.
- TOLIPAN, R. **A Necessidade da História do Pensamento Econômico.** Instituto de Economia da UFRJ, Texto para Discussão nº 3, 1982.
- WALLERSTEIN, I. **O Moderno Sistema Mundial I: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo européia no século XVI.** Porto: Edições Afrontamento, 1990.